

CENTROS DE CONVIVÊNCIA

ARTE, CULTURA E TRABALHO
POTENCIALIZANDO A VIDA



Organizadores:
Thiago Benedito Livramento Melicio e
Ariadna Patricia Estevez Alvarez.

CENTROS DE CONVIVÊNCIA

ARTE, CULTURA E TRABALHO
POTENCIALIZANDO A VIDA



Rio de Janeiro, 2021
Conselho Regional de Psicologia 5ª Região

COMISSÃO EDITORIAL

Thiago Benedito Livramento Melício (CRP 05/35915) - Coordenador;
Isabel Scrivano Martins (CRP 05/26162);
Roseli Goffman (CRP 05/2499);
Leonardo de Miranda Ferreira (CRP 05/36950)

PROJETO GRÁFICO

Julia Viana Lugon

CAPA

Manipulação digital da obra "LIRA" de Rogéria Barbosa

REVISÃO

Amanda Mesquita de Oliveira Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Centro de convivência [livro eletrônico] : arte,
cultura e trabalho potencializando a vida /
organizadores Thiago Benedito Livramento
Melício, Ariadna Patricia Estevez Alvarez. --
Rio de Janeiro : Conselho Regional de
Psicologia do Rio de Janeiro, 2021.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia
ISBN 978-65-89050-02-5

1. Arte 2. Centro de convivência - Rio de Janeiro
RJ) 3. Psicologia 4. Saúde mental 5. Políticas
públicas 6. Relatos de experiências I. Melício,
Thiago Benedito Livramento. II. Alvarez, Ariadna
Patricia Estevez.

21-90674

CDD-158

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde mental : Psicologia 158

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Conselho Regional de Psicologia 5ª Região
Rua Teófilo Otoni, nº 93 - Centro | Rio de Janeiro/RJ



LIRA, Coleção da artista, 2020



Rogéria Barbosa é natural do Rio de Janeiro, onde reside. É artista plástica e escritora, com formação em educação infantil, integrante do bloco Zona Mental, militante da luta antimanicomial e a mais nova integrante do Atelier Gaia (mBrac). Em sua produção artística, explora o desenho e a pintura, fundindo abstração e figuração, através dos quais busca

dar forma, cor e linguagem ao seu profundo universo sensível. Escritora, produziu poesias, participou de concursos, publicações e recebeu prêmios. Atualmente, prepara o seu primeiro livro autobiográfico, que acompanha uma potente produção plástica. Participou de diversas exposições nacionais e teve umas de suas obras integrando a *V Bienal de las Artes y La Salud Mental*, em Cuba (2009), junto ao projeto Cartografias da Criação.

Gosto de me sentir viva através da arte. Em um desenho posso revelar meu cantinho. (Rogéria Barbosa)

GESTÃO XVI PLENÁRIO

Diretoria Executiva

Presidente

PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO (CRP 05/26077)

Vice-presidente

CÉU SILVA CAVALCANTI (CRP 05/57816)

Tesoureiro

ACHILES MIRANDA DIAS (CRP 05/27415)

Secretária

JULIA HORTA NASSER (CRP 05/33796)

Conselheiros

ALEXANDRE TRZAN ÁVILA (CRP 05/35809)

ALEXANDRE VASILENSKAS GIL (CRP 05/30741)

CLAUDIA SIMÕES CARVALHO (CRP 05/30182)

ISMAEL EDUARDO MACHADO DAMAS (CRP 05/42823)

JOSÉ NOVAES (CRP05/980)

MARIANA CHAVES FERREIRA BOTELHO (CRP 05/32802)

MARINALDO SILVA SANTOS (CRP 05/5057)

MÔNICA VALÉRIA AFFONSO SAMPAIO (CRP 05/44523)

ROSELI GOFFMAN (CRP 05/2499)

THAIS VARGAS MENEZES (CRP 05/33228)

THIAGO MELICIO (CRP 05/35915)

ANELISE LUSSER (CRP 05/38657)

CAROLINA MARIA DOS SANTOS SILVA (CRP 05/29816)

CECILIA COIMBRA (CRP 05/1780)

CONCEIÇÃO GAMA (CRP 05/39882)

CRISTINA RAUTER (CRP 05/1896)

EDERTON QUEMEL ROSSINI (CRP 05/50996)

GABRIELA DE ARAÚJO BRAZ DOS SANTOS (CRP 05/56462)

HILDEBERTO VIEIRA MARTINS (CRP 05/24193)

ISABEL SCRIVANO (CRP 05/26162)

LEONARDO DE MIRANDA FERREIRA (CRP 05/36950)

MARCELLO SANTOS (05/17566)

RODRIGO CUNHA ECHEBARRENA (CRP 05/28408)

VERA LÚCIA GIRALDEZ CANABRAVA (CRP 05/1158)

VICTÓRIA ANTONIETA TAPIA GUTIÉRREZ (CRP 05/20157)

COMISSÃO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - NÚCLEO SAÚDE

Coordenador

THIAGO BENEDITO LIVRAMENTO MELÍCIO (CRP 05/35915)

Membros

ARIADNA PATRÍCIA ESTEVEZ ALVAREZ (CRP 05/34697)

ANA FÁTIMA ESCÓRCIO DE LIMA (CRP 05/48828)

ARTHUR LOBO COSTA MATTOS (CRP 05/37962)

CRISTAL OLIVEIRA MUNIZ DE ARAGÃO (CRP 05/37522)

FERNANDA CANAVÊZ DE MAGALHÃES (CRP 05/32285)

GEÍLSON SIMÕES DA SILVA (CRP 05/56003)

JÚLIA HORTA NASSER (CRP 05/33796)

LUCIANA JANEIRO SILVA (CRP 05/37932)

VANESSA LUERTE DE SOUZA (CRP 05/37915)

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação	15
Política de Convivência e Luta Antimanicomial: convergências e desafios	20
Os Centros de Convivência: Direito a Cidade, invenções democráticas e transbordamentos	27
Seção I - Relatos do Encontro Nacional de Centros de Convivência	
Programação	36
Políticas da convivência e a tecnologia Cecco de produção do comum	37
A Arte de Ser e Conviver: um olhar sobre a plantação de um Centro de Convivência no Acre	46
Centro de Convivência Virtual: uma rede de convivência e afeto nascida do Fórum dos CECOs do Estado do RJ	64
Experiência dos Centros de Convivência de Campinas	69
Centro de Convivência É de Lei: história e ações durante a pandemia	77
Geração POA, experiências entre saúde e trabalho	88
O cotidiano dos Centros de Convivência da rede de Saúde Mental de Belo Horizonte	92
Centros de convivência e cooperativa e a situação na cidade de Curitiba e no Paraná	100

<u>A construção dos Centros de Convivência e Cooperativa no município de São Paulo</u>	107
<u>Centro de Convivência, Cultura, Geração de Trabalho e Renda de Jundiaí (CECCO Jundiaí)</u>	116
<u>Centro de Convivência de Contagem - projeto Teia</u>	123
<u>A convivência como potência de agir e criar</u>	126
Seção II - Artigos	
<u>Vidas em Rede e Heterogênese: a vida como obra de arte</u>	143
<u>A clínica territorial no Centro de Convivência de Niterói</u>	170
<u>Loucos pela vida: Projeto de reafirmação do cuidado em liberdade</u>	185
<u>Centro de Convivência Polo Experimental: saúde, cultura e educação</u>	199
<u>O trabalho transdisciplinar da (ou na) convivência</u>	214
<u>Respingando um trajeto: Economia Doméstica e Meu Pé de Remédio</u>	235
<u>CECOs na pandemia: (re)conexão com novos sentidos do saber-fazer</u>	244
<u>Centro de convivência: uma análise sobre a formação psi</u>	268
<u>Gênero e loucura: a potência das rodas de convivência virtuais</u>	278
<u>Habitando o território da psicologia: relato do Coletivo Convivências</u>	304

<u>Adaptações da extensão universitária na COVID-19: a experiência do Conexão RD</u>	332
<u>Convivência virtual: redução dos danos do isolamento social na COVID-19</u>	348
<u>Oficinas remotas, assistência e formação em saúde mental na COVID-19</u>	372
<u>Psicologia social e políticas públicas: CECOs como tecnologias do comum</u>	397
<u>Sobre-vivências na pandemia: a vida convida a viver outra vez</u>	416
<u>Programa Espaço da Diferença: nas ondas da rádio e da rede</u>	437
Seção III - Expressões da Convivência, Arte, Cultura e Trabalho dos CECOs do RJ	
<u>Polo Experimental convivência, educação e cultura</u>	462
<u>Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho</u>	466
<u>Centro de convivência e cultura Fazendo Arte</u>	470
<u>Centro de Convivência e Cultura Paula Cerqueira</u>	474
<u>Espaço de Convivência e Cultura de Macaé</u>	478
<u>Centro de Convivência e Cultura de Niterói</u>	480
<u>Espaço de Convivência PROJAD</u>	483
<u>Coletivo Convivências</u>	486
<u>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</u>	488
<u>Centro de Convivência Virtual</u>	491

PREFÁCIO

Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando
borboletas.

(Manoel de Barros, em *Retrato
do artista quando coisa*)

As conexões nos permitem experimentar um modo de funcionamento articulado à potência do comum. Gilles Deleuze (1997) ressalta a potência dos encontros ao afirmar que “o problema coletivo, então, consiste em instaurar, encontrar ou reencontrar um máximo de conexões. Pois as conexões (e as disjunções) são precisamente a física das relações, o cosmos” (p. 62). Conexões constroem Outros.

O livro que ora nos chega em formato *e-book* objetiva produzir a conexão da construção de uma Psicologia que se efetiva na experiência com os Centros de Convivência, por meio de articulações com as políticas de garantia de direitos. É publicado com a proposta de aprofundar discussões no campo que articula o saber da psicologia com o fazer nos centros de convivência e, assim, faz com que nós, leitores, também nos perguntemos acerca das estratégias que desenvolvemos para afirmar esses mesmos encontros, por vezes, imprevisíveis. Encontros, produtores de convivência. Convivências, produtoras de encontros.

Além de problematizar – transversalmente em todo o livro – as lógicas e racionalidades que fazem funcionar os desafios do conviver, e de produzir convivência, incita a um pensar sobre os desafios postos, para que possam ampliar a compreensão so-

bre os novos possíveis. Um livro articulado aos enfrentamentos a políticas de desmonte, próprias do tempo em que permanecemos junto à gestão do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, os quais problematizam (e nos fazem problematizar): como pensar a potência do conviver nos dias atuais, operados pelo signo do medo como operador político d'A Ordem, que segrega, isola, individualiza e exclui? Como pontuam Heller e Fehér (1995, p.58): "Os poderes que se exercem na sociedade podem converter a vida num pesadelo totalitário".

A transversalidade presente nas experiências que articulam os campos problemáticos aqui elencados transborda os limites disciplinares e o livro propõe, em toda a sua extensão, uma análise crítica do ser e do habitar os centros de convivência. Neste sentido, cabe ressaltar que as nossas práticas, sempre locais e instáveis, são assim constituídas por um campo de conexões díspares. Na realidade, conexões que engendram acontecimentos, os quais produzem encontros e desencontros, modos de com-viver.

Nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas produzem efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições.

Jullien (2009) distingue três conceitos: o universal, o homogêneo e o comum. De acordo com o autor, o universal é um conceito proveniente da teoria do conhecimento, afirmando o significado de uma necessidade lógica. Já o homogêneo é definido como o "duplo pervertido do universal" (Jullien, 2009, p.13), em conformidade aos interesses da produção e da economia. O homogêneo diz respeito à uniformização dos modos de vida, discursos e opiniões, conduzindo a uma

ditadura discreta e insidiosa. As subjetividades serializadas do mundo contemporâneo (Guattari & Rolnik, 2000) são um exemplo de realização do homogêneo. Já o comum é um conceito político. Não é dado a priori, mas se enraíza na experiência, se aprofundando e se enriquecendo com ela. Devemos construir um comum que não é pautado em relações de semelhança nem tampouco de identidade.

O comum, assim, é produzido pela transversalização realizada por práticas da participação. O conceito de comum se define por sua consistência experiencial e concreta e constitui um desafio a ser permanentemente enfrentado. É comum o que é vivido como pertencimento no coletivo. Trata-se de conceito político por excelência: é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos. (Kastrup & Passos, 2013).

Comum é exercício. E exercício é sempre o exercício de uma política. Aqui, política do comum. Como acessar (e construir) um mundo comum? Como construir um coletivo, com seus territórios e suas semióticas singulares? Como trabalhar com diferentes atores possibilitando espaço para seus respectivos protagonismos?

Que estas perguntas nunca deixem de ser feitas. É preciso acessar (ou traçar) um plano comum, sem o qual a intervenção não acontece. O que há para ser feito, enfim, é investir nas problematizações que emergem das experiências, capazes de produzir Outros. “Outrar implica suspender o olhar que parte do mesmo, deslocando-se para a fronteira vertiginosa do estranhamento” (Simoni & Rickes, 2012, p. 179).

Deste modo, por tudo o que foi explicitado, sugiro a leitura desta obra pelas rachaduras que ela nos convida (e convoca) a

produzir. Um livro vivo, intenso, necessário. Que apresenta os centros de convivência como as borboletas mencionadas pelo poeta Manoel de Barros, na epígrafe que inicia este prefácio.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077)

Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS

Deleuze, G. (1997), *A imanência: uma vida*. In Vasconcelos, J. & Rocha Fragoso, E. A. (Org). *Gilles Deleuze: Imagens de um filósofo da imanência*. Londrina: edUEL.

Guattari, F. & Rolnik, S. (2000). *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.

Heller, A. & Fehér, F. (1995). *Biopolítica: la modernidad y la liberación del cuerpo*. Barcelona: Península.

Jullien, F. (2009). *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Kastrup, V. & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25 (2), 263-280.

Simoni, A.C.R. & Rickes, S.M. (2012) *Outrar*. In Fonseca, T.M.G., Nascimento, M. L. & Maraschin, C. *Pesquisar na Diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 177-179

APRESENTAÇÃO

“Quando uma política pública responde de fato a uma demanda real dos cidadãos e das cidadãs, esses cidadãos e essas cidadãs assumem essa proposta e não deixam que ela seja extinta”.

Luiza Erundina, em abril de 2021,
no *Encontro Nacional de Centros de Convivência*.

A delicada arte dos encontros. Com esse mote vibrando em nossos corpos organizamos esse livro, fazemos convivência e produzimos arte, cultura, trabalho e economia solidária, visando a potencialização da vida. Até hoje, em 2021, quando falamos em Centros de Convivência, ainda é preciso dizer o que são, o que fazem, como se organizam e que relações mantêm com os demais dispositivos do Sistema Único de Saúde. A pluralidade de respostas e enunciados possíveis para estas questões remonta à multiplicidade, seja dos modos de ser e estar no mundo, seja de promover e/ou acompanhar essa delicada arte dos encontros. Arte já que envolve criação, e delicadeza já que a singularidade de estar com, fazer com, e viver com a diferença é uma travessia que transforma e produz novos territórios, e que convoca o cuidado para a sustentação de sua diversidade. Afinal, o que pode a convivência? Quais potencialidades traz para as sociabilidades, produções e intervenções na cidade? Que contribuições promove à formação ou ao fortalecimento de laços sociais, em uma sociedade que historicamente produziu cenários de deterioração do convívio com as subjetividades alheias ao serializado e ao economicamente produtivo no sistema neoliberal? Quais reflexões provoca na psicologia e no campo ampliado da saúde mental?

Encontro é experiência. E a experiência, em certa perspectiva, é aquilo que ao ser vivenciada modifica as possibilidades de existência, ou seja, reconfigura, (re)compõe as formas de compreensão e de práticas da própria experimentação da realidade. Assim, é no intento de produzir alguns espaços de experimentação das perguntas acima que se dão os encontros entre o Núcleo de Saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e os Centros de Convivência e Cultura. No compromisso de produzir interlocução com a categoria e reflexão sobre o exercício profissional, o Núcleo de Saúde busca com este livro trazer subsídios para a discussão de como a constituição e sustentação do cuidado na rede de atenção psicossocial, substitutiva ao modelo manicomial, passa também pela centralidade na alteridade, nos analisadores que surgem em seus processos, e nos dispositivos que podemos compor com ela. Para além de um conhecimento tecnocrático, busca-se situar que o campo psi, enquanto ciência e profissão, agencia em seu fazer teorias específicas, mas também interprofissionalidade, interestoriedade, assim como narrativas, reflexões junto a diários de campo, oficinas coletivas e outras experimentações, que possuem o zelo ético como principal sustentáculo.

Nesse sentido, cabe destacar que a relação entre psicologia e centros de convivência no SUS não está dada de antemão. Se pensarmos na vocação interestoriedade dos Centros de Convivência, é possível afirmar que eles estão no SUS e para muito além do SUS. E se nas diversas maneiras de se compor equipes de centros de convivência não está garantida a presença de profissional de psicologia, no caso do Estado do Rio de Janeiro sabemos que no cotidiano dos CECOs a psicologia se faz muito presente, seja através de profissionais contratados (algumas vezes com outras ocupações), seja através de processos formativos como programas de estágios nos municípios, estágios curriculares das universidades, residências multiprofissionais e pesquisas.

O momento em que o livro se torna acessível é bastante propício para pensarmos o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas equipes dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro, em relação às políticas públicas. O livro começou a ser gestado enquanto estava em trâmite o então projeto de lei 4563, e ele nasce com a lei 9343, que cria a Política Estadual dos Centros de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial no Estado do Rio de Janeiro já aprovada. A saúde coletiva ganha um referencial para subsidiar suas práticas, que tem o amparo de um marco legal construído coletivamente, e que responde a uma demanda real manifestada em muitos espaços de participação popular.

O próprio livro foi sendo fabricado na tessitura dos encontros, ganhando novas seções no processo de sua confecção. Este livro é sonho coletivo há muito tempo sonhado, que hoje se torna real porque não foi sonho sonhado só, mas foi sonhado junto, por isso realidade. Trata-se, portanto, de um livro que reflete em seu processo o modo de trabalho que se debruça sobre a complexidade da vida e a consequente complexidade da tecnologia necessária ao trabalho em saúde: artesanal, localizada e processual. E é na artesanaria das escritas dos diversos dispositivos que as leitoras e os leitores encontrarão neste livro três seções.

A primeira delas traz os relatos das experiências regionais apresentadas durante o I Encontro Nacional de Centros de Convivência, iniciado no dia 06/04/2021 na ocasião da comemoração dos 20 anos da promulgação da lei 10.216, marco legal da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O CRP-RJ abriu aqui espaço para o compartilhamento da memória escrita deste Encontro Nacional organizado pela EPSJV / Fiocruz, IFRJ - Campus Realengo e Frente Ampliada de Saúde Mental. Trata-se de um momento ímpar de troca e interlocução de potentes

experiências de convivência de todo país. Experiências essas que nunca haviam se encontrado em grupo tão ampliado e, ainda, em um contexto tão problemático e dificultador às convivências: a pandemia de Covid-19.

A segunda seção traz os artigos aprovados através da chamada do livro para reflexões acerca do potencial dos Centros de Convivência e Cultura, como dispositivos intersetoriais da Rede de Atenção Psicossocial, sobre a produção da arte e cultura no SUS e seu impacto na vida e na promoção da saúde nos territórios. Nela encontramos 16 (dezesesseis) trabalhos que tratam de ações, programas, projetos, oficinas e outras experiências realizadas em espaços de convivência e defesa da perspectiva antimanicomial e das reformas psiquiátrica e sanitária. Dada a relevância do tema e à ainda incipiente produção de materiais escritos sobre os Centros de Convivência, além das contribuições provenientes de grupos do estado do Rio de Janeiro, a seção conta com pesquisas e discussões de grupos de São Paulo e Minas Gerais, versando, em seu conjunto, sobre questões que perpassam a formação em psicologia, possibilidades e desafios de convivência durante a pandemia da Covid-19, a mediação por meio de ferramentas da tecnologia da informação e comunicação, redução de danos, entre outros.

A terceira seção, por sua vez, busca oferecer um breve portfólio, com informações básicas e ilustrações de Centros de Convivência e de grupos/coletivos acadêmicos correlatos, do Rio de Janeiro, com vistas à divulgação do trabalho realizado no estado fluminense, assim como facilitar o acesso a esses equipamentos. O reduzido número de serviços apresentado nesta seção aponta para a necessidade de mais investimentos das esferas públicas municipais, estadual e federal de modo a fortalecer essa política da convivência discutida no livro.

Reiteramos aqui a implicação da organização deste livro com uma psicologia que defende o SUS, a luta antimanicomial, a diversidade, os direitos humanos e as políticas públicas que afirmam o coletivo, a vida vivida nas cidades, os territórios do cuidado em liberdade e a convivência como atividade de produção do comum. O livro não busca preencher nenhuma lacuna, ou algum vazio de produções acadêmicas que versem sobre Centros de Convivência na sua relação com a Psicologia em nosso Estado. Ele busca sim operar como um livro-dispositivo, assim como os Centros de Convivência funcionam: máquinas, arranjos concretos de fazer ver e falar, que podem constituir linhas de subjetivação em que as diferenças encontrem lugar para existirem e estarem em composição.

Portanto, convidamos a todas, todos e todes que se encontrarem com este livro a fazerem dos escritos aqui publicados um alimento para novos debates, para novas produções, para novos encontros em que seja possível transformar as maneiras de sentir, pensar, agir e conviver, instaurando modos de vida mais antimanicomiais, artísticos, solidários, delicados, potentes e amorosos.

Ariadna Patrícia Estevez Alvarez

Thiago Benedito Livramento Melicio

POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA E LUTA ANTIMANICOMIAL: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS

Às novas e futuras gerações de psicólogas e psicólogos em seus inícios de jornadas de transformação do mundo.

São muitas as convergências entre uma política pública de convivência no campo da Saúde Mental e o Movimento da Luta Antimanicomial. De imediato, podemos identificar a necessidade de se criar espaços comuns de trocas de experiência e de produção de sentidos de vida que possam problematizar a naturalização dos processos de exclusão social das pessoas consideradas loucas. Há convergência em desconstruir os preconceitos, os estigmas _pressupostos de uma associação arraigada na sociedade entre incapacidade e loucura.

A convivência vista como um dispositivo de produção de encontros, de lidar e sustentar as diferenças, de circulação de afetos da vida converge com o ideário da Luta Antimanicomial. Na medida em que enseja processos de desconstrução de lugares pré-fixados, se abrindo para o novo, equalizando melhor e mais amplamente as relações de poder em ambientes de contato humano, o dispositivo da convivência apresenta potenciais antimanicomiais para a sustentação do cuidado em liberdade. Nos espaços da convivência, o sujeito seguirá além do que está sendo pautado em sua condição de “pessoa portadora de sofrimento psíquico”. Um conjunto de opor-

tunidades de viver outros papéis, outros personagens, outras relações vai se abrindo como possibilidades reais de transformação de si, do outro e do ambiente social. Trata-se mesmo de viver a experiência das diferenças, das singularidades como algo distinto a ser acrescentado à Vida, e não de impossibilitar ou de limitar a sua plena manifestação.

No território específico do tratamento em saúde mental, mesmo que esse tratamento esteja em um contexto de plena garantia de direitos, ainda assim há um cerceamento, uma demarcação muito clara das fronteiras entre “quem cuida e quem é cuidado”, entre “quem trata e quem é tratado”, e acreditamos que essa condição estrutural impõe também limites para os processos emancipatórios dos sujeitos afetados por algum tipo de sofrimento psíquico. Daí a importância de, no campo da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, ampliar os espaços da convivência, buscar estratégias de fortalecimento de uma rede de convivência baseada em outras linguagens, em outros cenários de ser e estar no mundo. Um bom exemplo são as iniciativas de arte e cultura no campo da saúde mental. Estas experiências ensejam a emergência de poetisas, poetas, dançarinas, dançarinos, compositoras e compositores, cantoras, cantores, atrizes e atores, artistas visuais e demais artes em suas diversas expressões. Significa amplitude para a incorporação e vivências de novas linguagens, e sobretudo para a mudança de olhar sobre os loucos e sobre a loucura.

Neste sentido, uma política para a convivência pode contribuir para a consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira, abrindo novos caminhos e horizontes de pertencimento social. Podemos entender que o dispositivo “Centro de Convivência e Cultura” produz materialidade na operação de direitos sociais. Direitos à educação, ao trabalho, à moradia, a conviver em li-

berdade. Direitos de usufruir os bens da cidade, compartilhar espaços comuns, de todos, de transitar na cidade.

Contudo, são muitos os desafios para a construção de uma política de convivência no país. Tendo por referência os Relatórios das Conferências Nacionais de Saúde Mental dos anos 2001 e 2010, se verifica que não ocorreu uma efetiva implantação dos Centros de Convivência (Cecos) no campo da Atenção Psicossocial. Apesar da importância destes serviços, o fato real é que, em todo território nacional, apenas 2 estados brasileiros apresentam números satisfatórios de Centros de Convivência, a saber: São Paulo e Minas Gerais. No estado do Rio de Janeiro, contamos com apenas 7 Cecos, sendo 4 unidades localizadas na capital.

Em 2017, diante deste quadro tão inexpressivo em relação à definição de uma política pública de centros de convivência, um grupo de pesquisadoras sobre a temática decidiu iniciar um movimento coletivo pró Centros de Convivência. Estas pesquisadoras produziram um guia intitulado “Dá para fazer! Guia prático de Economia Solidária e Saúde Mental”, voltado para instrumentalizar projetos de geração de trabalho e renda junto à rede de saúde mental. Talvez, inspiradas e guiadas por esse mote “Dá para fazer!”, inicia-se um movimento coletivo de articulação dos Centros de Convivência do Rio de Janeiro. Essa iniciativa permitiu um espaço de troca de experiências entre os serviços, e mais do que isso, possibilitou a emergência de um novo sujeito político e coletivo: o Fórum Permanente de Centros de Convivência do estado do Rio de Janeiro.

Por sua vez, o Fórum avançou para a proposição do Projeto de Lei Estadual 4.653/2018, de criação da Política Estadual dos Centros de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial no Estado do Rio de Janeiro. Após tramitação e aprovação por diversas

Comissões da Assembleia Legislativa, este PL recebeu o veto do governador. A partir do processo de mobilização política com o protagonismo inequívoco da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial, foi possível derrubar esse veto, e finalmente ter aprovada a Lei Estadual N° 9323 de 14 de junho de 2021, de criação dos Centros de Convivência.

A grave crise sanitária, instalada no país em função da pandemia por Covid-19, interrompeu uma sequência de encontros itinerantes realizados no circuito dos Cecos no estado. Entretanto, a metodologia participativa de construção de pautas coletivas, de realização de debates temáticos de interesse de todos, sustentou a integração dos Centros de Convivência nesse período trágico da história do país. Essa produção de um corpo coletivo da Convivência permitiu a construção de uma proposta igualmente coletiva de um Centro de Convivência Virtual, um dispositivo coletivo/tecnológico de comunicação virtual, desenvolvido para minimizar os efeitos do isolamento social em função da pandemia. A ideia de virtualizar as atividades dos Cecos surge a partir da demanda de um usuário da rede de saúde mental, que identificou a intensificação do sofrimento de outros usuários nesse contexto pandêmico de suspensão das atividades regulares dos serviços de saúde mental. Daí a necessidade de se propor algo que pudesse manter os vínculos afetivos, abrir espaços de interação, de encontros, de produção de alegria e de sentidos de vida. Assim foi feito. O Centro de Convivência Virtual estruturou a Agenda Conviver, que consiste em um conjunto de atividades de arte, de cultura, lúdicas, criativas e interativas, em funcionamento desde julho de 2020.

Na sequência, o Fórum organizou o I Encontro Nacional de Centro de Convivência – A delicada arte dos encontros - como um ato comemorativo dos 20 anos de aprovação da Lei 10.216/2001

da Reforma Psiquiátrica brasileira. O Encontro Nacional produziu uma cena pública interessante: finalmente, foi possível observar muitos Cecos reunidos! Equipes falantes, participativas, autogestionárias, criativas, implicadas por décadas na sustentação de uma invenção de estar com outro pela via da Convivência. Experiências potentes, espaços de cuidado sem fronteiras, aberturas para reconstrução de histórias de vida, a arte e a cultura pulsando com a vida. A força da Economia Solidária presente nos projetos de geração de trabalho e renda. Modos concretos de fazer acontecer as políticas intersectoriais na construção de um serviço público. Da experiência cultural do Acre a programas de inclusão social pelo trabalho artesanal no Rio Grande do Sul, uma constatação singela encheu as salas virtuais de uma alegria real: os Cecos existem e estão espalhados nesse imenso país!

Em uma perspectiva política e coletiva, nesse momento, o Encontro Nacional de Cecos está no processo de construção de uma Carta Nacional de Propostas de Cecos, a partir dos debates realizados nos Grupos de Trabalho e das contribuições valiosas das participantes convidadas para as mesas temáticas. Esperamos, em breve, apresentar o Relatório Final do Encontro Nacional de Centros de Convivência – a delicada arte dos encontros, e mais um passo será dado na direção de uma política pública de Centros de Convivência e Cultura.

Ainda no tema dos desafios para uma política da convivência, reflexões poderiam ser colocadas como questões de trabalho para os coletivos antimanicomiais, tais como: sendo a proposição dos Cecos contemporânea ao surgimento dos Centros de Atenção Psicossocial – ver sobretudo a história dos Cecos nas capitais de São Paulo e Minas Gerais – por que a Rede CAPS seguiu adiante e a Rede Cecos permaneceu

restrita a alguns municípios? Quais seriam os obstáculos e as barreiras? De que ordem seriam os impeditivos para a construção de uma Rede Nacional de Cecos com uma cobertura populacional satisfatória? Quais as estratégias para a superação destes bloqueios a uma política pública da convivência, da arte e da cultura? Essas questões também demandam espaços coletivos de discussão, de problematização ampliada para que possamos avançar nas políticas públicas antimanicomiais. Isso tem nos parecido cada vez mais urgente, e necessário nesse contexto de grave ameaça às conquistas dos últimos 30 anos do Movimento da Luta Antimanicomial.

Como assinalado acima, a tragédia sanitária e humanitária que atravessa o país nos exige um pouco mais de movimentos de resistência e de sobrevivência nesse contexto de evidentes retrocessos na política nacional de saúde mental. O que nos é apresentado como a Nova Política de Saúde Mental, em realidade, faz regredir 40 anos ou mais no modelo de assistência psiquiátrica no país. Voltam a eletroconvulsoterapia, a internação de crianças e adolescente em ambientes manicomiais, a centralidade do hospital psiquiátrico na condução do tratamento das pessoas em sofrimento psíquico. Se reinstala o confinamento manicomial como modo de operar o silenciamento das pessoas que necessitam de cuidados dos serviços de saúde mental.

É importante que nesse momento de grande abalo nacional, a sociedade enlutada pela perda de mais de 600 mil vidas brasileiras, que sejamos capazes de, ainda assim, olhar criticamente para as nossas práticas cotidianas. De perguntar verdadeiramente se engendramos processos e dispositivos emancipatórios, se estamos de forma efetiva construindo novos sentidos de vida pautados por uma ideia do “comum”, do “coletivo”, de “estar com o outro”. E se estamos fazendo pontes para um exercício contínuo de comunicação democrática e emancipatória com

gentes e mais gentes, contribuindo de forma significativa para que o país supere esse período trágico de sua história.

Neste sentido, quero saudar a iniciativa do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro em se colocar como um verdadeiro agente da História ao testemunhar e registrar essas iniciativas de resistência sob o título “Centro de Convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a vida”. E, especialmente, agradecer o convite para participar desta importante iniciativa.

Ainda dedicar este breve escrito às novas gerações de psicólogas e psicólogos, e afirmar que a Ciência da Psicologia, assim como outros domínios do conhecimento humano, atinge o seu ápice de sentido quando faz a roda do mundo girar na direção da vida em liberdade, da emancipação e da justiça social para toda condição humana em suas mais diversas e plurais manifestações de ser e estar no mundo.

Neli de Almeida

Fórum Permanente de Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro, Frente Nacional Ampliada em defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, Professora do IFRJ (Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro)

OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA: DIREITO A CIDADE, INVENÇÕES DEMOCRÁTICAS E TRANSBORDAMENTOS

O Direito à Cidade é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas

Instituto Pólis

A iniciativa do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro de produzir um livro sobre as experiências de Centros de Convivência não podia vir em melhor hora.

Digo, isso por dois motivos: o primeiro relacionado a importante rearticulação da diversidade de experiências de Centros de Convivência, através da realização do Encontro Nacional de Centros de Convivência: a delicada arte dos encontros e a aprovação da Lei de Centros de Convivência no Rio de Janeiro. O segundo motivo está no contexto mais geral de Contrarreforma Psiquiátrica vivida em nosso país, onde as experiências de protagonismo de usuários, familiares e trabalhadores e de afirmação do Direito a Cidade, estão sendo atacadas e substituídas pelo retorno da indústria de leitos privados de internação e seus dispositivos de higienismo e exclusão social.

Em tempos de regressividade dos direitos, de perigo que ronda nossa recente democracia, afirmar e valorizar as experiências

de Centros de Convivência é fundamental para avançar no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e em sua vocação democrática, intersetorial, de disputa dos territórios e da afirmação do Direito a Cidade.

Os Centros de Convivência surgem num contexto de início das políticas públicas, que vão consolidar o SUS e a RAPS, são dispositivos fundamentais de invenção democrática, que irá colocar a promoção da qualidade de vida como paradigma fundamental de construção de equipamentos públicos e estratégias associativistas e cooperativistas de protagonismo social, político e econômico de usuários e usuárias.

Os Centros de Convivência são frutos diretos da Constituição de 1988 dos ventos democráticos de superação do regime político da ditadura militar e colocam em primeiro plano o sentido estratégico do SUS, SUAS e da reforma psiquiátrica, garantir o pleno exercício do Direito a Cidade e seus dispositivos sociais, culturais e econômicos, por cidadãos tidos, como incapazes, loucos, os esquecidos pela sociedade de consumo e espetáculo. Os Centros de Convivência são a expressão viva da exigência constituinte de uma Democracia Para Todos e Para Todas.

O que são os Centros de Convivência?

O artigo [“Cartografia dos Centros de Convivência: a produção de encontros e de redes”](#) afirma:

“Os Centros de Convivência são dispositivos públicos que compõe a rede intersetorial, que oferecem espaços de sociabilidade, produção cultural e intervenção na cidade. São abertos à comunidade e especialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social^{2,3}. Por meio da construção de espaços de convívio, os Centros de Convivência promovem espaços de articulação com a vida cotidiana e com o território por meio de ações de diferentes setores como a Saúde, a Assistência Social, a Educação e a Cultura”.

Na Prefeitura de São Paulo, que iniciou as experiências de [Ceccos, na gestão de Luiza Erundina como prefeita eleita em 1989, define os Centros de Convivência](#) como:

“Os Centros de Convivência e Cooperativas – CECCOs constituem-se como serviços de saúde da Prefeitura do Município de São Paulo, gerenciados pela Secretaria Municipal de Saúde e regulamentados pela Portaria Municipal 964/2018 que estabelece diretrizes municipais para o trabalho desenvolvido nos CECCOs. Os CECCOs foram instalados preferencialmente dentro de Parques Públicos, Centros Esportivos, Centros Comunitários e praças públicas municipais e concebidos como espaços alternativos de convivência. Abertos a todas as pessoas, tem como objetivo favorecer a aproximação e convivência entre a população geral, em toda sua diversidade, sejam elas idosas, pessoas com transtornos mentais, com deficiências, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, dentre outras. Atualmente contamos com 24 CECCOs no município de São Paulo, serviços de extrema relevância para a história da saúde mental, pois além de se constituir como uma retaguarda para a rede de saúde e um pólo de comunicação entre diversos serviços (UBS, CAPS, Hospitais, dentre outros), os CECCOs localizam-se em um campo fronteiro entre o que usualmente denominamos de campo da clínica e o campo social. O cuidado com o sofrimento psíquico, anteriormente subordinado à rede de psiquiatria, passou a se estender para a comunidade, a partir da instalação desse serviço nos espaços públicos”.

No [Projeto de Lei recém aprovado no Rio de Janeiro](#) que Política Estadual dos Centros de Convivência define como:

“Art. 1º Os Centros de Convivência no Estado do Rio de Janeiro são dispositivos intersetoriais integrantes da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, onde são oferecidos às pessoas com transtornos mentais espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade. Podem variar de acordo com as seguintes modalidades, de acordo com a ênfase de suas práticas: I. Centro de Convivência e Cultura; II. Centro de Convivência, Trabalho e Cooperativismo; III. Centro de Convivência, Cultura e Cooperativismo”.

As definições acerca dos Centros de Convivência são a expressão dos acúmulos dessas experiências no âmbito das políticas e equipamentos públicos, em destaque, para as experiências da cidade de São Paulo, Campinas e Minas Gerais, que em geral, criaram dispositivos mais focados na dinâmica da arte e cultura e outra focado na dinâmica do trabalho, renda e cooperativismo/associativismo.

Importante destacar que independente da centralidade na arte e cultura ou no trabalho as diversas experiências de Centros de Convivência sempre tiveram como objetivo a afirmação do Direito ao Cidade, no desenvolvimento de estratégias de protagonismo, cidadania e de reabilitação psicossocial.

Os Centros de Convivência como dispositivo intersetorial nas políticas públicas são na prática [invenções democráticas](#) que buscavam garantir aos usuários de saúde mental, da atenção básica e das políticas de assistência social a afirmação de seus direitos de cidadania e de um cuidado público, intersetorial e não segregativo.

As invenções democráticas, surgidas, no processo mesmo de mobilizações de construção de experiências de afirmação de novos direitos:

“[...] uma das condições de êxito da reivindicação reside na convicção partilhada de que o novo direito está conforme à exigência de liberdade que atestam os direitos já em vigor. Assim é que, no século XIX, o direito de associação dos trabalhadores ou direito de greve, mesmo resultando de uma mudança nas relações de força, foram reconhecidos, exatamente junto àqueles que não eram os instigadores, como uma extensão legítima da liberdade de expressão ou da resistência à opressão”.

Na agenda de Direitos Humanos tem um conceito consagrado a nível internacional, que é a garantia da progressividade dos

direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais ([Dhescas](#)), a partir das experiências dos Centros de Convivência, podemos afirmar, que os mesmos, são dispositivos intersetoriais de promoção e garantia da progressividade de direitos para um conjunto de segmentos sociais vulnerabilizados.

Mas, queria apontar aqui para uma outra questão que foge das definições que vemos acima, e que se apresentaram no Encontro Nacional de Centros de Convivência, que é o transbordamento da experiência de Centros de Convivência para além de sua institucionalidade nas políticas públicas, bem como, o surgimento de novos dispositivos que se somam e fortalecem suas dinâmicas.

Nesse sentido, queria utilizar três experiências importantes: o [Centro de Convivência É de Lei](#) e os Pontos de Economia Solidária do [Butantã](#) e do [Benedito Calixto](#).

O É de Lei se define como:

“O Centro de Convivência É de Lei é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 1998 na promoção da redução de riscos e danos, sociais e à saúde, associados à política de drogas. Nosso propósito é promover a perspectiva ética do cuidado no campo das drogas, ampliando a possibilidade de escolha das pessoas, desconstruindo preconceitos, e incentivando uma cultura garantidora de direitos e diferenças. Nossa missão é cocriar e disseminar referências e práticas de cuidados e estratégias de redução de danos a partir da atuação junto às pessoas que usam drogas, às que trabalham na rede intersetorial, à academia e à gestão pública, visando incidência política que transforme a lógica da guerra às pessoas. Nossas ações estão voltadas para o desenvolvimento da cidadania e para a defesa dos Direitos Humanos de pessoas que usam drogas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade”.

O exemplo do Centro de Convivência É de Lei demonstra que a experiência dos Centros de Convivência como dispositivo de políticas públicas transbordou e ganhou sentido e dinâmica na constituição de novos dispositivos autogestionados por organizações da sociedade civil, que buscam desenvolver novas tecnologias sociais, com vistas a garantia e a promoção do Direito a Cidade.

As experiências dos Pontos de Cultura e Economia Solidária, surgem dos processos endógenos aos Centros de Convivência na cidade de São Paulo e das redes de economia solidária da cidade, da interação e do “ganhar corpo” das experiências associativas do campo da saúde mental e sua relação com a economia solidária, através do fortalecimento e da articulação da Associação Vida em Ação.

O Ponto Benedito se define como:

“O Ponto Benedito espaço voltado para cultura, arte e economia solidária, inaugurado em março de 2016, que tem como uma de suas finalidades desenvolver atividades culturais e econômicas de empreendimentos solidários, oficinas de trabalho e ateliês de arte que compõe a Rede de Atenção Psicossocial da Cidade de São Paulo. Trata-se de um espaço aberto a diferentes manifestações de linguagens artísticas e culturais e de práticas do comércio justo e solidário. O Ponto Benedito está sediado na Praça Benedito Calixto e foi instituído em parceria com a Associação Vida em Ação (associação sem fins lucrativos), Coordenaria Regional de Saúde de Oeste da Secretaria de Saúde da Cidade de São Paulo, Subprefeitura de Pinheiros e Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo, Faculdade de Enfermagem da USP e Faculdade de Arquitetura da USP”.

Já o Ponto Butantã como:

“O Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã é um equipamento público ligado à Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo. Foi criado com o objetivo de apoiar empreendimentos de Economia Solidária, como ferramenta para a reabilitação psicossocial, geração de trabalho e renda, e construção de vínculos comunitários entre usuários dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e comunidade local”.

As experiências dos Pontos de Cultura e Economia Solidária, oriundo da relação dos Centros de Convivência, das redes e movimentos de economia solidária e da RAPS, na cidade de São Paulo, demonstram um outro transbordamento, que foi a constituição de novas invenções democráticas, com vistas a potencializar as ações de sustentabilidade social e econômica, do associativismo da saúde mental, fortalecendo os projetos e ações de arte, cultura e economia solidária que ocorrem nos Centros de Convivência e nos Centros de Atenção Psicossocial.

Os dois transbordamentos aqui apresentados o do Centro de Convivência É de Lei e dos Pontos de Cultura e Economia Solidária ilustram o que podemos ver no Encontro Nacional de Centros de Convivência, a diversidade de experiências, que buscam garantir e afirmar o Direito a Cidade e conseqüentemente o direito a arte, cultura, educação, esporte, lazer e trabalho, através da economia solidária.

O fortalecimento dos Centros de Convivência e o reconhecimento das novas experiências que surgiram apontam para uma superação da agenda da contrarreforma psiquiátrica através de um movimento combinado, de fortalecimento das experiências e políticas públicas de promoção dos direitos humanos e de fortalecimento do associativismo autogestionário da sociedade civil, que produz novos protagonismos e novas invenções democráticas “no quente”, no calor mesmo das lutas e mobilizações sociais pela progressividade dos direitos e de uma democracia mais intensa, mais desejante e mais participativa.

Nessa perspectiva de transbordar afetos e construir novas invenções democráticas é que o Livro sobre experiências de Centros de Convivência do CRP-RJ nos presenteia com 21 artigos que nos inspiram e nos tocam profundamente, mostrando que as potências de vida e o afeto, são luzes no meio da escuridão da contrarreforma psiquiátrica.

Com essa luz encerro com o trecho do poema A noite dissolve os homens de Carlos Drummond de Andrade:

**“Havemos de amanhecer.
O mundo se tingem com as tintas da antemanhã
e o sangue que escorre é doce, de tão necessário
para colorir tuas pálidas faces, aurora”**

Leonardo Pinho

*Presidente da Central de Cooperativas Unisol Brasil e
da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e
ex-Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos*

SEÇÃO I

RELATOS DO ENCONTRO NACIONAL DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA

PROGRAMAÇÃO

I Encontro Nacional de Centros de Convivência: a delicada arte de produzir encontros

[Realizado 6 de Abril de 2021, terça-feira, 20 anos da lei 10.216.](#)

10h Abertura | Maria Cecilia Galletti

10h às 12h | Experiências Regionais em Debate

1. *Centro de Convivência Arte de Ser*, Rio Branco (AC)
> Amanda Schoenmaker, Dayana Goulart e Fabiano G. de Carvalho
2. *Centro de Convivência Virtual*, Rio de Janeiro (RJ)
> Bernardo Ferreira
3. *Rede de Centros de Convivência*, Campinas (SP)
> Juliana Aleixo e Karine Cambuy
4. *Centro de Convivência É de Lei*, São Paulo (SP)
> Angelica Comis
5. *Geração POA*, Porto Alegre (RS)
> Adriane Silva e Dirceu Rohr

15h às 17h | Experiências Regionais em Debate

6. *Rede de Centros de Convivência*, Belo Horizonte (MG)
> Karen Christina Zacché
7. *Centro de Convivência*, Curitiba (PR)
> Luis Felipe Ferro
8. *Rede de Centros de Convivência*, São Paulo (SP)
> Christiane Mery
9. *Centro de Convivência*, Jundiaí (SP)
> Fernanda Torres Apollonio
10. *Centro de Convivência Projeto TEIA*, Contagem (MG)
> Pollyana Costa Santos

ORGANIZAÇÃO: Centro de Convivência Virtual; EPSJV/Fiocruz; IFRJ Campus Realengo; FASM-RJ.

POLÍTICAS DA CONVIVÊNCIA E A TECNOLOGIA CECCO DE PRODUÇÃO DO COMUM

É uma grande satisfação e uma honra para mim abrir o I Encontro Nacional de Centros de Convivência - A delicada arte de produzir encontros - evento que convoca no seu chamamento pessoas interessadas em construir uma sociedade sem manicômios e o cuidado em liberdade.

Agradeço à Ariadna, à Comissão Organizadora e aos colegas paulistas que me fizeram este convite gentil e carinhoso.

Compartilhar este momento reativa em mim toda alegria e intensidade que marcaram o longo tempo em que trabalhei no Centro de Convivência e Cooperativa Parque da Previdência – um serviço da rede de saúde da prefeitura da cidade de São Paulo. Reativa também as memórias afetivas de um tempo de experimentações conectivas: com a arte, com a política, com a filosofia, com o trabalho, essa vizinhança gostosa que os Cecos mantêm com outros campos da vida.

Este evento, que é também uma comemoração, está ancorado em dois ideários que se distinguem, mas não se separam: o ideário da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que hoje comemora os 20 anos da Lei 10.216/2001, promulgada em 06/04/2001, e pelo ideário de um serviço criado na e pela Reforma: os Centros de Convivência.

No marco civilizatório do final da década de 1970, quando as movimentações políticas contra a ditadura militar e a luta pela redemocratização da sociedade civil ganharam expressão de massa no cenário nacional brasileiro, o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) deflagrou uma série de denúncias contra os grandes hospitais psiquiátricos e clínicas do país, mobilizou e articulou familiares, trabalhadores, organizações governamentais e não-governamentais, na construção de políticas públicas de Saúde Mental, contrárias ao modelo asséptico, normalizador e excludente centrado nos hospitais psiquiátricos.

Esse processo, conhecido pela consigna “Por uma sociedade sem manicômios”, instigou diversas inovações no campo das intervenções, provocou transformações éticas nos modos de tratamento, reconfigurou a assistência em saúde mental no país rompendo com a violência e segregação dos asilos, criando as chamadas “novas instituições”.

Para além da implementação de serviços territoriais e do fechamento de hospitais psiquiátricos, a Reforma Psiquiátrica é hoje uma política pública que integra redes de serviços, saberes e práticas orientadoras de ações de direito e cidadania.

O tratamento da doença mental cedeu lugar ao cuidado com o sujeito em sofrimento psíquico, transformando a função das instituições no tratamento da loucura. Por outro lado, sabemos que o fechamento dos hospitais psiquiátricos e a construção de instituições abertas não nos imuniza da lógica da instituição total. Em qualquer das novas instituições de tratamento e a qualquer tempo da história podemos reproduzir a ideia do manicômio e o modo de funcionamento das suas instituições.

Neste mesmo momento, em que comemoramos os 20 anos da promulgação da lei da reforma psiquiátrica no Brasil, faz-se necessário reafirmar os seus pressupostos e conclamar novamente neste encontro de Centros de Convivência o lema “Por uma sociedade sem manicômios”.

Isto porque a Política Nacional de Saúde Mental inspirada na Reforma tem sofrido ataques sem precedentes, acarretando uma série de retrocessos. Nos últimos três anos, a chamada ‘Nova Política Nacional de Saúde Mental’, apresentada pelo governo Bolsonaro tem colocado em risco várias conquistas da RPB.

Desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, que levou à presidência um extremista de direita, o país está submetido a um governo inepto, desastroso e desumano.

Nesse momento sombrio da história do Brasil presenciamos ameaças sistemáticas à democracia com o crescimento da política da inimizade como um modo de relacionar-se com o Outro.

A naturalização dos discursos de ódio e de recusa às diferenças rompeu com os pactos sociais criados no bojo da reforma e fez renascer o aparato manicomial que há tempos tinha sido banido das políticas públicas e governamentais.

Essas mudanças produzem efeitos na Rede de Atenção Psicossocial, com incentivo de internações psiquiátricas, ampliação de leitos, financiamento de comunidades terapêuticas além das abordagens proibicionistas e punitivistas que ressurgiram no cenário das práticas em saúde.

Em 2017, o Ministério da Saúde lançou a portaria 3.588, numa construção antidemocrática. Em maio de 2019, o Conselho Na-

cional de Saúde recomendou a revogação desta portaria que instituiu a Nova Política Nacional de Saúde Mental por ferir totalmente os princípios da Reforma e da própria Constituição de 1988, que determina a participação social na formulação das ações do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao mesmo tempo em que presenciamos este aumento do autoritarismo de Estado no Brasil e os ataques sistemáticos às políticas públicas conquistadas ao longo da democracia, como o Sistema Único em Saúde, em 2020 o mundo foi tragicamente afetado pela pandemia da Covid-19.

No Brasil, essa dupla catástrofe humanitária deflagrou uma crise sanitária, ambiental, sociopolítica, econômica e educacional, estendendo-se por todo o território nacional de maneira a corroborar e produzir o alastramento das desigualdades sociais enfrentadas antes mesmo da pandemia da Covid-19.

A Organização das Nações Unidas aponta um impacto devastador da Covid-19 sobre as minorias étnicas no Brasil.

Em levantamento do Instituto Polis, que analisou casos da cidade de São Paulo entre 01 de março e 31 de julho de 2020, verificou-se que homens negros são os que mais morrem pela Covid-19 no país: são 250 óbitos pela doença a cada 100 mil habitantes. Entre os brancos, são 157 mortes a cada 100 mil. As mulheres negras também morreram mais: foram 140 mortes por 100 mil habitantes, contra 85 por 100 mil entre as brancas. Outro levantamento, este realizado pelo IBGE, mostrou que mulheres, negros e pobres são os mais afetados pela doença. A cada dez pessoas que relatam mais de um sintoma da Covid-19, sete são pretas. E isso se explica pelas desigualdades sociais e também pelo preconceito racial.

A assunção do imperativo econômico em oposição ao imperativo da vida implicou um ato perverso e cruel que sacrificou milhares de vidas não se importando com o que é, de fato, digno de valor: a vida de cada um em sua radical singularidade.

Sabemos que a crise que atravessamos tem sua origem histórica desde a fundação do projeto do Estado Brasileiro, que criou uma sociedade da inimizade com o genocídio dos índios e a escravidão dos negros.

Dito isso, quero direcionar minha conversa com vocês para pensar como nós, aqui reunidos em torno dos Centros de Convivência, dessa política de vida, de práticas amorosas de cuidar da vida, podemos encontrar dispositivos de resistência a essa necropolítica que nos assombra.

Necropolítica, segundo Achiles Mbembe (2018), são as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas estão dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar mundos de mortes, uma forma de existência social na qual as populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos.

Pois bem, este encontro poderoso em que estamos todos conectados, que aproxima e põe em relação serviços, projetos, iniciativas e pessoas de norte a sul do país, com territórios e realidades tão distintas, traz em sua proposição um outro projeto de sociedade, um outro projeto de mundo, um outro modo de relacionar-se com o outro. Aqui vidas nos importam, aqui o antirracismo nos importa, aqui desejamos a diferença e a afirmamos como pura alteridade, aqui trabalhamos com princípios da Reforma nos quais a relação de cuidado se dá pelo desfazimento da sociedade da inimizade como assim propõe Franz Fanon.

Isso posto, ainda nos cabe perguntar: o que mais os Centros de Convivência aqui reunidos têm em comum?

Para pensar a ideia desse comum que nos aproxima proponho seguir o filósofo Paolo Virno, que nos recomenda tratar o comum com um reservatório compartilhado, feito de multiplicidade e singularidade. Para Virno o comum não é o que nos identifica, ao contrário, é uma vitalidade social, uma pulsação – pura heterogeneidade não totalizável e por isso apta a individuações, as mais diversas possíveis.

A partir desta ideia podemos pensar que o comum é o que nos aproxima, nos põe ao lado e nos avizinha, nos põe a conviver na diferença e na alteridade radical do outro. Convivência que afirma um comum não fusional, não homogêneo e por isso pode nos direcionar para a construção de uma comunidade. Uma comunidade que tem por condição a heterogeneidade e a diversidade. Uma comunidade que pode atravessar o isolamento individual e, ao invés de constituir uma massa homogênea e triste, pode criar uma multidão, que como nos ensina Toni Negri é este misto de inteligência coletiva, de afetação recíproca, de produção de laços singulares e novas formas de cooperação. Uma sociedade da amizade.

Podemos, a partir desses pressupostos, encaminhar essa política da convivência, do estar em comum, “de estar com” neste encontro como a nossa estratégia de cuidado coletivo e, com isso, fazer resistência a esse fascismo que ronda nossa vida social e política.

Mais do que buscar identidades, nosso desafio aqui e nas nossas instituições é criar ressonâncias e condições de solidariedade social.

Franco Berardi (2020), o Bifo, nos fala que, se não soubermos criar estas tais condições de solidariedade, será o fim da humanidade.

Da humanidade como um valor compartilhado, como sensibilidade, inteligência e compreensão, mas também como espécie: o fim do humano na terra.

Jacques Rancière (2005), em seu livro *Partilha do Sensível*, nos dá pistas de como criar estas condições de solidariedade com o conceito “fábrica de sensível” que significa, segundo ele, a constituição de um mundo sensível comum, uma habitação comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas.

Será que essa ideia de fábrica de sensível pode ser um outro comum entre nós, este comum que estamos chamando de convivência? Será que pode ser uma pista na criação de dispositivos de humanidade?

Os Ceccos, que foram concebidos em São Paulo, em 1989, e que hoje se espalham por todo o país, já tinham no seu nascedouro essa vocação de fábrica de sensível. A proposição de fazer funcionar as diferenças – promover encontros de criação e produção a partir do encontro na diferença fez deste serviço um dispositivo de agenciamento de redes de trabalho solidário. Esta política construída na heterogeneidade, que tem como aliados ao campo da saúde, a arte, o meio ambiente, a cultura e a economia solidária, cria experiências cotidianas que inventam saídas do modo hegemônico de vida pautado pelas hierarquias tradicionais de raça, gênero, espécies, saberes e culturas.

Essa tecnologia Cecco de fazer saúde, que não pode ser vista apenas como um serviço, é hoje uma ferramenta importan-

te para fazer falar as manifestações dissidentes. Nosso modo de trabalho afetivo, de criar afetos no trabalho, pode produzir insurreições no atual momento em que vivemos: o Estado de exceção, em que o Estado dispõe da vida dos cidadãos sem respeito algum, numa suspensão dos direitos coletivos.

Quero afirmar aqui que a força deste encontro é que a partir da trajetória singular trazida por cada serviço, cada território, cidade ou estado poderemos construir uma cartografia dos Cecos e dos seus dispositivos de convivência. As ressonâncias encontradas neste mapa cartográfico pode nos indicar o que é e o que desejamos em comum: um comum que diz respeito a todos ou a qualquer um.

Assim, este dispositivo/encontro marcado por uma atitude clínico-política de abertura pode engendrar expressões de situações singulares, saberes encarnados, experimentações as mais variadas. A partir das situações singulares, uma multiplicidade de questões pode vir a revelar-se, levando-nos a sustentar a produção de um pensamento que podemos nomear como coletivo.

Que a delicada arte de produzir encontros provoque neste encontro exercícios de invenção séria e alegre, exercícios de paciência, de tolerância, de gratuidade, de generosidade, de angústia assumida, de dúvida, enfim, exercícios de solidariedade e de resistência.

E, por fim, que a construção da tarefa final deste encontro, que é a produção de uma carta/proposta coletiva a ser entregue para os parlamentares Luiza Erundina e Flávio Serafim, companheiros de luta e de apoio aos Centros de Convivência e a esse modo de produção de saúde, também seja realizada na esteira da trajetória híbrida e fronteira dos Ceccos, que resiste aos

sonhos de dominação e à tentação de ter de encontrar a qualquer custo uma lei, uma verdade ou um programa de adesão ao sistema dominante do mundo administrado. O Cecco já é uma política pública e uma utopia.

A programação desse Encontro tão cuidadosamente pensado é uma boa guia para os grupos de trabalho, uma guia no sentido que se dá para a “guia dos cegos”: que conduzem acompanhando, que guiam sem dirigir.

O trabalho assim realizado pode vir a ser uma experiência vivida tal como se vive a vida cotidiana nos Ceccos na sua potência de composição, de agenciamento, de fabricação de intercessores, uma experiência de vida coletiva entendendo o coletivo como essa experiência máxima da criação de um comum e da constituição de uma comunidade de amizade.

E é nessa política de rede afetiva de trabalho que convido a todos vocês para iniciarmos o nosso encontro.

Obrigada.

Maria Cecilia Galletti

Terapeuta Ocupacional, Psicanalista e Analista Institucional, Mestre e Doutora em Psicologia Clínica.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Lógicas Institucionais e Coletivas do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP.

Foi gestora do Centro de Convivência e Cooperativa Parque da Previdência no município de São Paulo.

Atua como psicanalista e analista institucional em consultório particular em São Paulo.

REFERÊNCIAS

Berardi, F. (2020) Extremo: crônicas da psicodifusão. São Paulo: Ubu Editora.

Galletti, M. C. (2007). Itinerários de um serviço de saúde mental na cidade de São Paulo: trajetórias de uma saúde poética. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 156p.

Instituto Pólis. (2020). Raça e Covid no município de São Paulo. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>>. Acesso em 02 de abril de 2021.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições.

Mbembe, A. (2020). Políticas da inimizade. 1. ed. São Paulo: n-1 edições.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2018). CNS recomenda que governo revogue portaria que “mutila Política de Saúde Mental”. Brasília: Conselho Nacional de Saúde. Disponível em:<<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/539-cns-recomenda-que-governo-revogue-portaria-que-mutila-politica-de-saude-mental>>. Acesso em 02 de abril de 2021.

Pelbart, P. P. (2002). A comunidade dos sem comunidade. *In*: Pacheco, Anelise; Cocco, Giuseppe; Vaz, Paulo (orgs.). O trabalho da multidão. Rio de Janeiro: Gryphus/Museu da República.

Rancière, J. (2005). A partilha do sensível: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34.

A ARTE DE SER E CONVIVER: UM OLHAR SOBRE A PLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA NO ACRE

Uma ideia para que germine
No coração deve ser plantada
E para que se desenvolva
Por muitas mãos deve ser cuidada



RAÍZES DA ÁGUA AMAZÔNICA: MOA E CHANDLESS. *Ivanilson Sousa*

A Floresta, é preciso dizer, nos ensina o valor da interação. Quem brotou há muitos anos oferece sombra pra quem está saindo da casca da semente, no úmido escuro do chão, onde as raízes se entrelaçam, comunicam e se dão de beber. As maiores buscando, no profundo da terra, a água, que vira seiva e sobe nuvem e cai chuva e adentra a terra em lugares distantes - pois que ignoram a existência da Floresta e de quem a plantou ao longo de um tempo largo, muito largo, que não pertence a algumas memórias. Mas cujos saberes permanecem vivos na Floresta, que continua nos ensinando... quando uma antiga enorme árvore cai e uma janela se abre para que outras encontrem o caminho para o sol e tenham espaço para crescer. Enquanto aquela que caiu não morre, mas transforma-se, sendo moradia para seres que antes não alcançavam sua copa. Mantém-se viva, sendo adubo para fortalecer outras raízes. E volta a alcançar a luz através de quem a sucede, dos troncos e folhas que alimenta.

Esta abundância, essa expressão livre da vida, não advém da execução de uma planilha de planejamento administrativo. Vocês também sentem, ao ler estas últimas palavras, uma espécie de choque térmico?

A vida não se implanta. Se planta. É ser planta.

Arte de Ser é um Centro de Convivência e Cultura que (con)vive em Rio Branco/Acre. Um serviço que foi construído de forma genuína a partir de seus atores participantes, através de encontros semanais de uma oficina artística livre. Não foi um serviço implantado, mas surgiu como expressão e criação coletiva, de sonhos e anseios, fazendo com que todas as pessoas participantes conviventes sejam o Arte de Ser. Aqui, partilharemos um pouquinho da história de nosso Centro de Convivência, no norte do Brasil, na região da Floresta Amazônica. Neste espa-

ço, não nos será possível descrever em detalhes a natureza rica em entrelaçamentos de centenas de vidas e movimentos, cujos nomes não conseguiremos apresentar de forma completa. A começar pelo fato de que este texto é escrito apenas por pessoas da equipe (e por apenas três das tantas que já a compuseram). Desejamos que possa ser como uma primeira caminhada na mata, na companhia de alguém que já a conhece mais: apontando e ajudando a diferenciar algumas plantas, no que antes parecia um borrão verde confuso, e nomeando-as, para que possam ser enxergadas, mas sabendo que suas existências estão intimamente vinculadas à de todas as demais que a cercam. Desejamos que possa servir de sombra, neste universo das publicações, para outros relatos que brotarão. Que mais passeios na floresta sejam feitos, com outras guianças, trazendo outros nomes e perspectivas distintas, que complementem e até contradigam este.

O início de histórias assim não é possível de demarcar. Histórias são como fios compridos, que não sabemos quem fiou. Tendo que partir de algum lugar, iniciaremos o relato no ano de 2006, quando um psicólogo chamado Fabiano G. de Carvalho é lotado em um Hospital. Mais precisamente, no Hospital de Saúde Mental do Acre (HOSMAC). Ao entrar nesta instituição psiquiátrica, com seu modelo manicomial de funcionamento importado de outras regiões mais ao sul do país, começa a sentir o impacto desta forma de “tratamento”, onde o apagamento das subjetividades é como regra “normal” de conduta, aceita e seguida pelos trabalhadores do local sem objeções.

A psiquiatra brasileira Nise da Silveira, grande símbolo da luta antimanicomial, vem em seu auxílio, como lembrança e inspiração de força, arte, vida e afeto aos clientes da saúde mental. Imbuído delas, Fabiano deu início à oficina de expressão livre artística, ainda dentro da instituição. Já nesta época, exis-

tia a Associação de Pacientes e Amigos de Saúde Mental do Acre (APASAMA), criada muito graças ao estímulo de Abrahim Farhat Neto, o Lhé, incentivador e apoiador de muitas lutas pela vida nas bandas de cá, desde a época dos empates de seringueiras e seringueiros, que defenderam a Floresta em pé. Naquele momento, a APASAMA realizava reuniões na sala de espera do ambulatório do HOSMAC, questionando a forma de “tratamento” do hospital, com uma proposta de força na união do coletivo, como impulso de vida para se fazer algo diferente, na busca por alternativas de cuidado. As reuniões aconteciam às quartas-feiras. Neste mesmo dia, todas as semanas e ainda hoje, passam também a acontecer as oficinas do Arte de Ser.

Em 2007, Damião Nunes (então presidente da APASAMA) e o psicólogo do HOSMAC foram à cidade de Bauru/SP, no encontro *“Por uma sociedade sem manicômios”*, onde conhecem e se inspiram em experiências de outras perspectivas no cuidado e na força do movimento social. Já em 2008, acontece o I Seminário de Saúde Mental no estado do Acre, com propostas de mudanças na forma do cuidado, uma delas, a criação de um Centro de Convivência. Em seguida, com a aprovação de um projeto financiado pelo Fundo Municipal de Cultura, foi realizada uma formação sobre a metodologia de Nise da Silveira, junto a profissionais, pacientes, familiares e amigos da saúde mental de Rio Branco. A formação teórica foi conduzida pelo então psicólogo da Casa das Palmeiras, Philippe Bandeira de Mello, e a prática, por Regina Primo. É neste projeto que surge o nome Arte de Ser.

A oficina de livre expressão ganha força e forma, bem como a necessidade de que ela aconteça fora das grades do hospital, inserida na comunidade. Através de articulações com outras instituições, primeiro junto à Secretaria Municipal de Assistência e depois com a Paróquia Cristo Libertador, por alguns anos

a oficina passa a acontecer em locais cedidos próximos ao HOSMAC, permitindo a saída semanal de algumas das pessoas nele residentes. A iniciativa das oficinas já contava com a importante contribuição de algumas funcionárias do hospital, quando ganha importante reforço, com a chegada ao Hospital de Diana R. Goulart, arte-educadora vinculada à Secretaria Estadual de Educação. Identificando-se com a proposta da oficina, Diana não poupou esforços para, junto a Fabiano, garantir a ida de pacientes até os novos locais de desenvolvimento da atividade. Estes espaços eram compartilhados com outros serviços e atividades, e, assim, frequentados por outros grupos, o que propiciou a primeira experiência de encontro, na oficina, de pacientes residentes no hospital com pessoas da comunidade em geral.

Em 2015, uma nova etapa se inicia, com duas grandes conquistas: a liberação do psicólogo Fabiano para atuar exclusivamente no Arte de Ser, e uma parceria com a Fundação de Cultura do município (FGB), que garantiu uma sede própria ao projeto. Cresce também o reconhecimento de que esta iniciativa ia de encontro ao que fora pensado, em outras bandas, como Centros de Convivência. Passos significativos para que se tornasse um serviço integrante da política pública da saúde mental do estado.

Nesta caminhada, muitas pessoas já deixaram sua contribuição no Arte de Ser. Atualmente, sua equipe é composta por Fabiano G. de Carvalho (coordenador, psicólogo e artista), Diana R. Goulart (arte-educadora e artista), Amanda Schoenmaker (socióloga e artista) e Kellen Cristina (médica, homeopata e artesã). É importante destacar também o apoio da equipe técnica de saúde mental da gestão do estado, formada por mulheres comprometidas e apaixonadas pela saúde mental antimanicomial, sempre ativas e presentes na defesa do Centro de Convivência dentro da gestão estadual, na visualização e articulação

de parcerias, por vezes até mesmo na condução de atividades dentro do serviço. Citamos aqui Ana Cristina Messias, Laísse Barbosa, Márcia Aurélia, Sandra Ortiz e Ximena Catalán. Sua dedicação nasce da compreensão da potência desta iniciativa de cuidado em liberdade, que, mesmo antes de estar formalizada enquanto serviço (e até hoje sem contar com recursos próprios), nunca parou suas atividades: oficinas, exposições de arte e shows em diferentes espaços da cidade, palestras, diálogos com diversas instituições e pessoas, que conquistaram reconhecimento da comunidade. Assim, em 2018, o Arte de Ser é um dos ganhadores do Prêmio MP Atitude, promovido pelo Ministério Público do Estado do Acre, vencedor na categoria Inovação. Ao final do mesmo ano, conquista sua formalização após extensa batalha de papéis, através da publicação de um decreto estadual que o define como Centro de Convivência e Cultura Arte de Ser, dispositivo componente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Graças à parceria com a Fundação Garibaldi Brasil, até hoje estamos no Parque Seringal Urbano Capitão Ciríaco, o único seringal urbano do mundo, dentro de uma pequena casa de madeira, que reproduz uma das arquiteturas típicas da região. Localizado no bairro 6 de agosto, bem no centro urbano da capital do Acre, é um parque municipal frequentado pela comunidade em geral, permitindo encontros e atenuando fronteiras entre as pessoas, em suas diferenças. Cheio de árvores e plantas de muitas espécies, com a presença graciosa de animais que enriquecem o ambiente natural, o lugar contribui para despertar memórias e saberes dos tempos da vida nos seringais e na floresta. Encontros, afeto, expressão, memórias e saberes: elementos impensáveis dentro dos muros do hospital.

Desde a instalação no Parque, o Arte de Ser vem se firmando como um serviço aberto a todas as pessoas e que pretende

promover o encontro entre as diferenças. Nele se encontram diversas faixas-etárias, classes sociais, pessoas com diagnóstico de transtorno mental ou não, em sofrimento mental ou não, de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, diferentes raças e etnias, pessoas que estão em situação de rua, imigrantes, etc. Diversos são também os caminhos que levam ao Arte de Ser, sendo os mais comuns: o encaminhamento por profissionais da saúde e de outras áreas, a proximidade da comunidade do entorno, o convite feito pelos próprios participantes do serviço, ou por integrantes da equipe, a pessoas com que cruzam e conhecem em outros espaços da cidade, sobretudo nas ruas.



*Um dia de Oficina de Expressão Livre Artística, na sede do CECCO Arte de Ser.
Foto: Fabiano G. de Carvalho*

Percebemos o efeito que o Arte de Ser produz na vida de quem dele participa, muito através dos relatos espontâneos que compartilham. Das pessoas que chegam em sofrimento

psíquico, é comum ouvirmos sobre uma sensação de bem-estar após as atividades: “me sinto melhor”, “dormi melhor”, “me sinto mais fortalecida”. Em algumas delas, observamos a redução de crises, de internações e do uso de medicações. Notamos avanços na construção da autonomia das pessoas, no estímulo às suas potencialidades e desejos, na descoberta de outras formas de cuidado, seja através de um processo de experimentação, de autoinvestigação pessoal, seja com os aprendizados que surgem no contato com o outro. Há uma criação de vínculos que transbordam o espaço do CECCO, passando a compor uma importante rede de afetos positivos, amorosos, alegres, e de apoio mútuo. Notamos e ouvimos relatos do quanto a convivência na diversidade, permeada pela arte, pela troca e pelo afeto, facilita a desconstrução de estigmas e estereótipos, e também a diluição desta força antagônica das polaridades tão presentes hoje, que criam inimizades e rompem a solidariedade tão necessária no enfrentamento às dificuldades e violências sofridas todos os dias. Nós, da equipe, também notamos em nós os efeitos positivos da convivência no Arte de Ser.

Com relação aos efeitos produzidos na cidade, avaliamos que a sua presença no Parque Capitão Ciríaco foi fundamental para que a cidade se reconciliasse com este espaço e para que uma recente reforma finalmente acontecesse. Este Parque, que é uma verdadeira potência para o bem-viver na cidade de Rio Branco, estava correndo sério risco de ser fechado, depois de um incêndio criminoso ocorrido no contexto da guerra entre facções e a polícia.

Percebemos também a importância do Arte de Ser na cena cultural da cidade e na formação de uma perspectiva anti-manicomial da saúde mental, seja através das atividades internas, algumas delas em diálogo com artistas e mestres da

cultura popular local, seja através das atividades externas, como as exposições, shows, palestras, formação de equipes, etc., que são eventos que acabam por reunir pessoas, grupos e instituições muito diversos entre si, e que ali pensam, criam e experienciam juntas outros paradigmas sobre saúde mental, cultura, cidade, etc.. Destes encontros, surgiram novas iniciativas de trabalho com saúde mental e arte pela cidade, conduzidas por outras pessoas.

É interessante notar que este é um movimento fecundo que surge, em parte, como resposta à ausência de recursos próprios do serviço, que nos impulsiona a dialogar e agregar com as mais diversas pessoas e setores, que se engajam neste processo de cuidado e transformação da cidade. Um movimento que mobiliza os saberes e potências destes outros atores, que se vinculam às ações de forma genuína, porque nelas encontram sentido. De qualquer maneira, um dos maiores desafios do serviço é justamente a sua sustentação, tanto pela falta de financiamento com recursos públicos próprios, quanto pelas mudanças no cenário político e o enfraquecimento dos movimentos sociais locais, gerando instabilidade na continuidade das atividades realizadas, na garantia da sede e da equipe.

Para lidar com isso, desde o início de sua trajetória, o Arte de Ser vai em busca de parcerias, estabelecendo vínculos inter-setoriais com instituições públicas e privadas, com coletivos e indivíduos, que por vezes se dão no apoio direto para suprir uma necessidade do serviço, outras vezes vem através da colaboração na realização de eventos culturais promovidos pelo Arte de Ser, que geram recursos através da venda de ingressos e venda de produtos, que são então destinados às necessidades do serviço.



Nazaré Ribeiro é porta-bandeira de seu “Sol Feminino” no Show Sonho Meu, Sonho Nosso, parceria do CECCO Arte de Ser com a cantora Verônica Padrão, em homenagem à Dona Ivone Lara. Foto: Ramon Aquim.

Dentre algumas parcerias citamos: as Fundações de Cultura (municipal e estadual), com a cessão de espaço e apoio na realização de atividades e eventos; Secretaria estadual de educação (SEE), com a cessão da Arte-educadora para a equipe, apoio na infraestrutura da sede e doação de material; Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares da Secretaria Estadual de Saúde, na realização de eventos conjuntos e articulação com profissionais autônomos da área; Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMEIA), com doação de mudas de plantas e apoio em projetos; Universidades locais (federal e privadas), com estágios, eventos de formação e projetos de diferentes cursos (psicologia, jornalismo, artes cênicas, enfermagem, engenharia florestal, fonoaudiologia, saúde coletiva, medicina); iniciativa privada (gráficas, papelarias, restaurantes, etc.), com a doação de materiais e apoio nos eventos; Associações civis e sociedade civil em geral, como a UNISOL Brasil e local, a Cooperativa Social de Saúde Mental Ciranda

Samaúma, em projetos de economia solidária e parceria em eventos; Associação de Pacientes e Amigos da Saúde Mental, Associação dos Artistas Plásticos do Acre (AAPA) e outros artistas de outras linguagens, Associação de moradores do bairro do entorno, no apoio direto ou através de articulações políticas para a manutenção do espaço, organização e realização de eventos. O Sistema de Justiça (MP, DP e TJ) também tem sido parceiro importante, no apoio institucional, na realização de eventos, bem como no acompanhamento de casos para a garantia de direitos, o que também é feito junto a outros dispositivos da RAPS, com quem buscamos garantir o acompanhamento integral de quem chega aos serviços. Eis uma descrição sucinta e sistematizada. Mas enquanto redigimos os nomes de tantas instituições, o que nos vem à mente são muitos rostos de pessoas que nelas atuam, e diferentes momentos de nossas trajetórias entrelaçadas.

No final do ano passado, também foi criada a Associação Amigos do Arte de Ser, como mais um caminho para articulações e captação de recursos. Temos também procurado nos aproximar dos movimentos nacionais que lutam pela existência deste modelo de cuidado em saúde mental, e ao mesmo tempo fortalecer a participação social ativa dentro do próprio serviço, através, por exemplo, das Assembleias, que reúnem participantes, equipe, estagiários e visitantes.

Outro desafio do CECCO, que vem sendo apontado pela socióloga da equipe, é o de um aprofundamento no estudo e compreensão dos fatores estruturais que afetam a saúde e o bem-viver das pessoas do lugar que habitamos: o racismo contra a população negra e indígena, a misoginia, LGBTI+fobia, etc. - em outras palavras, os impactos do processo de colonização, que ainda persiste-, e a construção de ações e metodologias que considerem estas questões.

Diante disto, desde 2019, temos buscado formas de nos capacitar para trabalhar com a diversidade de públicos, reconhecendo as vulnerabilidades específicas, mas também suas potências, pois temos dimensão da riqueza que é sermos um Centro de Convivência nas/das Amazônias. Exemplo disto, foi a formação sobre Pluralidade e Diversidade LGBTI+, conduzida pela acreana Brenn Souza, “travesti, preta, artista, transpóloga, colunista Ninja e embaixadora LGBTI+”, como ela própria se define. Para esta formação, convidamos todes conviventes a participar, bem como equipes de outros serviços da RAPS. Também iniciamos algumas atividades voltadas a públicos específicos, que acontecem paralelamente à realização dos Encontros/Oficinas entre todes, todas e todos. Em 2019, realizamos a oficina de colares indígenas de miçanga, voltada para mulheres cis e trans a partir de 13 anos, conduzida pela multiartista e parteira tradicional Dona Zenaide, a “Parteira Empoderada”, como gosta de ser chamada. No mesmo ano, iniciamos a Oficina de Adjunto (que é como se chamam aqui os mutirões), voltada para homens, que propõe a prática de esportes e plantio como ferramenta para o diálogo sobre questões da masculinidade.

A Pandemia da Covid-19 impôs a necessidade de nos reinventarmos, adaptando as atividades para sua realização à distância e articulando ações que fossem de encontro às necessidades urgentes de parte das pessoas vinculadas ao serviço. Iniciamos a realização da nossa Oficina de Expressão Livre Artística de forma online, através de uma metodologia desenvolvida para um grupo de whatsapp já criado por um dos conviventes, Fellipe Anderson. A opção por esta ferramenta se deve ao fato de ela ser acessível para a maior parte das pessoas, que não conseguiriam utilizar plataformas com vídeo, por conta de limitações no acesso à internet. Uma grata surpresa foi a viabilização do retorno à oficina de pessoas que haviam mudado de cidade, bem como de pessoas de equipes de serviços das RAPS do interior do estado, para conhecerem a metodologia.

Recentemente, retomamos a realização das assembleias entre participantes e equipe também pelo whatsapp, cuja metodologia tem passado por constantes aprimoramentos, em estudos e experimentações conjuntas. Também aproveitamos o grupo de whatsapp para trocar informações e orientações sobre a pandemia, como estratégia de prevenção e promoção de saúde: os cuidados recomendados por organizações da saúde, as normas definidas pelo estado conforme o avanço do número de casos, de leitos preenchidos e de óbitos, o calendário de vacinação e a desconstrução das notícias falsas que, infelizmente, circulam em abundância, confundindo e prejudicando imensamente a população.

Temos feito escutas/acolhimentos individuais para pessoas que sentem esta necessidade por conta do grande sofrimento em que se encontram, realizando articulações e encaminhamentos quando preciso. Neste período, também tem sido notável o agravamento das condições sociais de algumas famílias. Então, desde o início, repassamos informações sobre a mobilização para que o auxílio emergencial fosse aprovado e, depois, orientações sobre como acessá-lo. Também realizamos visitas domiciliares para a entrega de cestas básicas, material de limpeza e higiene, além de materiais de arte, que, antes da pandemia, podiam ser utilizados na sede do Centro de Convivência e Cultura. Ao mesmo tempo, apoiamos iniciativas de participantes para o desenvolvimento de suas potencialidades, desejos, projetos e estratégias de levantamento de recursos financeiros (rifas, criação e venda de produtos, participação em eventos e concursos de artes, etc.), através de trocas de ideias, orientações e articulações.

Buscamos também avançar na formação da equipe, e participar de diálogos e articulações com outros serviços e instituições (Rede Intersetorial, por ex.), no sentido de fortalecer as

estratégias de atenção às populações mais vulneráveis historicamente e no contexto da pandemia.

No final de 2020, ano em que a reforma do Parque Capitão Ciríaco aconteceu, recebemos a cessão de mais um espaço para o Arte de Ser, a Galeria Livre de Arte e Ciência, com a finalidade de fazer exposições das criações e estudos das pessoas que convivem no serviço. Estreamos com a exposição “A História de minha vida”, de Dona Maria Almeida Barroso, uma das convivas mais antigas do CECCO, cuja maravilhosa presença é como uma coluna de fundação dos princípios do serviço. Atualmente, temos estudado formas de captar recursos para que a exposição possa ser visitada de forma virtual.



Sem título. Artista: Maria Almeida Barroso

O Por vir: em que podemos avançar?

(...) eu queria comunicar a vocês um lugar, uma prática que é percebida em diferentes culturas, em diferentes povos, de reconhecer essa instituição dos sonhos não como experiência cotidiana de dormir e sonhar, mas como exercício disciplinado de buscar no sonho as orientações para as nossas escolhas do dia a dia. (KRENAK, 2019)

Já sinalizamos o quanto seria valioso poder contar com recursos próprios para o desenvolvimento das ações do serviço. Neste mesmo sentido, consideramos que seria um avanço a

possibilidade do cadastro no CNES. Sonhamos que isto possa ser construído de tal forma que não congele a maneira viva, fluida e pulsante que temos crescido até aqui, que não exija a poda das iniciativas de forma a encaixá-las em modelos que não pertencem e não dialogam com este lugar, silenciando, mais uma vez, suas memórias e saberes. A necessidade de uma equipe maior, para conseguir diversificar as atividades ou expandir as já existentes, também se faz presente. Desejamos que esta equipe, hoje formada, em sua maioria, por pessoas que não são do Acre, brancas e cis, possa refletir a diversidade sociocultural em sua composição, gerando ecos em suas iniciativas e metodologias.

Compreendendo, a partir da própria experiência, que as ações e a metodologia não são definidas apenas pela equipe, vemos a necessidade de fortalecer ainda mais a contribuição ativa das pessoas que participam do CECCO na tomada de decisões sobre o serviço, suas atividades, demandas. Entre elas, a de encontrar uma metodologia mais fluida para as Assembleias (tanto online quanto presencial). Da mesma maneira, precisamos fortalecer o vínculo com a comunidade do entorno (pessoas, serviços e instituições) e com os demais serviços da RAPS, que, embora já exista, sabemos ter um potencial bem maior.

É um sonho emergencial fortalecer o serviço enquanto ponte com a cidade para as pessoas que estão internadas ou que ainda são residentes no Hospital de Saúde Mental do Acre. A mudança do Arte de Ser para o Parque, que fica num bairro distante do HOSMAC, acabou dificultando a participação destas pessoas, que foram a razão de seu nascimento e cuja ausência é sentida por nós e por participantes que as conheceram naquele momento, porque Valdéia, Gercino, Ana Fabrício e outros, despertaram em todes nós profundo afeto e admiração. Pensamos nesta ponte também para as pessoas

que residem no Lar dos Vicentinos (um asilo de idosos, para onde também vão pessoas que saem do HOSMAC a partir de uma certa idade), abrigos de crianças e adolescente e pessoas egressas do sistema prisional.

Como somos o único Centro de Convivência do Acre e um dos raros da Região Norte (na verdade, ainda não tomamos conhecimento da existência de algum), refletimos sobre a importância de contribuirmos para a criação de outros. Pretendemos continuar a semear a metodologia do Arte de Ser, não apenas para outros dispositivos da RAPS ou da saúde, mas também em (ou em articulação com) outros serviços e instituições, ligados à Justiça, Educação, Assistência Social, Sistema Penitenciário, etc. Uma metodologia que, no fundo, é muito simples, embora pressuponha uma disposição, uma intenção interna que nem sempre se encontra: a de estar atente, respeitar e valorizar a singularidade de cada sujeito e de cada lugar. Na verdade, não se trata de implantar a metodologia específica do nosso CEC-CO. Mas de estimular que cada grupo encontre a sua própria. Tal como as raízes, comunicando-se e dando-se de beber, buscando as águas profundas que dão sustento à preciosa interação entre seres diversos entre si, gerando vida e mais vida.

Ansiamos por aprimorar projetos já iniciados e plantar aqueles que já foram imaginados: dar continuidade ao projeto de Economia Solidária junto à Cooperativa Social de Saúde Mental Ciranda Samaúma, formada por usuáries e familiares da RAPS; maior aproximação com as PICS, abrindo também espaço para o (re)conhecimento de práticas culturais locais ainda não identificadas pelo SUS; cultivar um Jardim Terapêutico e Sensorial e um viveiro de mudas de plantas ornamentais e medicinais de uso tradicional, abrindo espaço para a troca de histórias e saberes sobre elas (proposta da parceira Prof. Valquíria Garrote, da UFAC); criar e trocar mudas de Plantas Alimentícias Não

Convencionais locais, como estratégia de segurança alimentar e de cultivar memórias e conhecimentos, pois que comer também é cultura; recuperar o igarapé que passa pelo Parque, citado como o primeiro que foi poluído na cidade de Rio Branco, permitindo que possa novamente existir como fonte de alimento e diversão das famílias que vivem em seu entorno. Realizar este último projeto é também em memória ao querido Lhé, que se encantou no início de 2020. Essa imensa antiga árvore que continua alimentando nossos sonhos e lutas. Através de seu nome, agradecemos a todes e tudo que estão conosco neste delicado processo de plantar e cultivar as diversas artes de ser.

Amanda Schoenmaker

Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela USP, especialista em gestão de políticas públicas com ênfase em gênero, raça e etnia pela UFOP, é socióloga do Centro de Convivência e Cultura Arte de Ser /Secretaria de Estado de Saúde do Acre.

Diana Rodrigues Goulart

Graduada em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas pela UDESC, graduanda em psicologia pela UNINORTE/AC, é arte-educadora do Centro de Convivência e Cultura Arte de Ser/Secretaria de Estado de Saúde do Acre.

Fabiano Guimarães de Carvalho

Graduado em Psicologia pela PUC/SP, especialista em Saúde Mental pela UFAC, é coordenador do Centro de Convivência e Cultura Arte de Ser /Secretaria de Estado de Saúde do Acre.

REFERÊNCIAS

KRENAK, Ailton. (2019) Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIRTUAL: UMA REDE DE CONVIVÊNCIA E AFETO NASCIDA DO FÓRUM DOS CECOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

“A ideia por trás do Centro de Convivência Virtual era retomar as atividades coletivas, interrompidas pela pandemia, de modo a reduzir danos decorrentes do isolamento social através da possibilidade de convívio.

Contudo, um ano após, graças ao empenho generoso de muitos atores, esta construção coletiva tem permitido a troca de experiências entre Cecos de todo o estado, coletivos, instituições de ensino e pesquisa; contribuindo na formação multiprofissional de inúmeros estudantes e segue ocupando as redes como um espaço urgente e necessário, onde o convívio harmônico, respeitoso, plural e humanizado se fazem presentes a todo momento.”

Bernardo Ferreira em 06/04/2021 no Encontro Nacional de CECOs

A partir da lei 10216/2001, a lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, há uma reorientação nos modos de cuidar em saúde mental no Sistema Único de Saúde. O cuidado em liberdade passa a ser preconizado, como fruto da luta antimanicomial que tem como uma de suas bandeiras “cuidar sim, excluir não”. Neste contexto, com a participação de diversos atores sociais implicados com a construção de uma sociedade sem mani-

cômios, as políticas públicas de saúde passam a contar com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na qual os diferentes pontos de atenção oferecem um cuidado pautado no modelo comunitário. Entre esses pontos de atenção, temos os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) que são dispositivos interseoriais onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade.

Embora sejam considerados estratégicos para pessoas que fazem tratamento em saúde mental, em uma perspectiva de despatologização da vida, o CECO é o equipamento mais marginalizado da RAPS por não contar com parâmetros nacionais para seu funcionamento, por não contar com financiamento, e pelo número reduzido de CECOs implantados.

Com a pandemia do Covid-19, foi necessário o distanciamento e isolamento social. E conseqüentemente, as atividades coletivas presenciais oferecidas pelos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro foram suspensas. Visando à redução dos danos causados pelo isolamento social, como dito e escrito pelo próprio Bernardo Ferreira, em diálogo com trabalhadoras militantes do movimento antimanicomial, foi idealizada a proposta do Centro de Convivência Virtual para a continuidade do cuidado em saúde mental durante a pandemia.

A partir da ideia, foi escrito o projeto *“Centros de Convivência Virtual: promoção de saúde e redes de afeto em tempos de pandemia”* em parceria entre IFRJ / Campus Realengo e Fiocruz, com a participação dos Centros de Convivência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro integrantes do Fórum de CECOS-RJ. O projeto visa promover a saúde dos “conviventes” ao oferecer um espaço de encontro coletivo virtual e um canal de expressão dialógica e interação alternativa aos encontros presenciais utilizando a arte e a cultura. O projeto foi aprovado pelo edital Ideias e Produ-

tos Inovadores - Respostas rápidas Covid-19 e é fomentado pelo fundo emergencial de combate a Covid-19 / Inova Fiocruz, dentro da área de prevenção e redução do contágio.

Foi, então, criada a Agenda ConViver, que consiste na oferta de atividades artístico-culturais diversificadas para diferentes públicos. Além da promoção da saúde dos conviventes, visamos potencializar o trabalho dos CECOs por meio do intercâmbio de experiências e o fortalecimento das redes de afeto, tendo como resultado uma programação comum organizada no mesmo espaço digital.

A constituição do Centro de Convivência Virtual foi feita através de muitos encontros de ideias, com ampla participação de diversos CECOs e coletivos. Em meio a própria experiência dialógica entre muitos referenciais de vida, foi possível construir algumas dimensões orientadoras que guiam este trabalho que ainda é novo para nós:

1. Dimensão anticapitalista. A produtividade não determina o valor de ninguém.
2. Dimensão processual. Privilegiamos o processo, sem tirar a importância do resultado.
3. Dimensão comum-coletiva. Fazer junto, em cooperação, é mais favorável à saúde que fazer sozinho.
4. Dimensão da autonomia-confiança. Somos interdependentes e gestores do nosso próprio trabalho.
5. Dimensão normativa-criativa. Somos responsáveis por criar o que a gente quer que exista.
6. Dimensão da diversidade-multiplicidade. As diferenças são desejadas e por meio delas nos potencializamos.

7. Dimensão político-afetiva. A alegria é revolucionária.

8. Dimensão formativa. Estamos nos formando enquanto formamos outras pessoas.

Na Agenda ConViver em 2020 foram oferecidas vinte e três modalidades de atividades e oficinas. No ano de 2021, com o fim dos recursos financeiros do projeto, e com a pandemia ainda em curso e a necessidade de seguir com os protocolos de prevenção à Covid ainda presente, algumas delas foram mantidas, outras suspensas e novas foram criadas. Deste modo, dezessete atividades foram oferecidas ao público convivente. No período entre julho de 2020 e julho de 2021 a Agenda ConViver contou com um total de vinte e oito atividades com muito afeto e envolvimento das equipes dos CECOs, coletivos parceiros, e ativistas do movimento antimanicomial. Na prática, o Centro de Convivência Virtual se constituiu em três linhas de atuação: 1) Agenda ConViver, uma programação semanal de atividades oferecida pelos CECOs do Estado do Rio de Janeiro; 2) Pesquisa-intervenção que visa investigar os desafios e potencialidades da convivência virtual; 3) Cenário de práticas para estudantes de diferentes áreas (psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, dança, medicina, entre outras)

Das 28 atividades, é possível especificar três categorias quanto ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): 1) Síncronas: ao vivo comicineiro e grupo em sala fechada (Intervalo Musical, Cantos e Contos, Terapia Comunitária Integrativa, Capoeira, Dança do Ventre, Vidas em Rede: Meditação em movimento, Tai-chi chuan, Interarte/aula de libras, Horta, Dança Senior, Tarde de histórias, Nossas Rodas de Conversa, Trilhando na Rede, Brincando de brincar, Central 22- Delirando territórios, Cinedebate Cecozo, Conversas com MBrac); 2) Lives: ao vivo com transmissão em canal aberto (relaxamento, programa espaço da diferença, Conexão Redução de Danos, Papo Circo, Live

do Cecozo, Sábado de Estrelas, Pausas e Pousos); 3) Assíncronas: com vídeos gravados previamente (aula de violão para iniciantes, aula de grafite, tutoriais de Inclusão Digital de Adultos e Idosos, Radio COMversar, Relâmpagos de poesias).

O Centro de Convivência Virtual é integrado pelos seguintes CECOs/ coletivos:


- Núcleo Convivências - IFRJ - Campus Realengo
- Coletivo Convivências - UFRJ
- Centro de Convivência Projad - UFRJ
- Centro de Convivência e Cultura de Niterói
- Centro de Convivência e Cultura de Carmo
- Centro de Convivência e Cultura de Macaé
- Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho
- Centro de Convivência e Cultura da Zona Oeste
- Centro de Convivência do Museu Bispo do Rosário

Conta ainda com as seguintes parcerias:

- Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Saúde e Subjetividade – NUTRAS – UFF
- Associação de Cuidadoras do Estado do Rio de Janeiro - ACIERJ
- Programa de Extensão Cuidado em Saúde na Atenção Primária - UFRJ
- Instituto Severa Romano - Sistema Único de Assistência Social -SUAS

Visite nossa casa: [<http://centrodeconvivenciavirtual.com.br/>](http://centrodeconvivenciavirtual.com.br/)

Conheçam nossas atividades e participem!!!!

 cecosvirtual@gmail.com

 [/centrosdeconvivenciavirtual](#)

 [/centrosdeconvivenciavirtual](#)

 [/centrosdeconvivenciavirtual](#)

Bernardo Ferreira

Idealizador e Articulador Psicossocial no Ceco Virtual, Oficineiro no Pólo Experimental - mBrac e usuário no CAPS Neusa Santos Sousa.

Ariadna Patricia Estevez Alvarez

coordenadora do projeto “Centro de Convivência Virtual: promoção da saúde e redes de afeto em tempos de pandemia”, psicóloga, professora-pesquisadora, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

EXPERIÊNCIA DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE CAMPINAS

Trazer as experiências dos Centros de Convivência de Campinas para o tão esperado Encontro Nacional de Cecos, em tempos tão árduos e desafiadores, nos legitima, nos fortalece e nos emociona.

Nos legitima porque em Campinas, há 24 anos, diferentes pessoas fizeram e continuam fazendo uma aposta no dispositivo Centro de Convivência como modo de produzir saúde, passando por diversos territórios do campo da arte, cultura, educação, práticas integrativas etc. Vemos que é uma aposta que dá certo; uma aposta que traz resultados muito significativos na vida das pessoas. Falar, portanto, da nossa história e da nossa experiência é poder resgatar memórias de lutas, conquistas e de reinvenções que se fizeram e se fazem necessárias a cada dia e a cada momento.

Estar aqui também nos fortalece, pois não há como negar que o trabalho desenvolvido pelos Centros de Convivência vai na contramão de um projeto de sociedade muitas vezes excludente. Mas não estamos sozinhos nesta contramão. Em uma das reuniões de organização do pré-encontro, uma pessoa disse que antes se sentia como uma andorinha voando sozinha, mas quando viu tantas pessoas envolvidas com Centros de Convivência, viu que havia muito mais andorinhas neste vôo. Neste sentido é possível também lembrar do trecho de uma música

do Raul Seixas: *“Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonha que se sonha junto é realidade”*. Este encontro é a prova de uma realidade que se fez presente no momento que passamos a sonhar juntos.

Além disso, pelo segundo ano lidar com a convivência em tempos de pandemia, nos faz ampliar e reinventar possibilidades de encontros, convivência, grupalidade e cuidado. Nos convoca e faz pensar como nos manter ativos e resistentes em nossa delicada arte de produzir encontros e em quais planos possíveis do cuidado a convivência pode se afirmar.

Estar aqui nos emociona, porque falar de temas como convivência, arte, cuidado, resistência, liberdade, inclusão, protagonismo, autonomia nos é caro; são temas que nos dão verdadeiro sentido à vida; e tudo que dá sentido à vida é carregado de afeto. Não há como falar dos CECOs sem afeto, sem emocionar-se. Nos emociona porque só nós sabemos o quanto é suado tudo que fazemos; o quanto é difícil e o quanto vale a pena, o quanto nossas ações são transformadoras e trazem inúmeros benefícios na vida das pessoas.

Falar de CECO nos remete a música *Vilarejo* de Marisa Monte; citando um trecho dela que diz: *“Há um Vilarejo ali, onde areja um vento bom. Na varanda, quem descansa, vê o horizonte deitar no chão. Pra acalmar o coração! Lá o mundo tem razão”* ... *“Vem andar e voa, vem andar e voa... Lá o tempo espera, lá é primavera. Portas e janelas ficam sempre abertas pra sorte entrar”*

Trazemos então aqui o roteiro de nosso vídeo, onde contamos um pouco de nossa história, da nossa experiência, das nossas produções e reflexões em relação a este momento no qual nos encontramos. Apresentamos aqui, nossos pequenos vilarejos tão pulsantes de vida. Os primeiros Centros de Convivência em

Campinas surgiram em 1997, a partir dos movimentos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Surgiram de diversas formas, espalhados por diversos territórios de Campinas. A história da constituição dos Centros de Convivência tem a ver com vários esforços e movimentos de trabalhadores, gestores, usuários e comunidade: pessoas que sonhavam em criar espaços de cuidado em saúde, que pudessem romper com o modo hegemônico de pensar saúde como remissão de sintomas, espaços que pudessem cuidar o outro em liberdade, ajudando-o a criar autonomia.

Deste modo os Centros de Convivência surgem como dispositivos de cuidado articulados à rede de atenção psicossocial propondo estratégias bastante diferentes e inovadoras. A grande aposta era produzir encontros potencializadores de vida, tendo como mediador as diversas expressões da arte, da cultura, do esporte, do trabalho, das práticas corporais, ou outras atividades que pudessem colocar os sujeitos em contato com outros modos de existência.

Tudo foi feito sempre com muita garra, muito suor e muito esforço. Desde o início, podemos dizer que somos muito mais instituintes do que propriamente instituídos, já que não há uma regulamentação municipal para Centro de Convivência. Desde sua constituição os Centros de Convivência contaram com diversas parcerias como: Unidades Básicas de Saúde, CAPS, rede de assistência social, ONGs, movimentos sociais e comunidade de um modo geral. Importante lembrar que a partir do processo de parceria entre Secretaria Municipal de Saúde e Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, foi possível viabilizar vários recursos, tanto materiais como humanos para que pudessemos viabilizar nossas ações.

Atualmente somos sete Centros de Convivência em Campinas, sendo dois gerenciados diretamente pela prefeitura e

cinco gerenciados pelo Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Estamos situados nos cinco distritos de saúde no município, sendo dois Cecos na região sul: Portal das Artes e Rosa dos Ventos, um na região norte: Viver e Conviver, dois na leste: Casa dos Sonhos e Espaço das Vilas, um na sudoeste: Tear das Artes e um na noroeste: Toninha. A história de cada um e o território onde estão inseridos trazem aspectos que imprimem a singularidade de cada espaço. Nossa diversidade é intensa, mas temos também muito em comum.

Em 2005 foi criado o fórum de Centros de Convivência de Campinas; um espaço coletivo de compartilhamento das experiências, das histórias, dos planejamentos, das discussões técnicas e política, onde se criou os parâmetros mínimos para o funcionamento dos serviços.

Os Centros de Convivência contam com uma equipe geralmente composta por 5 profissionais, sendo, gestão, profissionais da área psi, como terapeuta ocupacional e psicólogo, Monitor, auxiliar de higiene, e em alguns Centros de Convivência também profissionais de outras áreas, como educador físico, enfermeiro e ator. Esta equipe é responsável pelas ações tanto dentro como fora das sedes. Em vários momentos realizamos atividades itinerantes, contando para isto com parcerias diversas.

Os espaços físicos também refletem uma grande diversidade. Há Centros de Convivência em espaços públicos, como praças, antigos centros comunitários, centros culturais e outros que se estabelecem em casas alugadas, onde se faz necessário um grande trabalho para tornar público o espaço físico.

E qual então o foco do nosso trabalho? Nosso objetivo está em produzir, mediar e investir em formas possíveis de encontros e convivência com a diversidade, buscando inclusão, cuidado, per-

tencimento, grupalidade e descoberta de outras formas possíveis de expressão da vida. E como há vida nos nossos Cecos!!!!

Somos porta-abertas, e essa é a nossa grande marca na rede de cuidado. O critério para participar é o desejo! Citando novamente um trecho da música *Vilarejo* de Marisa Monte: *“Toda gente cabe lá... palestina, Sangrilá”*. Nossos frequentadores chegam de todo canto; são pessoas da comunidade local que descobrem o serviço de forma espontânea ou chegam por indicação de outros frequentadores. Há também os encaminhamentos construídos com os CAPS, Centros de Saúde, Serviços Residenciais Terapêuticos, Núcleos assistenciais, Escolas e distintos equipamentos do território, além de frequentadores que chegam também de bairros distantes e até de cidades próximas. Nossos frequentadores, muitas vezes, chegam em situação de grande vulnerabilidade e passam a descobrir a possibilidade de desenvolver novos laços sociais e de poder exercitar o acesso a direitos, bens, serviços, lazer e cidadania.

O que produzimos? Qual os efeitos do nosso modo de cuidado? Entendemos a produção de cuidado enquanto um movimento de aumento da capacidade de experimentação de diferentes modos de existência, um cuidado que provoca momentos e acontecimentos que são ativadores de experiências nunca antes pensadas ou talvez esquecidas. Nos nossos espaços as pessoas descobrem outros modos de ser e de estar em relação. Percebemos que são vários os efeitos das ações desenvolvidas por nós: Aumento de auto estima, aumento da contratualidade, da autonomia, da capacidade de exercer cidadania, descoberta ou resgate de habilidades, ressignificação de histórias e experiências de vida e a possibilidade de ser reconhecido como sujeito. Na convivência e na experiência da alteridade, todos encontram e descobrem quem são e quem podem ser.

Existem pedras no nosso caminho? Sim, muitas, mas nenhuma nos impede de acreditar que vale a pena investir neste modo de cuidado. As pedras representam muito mais desafios do que propriamente obstáculos. Talvez o que mais aprendemos ao longo do tempo, foi usar das pedras para construirmos pontes que nos conectam com outras possibilidades de realizar nosso trabalho.

Quais os nossos desafios? Podemos dizer que um deles é a oficialização de uma Política Municipal para os Centros de Convivência que possa nos legitimar, mas que também garanta a singularidade de cada espaço. As perguntas feitas no primeiro encontro estadual de centros de convivência há 10 anos atrás ainda são: como regulamentar estes dispositivos garantindo recursos sem burocratizar e engessar nossas ações? Como buscar a institucionalidade, buscando garantir a qualidade de nossas ações que são muitas vezes transdisciplinares e intersetoriais? Como não perder de vista nossa espontaneidade, nossa leveza e a delicadeza dos encontros que produzimos no nosso dia-a-dia?

Há um desafio constante que é nós fazermos conhecidos na rede de cuidado. Ainda que tenhamos uma longa história de existência, a rede de saúde e outras redes de cuidado ainda conhecem pouco sobre a potência do que é feito nos Centros de Convivência. Tentamos nos fazer presentes em todos os espaços possíveis de articulação com a rede, mostrando a importância de nosso trabalho. Estudos e pesquisas feitas ao longo do tempo também têm nos ajudado a nos afirmar.

E a pandemia? Renderia um capítulo à parte. Criar formas de cuidar e nos fazermos presentes mesmo que a distância têm sido um grande desafio. Neste momento, privados dos encontros coletivos presenciais, temos usado todo nosso potencial criativo para manter o vínculo e o cuidado com nossos usuários. A tecnologia nos auxilia, nos permite uma forma de encontrar e

de trocar. Mas para muitos, isso não basta ou não é possível. Então com muita cautela e tomando todas as medidas de biossegurança, temos procurado receber as pessoas individualmente, tentando produzir algo para além dos medos e anseios. É preciso neste momento silenciar, acolher e escutar, escutar e escutar. Dos encontros, sejam eles virtuais ou presenciais, é sempre possível criar algo potente. É preciso criar entre nós neste momento redes de solidariedade. E mais uma vez lembro de uma música, desta vez do Emicida: *“Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós!”*.

Por fim, é preciso dizer que ainda que estejamos todos vivendo experiências de intensa desagregação, exclusão e violência, os Centros de Convivência têm se equilibrado na frágil e potente possibilidade de existir, fazendo-se presente nas redes de Campinas, intensificando ainda mais a dimensão das experiências junto a seus usuários, trabalhadores, parceiros e gestores. Realizamos, uma micropolítica em ato, que se agencia frente ao desejo de protagonistas que resistem às forças de decomposição e afirmam a vida e suas inúmeras formas de expressão.

Rede Cecos Campinas, abril de 2021

Juliana Maria Padovan Aleixo

*Terapeuta Ocupacional Crefito: 8634 TO Gestora dos Centros de Convivência Rosa dos Ventos e Portal das Artes do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira em Campinas/SP. Doutora pela UNESP-Assis. Terapeuta Ocupacional e bailarina de Dança do Ventre.
Email: aleixojuliana95@gmail.com*

Karine Cambuy

*Psicóloga (CRP 06/66810) no Centro de Convivência Portal das Artes, do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira (Campinas/SP). Doutora pela PUC-Campinas. Docente do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP) - Jundiaí/SP. Instrutora formada no Sistema Rio Abierto.
Email: kcamb@uol.com.br*

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI: HISTÓRIA E AÇÕES DURANTE A PANDEMIA

Resumo

O primeiro centro de convivência para pessoas que usam drogas no Brasil atua como uma organização da sociedade civil. Tem como público-alvo adultos que vivenciam situações de vulnerabilidade como situação de rua, violação de seus direitos e são afetadas por questões estruturais como a desigualdade social. Um pouco da história de atuação do É de Lei no decorrer dos anos e como sua prática em Redução de Danos se transformou durante a pandemia.

Palavras-chave: redução de danos, convivência, pessoas que usam drogas

História e experiência

Desde o final dos anos 80 no Brasil, o índice de infecção por HIV/AIDS entre usuários de cocaína injetável era bastante alto devido o compartilhamento de agulhas e seringas. Diante deste cenário, Andrea Domanico e Cristina Brites, idealizadoras do É de Lei, iniciaram atividades de redução de danos, a princípio vinculadas ao NEPAIDS – Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS, do Instituto de Psicologia da USP.

Nas intervenções em cenas de uso de substâncias, a equipe percebeu a importância de criar um espaço de interação social,

onde fosse possível desenvolver um conjunto de atividades para além da prevenção de doenças. Nesse contexto, nasceu o Centro de Convivência.

O Centro de Convivência É de Lei é uma organização da sociedade civil que tem trabalhado há mais de 20 anos com usuários de substâncias psicoativas na perspectiva da Redução de Danos (RD) na cidade de São Paulo. Neste período, o Centro de Convivência É de Lei realizou cerca de 30 projetos financiados por diferentes parceiros, entre eles: Programa Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais; Programa Nacional de Controle da Tuberculose; pela Coordenação Estadual de DST/Aids de São Paulo; Coordenação Municipal de IST/HIV/AIDS do município de São Paulo; Ministério da Cultura; United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC); Open Society Foundation (OSF), entre outros.

Os projetos do É de Lei têm como meta a redução de danos sociais e à saúde associados ao consumo de substâncias psicoativas junto às populações-chave e prioritárias. As diversas estratégias e atividades visam possibilidades de cuidado, promoção e prevenção relacionada à saúde; prevenção combinada; reconhecimento de direitos e de cidadania por parte de populações fragilizadas e não reconhecidas em seus direitos; atividades de controle social e incidência política; e ações de produção e fruição cultural.

As intervenções do É de Lei são realizadas tanto em sua sede na região central da cidade de São Paulo, como também no território, com as ações *in loco* na região denominada Cracolândia, e em parceria com outros atores, além das intervenções do Projeto ResPire, que atua em contextos de festas. O É de Lei também promoveu fóruns de articulação das redes, como o “Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos do Município de São Paulo” e “Fórum Estadual de Redução de Danos”.

Com o acúmulo de quase 22 anos de prática, o É de Lei tem realizado capacitações e treinamentos voltados ao desenvolvimento de ações de Redução de Danos para profissionais de diversas áreas e atividades de consultoria para a implementação de programas e projetos na ótica da Redução de Danos.

Produzimos insumos, folhetos informativos sobre Redução de Danos, prevenção das IST/HIV/HCV, publicações e sistematização do trabalho realizado, que são produtos que têm como objetivo ampliar e compartilhar informações sobre as diferentes substâncias, estratégias e tecnologias sociais para diferentes atores, desde trabalhadores da rede de atenção psicossocial, usuários de substâncias até outras instituições.

Atualmente, o É de Lei se destaca como uma das principais referências nacionais de redução de danos no Brasil e mantém seu compromisso de contribuir para uma mudança na cultura no campo das drogas. Visamos a diminuição do estigma e do preconceito em relação ao usuário de substâncias e com isso, a diminuição dos agravos à saúde, da marginalização, da violência e das violações de direitos humanos.

A Convivência

Na sede do É de Lei, o espaço de convivência oferece acolhimento, aconselhamento e encaminhamento de usuários para serviços sociais e de saúde; grupos de discussão sobre IST/HIV/AIDS, hepatites virais, saúde sexual e reprodutiva, questões de gênero, redução de riscos e danos, uso abusivo de drogas, formas de cuidado, política de drogas, direitos humanos, saúde mental, cultura etc.

Entre as principais referências e menções a respeito do funcionamento do É de Lei pela ótica dos conviventes: espaço de

segurança, informações sobre drogas e saúde, cultura, socialização, escuta, acolhimento, apoio, coletivo, oficinas, ocupação, distração e convivência.

Essas referências demonstram a importância de espaços de convivência para a população em vulnerabilidade.

A mais tradicional atividade do Centro de Convivência acontece há dezoito anos e consiste em uma roda de conversa entre conviventes e convidados. Objetivo desse espaço é o debate e a formulação de questões que permeiam a vida do público que frequenta o espaço. As pautas são formuladas conjuntamente para abarcar questões de prevenção, educação em direitos, mobilização política e participação social.

O clima descontraído e sem moralismos favorece a participação do público, em uma co-construção de novas sínteses e olhares para o fenômeno das drogas e/ou correlatos, valorizando os múltiplos saberes e visões dos participantes da conversa.

O Núcleo de Cultura É de Lei desenvolve atividades artísticas e culturais compondo o conjunto de estratégias para a redução de riscos e danos associados ao uso de drogas. Desde 2010 nos tornamos um Ponto de Cultura, compusemos a rede estadual do Programa Cultura Viva do extinto Ministério da Cultura.

Desenvolvemos ações de formação, criação e produção cultural que envolvem práticas artísticas contemporâneas, com destaque para a fotografia, o audiovisual, poesia e ritmo e intervenções urbanas a partir de processos colaborativos.

As atividades acontecem no Centro de Convivência É de Lei e na região central da cidade de São Paulo e são gratuitas e abertas a qualquer interessado, independentemente de sua condição social ou psíquica e de experiência artística prévia.

O objetivo é ampliar a referência artístico-cultural dos participantes, bem como oferecer o contato com artistas e fazedores de cultura realizando produções de forma colaborativa, afirmando a experiência cultural que cada um traz.

Os trabalhos envolvem exposições de filmes, debates, aulas técnicas, filmagens, fotografia, intervenções urbanas, performances, edição e finalização de filmes, divulgação e exibição dos materiais finalizados.

Além disso realizamos saídas culturais pelo território visando ampliar a circulação e a apropriação da cidade pelos conviventes, bem como afirmando diferentes modos de estar presentes nos espaços públicos.

Ações de Campo

O trabalho de campo tem como objetivo central constituir-se enquanto uma oferta de prevenção, cuidado e redução de riscos e danos em contextos de uso de drogas. Para tal, a equipe de redutores de danos acessa pessoas que fazem uso de drogas e/ou em situação de vulnerabilidades nas cenas de uso abertas, buscando a constituição de vínculos, distribuição de informações, insumos e estratégias de redução de riscos e danos e encaminhamentos para a rede de serviços intersetorial. Através do estabelecimento de relações de confiança, em que é possível oferecer escuta qualificada, o diálogo entre equipe e população alvo possibilita a reflexão e o fortalecimento da noção de autocuidado e autonomia.

Com intuito de comunicar o trabalho do É de Lei de maneira efetiva, e atingindo os usuários de drogas, usamos folders informativos sobre drogas mais consumidas na população-chave (álcool, maconha, crack-cocaína).

Historicamente, o Centro de Convivência É de Lei é reconhecido pela criação e distribuição de insumos para as populações-chave com quem trabalha, os insumos são materiais pensados e desenvolvidos para prevenção e promoção de saúde, que oferecem ganhos concretos frente aos riscos epidemiológicos associados às práticas sexuais e ao uso de substâncias. Ou seja, têm como objetivo prevenir a transmissão de doenças - principalmente Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), HIV/AIDS, Hepatites Virais e Tuberculose - e estimular a produção do cuidado de si, reduzindo riscos e danos.

É possível observar através desta experiência no trabalho com Redução de Danos que o insumo é uma ferramenta potente para iniciar conversas sobre autocuidado. Ao serem entregues, cada insumo demanda também a oferta de orientações acerca de seu uso e de seus benefícios para a saúde e a qualidade de vida.

É sabida a baixa adesão ao uso dos preservativos por parte das pessoas que usam drogas. Diversos estudos apontam que o meio principal para a infecção pelo HIV provém das relações sexuais desprotegidas, o que torna a distribuição de preservativos crucial, ao mesmo tempo que desafiador.

Muitas vezes, em campo, era observada a rejeição e dificuldade de distribuição de preservativos. Muitos usuários relatam não ter uma 'vida sexual ativa'. Na tentativa de compreender e contra argumentar a importância do preservativo, muitas vezes é necessário sermos repetitivos em nossa atuação. Para os usuários que mencionam não usar os preservativos de forma deliberada, temos frisado a importância de outros métodos preventivos dentro do cardápio da prevenção combinada, como a PEP (Profilaxia Pós-Exposição) e agora a PREP (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV).

Alguns insumos

O protetor labial diminui rachaduras nos lábios causadas pelo uso de substâncias fumadas, em especial o crack no cachimbo, pela desidratação e frio; além de possuir fator de proteção solar. Ele foi pensado e produzido em tamanho pequeno, pois em experiência anterior, a equipe notou que é um material fácil de se perder nas ruas. Sendo menor, cada pessoa recebe algumas unidades, o que também propicia que o material não seja compartilhado. Em conjunto com as piteiras de silicone, incentivam o uso individual de crack, diminuindo as chances de contaminação de Tuberculose e Hepatite C (HCV).

O uso repetido de crack e a alta temperatura do cachimbo podem causar feridas e queimaduras nos lábios, língua, dedos, facilitando a transmissão de HCV no compartilhamento dos cachimbos. A distribuição de piteiras de silicone proporciona uma estratégia efetiva no engajamento dos usuários de drogas em seu cuidado.

A piteira é produzida em dois tamanhos diferentes, que visam adaptar-se aos diversos tamanhos de bocais dos cachimbos que, em geral, são produzidos pelas próprias pessoas. Para este insumo, a orientação é de que o próprio cachimbo não seja compartilhado. Com a prática, foi possível observar que nem sempre ter seu próprio cachimbo é algo comum nas cenas de uso, mas as piteiras, por serem pequenas, têm mais chances de serem utilizadas de maneira individual, podendo ser colocadas antes e retiradas após o uso. Cabe ressaltar que trata-se de uma tecnologia extremamente barata; são distribuídas em pequenas quantidades para cada um, para que possam trocar com frequência.

A distribuição dos insumos em si revelou a potência de tal estratégia para o fortalecimento de vínculos que, por sua vez, am-



Fonte: arquivo pessoal Maria Angélica de Castro Comis

pliam a possibilidade de acompanhamentos longitudinais e integrais; bem como a construção de projetos de cuidado mais duradouros, menos pontuais e imediatistas. Muitas pessoas identificam a equipe do É de Lei como “aquela que distribui as piteiras e protetor labial”, indicando a eficácia da estratégia para aproximação e tornando a organização uma referência dentre a diversidade de atores que compõem os territórios.

Articulação de rede e contexto político

Além da construção de vínculos com as pessoas dos territórios, É de Lei busca também se articular com outros atores que compõem a oferta de escuta, cuidado e atividades nas cenas de uso. Dentre eles, destacam-se alguns serviços públicos pensados para acompanhamento integral da população: Centros de Acolhida; Centros de Atenção Psicossocial; Programa Municipal de Redução de Danos; Serviço de Atendimento Especializado IST/AIDS; Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas vinculado ao Programa Recomeço; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência etc.

Incidir nas práticas e formas de cuidado dos usuários de substâncias psicoativas por meio da produção e multiplicação do conhecimento sobre a redução de danos e as questões sobre drogas.

Ações e Pandemia – COVID-19

Quando iniciou a pandemia da Covid-19 em março de 2020, a equipe do É de Lei percebeu que o público atendido pelo centro de convivência estava sem informações do que estava acontecendo na cidade de São Paulo, portanto foi realizada uma atividade pedagógica de campo em que a equipe foi para a cena de uso aberta de drogas na região dos Campos Elíseos, a chamada Cracolândia.

A equipe estava devidamente paramentada com equipamentos de proteção individual, elaborou um material com informações relacionadas às práticas de prevenção em relação ao Coronavírus, montou kits de higiene que continham: álcool em gel, sabonete, água potável, lenços, máscaras, além dos insumos de redução de danos já comumente distribuídos.

As informações de prevenção foram coladas nos postes e muros da região para garantir que a população pudesse acessar.



Fonte: arquivo É de Lei – foto tirada por Michel Marques

A partir de março de 2020, as ações de campo passaram a se focar na distribuição de kits de higiene e divulgação de estraté-

gias de prevenção, além, por exemplo, da criação de um mapa que trazia informações dos locais de distribuição de alimentação para a população mais vulnerável.

O material sobre prevenção também foi projetado em prédios na região central da cidade para que as pessoas em situação de rua que não são atendidas em nossa organização pudessem acessar as informações.

Durante todo o ano de 2020, o espaço de convivência foi fechado e foram realizadas convivências externas, ou seja, as ações de campo também se estenderam para outros territórios, por exemplo no Grajaú, em parceria com outras organizações da sociedade civil realizamos a distribuição de cestas básicas para a população LGBTQIA+.

Na região de São Paulo existem diversos coletivos que atuam na perspectiva da redução de danos e em defesa dos direitos humanos, portanto realizamos diversas atividades em conjunto em prol da população mais vulnerável.

Além da realização on-line do nosso curso de introdução a redução de danos que possibilitou a participação de pessoas do Brasil todo.

A atuação de incidência do É de Lei também se debruçou em aspectos relacionados aos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, portanto realizamos campanhas de doação, reuniões com o poder público solicitando implantação de locais para higienização das pessoas em situação de rua, além da reivindicação do não fechamento de equipamentos públicos na região central da cidade.

Após um ano de pandemia, a equipe continua atenta às estratégias de prevenção de infecção pelo Corona vírus, mas se encontra fortalecida para continuar na luta pelos direitos das

peessoas que usam drogas e estão em vulnerabilidade. A desassistência vivenciada pelas pessoas em situação de rua é reflexo das mudanças políticas, quando as políticas públicas são desnutridas internamente os sintomas se tornam visíveis, principalmente entre a população mais vulnerável.



Fonte: arquivo *É de Lei* – foto tirada por Michel Marques

Assim, caminhamos em busca de mudanças estruturais que possam minimamente reparar as pessoas mais afetadas pela política de drogas, pelo racismo e pela desigualdade social.

Maria Angélica de Castro Comis

Psicóloga clínica, redutora de danos, professora universitária, especialista em medicina comportamental e terapia cognitiva comportamental e mestre em Psicobiologia pela UNIFESP - Coordenadora Geral e de Advocacy do Centro de Convivência É De Lei.

GERAÇÃO POA, EXPERIÊNCIAS ENTRE SAÚDE E TRABALHO

O que importa não é conhecer o mundo,
mas mudá-lo. Frantz Fanon

A GerAção POA - Oficina Saúde e Trabalho é um serviço da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Porto Alegre/RS e faz parte da Rede de Atenção Psicossocial no eixo Estratégias de Reabilitação. Por ser o único serviço com essas características, a sua abrangência territorial é para toda a cidade. Com vinte e cinco anos de existência, a GerAção POA nasce a partir do movimento da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul como desdobramento de uma oficina em um Serviço Residencial Terapêutico. O nome deste serviço de saúde foi escolhido pelos usuários que faziam parte na época de sua fundação, em 1996, configurando-se como um dispositivo/serviço da rede substitutiva ao modelo de atenção hospitalocêntrico de cuidado em saúde mental. *Gerar ação em Porto Alegre*, por isso a escolha do nome GerAção POA, carregando um propósito de exercício do direito à cidade e ao trabalho.

O trabalho na GerAção POA tem como diretriz os princípios da Economia Solidária: organização coletiva e autogestionada, participação democrática, cooperação, sustentabilidade, desenvolvimento humano, responsabilidade social, educação permanente. O objetivo é estimular o desenvolvimento de atividades, trocas sociais e reflexões de outras perspectivas e possibilidades de trabalho.

O cotidiano de trabalho da GerAção POA é permeado por criações artísticas. A partir da definição coletiva de um tema de interesse comum, passamos a pesquisar diferentes perspectivas a fim de encontrar expressões que comuniquem sobre esse processo e que instiguem a aproximação de outras pessoas com a temática que propomos. Essas pesquisas ganham materialidade nos produtos construídos artesanalmente na GerAção POA através das técnicas de serigrafia, encadernação, papel artesanal, mosaico, velas aromáticas e tatuadas, bordados e costura. Uma variedade de produtos que carregam muitas histórias, que compõem um percurso com sentidos compartilhados.

Para as(os) oficinairas(os), o trabalho solidário traz perspectiva de vida. Fazer atividades, trabalhar em feiras, frequentar lugares como o Café Cantante, o Theatro São Pedro, a Cinemateca Capitólio, a sede da Associação Cultural Vila Flores, o Entreposto Contraponto é gratificante. Na GerAção POA se faz grandes amigos, um apoia o outro, um lugar em que não se é visto como doente, mas como ser humano com potencial de trabalho. Este é o testemunho de muitos oficinairas(os).

Há 4 anos a Geração POA conquistou um espaço na Cinemateca Capitólio para a sua primeira loja na cidade, com a gestão realizada pelos oficinairas(os), em parceria com a equipe da Cinemateca, equipamento ligado à Secretaria Municipal de Cultura. A loja GerAção POA/Cinemateca Capitólio é atendida por dois oficinairas(os) a cada plantão, com três escalas por dia, quatro dias na semana, quartas, quintas, sextas e sábados. O gerenciamento envolve o atendimento ao público, a organização de encomendas, a reposição de produtos e a divulgação.

A pandemia nos colocou impasses, mas também nos convocou a reinventar nosso cotidiano de trabalho. Um dos efeitos que podemos destacar desse processo é a força de invenção

que o coletivo GerAção POA tem demonstrado nessa reconfiguração das formas de trabalhar. Temos aprendido juntos sobre as tecnologias. Viver em rede já era um modo de existência deste coletivo, mas depois da pandemia parece que estamos também vivendo nas redes. Estamos atentos para os efeitos nocivos que o uso das tecnologias pode ter mas, por enquanto, temos nos servido das redes sociais para compartilhar uma parte desse processo. São tempos difíceis, que nos impelem a inventar e a criar.

Durante este período, também realizamos algumas visitas domiciliares aosicineiros que não possuíam acesso à internet e que eram do grupo de risco, mas que considerávamos essencial estarmos próximos de alguma forma. Para estes, entregávamos retalhos de tecido, linhas e agulhas, numa intenção de que a atividade de bordado pudesse auxiliá-los a enfrentar o que era novo para todos nós: os medos, as inseguranças, as tristezas frente à pandemia. Com as visitas e o transcorrer dos acontecimentos, percebemos o quanto o desejo de retornar ao fazer do GerAção POA estava presente nas falas, pensamos em realizar oficinas online, onde a atividade estivesse no centro deste cuidado.

As oficinas online contribuem para sustentar o processo de criação e de produção. Em cada encontro de oficina online se busca articular o que é construído nesse espaço virtual com o trabalho desenvolvido em oficinas presenciais, agora com poucosicineiras(os) participando. Oficinas de trabalho online de leitura, música, bordado, ressoar e fotos, se comunicam para compor algo que seja coletivo e que resulte em um produto final. Esta comunicação entre as oficinas caracteriza o modo de trabalhar na GerAção POA.

Buscamos publicizar as produções nas redes sociais da GerAção POA para compartilhar com a nossa rede de contatos, o que oportuniza vendas online, encomendas de produtos e promove o investimento na retomada da geração de renda. As oficinas online, nesse momento, possibilitam compartilhamentos, trocas de afetos e trocas sociais. Também construímos um site de vendas em parceria com a Associação Construção, cujo nome é Oficina Sol: coletivo arte, saúde e economia solidária.

A GerAção POA se constitui como um espaço de exercício de democracia e de participação em movimentos sociais da cidade, tendo em seu cotidiano o Conselho Local de Saúde como um de seus alicerces para a construção coletiva da autogestão do trabalho. Também é integrante do Forum Municipal de Economia Solidária Porto Alegre, desde a sua constituição.

Como poder estar em um espaço compartilhado de economia solidária na cidade? Entende-se que este é um dos grandes desafios para a GerAção POA, por estarmos na fronteira entre saúde e trabalho. Fazer com que os oficinairos(os) possam pertencer a um espaço que lhes garanta o direito ao trabalho, fora de um serviço de saúde, em uma produção econômica que gere renda significativa e reconhecimento pelas habilidades e potências. Que seja um espaço de compartilhamento de vivências, respeito, democracia e circulação pela cidade.

Adriane da Silva,

psicóloga, servidora pública Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre/ GerAção POA – Oficina Saúde e Trabalho

Íria Luciana Conceição do Nascimento,

Oficineira na GerAção POA.

O COTIDIANO DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DA REDE DE SAÚDE MENTAL DE BELO HORIZONTE

O século XVII, ao inventar o hospital geral e institucionalizar as diferenças agrupadas sob o signo da desrazão - loucos, hereges, prostitutas e mendigos - estabeleceu as principais condições para a posterior segregação do louco, que, ao final do século XVIII passou a ser percebido como doente mental, como a invenção do saber médico sobre a loucura (Foucault, 1987). A psiquiatria nasceu propondo a exclusão de alguns indivíduos e assumiu as chaves da fortaleza do confinamento, passando a não só se ocupar dos loucos, mas também a exercer o mandato social de falar em nome destes. Pela boca da psiquiatria fala a razão e, em nome da razão, os doentes mentais são segregados e excluídos do convívio social.

Entre nós, a história da psiquiatria revelou os limites da desumanidade com que o exercício deste poder conduziu a prática terapêutica. Os lugares de tratamento não se distinguiam, em nada da violência cotidiana exercidas nos campos de concentração, analogia essa estabelecida por Franco Basaglia no momento de sua visita a uma das instituições psiquiátricas brasileiras, provocando inquietação e possibilitando o início do processo de transformação do cenário do tratamento em saúde mental.

Podemos afirmar que o tratamento moral nunca foi abandonado como terapêutica no tratamento ofertado aos loucos, nem

mesmo com o desenvolvimento da indústria farmacêutica. Poderíamos supor que, controlando os sintomas da doença mental com o uso dos recursos medicamentosos, poder-se-ia abrir mão da prisão como condição destinada a quem dela sofria, mas isso não aconteceu, pelo menos não a partir daí.

O Livro “Nos porões da loucura” (Firmino, 1982) e o filme “Em Nome da Razão” (Ratton, 1979) são documentos preciosos para demonstrar que nos manicômios não imperava a questão dos cuidados. O que se constatava era, antes e acima de tudo, o abandono e o descuido. A loucura trazia consigo a ruptura dos laços e a internação fortalecia essa ruptura pela via do isolamento, oferecendo um cotidiano sem vida e vazio de sentido. Somando a esse fato vale lembrar que a imagem que se construiu do louco ao longo do tempo foi sempre pelo viés da negatividade: ausência de razão e de juízo, aquele que é imprevisível, perigoso, incapaz. Se nós, orientados pela lógica da reforma psiquiátrica, recusamos essa maneira de lidar com a loucura, contudo não podemos escapar das marcas dessa herança que nos foi deixada por um passado nem tão distante. Cabe, portanto, decidirmos o que fazer dessa herança. Herança que assume a forma de uma dívida com cada um que teve sua vida destruída pela maneira como a loucura vem sendo tratada pela sociedade.

Demarcamos que a construção de formas mais humanas no tratamento do portador de sofrimento mental ainda é insuficiente para fazer frente às consequências da forma de tratamento que se deu ao longo dos séculos, assim como também à ruptura dos laços sociais, frequentes nas trajetórias de vidas dos portadores de sofrimento mental. Tais rupturas, apresentam aspectos mais ou menos graves, mais breves ou mais prolongados e, na maioria das vezes, foram potencializadas pelos manicômios.

Nos últimos anos, contudo, o termo cuidado foi ampliado e, especificamente no campo da saúde mental, várias frentes

foram se abrindo no sentido de ampliar ações necessárias visando a um projeto de atenção ao portador de sofrimento mental. Em Belo Horizonte a rede de atenção ao portador de sofrimento mental é composta pelos serviços substitutivos ao manicômio, dispositivos públicos que integram a rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A progressiva implantação dos serviços substitutivos se fez acompanhar pela gradual desativação de leitos e fechamento de parte dos hospitais psiquiátricos existentes.

Para cuidar do portador de sofrimento mental, enfrentando o isolamento e a segregação, e também ajudando cada usuário a lidar com seu sofrimento, a rede substitutiva oferece o centro de convivência, um dispositivo que lança mão de oficinas de arte, artesanato e atividades físicas para organizar o cotidiano do usuário, indo além do tratamento terapêutico propriamente dito. A política de saúde mental de Belo Horizonte optou, assim, no que se refere à formação das equipes desses dispositivos pelos artistas, artesãos e educadores físicos. São esses que conduzem as oficinas e atividades ofertadas nos centros de convivência. Essa escolha e decisão política expressam o reconhecimento e a importância atribuída às contribuições oriundas do campo da arte, da cultura e do lazer, práticas e disciplinas que não necessariamente se inscrevem, mas transcendem o campo do cuidado da saúde *stricto sensu*.

O trabalho desenvolvido pelos artistas e artesãos, cuja formação realiza-se no campo das artes e da cultura e tem como referência o processo de criação, propiciam outros recursos aos sujeitos excluídos para que os mesmos possam encontrar e escolher novas formas de se expressar. Formas essas, vale ressaltar, menos “padrão” ou “formal”, e que incluem um jeito particular de relacionar-se com o mundo e dialogar com a cidade. A natureza das nossas oficinas não se dá no sentido médico ou psicológico, mas da forma criativa, não massificada

e produtora singular de sentido. Não é uma prática sanitária, mas não deixa de produzir efeitos terapêuticos; efeitos que são claramente percebidos na melhoria das condições de vida, nas relações pessoais e nos corpos das pessoas.

A hipótese que fazemos e que nos orienta é que, exatamente por vir de outro campo e por aportar à experiência da loucura valores e referências estrangeiras ao campo sanitário, ou seja, incluir pincel, tinta, música, papel, argila, cor, som, relações e afetos, que produzem efeitos e revelam-se potentes. Em outras palavras: a aposta na arte como modo de expressão, mas, sobretudo, como recurso de invenção de humanidades, revela-se potente, além de assertiva, no cotidiano dos centros de convivência. As fronteiras do viver se expandem pela descoberta de perspectivas, significados, novas possibilidades de inserção e fazem desses elementos recursos imprescindíveis ao processo de desconstrução do manicômio.

É importante salientar que não esperamos que desse processo de criação surjam artistas, o que pode ou não vir a acontecer. O que nos interessa fundamentalmente é a liberdade que o processo criativo traz em si e, principalmente, a possibilidade de um fazer sem expectativas exigentes, duras ou padronizadas. Cada sujeito é convidado a criar, o limite é dado pelo suporte da obra a ser criada e pela relação que ele estabelece com o outro. Importa o que o contato direto com a arte ou com o fazer artístico pode proporcionar - essa é uma das funções do centro de convivência.

Há também uma agenda constante para frequência aos lugares de compartilhamento de arte e cultura na cidade, tais como cinema, teatro e shows. Além disso, compartilhamos com a cidade o resultado desse processo criativo e de expressão que acontece nos centros de convivência, realizando eventos, shows e exposições. O maior exemplo disso é a mostra de arte

insensata. Essa iniciativa teve três edições, e é uma maneira de potencializar e amplificar aquilo que fazemos cotidianamente: o diálogo com a cidade. Durante cinco dias levamos para um equipamento cultural de Belo Horizonte uma série de shows, oficinas, ateliês abertos, seminários, rodas de conversas, loja de objetos e artesanato, bar e restaurante. Lugares onde usuários e trabalhadores oferecem à cidade um momento prazeroso, propiciando circular pelos resultados que o encontro da arte com a loucura produziu.

Deleuze (citado por Aquino, 2012) pontua que “quando alguém está criando, encontra-se num devir artista e isso o afasta da doença”. Longe de reduzir a arte a um processo de cura, vislumbramos antes um intervalo que ela pode propiciar. Fazemos aos nossos usuários o convite para fazerem outra coisa de sua dor, de seu sofrimento, que seja produção de vida, além da cessação do sintoma.

As oficinas nos centros de convivência são, como consequência da produção de novos sujeitos, provocadoras para novas possibilidades: não é raro vermos ali casais se formando, amizades surgindo e se consolidando, a busca pelo retorno aos estudos, a busca por trabalho. Algumas dessas saídas de cada usuário pouco precisam de nós, os trabalhadores da saúde mental. Porém, em outras, é fundamental a nossa participação para construirmos juntos com os usuários possibilidades, como é o caso da inserção no mercado de trabalho, seja pela via da economia solidária, ou pela via do mercado formal.

No ano de 2003, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA-BH) criou uma Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários para dar suporte à experiência de trabalho cooperado surgido entre usuários da rede de atenção à saúde mental, a Suricato. Essa experiência conta atualmente com quatro grupos de produção e um espaço onde, além

de exposição e venda dos produtos produzidos pelos usuários, funciona um bar/restaurante e uma galeria de arte com variada agenda cultural de shows musicais e performances artísticas. No campo do trabalho formal, a partir de 2014 os centros de convivência têm sustentado, em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais (SRT-MG) - ministério da economia, entidades formadoras e empresas, um projeto no qual usuários vinculados aos centros de convivência ingressam no mercado formal de trabalho.

Além do processo de trabalho cotidiano em cada centro de convivência, os monitores têm papel fundamental na interlocução que fazemos com a cidade, no que diz respeito tanto aos eventos culturais que ela nos oferece, quanto àqueles que nós oferecemos (shows, exposições, intervenções, saraus...). Esses dois movimentos, que vão no sentido de uma apropriação e usufruto da cidade, ao mesmo tempo que têm por finalidade e consequência deixar os usuários de nossos serviços mais à vontade para circularem, têm também por finalidade e consequência, mudar a representação social do portador de sofrimento mental fazendo caber na cidade o convívio com a loucura.

Os centros de convivência constituem-se em espaço de sociabilidade, compreendida não como um mero estar ali, mas como tempo, espaço no qual se oferta algo, um recurso a mais que incrementa o convívio e torne o comum viver mais atrativo. Lugar que almeja fomentar no portador de sofrimento mental o desejo de circular pela cidade sob outras referências sobre si e sobre o mundo, não mais como louco e não só como usuário dos serviços de saúde mental, mas como um cidadão, o qual quer um, que pode usufruir do que a cidade oferece aos que nela vivem, o sujeito singular que aporta e consome na e da cidade os recursos que a mesma oferta e acolhe.

Cabe assinalar que assim como os demais serviços da rede de atenção à saúde mental, o centro de convivência atende tam-

bém os casos graves de sofrimento mental daqueles que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Pensar um lugar com tal especificidade, um lugar que funciona na tensão entre o dentro e o fora, requer a atenção e a disposição para operar sob este fio de tensão, ou seja, não fazer do serviço um gueto segregativo e, por outro lado, reconhecer que o para todos deixa sempre de fora o singular, opera de modo a excluir a diferença mais radical. Assim, para não correr o risco de normalizar um serviço como esse sob a pena de excluir aqueles que mais precisam dele, é preciso buscar o encontro com as diferenças, com a diversidade.

O reconhecimento de um lugar para a diferença, um lugar que a estimule e potencialize o processo de invenção da inserção singular, remete-nos a um dos princípios mais caros e bonitos do SUS: a equidade ou reconhecimento de que é preciso tratar de modo diferente os desiguais, ofertando mais cuidado a quem mais precisa.

Desde a implantação dos centros de convivência, uma das suas vocações é a de se constituírem como canais de diálogo mais estreito da saúde mental e de seus usuários com outras políticas públicas e com a cidade.

Entretanto, e a despeito de várias iniciativas e da inserção em normativas do SUS, esses dispositivos não recebem financiamento das demais instâncias de governo, fato que fragiliza e reduz a implantação de centros de convivência em muitos municípios, pois o mesmo é exclusivamente financiado pelos recursos municipais e depende da iniciativa do gestor local.

Para concluir, apoiamo-nos nos dizeres de Contardo Calligaris e Iberê Camargo. Em Calligaris (2013), quando afirma que “a liberdade é um trabalho incessante para inventar os futuros que queremos e para ter coragem de fazê-los acontecer”. E em Camargo (transcrito por Frederico Moraes, 1998) quando declara:

“eu não nasci para brincar com a figura, fazer berloques, enfeitar o mundo. Eu pinto porque a vida dói”.

A dor da vida ins-pira, trans-pira.

Arte, liberdade, convivência, solidariedade, são ferramentas que orientam e dão forma ao cotidiano, em nosso banal, surpreendente e criativo dia a dia.

Karen Cristina Zacché,

psicóloga e gerente do Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário

Rosimeire Silva (in memoriam),

psicóloga e ex-Coordenadora de Saúde Mental de Belo Horizonte

REFERÊNCIAS

AQUINO, R. Do Pitoresco ao Pontual: uma Imagem-Biografia. In: col. Arthur Bispo do Rosário – Séc. XX. (Wilson Lázaro). Rio de Janeiro: Réptil, 2012. p. 48-105.

CALLIGARIS, C. Liberdade de ir e vir. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 dez. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2013/12/1380677-liberdade-de-ir-e-vir.shtml>> Acesso em: maio de 2021.

FIRMINO, H. Nos porões da loucura. Belo Horizonte: CODECRI, 1982.

FOUCAULT, M. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

MORAIS, F. Arte é o que eu e você chamamos arte. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RATTON, H. Em nome da razão. Belo Horizonte: Quimera, 1979. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=smtO7x34xn0>>. Acesso em: março de 2016.

CENTROS DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA E A SITUAÇÃO NA CIDADE DE CURITIBA E NO PARANÁ

Boa tarde a todos e todas,

Agradeço aos presentes e aos membros da organização deste memorável evento, o qual preza por produzir e multiplicar a vida e muitas relações. Em seu título, já bastante sugestivo, “Encontro Nacional de Centros de Convivência: a delicada arte dos encontros”, já apresenta a que veio.

Fico muito feliz em poder encontrar aqui trabalhadores de Centros de Convivência de todo o país, assim como usuários, familiares e lideranças comunitárias diversas, todos unidos na busca de maneiras de promover, acima de tudo a vida humana, encontros comunitários e tudo o que vai dando força e sustentação ao grande tecido vivo (e que se protege!) que chamamos de comunidade!

Esse evento, ainda, se faz extremamente necessário, por um lado, por estarmos vivendo uma época de grandes desmontes da vida humana, uma época de rompimento de relações diversas, familiares, de amizade, de vizinhança, de trabalho, de relações comunitárias... por vários motivos, alguns deles já brilhantemente apontados na fala de abertura da Dra. Maria Cecília Galletti, e, por outro lado, sua importância toma destaque por estarmos vivendo o necessário isolamento social, que, em-

bora nos seja imposto pela pandemia do Covid-19 para proteger nossas preciosas relações, também acusa diariamente a importância que elas têm em nosso cotidiano.

Neste sentido, resgato aqui meu apreço a todas as pessoas aqui presentes que se mobilizaram e se mobilizam cotidianamente para construir de maneira democrática, no papel de usuários, familiares, trabalhadores, gestores, mas, acima de tudo, no papel de cidadãos, estes guardiões da convivência comunitária, os Centros de Convivência.

Meu endereço aqui, nesta fala, é apresentar a atual situação deste belo guardião, desfalecido, contudo, em Curitiba e região, e, infelizmente, também no estado do Paraná. Até cerca de 2015, o município contava com um Centro de Convivência gerido pela Associação Arnaldo Gilberti, o qual, mesmo com dificuldades para atender às demandas inaugurais do Centro de Convivência e Cooperativa, no que tange a propiciar encontros comunitários diversos, plurais e dispersos, ainda assim mobilizava variadas forças para dar suporte e construir relações comunitárias para pessoas em sofrimento mental, ampliando sua vida no território, por meio de ampla sorte de ações, inclusive organizando possibilidades de geração de trabalho e renda, com base na Economia Solidária.

Cabe ressaltar que, para orquestrar essa intensa dinâmica de ações comunitárias, a força motriz da Associação, à época, era constituída praticamente de parcerias voluntárias, tecidas, organicamente, com instituições e pessoas. À prefeitura, até então, cabia o pagamento do aluguel da casa que dava guarida às ações e da conta de água, luz e telefone, investimentos mínimos para tudo o que a instituição, mesmo com as limitações acima descritas, retribuía para nossa comunidade.

Acontece que no ano de 2015, a gestão de Curitiba, à época do PDT, capitaneada por Gustavo Fruet, optou, acertadamente (ao mínimo a meu ver), por municipalizar a iniciativa, desterritorializando a Associação Arnaldo Gilberti e deixando-a ao relento, infelizmente, e aqui fica minha crítica, sem sequer uma casa/sede.

A Secretaria Municipal de Saúde, então, passou a gerir diretamente o espaço, procurando manter as ações, relações e vínculos de outrora, inclusive com um extenso corpo de voluntários. Ousou, ainda, investir esforços, embora com várias limitações, para a abertura de outro Centro de Convivência, no bairro de Santa Felicidade, o qual apresentava limitações diversas, de recursos humanos, materiais, etc. inclusive com o funcionamento reservado a muito poucos períodos na semana.

A trancos e barrancos, lá foram os dois CECCOs, um mais estruturado e outro bastante claudicante, até cerca de 2017, ano em que, com a mudança da gestão de Curitiba, atualmente sob a batuta do Prefeito reeleito Rafael Greca, do partido DEM, o serviço público foi extinto, com promessas, feita aos militantes da reforma psiquiátrica de Curitiba, de retomada do espaço. Cabe ressaltar: promessa até então, em 2021, em suspenso.

Daria-me um enorme prazer falar para vocês sobre o atual funcionamento dos CECCOs no município, seus desafios e conquistas, parcerias e trabalhos territoriais, afetos e relações mobilizadas! Falar sobre parcerias, antes erigidas, com Universidades e faculdades, voluntários e parcerias interinstitucionais diversas. Sobre projetos de acompanhamento terapêutico, estruturados, que proporcionavam acompanhamento na transferência de vínculo entre instituições, tanto no caminho Instituições externas/CECO, como CECO/instituições externas, e que compunham possibilidades concretas na construção de projetos de vida diversos. Faria-me radiante falar dos grupos

de Ioga, Tai-chi, Rodas de Conversa, Lian-Gong, leitura, bio-dança, dentre outros tantos... sobre os grupos de convivência, outrora frequentes, que ampliavam a relação e vínculo de tod@s, inclusive o meu próprio, com vários lugares da cidade e região.

Seria marcante lhes apresentar o grupo/curso que tínhamos sobre controle social, contando, inclusive, com acompanhamento e organização horizontal de coletivos de usuários/familiares/trabalhadores para a participação nos espaços de Conferências e Conselhos Populares e, ainda, com a elaboração e encaminhamento conjuntos de solicitações e reivindicações para instâncias de controle diversas, como o Ministério Público, Ouvidoria, Conselhos Profissionais, Imprensa, etc.. Finalmente, meu prazer seria incontável ao lhes apresentar e presentear com bolsas de banner reciclado produzidas, as quais, além de relações entre pessoas, máquinas de costura, atividades, com o mundo, também proporcionava geração de renda e o fortalecimento da Economia Solidária. Daria-me enorme prazer... caso o destino e as opções políticas no município tivessem sido outras.

Em atual quadro, no município de Curitiba não se encontra em funcionamento qualquer Centro de Convivência nos moldes propostos pela atual Política Nacional de Saúde Mental, a nossa Rede de Atenção Psicossocial. O pior: nenhum Centro de Convivência nestes moldes se encontra em funcionamento em todo o estado do Paraná!

Fico feliz em ver, neste evento, a presença de estados e municípios tão diversos, com mais recursos, com menos recursos, com mais habitantes ou menos habitantes do que o município de Curitiba, apresentando aqui, por meio de seus representantes, os trabalhos de seus Centros de Convivência, falando sobre suas potências, apoiando-se mutuamente em suas dificuldades e, acima de tudo, trocando! Estabelecendo relações

para que possamos crescer mutuamente nossa comunidade e, com ela, a vida humana!

Ao que me coube, aqui, ao relatar nossa realidade no estado do Paraná foi promover reflexões sobre a importância de nos mobilizarmos cotidianamente, inclusive por meio de ações de construção de conhecimento, de Educação Popular horizontalizadas, que reivindicuem o local da Saúde Mental, de seus usuários, familiares e trabalhadores, como protagonistas da construção do cuidado em liberdade, guiando a aplicação do recurso público para tal fim.

Neste sentido, a congregação de forças, a meu ver, deve se apoiar na tecitura de relações, aquelas que abri minha fala, para que um coletivo preocupado em garantir cuidado territorial possa estar sempre mobilizado, tendo como suporte estrutural, para sua prosperidade, a guarida dos Centros de Convivência, dos CAPS e de vários equipamentos da rede, todos provocados a fortalecer a democracia por esse belo movimento que encontra na Saúde Mental potentes agentes! Vocês! Nós!

A interlocução deve, ainda a meu ver, ser ampla e não se restringir a espaços da Saúde! Como em uma atividade de tecelagem realizada em um CECCO, é importante envolver e se abrir a toda a comunidade! Deve convidar, para esta tecelagem, vários agentes e instituições, intersetoriais, implicando o setor da Educação, da Assistência Social, do Trabalho... deve convidar o poder legislativo, o ministério público, o poder judiciário, o terceiro setor, as universidades para tecer juntos... / para o encontro... / para uma relação... que construa o cuidado em liberdade!

Não nos esqueçamos, ainda, que uma grande Conferência de Saúde Mental está por vir, a qual exigirá de todos nós a organização para que no relatório final de cada conferência estejam

presentes as demandas: “Implementar um Centro de Convivência e Cooperativa em cada um dos municípios aqui presentes”; e/ou “Financiar e prover as devidas condições estruturais para os(s) CECCOs dos municípios aqui presentes, contando inclusive com a contratação de profissionais diversos e com a compra de materiais, de modo a garantir o pleno funcionamento deste ponto de atenção”.

Vou trabalhar, conjuntamente com a organização deste encontro, em uma forma de inserir dois e-books gratuitos, os quais já vou compartilhar os links aqui no grupo, que estruturamos para fortalecer a participação popular nas Conferências de Saúde e no Controle Social, na esperança de que estes materiais possam lhes auxiliar nesta trajetória junto ao Controle Social.

Ainda, enquanto ato técnico, ético e político, esse evento conclama a representantes de cada um dos CECCOs aqui presentes, o preenchimento fraterno de um formulário com informações sobre o funcionamento dos seus serviços, o que nos possibilitará fazer um diagnóstico coletivo sobre os CECCOS, como são compostos; da onde recebem seus recursos humanos e financeiros; como estão estruturados atualmente; etc., procurando, na sequência, divulgar a todos nós, em variados formatos, esse atual quadro. Tal empreitada pretende dar suporte tanto à implementação de CECCOs em vários municípios brasileiros, como para o fortalecimento mútuo dos CECCOS existentes, por meio da troca das experiências. Com essa ação, ainda, teremos informações sobre as principais dificuldades dos CECCOS, procurando tecer conjuntamente estratégias para enfrentá-las.

Como desfecho, eu desejo, assim, que essa bela confluência de forças, organicamente construídas em um comprometimento cotidiano e longitudinal, interinstitucional, intersetorial, inter-relacional, possa dar sentido a vidas diversas e garantir,

estruturalmente, uma nova abertura de Centros de Convivência aqui no Paraná, mas não só! Que vários estados e municípios do Brasil, afora e adentro, possam fazer jorrar vida e cores à sua população com a inauguração destes espaços! E que estes guardiões da vida humana, os CECCOs, possam promover encontros, mudar e marcar vidas! Depende de nós!

Muito obrigado!

Luís Felipe Ferro,
*Doutor em Psicologia Social, Universidade
Federal do Paraná.*

A CONSTRUÇÃO DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Boa tarde. Quero, em primeiro lugar, saudar a todas as pessoas que estão nos assistindo e que se envolveram, se envolvem ou se envolverão, a partir daqui deste encontro, com os Centros de Convivência em diversos territórios do Brasil e me congratular com todas as pessoas que vieram nos contar de suas experiências e seus encantamentos com este modo de viver e produzir saúde e também com aquelas que me sucederão nesta fala. Obrigada à comissão organizadora pelo convite para compartilhar a experiência dos Centros de Convivência e Cooperativa do município de São Paulo, iniciada em 1989, na gestão municipal de Luiza Erundina de Souza (entre 1989 e 1992).

Minha trajetória nos Ceccos teve início em 1990, quando trabalhava na Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a CMTC, onde fui indicada para compor o Grupo de Trabalho Intersecretarial para a Implantação dos Centros de Convivência e Cooperativa na cidade. Na ocasião a constituição tinha sido recém promulgada e o SUS estava sendo regulamentado. O grupo contava com cerca de vinte atores representando diversas pastas públicas. Coordenado pela Saúde, contava com agentes da Cultura, Verde, Esportes, Educação, Transporte, etc... Cada uma com a tarefa de articular formas de dar corpo e cor ao serviço. À CMTC, por exemplo, cabia organizar o trajeto dos ônibus das linhas dos ônibus adaptados para pessoas com dificuldades

de mobilidade de modo a incluir no itinerário os Ceccos, possibilitando o real acesso de todos. Foi uma germinação planejada e cuidada pra que o serviço nascesse intersetorial, com as sementes de todos os envolvidos com uma nova forma de fazer saúde na cidade.

Durante este mandato foram implantado 17 Ceccos em parques, centros esportivos, praças públicas, conjuntos habitacionais populares. Todos contavam com equipes de saúde multiprofissional, que compunham seu fazer com artistas contratados pela Secretaria de Cultura, com educadores físicos funcionários da Secretaria de Esportes, com articulação com professores da rede de ensino no empenho pela manutenção de todas as crianças na escola inclusiva, com ônibus adaptados chegando em seus portões.

A proposta de criar uma rede de serviços substitutiva aos hospitais psiquiátricos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 contava com hospitais-dia, equipes de saúde mental nas unidades básicas de saúde, leitos psiquiátricos em hospitais gerais. Nesta rede de serviços, caberia ao Cecco a articulação territorial do cuidado de forma a envolver a comunidade, construir novos espaços de sociabilidades, de convívio amoroso, em que a diferença fosse acolhida, bem-vinda, desejada.

Os Ceccos são, assim, dispositivos inovadores na composição da rede de cuidados e nos modos de produção de saúde, e se utilizam de manifestações artísticas, culturais, físicas, artesanais como polos agregadores para o encontro entre os diferentes em agrupamentos heterogêneos.

A implantação dos Ceccos se dá nos espaços públicos da cidade: parques, praças, centros esportivos, centro comunitário. Esta é uma grande inovação e reverte a ordem de organiza-

ção dos pontos de atenção das redes assistenciais, geralmente feitas a partir da nosologia, ou seja, com acesso dado pelos quadros clínicos, pelas doenças ou desabilidades. Os espaços públicos se caracterizam pelo uso comum e pela posse coletiva. Se definem pela garantia de acesso livre e pelo direito de ir e vir facultado a todas as pessoas. São espaços que permitem o desenvolvimento de atividades coletivas, vocacionadas ao lazer, à contemplação, às manifestações públicas onde não é preciso apresentar um encaminhamento, ou uma carteirinha para se adentrar ao espaço. Não é necessário sequer ter um motivo, que não seja o “querer estar”.

O espaço público não garante, a priori, o convívio solidário, a participação ativa, ou o uso equânime dos recursos disponíveis. Ricardo Teixeira, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), nos chama a atenção para a questão da produção do comum, ou seja a produção dos bens e das riquezas materiais ou imateriais que são comuns a todos. Para ele, a produção do comum não se resolve apresentando o público como alternativa ao privado. A produção do comum se dá no *encontro* e está relacionado à “produção de potência [...] produção de alegria, de ideias adequadas e ações virtuosas”. Enquanto o bom encontro produz nos sujeitos um aumento da potência, o mau encontro provoca sua diminuição.

Os Ceccos agem, então, na mediação por uma ocupação coletiva, participativa e solidária nos espaços públicos em que estão instalados. Devem manter-se atentos e interessados na garantia do direito de todos à cidade, atuando no sentido de evitar a segregação de segmentos populacionais vulneráveis. Trabalham nos espaços públicos e devem se posicionar de modo radical a favor da inclusão do diferente na vida comunitária. São dispositivos, assim, vocacionados à garantia dos direitos humanos e ao pleno exercício da cidadania, que acolhem todas as pessoas que

a eles chegam, seja as que fazem a procura espontânea (como aquelas que chegam na porta e falam “Vi vocês dançando, o que fazem aqui?” “Posso participar?”) e também as pessoas que vêm referenciadas de serviços públicos ou privados, sejam da saúde ou de outros setores da sociedade.

O encontro entre as pessoas nos Ceccos, o bom encontro produtor de potência, tem como agenciadores os trabalhadores da equipe multiprofissional de saúde, que pode ser constituída por assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, agentes administrativos, técnicos e auxiliares de enfermagem, por exemplo. As ações desenvolvidas são oficinas ligadas à expressão artística e cultural, tais como oficinas de danças, artes plásticas, canto, teatro; às artesanias, como, mosaico, origami, teares; à jardinagem; aos esportes, como basquete, capoeira, jogos colaborativos; às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como taichi, dança circular... Nenhuma destas atividades está ligada às atribuições exclusivas dos núcleos profissionais que compõem a equipe de saúde dos Ceccos, não havendo espaço para rotineiras “reservas de mercado profissional”. As linguagens se constituem, então, em terreno fértil para troca de saberes, para experimentações, interações, aprendizagens: um convite irrecusável à transdisciplinaridade.

Compondo com as equipes de saúde tem-se a figura dos oficinairos, artistas ou artesãos, mestres nos ofícios desenvolvidos nas atividades e que agregam ao trabalho os saberes comunitários, muitos deles aprendidos por transmissão oral ou em núcleos familiares e ancestrais. As oficinas são caldos cheios de temperos.

Destaco aqui que esta é uma fragilidade dos serviços em São Paulo: manter oficinairos contratados, compondo as equipes.

No seu nascimento intersetorial, cabia à Secretaria de Cultura a contratação e disponibilização destes profissionais para o Cecco e assim foi feito durante a gestão da Luiza Erundina. Gestões municipais seguintes não tiveram o mesmo investimento na cultura e a oferta dos profissionais mestres em seus ofícios foi definindo. Entre 2006 e 2007 uma aproximação com a Secretaria de Participação e Parcerias conseguiu disponibilizar edital para contratação de oficineiros por meio do Programa Ofício Social, que objetivava a inclusão sócio-cultural através de oficinas de capacitação profissional, esportes e artes. Durante um semestre, aproximadamente, foi possível potencializar as oficinas com oficineiros em linguagens escolhidas pelas equipes, de acordo com a realidade ou vocação territorial. Relato uma experiência que aconteceu no Cecco Mooca, onde eu trabalhava.

Por ser uma região próxima ao centro da cidade e abrigar muitos centros de acolhida, há no território um grande número de pessoas em situação de rua. Esta população, nem sempre aderiria às ofertas de oficinas do Cecco e muitas vezes não chegava a entrar na unidade. A equipe decidiu ir até os centros de acolhida onde eram oferecidas cama e refeições, para iniciar ali um bom encontro, disponibilizando, a partir do vínculo, o espaço e o serviço. Foi iniciado a oficina de Teatro do Oprimido acompanhada por duas profissionais da equipe do Cecco. A adesão foi muito boa e o oficineiro em questão desenvolvia um trabalho durante a Paixão de Cristo em um espaço cenográfico aberto em Minas Gerais. Os frequentadores das oficinas, homens em situação de rua, foram, então convidados a participar da montagem do espetáculo e rumaram para o sul de Minas. Por mais de 15ma casa, realizaram refeições com os atores, deram entrevista na rádio local, entraram em estúdios de gravação para dar voz aos personagens. Viraram fariseus, guardas, apóstolos... um dos rapazes interpretou Deus.

Esta experiência emocionante se esvaiu com as mudanças políticas que não garantem a manutenção destes trabalhos. O Ofício Social existiu por um mais alguns anos, mas os oficinas foram oferecidos a ONGs e grupos da sociedade civil. Isto nos leva a pensar que a intersectorialidade deve ser um caminho a ser construído por políticas públicas que orientem a constituição dos Centros de Convivência.

Em 2007 deu-se início à construção participativa de um Projeto de Lei Municipal, o PL 0762/2007, que criaria o Sistema Municipal de Convivência e Empreendedorismo Social, formalizando o trabalho dos ceccos em São Paulo, mas o projeto não caminhou. Tendo iniciado as atividades em 1990, somente em 2018 foi publicada pela Secretaria Municipal de Saúde, a Portaria Municipal 964/2018, que regulamenta e estabelece as diretrizes para o funcionamento dos Ceccos.

As oficinas em suas diversas linguagens são sempre acompanhadas por profissionais de saúde, responsáveis pelo manejo dos grupos compostos de modo heterogêneo, onde se misturam pessoas de diferentes identidades faixas etárias, etnias, tenham elas casa ou não, aapresentem facilidade ou dificuldade em aprender atividades complexas, frequentem ou não consultórios de psiquiatria. As pessoas se reúnem nos grupos porque gostam de música, de dançar, querem meditar ou se exercitar, querem aprender crochê ou compartilhar seu saber. Isso iguala todos os frequentadores: os de procura espontânea ou os que chegam referenciados por outras unidades de saúde. O que une as pessoas nos grupos dos Ceccos não é o que elas têm, e sim o que elas querem e o que gostam. A produção do comum se constitui em atividades que façam os sujeitos se sentirem bem e terem suas potências de vida aumentadas.

Pichon-Rivière, na sua teoria sobre os grupos operativos, aponta que critérios como motivação para participar do grupo e experiências de vida definem a heterogeneidade dos grupos e aponta que, quanto mais heterogêneo um grupo, maiores são as possibilidades de realização da tarefa a que se propôs. Heterogeneidade significa, para ele, mais recursos disponíveis para o grupo. Os Ceccos se posicionam na radicalidade desta proposta de composição dos grupos, exercitando no cotidiano grupais em que todas as experiências de vida são possíveis, dão cores ao coletivo, ou seja, é nos bons encontros que reside a possibilidade de termos comunidades sensíveis e acolhedoras a modos de existência plurais, possibilitando a ampliação e potencialização da defesa do cuidado em liberdade.

Capítulo importante do trabalho nos Ceccos, a aproximação com o campo da Economia Solidária lança luz sobre as discussões acerca do trabalho e da geração de renda para frequentadores, em especial para os mais vulneráveis. Também aqui entendemos que a heterogeneidade do grupo é produtora de maior potência. E aqui também que a falta de políticas consistentes dificulta o desenvolvimento das atividades. Nos serviços é possível produzir com os frequentadores, mas as vendas não são permitidas, inviabilizando a atividade econômica.

Com outras unidades do Estado, tais como CAPS e Núcleos de Trabalho, os Ceccos integram a *Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, Rede Ecosol*, que iniciou sua articulação em meados de 2009. Temos avançado muito dentro dos limites institucionais colocados pela máquina pública. Recentemente constituímos na cidade dois pontos de comercialização das produções dos serviços: o Ponto de Economia Solidária do Butantã e o Ponto Benedito, este último localizado em uma praça que tem uma tradicional feira de antiguidades e produtos “descolados”. Também dentro desta rede são feitas experimenta-

ções em novos modos de produção, organizando e propondo encadeamentos produtivos que qualifiquem e agreguem valor produtos. A complexidade deste tema carece de um debate mais aprofundado com todos que nos envolvemos na concepção ampliada de saúde, de produção de comum e sugiro que tenhamos futuramente um encontro sobre este tema.

Para finalizar, a chegada da pandemia do CORONAVIRUS no início de 2020, alterou completamente o modo de vida, nos fazendo lidar de forma completamente diferente com a possibilidade de estar com o outro. O ambiente virtual se constituiu como a nova e única possibilidade de nos relacionarmos com parentes e amigos e com nossos frequentadores. Os Ceccos tiveram os atendimentos grupais interrompidos e novos modos de cuidar foram inventados. O acompanhamento se deu por teleatendimento, grupos de whatsapp, oficinas realizadas via mídias sociais e plataformas virtuais. Em alguns serviços foram confeccionadas e distribuídas máscaras de proteção, foram feitos saraus virtuais com vídeos caseiros dos frequentadores, foram realizadas serenatas com profissionais mascarados nas Residências Terapêuticas.

Em meio a uma atuação letal protagonizada pelo Governo Federal e com uma profusão incontável de *fake news*, os trabalhadores orientaram sobre as medidas de prevenção a serem adotadas, manutenção do distanciamento social, calendário vacinal. Passada a pandemia, muitos veículos de comunicação alertam que teremos inúmeros problemas de saúde mental. Em um vídeo da FIOCRUZ, o professor-doutor Paulo Amarante, alerta sobre alguns riscos de patologização e medicalização dos sentimentos que inundam a todos nós quando temos notícias das perdas de pessoas queridas, temos febre e cogitamos a possibilidade do contágio, o risco de morte, quando recebemos notícias de mortalidade crescente.

Longe de negar que uma grande parte das pessoas tem vivido na pandemia experiências existenciais que carregam uma forte dose de sofrimento, ele alerta que não podemos fazer a tradução do medo, da tristeza, da apreensão e insegurança como sintomas de pânico, depressão, ansiedade para não incorrerem em uma onda de patologização e medicalização da vida.

Diante da emergência destas necessidades de cuidado e atenção sem enveredar pelos caminhos da psicopatologia, sem incorrer na patologização, me arrisco a dizer que devemos sistematizar e disponibilizar a tecnologia de manejo de grupos diversos e heterogêneos desenvolvida nos Ceccos, a habilidade na confecção artesanal de redes comunitárias de sustentação e, enfim, apostar no aumento da potência de vida que acontece nos bons encontros, porque conhecemos esta delicada arte.

Christiane Mery Costa

Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ – RJ

Fonoaudióloga, profissional do SUS, atualmente trabalhando no Centro de Convivência e Cooperativa Eduardo Leite Bacuri - São Paulo/SP

REFERÊNCIAS

Amarante, P.: Saúde mental no contexto da Covid-19 – vídeo produzido pelo canal do Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ a Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/video/paulo-amarante-saude-mental-no-contexto-da-covid-19>>. Acesso em 30 de março de 2021.

Rivière, E. P. 2000. *O processo Grupal*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

Teixeira, R. R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde - *Saúde Soc.*, v.24, 27-43. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00027.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2021.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA, CULTURA, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DE JUNDIAÍ (CECCO JUNDIAÍ)

O Centro de Convivência, Cultura, Trabalho e Geração de Renda – CECCO de Jundiaí foi inaugurado em 15 de junho de 2016. Trata-se de um serviço da Unidade de Gestão de Promoção de Saúde da Prefeitura Municipal de Jundiaí, vinculado à Diretoria de Atenção Básica em Saúde, que tem o objetivo promover autonomia, qualidade de vida e inclusão social, por meio de ações intersetoriais e multiprofissionais que visam potencializar formas mais amplas de intervir na saúde do indivíduo como um todo, ofertando espaços de sociabilidade em que as diferenças de ordem diversas não sejam negadas, mas sim assimiladas.

O serviço foi construído com recurso de emenda parlamentar, voltada para a criação de um serviço de saúde mental, e contrapartida do município de Jundiaí, num projeto que foi proposto pela coordenação de saúde mental anos antes de sua efetiva inauguração. O CECCO Jundiaí localiza-se na Rua Benedito Sergio de Oliveira, 220, Parque Continental. É o único dispositivo de saúde nesta modalidade no município, que conta com uma população estimada de 423.000 habitantes (IBGE, 2020).

O CECCO Jundiaí conta com 3 salas multiuso, uma cozinha experimental (inaugurada em 28 de fevereiro de 2020), salão principal, sala administrativa e espaço externo amplo. Como

Centro de Convivência, o serviço funciona das 7h30 às 17h, de segunda a sexta-feira.

No entorno, temos bairros mais antigos e tradicionais, como Vila Hortolândia e Vila Marlene, conjuntos e condomínios de médio padrão, como Parque da Represa e Torres de São José e bairros em que há maior concentração de vulnerabilidades, como Jardim Sales e Morada das Vinhas. Há, na região, escolas particulares de diferentes ciclos, escolas municipais de educação infantil e fundamental, além de uma escola estadual que abrange do fundamental 2 ao Ensino Médio. O comércio local mais forte concentra-se na tradicional Vila Hortolândia.

A equipe do CECCO Jundiaí atualmente é composta por uma gerente (psicóloga), um técnico de enfermagem, uma agente operacional, uma educadora social - todos profissionais estatutários, e duas auxiliares de limpeza, contratadas por empresa terceirizada.

Esperamos que no CECCO Jundiaí possam conviver e trocar experiências pessoas de diferentes idades, condições socioeconômicas, potencialidades e dificuldades, de forma a garantir a inclusão destas diferenças no laço social.

Todas as atividades ofertadas no CECCO de Jundiaí sempre foram propostas de forma intersetorial e/ou com apoio da comunidade. Nossas parcerias, sejam pontuais, sejam contínuas, foram promovidas com outros serviços municipais de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, além de fundo social municipal, assessorias para políticas públicas, universidades e centros de formação, voluntários, etc.

Além das atividades contínuas, o CECCO Jundiaí já realizou muitos eventos festivos (Baile da Primavera, Festa Junina, Fes-

ta de Natal), atividades de educação em saúde temáticas (Estação Sensorial, Shantala, Rodas de Chá, Oficinas de Kokedama, Exposição de Artesanato, Rodas de Conversa temáticas, etc.). A equipe do CECCO também realizou intervenções em outros espaços do município, sobretudo em PICS, no Complexo Educacional Argos, CAPS/UBS/ESF, Parques Públicos, etc.

O CECCO Jundiaí atende demanda espontânea e usuários encaminhados por outros serviços de saúde para a composição do PTS (Projeto Terapêutico Singular). Existe, também, um esforço desta instituição para garantir a entrada e permanência de pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade, sobretudo por deficiências psicossociais, em todas as atividades ofertadas.

As atividades coletivas regulamentares do CECCO foram interrompidas a partir de 17 de março de 2020, pelo advento da pandemia de Covid-19. Em 03 de agosto de 2020, o CECCO passou a ser Centro de Testagem para Covid-19, oferecendo o teste rápido. Atividade que continua até o presente momento.

As atividades semanais desenvolvidas no CECCO durante o período que antecedeu sua interrupção, decorrente da pandemia da Covid-19, eram:

- Educação de Jovens e Adultos - EJA, em parceria com a Unidade de Gestão de Educação;
- Dança Circular, Meditação e Lian Gong, em parceria com agentes comunitárias da UBS Morada das Vinhas, com participação do CAPS 3 Sem Fronteiras;
- Acupuntura, em parceria com UBS Hortolândia;
- Artesanato em parceria com o NAPD, com transporte adaptado para usuários cadeirantes;

- Ginástica artística, rítmica e corporal, em parceria com a Unidade de Gestão de Esportes e Lazer;
- Grupo de horta, em parceria com CAPS Ad Maluco Beleza;
- Grupo de geração de trabalho e renda Maluc`art, em parceria com CAPS ad Maluco Beleza;
- Roda de Conversa sobre temas de saúde (aspectos físicos, sociais, psicológicos e nutricionais) em parceria com Faculdade de Medicina de Jundiaí - Saúde Coletiva;
- Grupo de enfrentamento à dor crônica, em parceria com NASF Regional 4;
- Grupo continuidade “Alívio à Dor”, em parceria com o NASF da Regional 4;
- Relaxamento/Meditação, Auriculoterapia e Automassagem, em parceria com NASF Regional 4;
- Ginástica postural em parceria com NASF IV;
- Oficina de Teatro Ponto da Arte, com voluntária da comunidade;
- Oficina de Geração de Renda “Cozinhas Tradicionais”, em parceria com CAPS Adulto sem Fronteiras;
- Atividade de Horta comunitária;
- Visitas monitoradas com SESC;
- Oficina Memória – objetos biográficos;
- Entrevistas com usuários sobre memórias dos bairros;
- Oficina de Geração de Renda “Horta orgânica”, em parceria com CAPS ad Maluco Beleza;

- Auriculoterapia para usuários do CAPS ad Maluco Beleza, que fazem parte do projeto de Horta;
- Sambadeiras, em parceria com Residências Terapêuticas e CAPS ad Maluco Beleza.

Outras atividades já ofertadas de forma contínua em outros momentos, de acordo com parcerias e projetos disponíveis.

Desde o princípio, o CECCO Jundiaí também desenvolveu ações pontuais e eventos voltados para a promoção de saúde e qualidade de vida, por diferentes vertentes. Assim, já ofertamos cursos visando geração de trabalho e renda, como Cuidador de Idoso e Auxiliar Administrativo (parceria com Fundo Social e SENAC), curso de Empreendedorismo (parceria com Assessoria de Políticas Públicas e UGDCT), curso de Polimento (parceria CAPS IJ), entre outros.

Também ofertamos atividades como Oficinas de Fitoterapia (parceria com UBSs, farmacêuticas e nutricionistas da UGPS, UGE, NAPD e UNIDAM), Grupo de Bioenergética (vinculado a estágio de formação), podologia e reflexologia (estágio SENAC), além de diferentes atividades voltadas para a Prevenção de IST/AIDS (parceria com CTA), saúde do bebê e criança, saúde da mulher, do homem e do idoso.

Em todas as atividades desenvolvidas, a missão de promoção de saúde por meio do vínculo sempre é trabalhada junto aos parceiros de outros serviços/instituições e população geral. Desta forma, conseguimos garantir que nas mais diversas ações sempre possamos contar com usuários vinculados aos serviços de saúde mental.

O CECCO Jundiaí, na primeira semana de março de 2020, estava contando com uma média semanal de 350 participações/

semana. Entre os usuários, observamos uma maior adesão de idosos, crianças e pessoas em sofrimento psíquico, vinculadas ou não aos CAPS do município. Muitos relatos sobre a importância deste espaço de convivência foram feitos pelos usuários, sobretudo para a própria equipe, Conselho Gestor Local e durante cobertura da mídia de atividades aqui desenvolvidas.

A proposta do CECCO Jundiaí como serviço que compõe a RAPS, na Atenção Básica em Saúde, é mantida, diferenciando-o de outros espaços comunitários. Ou seja, usuários assistidos por diferentes serviços da rede de atenção, acometidos por qualquer tipo de deficiência, sobretudo psicossocial, são ativamente incluídas na rotina do CECCO, de forma que a equipe aqui inserida deve estar preparada a manejar situações de conflitos que esta característica institucional possa repercutir, seja junto aos profissionais de instituições parceiras, seja junto aos usuários do serviço, para que o acesso seja garantido em todas as atividades ofertadas.

Durante o período posterior à pandemia de Covid-19, mantivemos contatos telefônicos com os usuários do serviço, até o início da testagem para a Covid-19. Os contatos eram para acompanhar como estes estavam durante o isolamento social, buscar ativamente casos de síndrome gripal nestas famílias, orientar e ofertar suporte emocional a quem manifestasse necessidade.

Também foram mantidos contatos com os usuários pela página do CECCO Jundiaí no Facebook. Nesta página, mantivemos projeto “Cozinha Popular: Receitas Afetivas”, publicações de propostas de atividades do “Time Jundiaí” (UGEL) e interações voltadas para a Educação em Saúde com os usuários.

Participamos, também, de Curso de Cooperativismo Social e Economia Solidária que foi promovido pelo Instituto Redes, durante

os meses de novembro e dezembro de 2020, de forma virtual, juntamente com serviços e usuários da saúde mental e da assistência social, mantendo ativo grupo virtual da Rede de Ecosol de Jundiaí após esta formação, com usuários e trabalhadores.

Não tivemos o retorno de qualquer atividade presencial própria do CECCO até final de março de 2021, pelo fato de estarmos funcionando como Centro de Testagem para Covid-19, atualmente apenas aos sábados, e como centro de apoio à UBS Hortolândia. A proposta, neste momento, é aguardar a saída do município da fase vermelha do Plano São Paulo para estruturar o retorno gradual das atividades próprias do CECCO.

Entendemos que as atividades presenciais de convivência propostas pelo CECCO Jundiaí nos diferentes eixos de atuação serão fundamentais para a promoção de saúde da população do município, sendo que este retorno já tem sido articulado desde quando a testagem rápida para Covid-19 passou a ocorrer no espaço físico do CECCO apenas aos sábados, em meados de fevereiro de 2021. No entanto, com o retrocesso para a fase vermelha, consideramos mais apropriado postergar esta proposta.

Texto produzido em 05 de abril de 2021 para o relato de Experiência do Encontro Nacional de CECCOs.

Fernanda Torres Apollonio,
*psicóloga, gerente do CECCO Jundiaí,
servidora pública municipal de Jundiaí*

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE CONTAGEM - PROJETO TEIA (MG)

Carta aberta à sociedade - Escrita feita por muitos

.....
“Cidade de Contagem, no sempre 18 de Maio de mais um ano de luta.

Escrevo essa carta à sociedade e aos que estão à frente dela, para que vocês nunca esqueçam os deveres que vocês têm com a mesma. Escrevo para que vocês tomem as providências de sempre estarem fazendo essas leis não ficarem só no papel, mas que sejam executadas. Escrevo a vocês e o que eu escrevi toca o meu coração. Eu quero que vocês nos aceitem como somos, respeitem as diferenças, e aprendam que a sociedade é um lugar de todos, para que seus filhos possam viver num mundo melhor.

Com o passar dos anos, a luta continua no dia 18 de Maio. Apesar de ter conquistado muita coisa, ainda continua alguns procedimentos inadequados. Mas, a luta continua. Um dia, quem sabe, os líderes que votamos, voltem a olhar com outros olhos para os doentes mentais.

A vida tem dois lados, um lado bom e outro ruim. Só depende de você.

Quero pedir revisão das leis, dando conforto e qualidade de vida para aqueles que dependem de recursos, benefícios, médicos, remédios.

Queria que a sociedade não discriminasse os doentes mentais, não tratasse com violência. Eles têm direito de ser feliz como qualquer outra pessoa. Que não haja agressão contra mulheres e crianças. Que respeitassem as minorias, negros, índios, homossexuais. Que os políticos parassem de roubar o dinheiro do povo. Que houvesse mais empregos, mais dinheiro.

Palavras de quem sofre. Quero ser feliz, e penso que tenho o direito de ser.

Convivemos com outras pessoas. Vivenciamos acontecimentos de sentimentos e emoções de natureza e interesse, para produzir soluções e concluir formas de trata-las como seres não perfeitos que somos. Sempre ter sentimentos ao próximo. De uma provável perfeição? Vontade.

Eu não aceito nenhum tipo de preconceito, exploração, discriminação. Todo mundo é igual. Todo mundo tem direito de ser feliz.

Eu peço a sociedade que dê mais respeito e muita atenção aos pobres, que são mais necessitados. A luta antimanicomial chama a atenção de toda a sociedade.

A luta antimanicomial deve continuar. Cidadãos que sentem que precisam de tratamento de saúde mental: não fiquem sofrendo, procurem o Centro de Convivência. Não percam tempo, procurem sim, pois é um direito seu ter este tratamento.

Deixamos aqui o nosso abraço, que é feito de laço.

Assinam esta carta aberta, de coração aberto:

Romeu, Lisângela, Flávio, Gérson, Osvaldo, Maria de Lourdes, Anderson, Geralda, Délcio, Wildes, Ellen, Aline, Nádia, Sara, Pollyana, representantes de uma escrita feita por muitos.”

.....

Carta escrita em Maio de 2019, em Oficina Terapêutica do Centro de Convivência de Contagem/MG. Publicada no *Caderno de Cidadania – Um Serviço de Defesa Social da Gráfica e Editora O Lutador*. Lida durante o “Encontro Nacional de Centros de Convivência - A delicada arte dos encontros”, realizado em Abril de 2021.

Pollyana Lúcia Costa Santos,
gestora no Centro de Convivência Horizonte Aberto

A CONVIVÊNCIA COMO POTÊNCIA DE AGIR E CRIAR

Intervenção de abertura no dia 12 de abril de 2021 como fala subsídio para a tarefa dos Grupos de Trabalho do Encontro Nacional de Centros de Convivência.

Que façamos deste, um bom dia de construção de amanhã.

Sinto a importante tarefa que me solicitaram de emprestar meu gosto pelo CECCO, minha trajetória de parideira de sonhos e utopias, num momento tão delicado e, porque não dizer, disruptivo neste Encontro, para inaugurar vida num campo de extermínio que nos assola.

Sim, é preciso exercitar o empréstimo de experiência como nos convoca Walter BENJAMIN (1996), e nos darmos a realizar invenções.

Vou me basear em minha história de trabalhadora do SUS, de alquimista de inovações no campo da arte e saúde, de pesquisadora de saberes tantos que constroem pontes existenciais para a vida ser mais alegre...para pautar minhas interpretações às respostas de várias questões respondidas por 43 Centros de Convivência do Brasil, ao formulário que preparamos para esse Encontro e que espero aqueçam as reflexões nos grupos de trabalho logo mais..

Começo afirmando que é preciso agirmos diante do extermínio intencional de vidas, para recusar a banalidade do mal, que Hannah ARENDT (1999) nos revela. Em nosso contemporâneo a racionalidade em nome do amor à Pátria, às leis..., mascara uma incivilidade, muitas vezes a razão se presta à barbárie.

Há que se resgatar brechas, para habitá-las, existências que habitam as margens e carecem de saídas na multiplicidade, na construção autônoma do comum, numa produção biopolítica em que se destaque a cooperação, o saber autônomo e os afetos... a multidão, que para HARDT e NEGRI (2005), é essa multiplicidade heterogênea de singularidades. Vivemos a expropriação do comum, da Ágora, o espaço da Assembleia do povo para práticas de resistência. Destaco com muita alegria que 80% dos 43 CECCOs do Brasil possuem gestão direta pública não terceirizada às organizações sociais e compromisso com formas de controle social e participação popular na instância de Conselho Gestor atuante em mais de 50% das unidades.

É flagrante na resposta ao questionário a marca de um compromisso com a perspectiva da heterogeneidade. Em 74% das respostas, referem ser o CECCO um espaço prioritário para todos, todas e todes, interessados em participar de ações criativas e ativas de convivência e trabalho, em 80% dos CECCOs, os agrupamentos das atividades se dão de maneira heterogênea, conferindo a chance de uma polifonia de histórias, interesses, visões de mundo, encontrando proximidade e distância pela diferença. Um manejo inevitavelmente mais difícil pelo irreverente atrito da diversidade, incendiário de contradições, mas também de soluções para a convivência nas fendas, na quebra de homogeneidades cristalizadas... inscreve-se o interstício, o interlúdio... sonoridade necessária para ocupar o incabível. Recorro aqui à experiência do Coral Cênico Cidadãos Cantantes, com 29 anos de vida, como um ícone de uma Cultura Antimanicomial, que na compreensão de seu regente, o maestro Julio Maluf, o processo de construção artística deste Coral é o desafio de afinar diferenças, numa diversidade provocada a se reconhecer como fonte de composição em impensadas partituras (MALUF, 2005). Fruto da experiência dos Centros de Convivência e Cooperativa da Cidade de São Paulo, O Coral Cênico Cidadãos Cantantes, promove uma polifonia de existencialidades marcada pelo mesmo

pressuposto do CECCO “a arte como agenciamento de vidas” (LOPES, 1999), em que a música e o teatro aglutinam interesses e motivações na ocupação dos palcos culturais públicos mais importantes da cena paulistana. As aproximações se dão pelo interesse em ouvir vozes e corpos em criação, acesso e permanência não condicionados a encaminhamento médico ou conduta de saúde, aberto à qualquer pessoa que passe pela galeria de arte no centro da cidade e que pela vitrine de vidro sintá-se ativado no gosto de querer cantar e teatralizar com todo tipo de corpos, vozes, histórias...Agrupamentos não identitários que ousam heterogeneizar, “num canto coletivo em que o repertório é tecido em tramas, costuras de narrativas, lembranças reconstruídas, pedaços de ontem e de amanhã, numa espécie de temporalidade marcada pelo calendário subjetivo” (FERNANDES e LOPES e MALUF, 2014, pág. 170).

No questionário, as respostas acerca da composição da população frequentadora revelam que em 98% dos Centros de Convivência têm a presença de pessoas com sofrimento psíquico, em 90% de usuários de substâncias, 81% referem a presença de deficientes. Já entre os aposentados, desempregados e população geral chega a 77% de presença referida pelos CECCOs. Mulheres e jovens marcam presença em 75% e 72% respectivamente. A população em condição de rua é referida em 63% dos CECCOs. Pouca presença de adolescentes e crianças referida respectivamente em 58% e 46% dos CECCOs. O que nos faz indagar: como garantir heterogeneidade, diversidade, para o necessário encontro das diferenças, provocador de potência, para além dos arranjos das vulnerabilidades sociais e de saúde?

Verificamos a quase totalidade da organização dos grupos, baseada na tarefa, esse conceito Pichoniano (PICHON-RIVIÈRE, 2005), que ilumina o agrupar na perspectiva operativa, em que o campo deve ser propício a narrativa do interesse comum, em que afetos, medos, desejos...possam ser compreendidos como

categorias políticas, 86% dos CECCOs referem assim organizar suas ofertas às organizações por definições diagnósticas ou por traços de vulnerabilidades. Assim trabalham na direção da despatologização da expectativa, da identidade, constituindo territórios ampliados, fronteiras dilatadas para construção partilhada da experiência humana. Ajudar a contar a história coletiva, é experienciar a confiança no coletivo múltiplo, no deslocamento de um, para chegar no território do outro, possibilidade de um fazer junto na diversidade.

Mas, interessante destacar que há lugar e valor para o não programado, para o que não constitui grupo, na livre convivência praticada por 58% dos CECCOs, o que alguns autores chamam de ambiência, o olhar das miudezas, que rompe com a couraça de um saber defensivo, que esteja aberto ao improvável, ao trânsito na pólis, à livre expressão, alterando lugares predefinidos e valorizados no espaço do comum: a ambiência como recurso, a convivência como fim, na oferta de espaços abertos, livros, bancos, jardins...

Orientar sobre direitos e benefícios é atribuição desempenhada por 77% dos CECCOs, também marcante a prevalência de CECCOs que estimulam a participação social de seus frequentadores com investimento em Conselhos Gestores de Unidade, realização de Assembleias mensais e reuniões deliberativas. A valorização dos movimentos sociais é a desnaturalização de um lugar submisso de desamparos discursivos, como nos inspira Miriam Debieux ROSA (2002).

Quando adentramos o campo da localização territorial dos CECCOs, aquele que lhe confere uma identidade, uma memória de filiação, observamos que aproximadamente 43%, encontra-se em espaço público de acesso universal como Parque, Centro Esportivo, Centro Comunitário de Cohab, Espaço Educacional, 30% em casa alugada e 24% em UBS, CAPS, casa própria. A per-

tinência na compreensão do território vivo, o território na sua relação ontológica com o espaço, território entendido como uma dimensão do espaço, enquanto uma teoria social de Milton SANTOS (2002). Por outro lado, a teoria social exposta em *A Natureza do Espaço* é uma teoria da ação. O espaço é o resultado da ação e objeto articulados, potência e ato dialeticamente integrados. Autonomia de existência do objeto em busca de significação, sendo que as diferentes relações que mantém com o todo é o que dará significação ao objeto. A ação é quem lhe dá essa ligação e sentido. Penso que a natureza do espaço do CECCO, como um acontecimento pulsante, híbrido, de um dispositivo de saúde em espaços culturais, esportivos, comunitários, recreativos do verde e meio ambiente... nos apresenta o lugar do acontecer solidário, espaço da existência e da coexistência, onde reside possibilidade de resistir aos processos perversos do mundo pela capacidade de comunicação, troca de informação e construção política coletiva, múltipla, que borre fronteiras. O papel ativo do espaço em dispositivos que se alimentam da existência do fora, do enredamento com o entorno, como parte de sua constituição, pode implicar, na leitura que faço, numa mais elástica chance de trânsito das pessoas, sem condição prévia para adentrá-lo, um espaço que concorra na reformulação de direitos e papéis no jogo da convivência e trocas humanas. Um território aberto como uma praça, um parque, um centro esportivo, um centro comunitário, públicos, não deverá ter sua identidade de uso associada prioritariamente à assistência à saúde, à doença, com um portão de anteparo. Espaços únicos como uma casa alugada ou um serviço caracterizado com vocação à assistência a um problema de saúde ou determinadas vulnerabilidades, direcionam o desejo de adentrá-lo, uma cerimônia intrínseca, que não favorece o rodeio, o flerte, a aproximação pelas bordas... Quanto maior a flexibilidade de mistura a um ambiente territorial de fruição, em que cabe o anonimato, maior a chance de restaurar os impactos que vidas acanhadas,

marcadas ou encobertas pelo sofrimento do mundo, no mundo e pelo mundo, vislumbram dimensões outras de se constituírem em novas identidades e horizontalidades.

Outro aspecto a se destacar é a composição dos profissionais, sendo 64%, aproximadamente, com uma média de 4 profissionais universitários e 50% dos CECCOs com uma média de 02 profissionais de nível médio, 78% não possui oficineiros e, aproximadamente, 60% possui voluntários. Apesar de 70% dos universitários e 56% dos trabalhadores nível médio serem servidores públicos, não parece garantir estabilidade na execução de um projeto público com presença de uma equipe que venha a desempenhar uma proposta na transdisciplinaridade, que aponte na direção da religação de saberes como nos ensina Edgar MORIN (2001), capaz de emancipar modos de ver, falar, pensar e agir renovadores de relações e afetos, como postula Elizabeth Araújo LIMA (2015) implicando de maneira mais orgânica um coletivo plural na delicada arte da mediação de grupos e seus conflitos próprios da convivência emancipatória e criativa na diversidade.

A intersectorialidade apresenta-se como um ponto nevrálgico, pois podendo ser o CECCO, na sua natureza primeira, uma “força espiritual da democracia, como resistência frente à redução de esferas da vida”, pois quanto “mais aprimorada a democracia, mais ampla a noção de qualidade de vida” como nos diz Ricardo TEIXEIRA (2020), o que observamos são CECCOs fundamentalmente sustentados na rede de atenção psicossocial, ou na rede de atenção básica, por volta de 85% e, muito timidamente, sustentados nos territórios ampliados, em torno de 15%, na potência do diverso narrativo do fora, nas frestas da cultura, da rua, da educação, dos becos, do trabalho, das quebradas, dos morros, dos calçadões, das aldeias, das manifestações das urbanidades... para produzir o meio, o sujeito produtor de sentido, como nos inspira Georges CANGUILHEM (2009).

Destaco agora, na mesma esteira de preocupação, o mundo do trabalho, que vem inscrito, com dois Cs, na denominação da maior parte dos CECCOs brasileiros, que se encontra na região do Estado de São Paulo, mas nem por isso possui estofo legislativo para esse desempenho em toda sua complexidade. 70% dos CECCOs elegem o trabalho, a economia solidária e autogestão como a temática mais necessária de formação, e 14% também elegem a mesma temática como a que possuem maior experiência para auxiliar na formação de outros CECCOs. Vale dizer que pensar a vocação dos CECCOs como propositores de potência para cidadania ativa e participação na produção do mundo, que passa pelas trocas sociais, novas comunidades, produção de valor e outras sociabilidades, pressupõe um necessário e estreito compromisso com o mundo do trabalho, que considere os pressupostos da diversidade, da heterogeneidade, da produção de sujeito de sentido numa perspectiva associativa e coletivamente emancipatória e criativa, num conceito de saúde como produção de si e de mundo, no qual o mundo do trabalho possa ser descolonizador, parte intrínseca e libertária.

Em penúltima consideração trago a expertise acumulada dos CECCOs na escuta miúda, na ousadia da arte e da cultura como farol no “cais do porto pra quem precisa chegar”, na amálgama com a participação popular que tem feito nesse mais de um ano de pandemia, acolhida da subjetividade machucada, na expressão de dor de quem é vítima em nosso país do acinte, da crueldade, e que não pode ser vitimada duplamente na medicalização que a caracteriza como fraqueza ou incompetência existencial. Há que se intensificar a potência de ser e agir, criativa e de resistência, no melhor sentido Spinozano (EMANUEL, 2018), em que não há esperança sem medo e nem medo sem esperança. Todas as ações listadas por inúmeros CECCOs, mais de 90%, durante a pandemia, se valem da inovação presencial ou remota. Como fazer dessa competência, dispo-

sitivo agenciador de forças e saberes no campo da saúde e da produção de mundo? Vale destacar que dos 43 CECCOs apenas 15 possuem Wifi e que nenhum possui um CNES para chamar de seu, Cadastro Nacional de Equipamento de Saúde, cujo estabelecimento cadastrado não seja um estabelecimento de aluguel como CAPS, centro ou ambulatório de especialidade, como observamos em aproximadamente 80% das respostas dos CECCOs. Este fato evoca a invisibilidade que a inovação de ações desenvolvidas pelos CECCOs representa. Intuo, que tais competências inovadoras no campo da saúde flertam de maneira assertiva com a construção de elementos sustentadores de exercícios democráticos, de experiências que empoderam pessoas, sobretudo as desencorajadas ao exercício da cidadania plena, se como disse Sergio AROUCA (1986), que “Democracia é Saúde”, as ações dos CECCOs que compreendem saúde como potência de vida e se opõem a normatividade da vida, certamente terão pouco reconhecimento e incentivo de prosperarem em ambientes de políticas públicas preocupadas com a lógica da dor, do desencorajamento de criatividade, do silenciamento de alteridades, pela sobreposição de valores antidemocráticos. A ausência de valor, que implica em ausência de orçamento Ministerial, não reconhecimento de tecnologia contemporânea a ser incorporada aos registros de desenvolvimento humano e quiçá epidemiológicos ou mesmo empecilho para o alcance de benefícios de emendas parlamentares, é um contrassenso à vida, é uma condição de apagamento de luz diante da sombra nefasta de uma sociedade valorada pela doença, medicamentos e banalidade do mal.

Por fim, e com especial destaque, quero afirmar que a grande e singular contribuição dos CECCOs está na sua camada vital de suspensão do normativo, está na sua proposição de construção de um tempo contemporâneo de alcance de novas relações com o que é vivo, com a natureza do mundo, com a sustentabi-

lidade de um mundo em que a arte e a cultura façam os furos e os arremates no tecido das relações humanas, de maneira que reste aos trabalhadores desses improváveis locais de saúde, serem como nos inspira Nise da Silveira, guardiões do efeito da criação. Que nos afaste do racionalismo seco e vazio e nos inspiremos em Lygia Clark (FIGUEIREDO, 1998), que diz que “o homem moderno deve afastar-se desse excesso de racionalismo que está no coração de nosso pensamento. Nós somos os propositores, nós somos o molde, cabe a você soprar dentro dele o sentido da nossa existência”. E na irreverência de Hélio Oiticica (IBIDEM, 1998) que atravessa e concebe os espaços num “sopro interior, de plenitude cósmica. Fora disso não há obra.” A obra que se faz no encontro com seu espectador como nos aponta MERLEAU-PONTY (2002) e que nos CECCOs parece encontrar terreno propício para fertilizar.

A urgência é a arte provocar uma prosa do mundo, em que experimentemos miudezas, que deixe rastros e faça valer o alcance terapêutico estético de nossas escutas/obras, concordância em 93% dos CECCOs, não patologizantes e nem condutas de adiamento servil do fim do mundo, mas como diz DELEUZE (2017), “trata-se aqui, e mais uma vez de produzir experimentações que tracem um caminho entre as pedras e indiquem uma saída para a vida.” Pois as saídas podem ser as mais improváveis em tempos sombrios, como me contou minha amiga Elizabeth Araújo Lima, que presenteou o Coral Cênico Cidadãos Cantantes com a sabedoria de Ailton KRENAK (2019) e aqui estendo esse presente a vocês: há por toda parte “pequenas constelações de gente que dança, canta e faz chover... Gente que suspende o céu.”

Eu digo a vocês: os Centros de Convivência são uma dessas constelações!

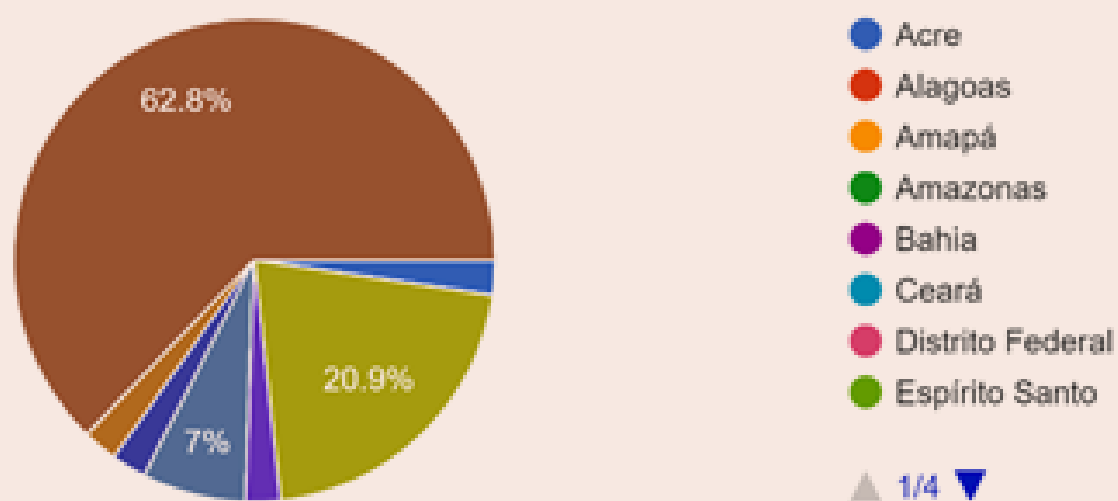
Cris Lopes

Psicóloga Sanitarista de orientação Psicanalítica Pichoniana. Supervisora e Consultora para Políticas Públicas Intersectoriais, sobretudo, no campo da saúde e cultura. Idealizadora do Programa Municipal de São Paulo, Centros de Convivência e Cooperativa (1990). Idealizadora e Coordenadora do Coral Cênico Cidadãos Cantantes (1992). Pesquisadora do Laboratório de Inovação Social do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Realiza a pesquisa da FLACSO: Trajetórias e práticas juvenis em tempos de pandemia de Covid-19. Membro do Coletivo de Terapeutas Solidários. Docente da Pós-graduação em Musicoterapia da Faculdade Santa Marcelina. Docente do curso de Especialização em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica do Instituto Sedes Sapientiae, Feminista e Militante da Luta Antimanicomial.

Gráficos e tabelas destacados nas análises e reflexões por mim tecidas.

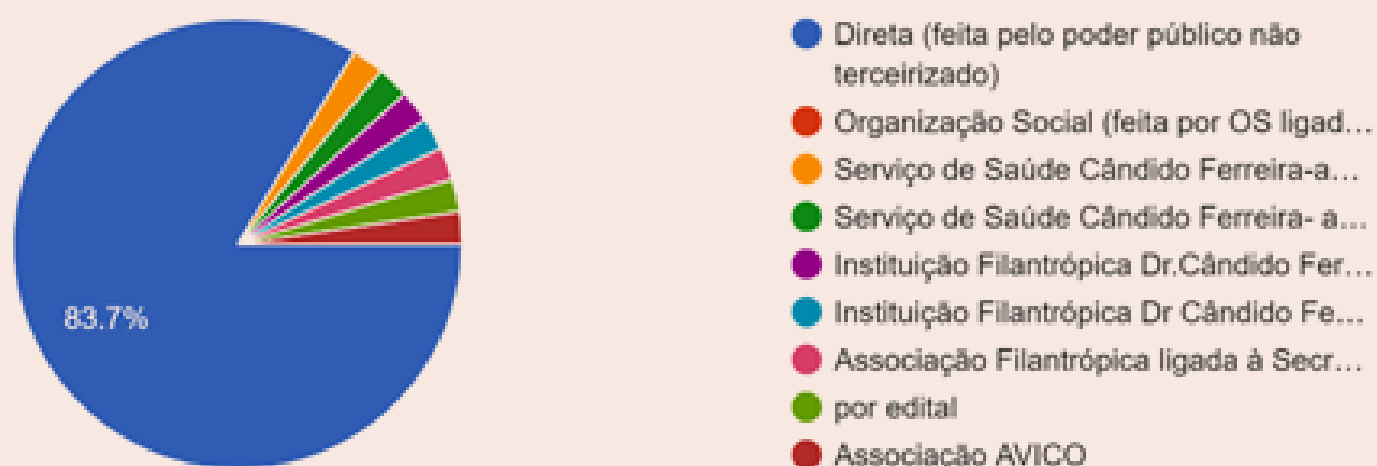
Em que Estado se localiza seu Centro de Convivência?

43 responses



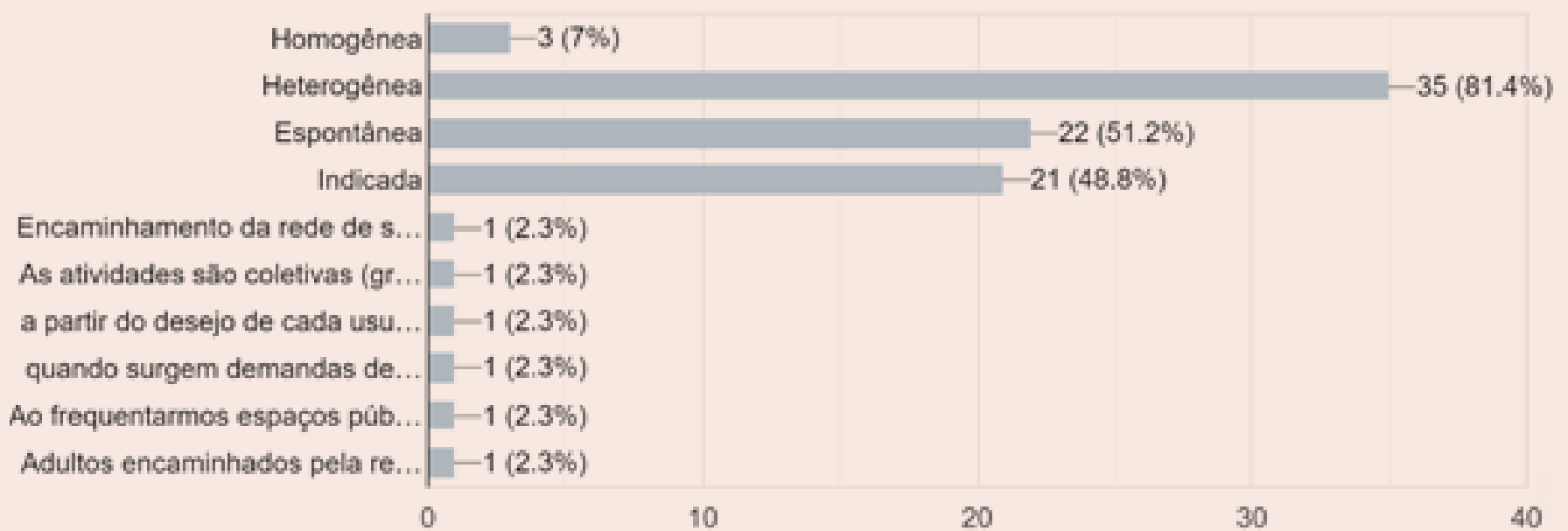
Como é o tipo de gestão?

43 responses



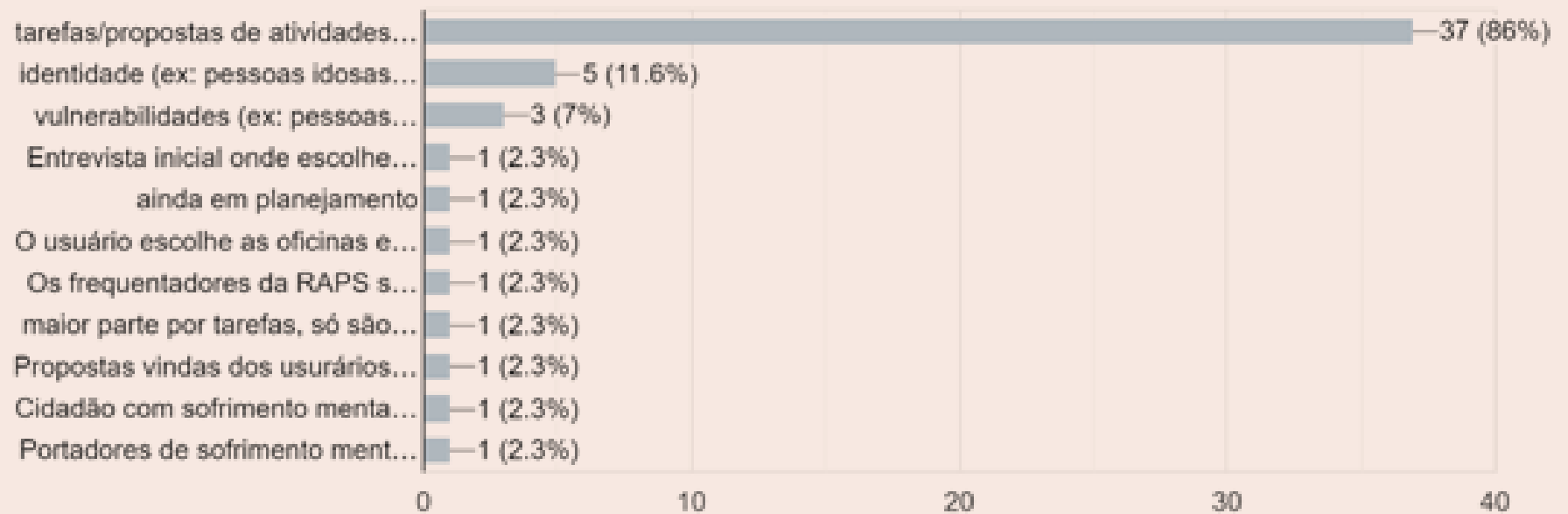
O CECO compõe os grupos de forma:

43 respostas



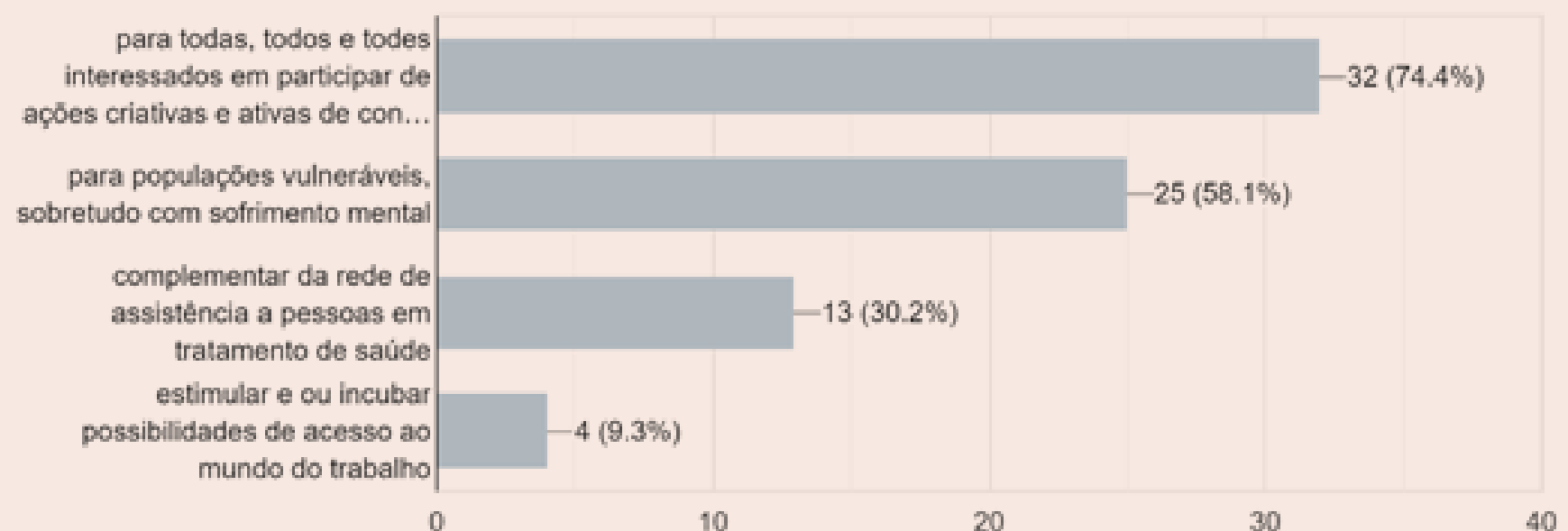
O CECO organiza os grupos por:

43 respostas



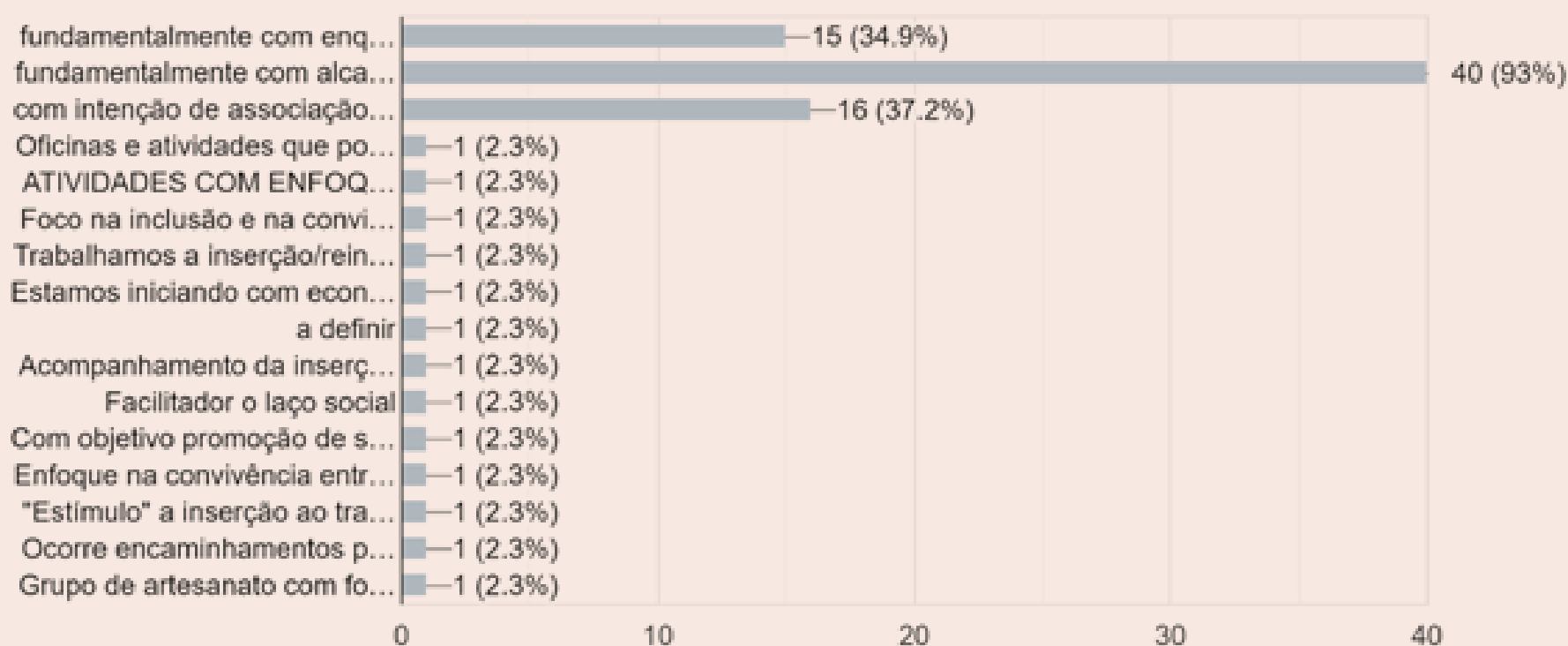
O CECO é um espaço prioritariamente

43 respostas



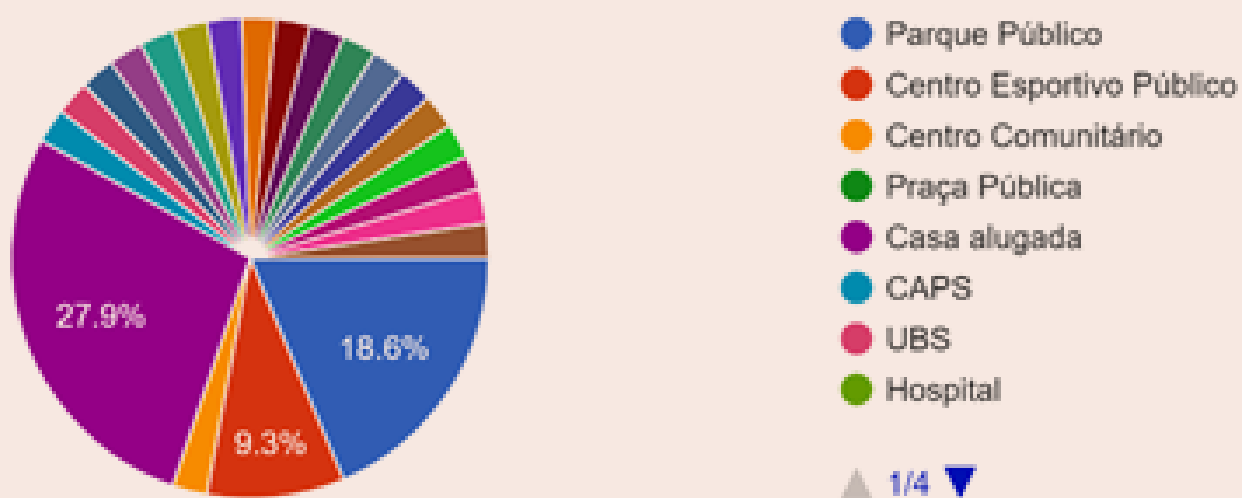
Apresente as atividades desenvolvidas pelas oficinas do CECO

43 responses



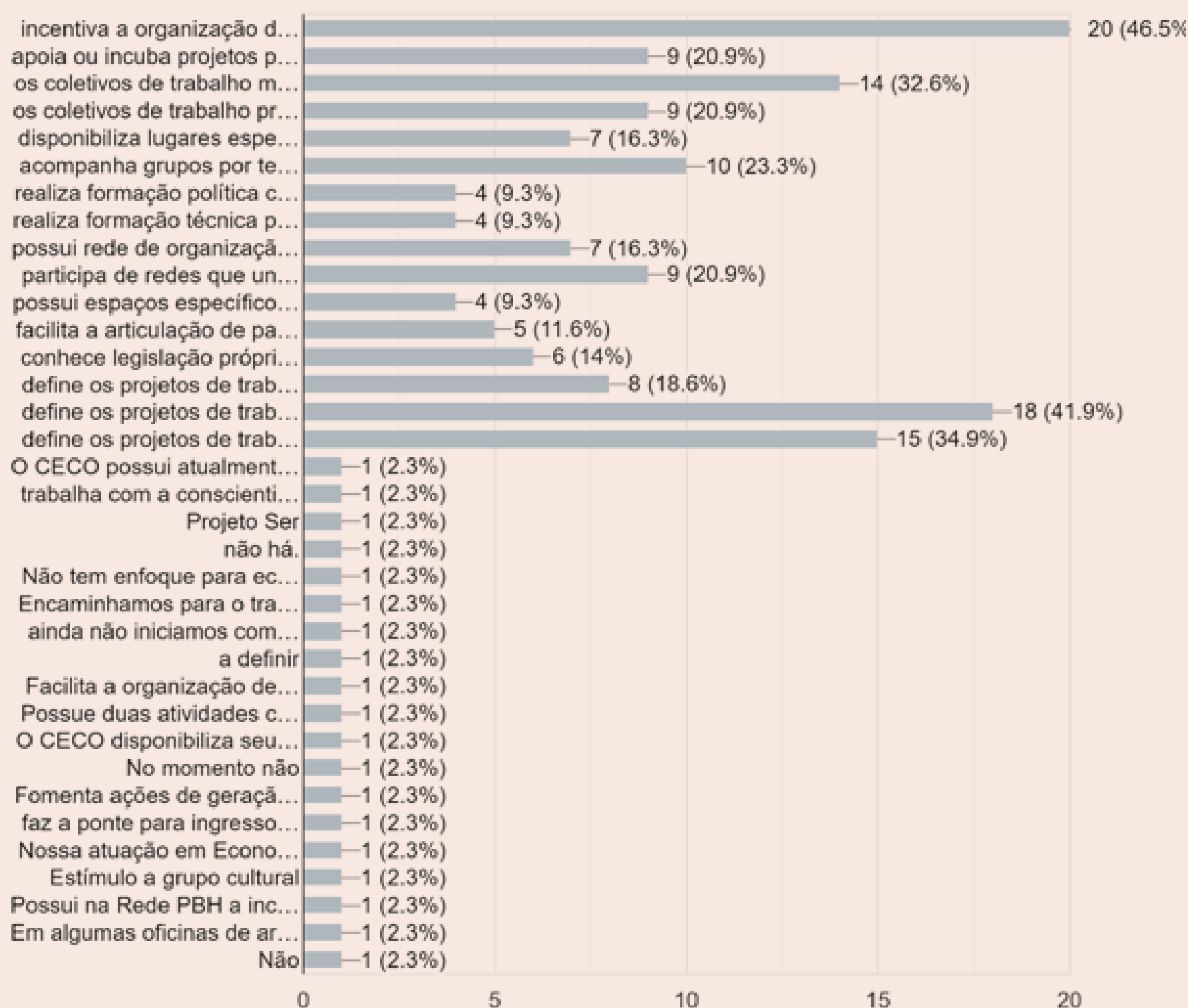
Aonde está instalado o Centro de Convivência?

43 responses



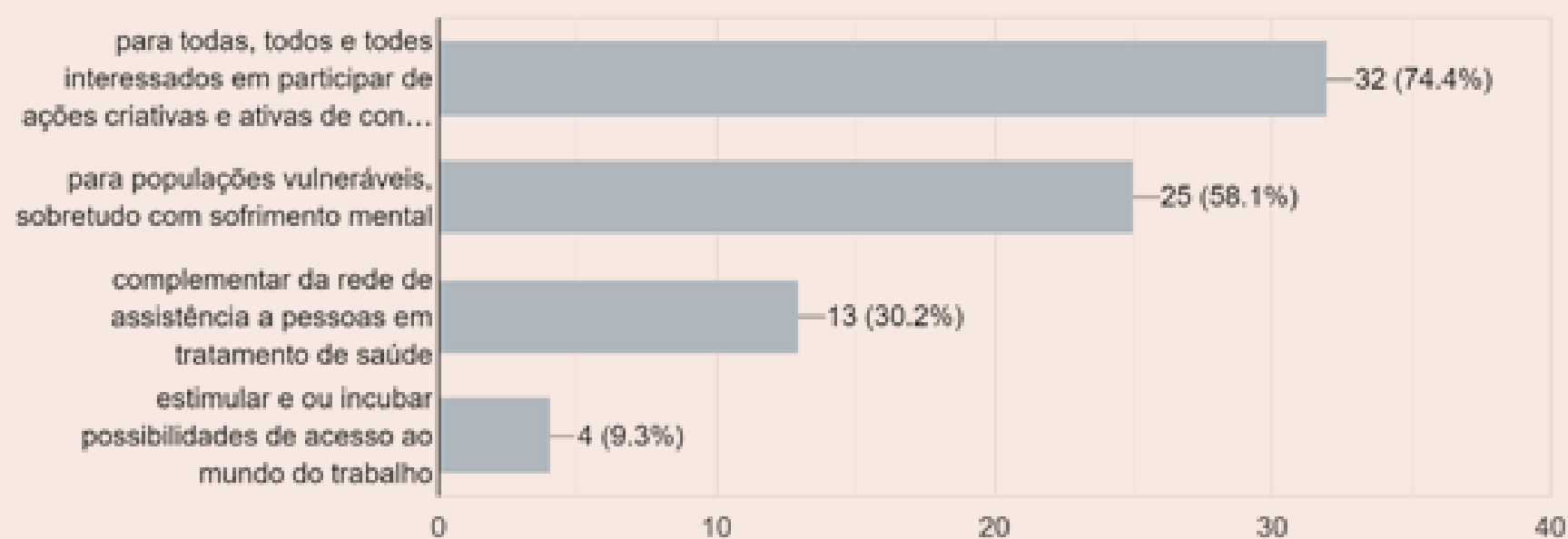
O CECCO realiza propostas em economia solidária?

43 respostas



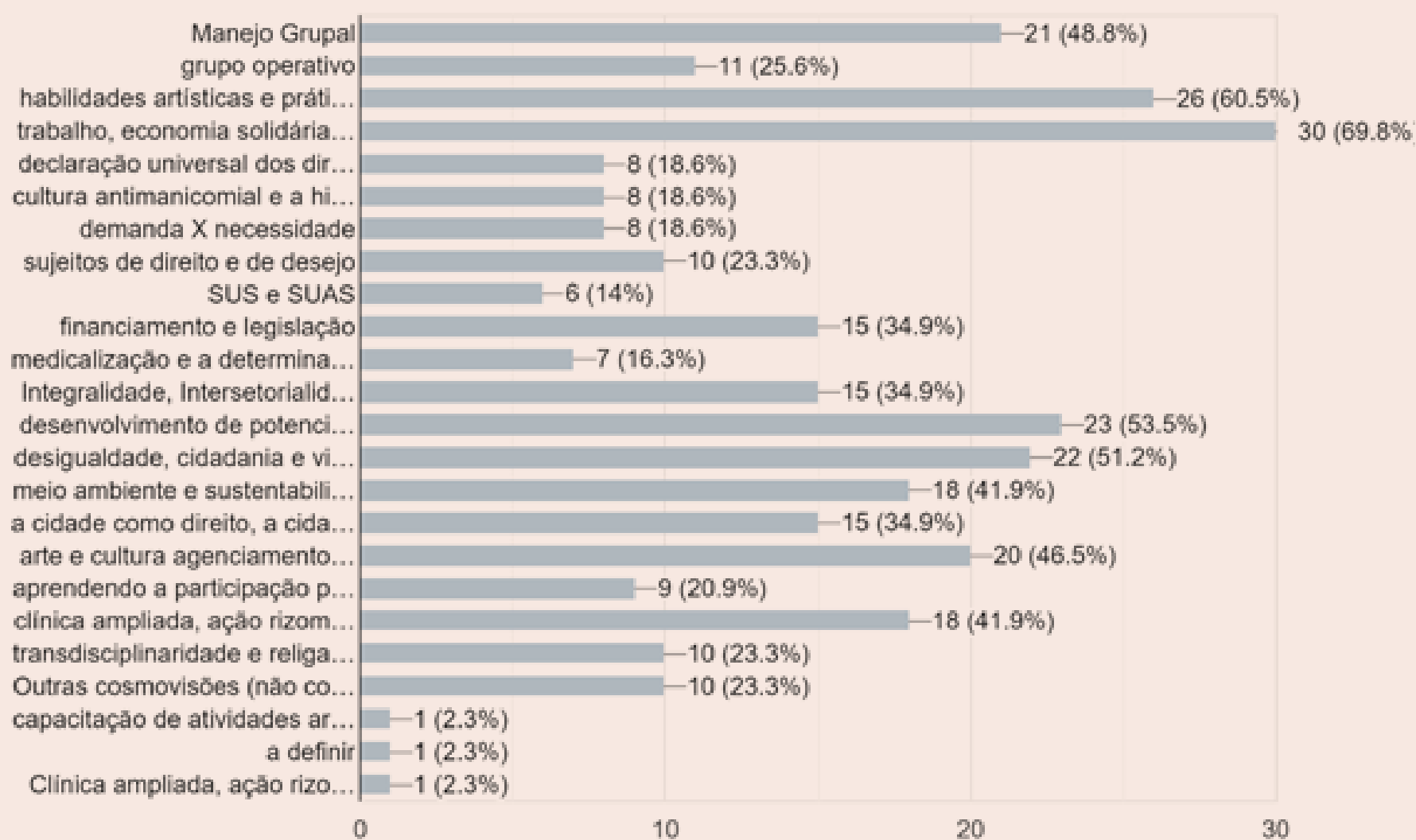
O CECCO é um espaço prioritariamente

43 respostas



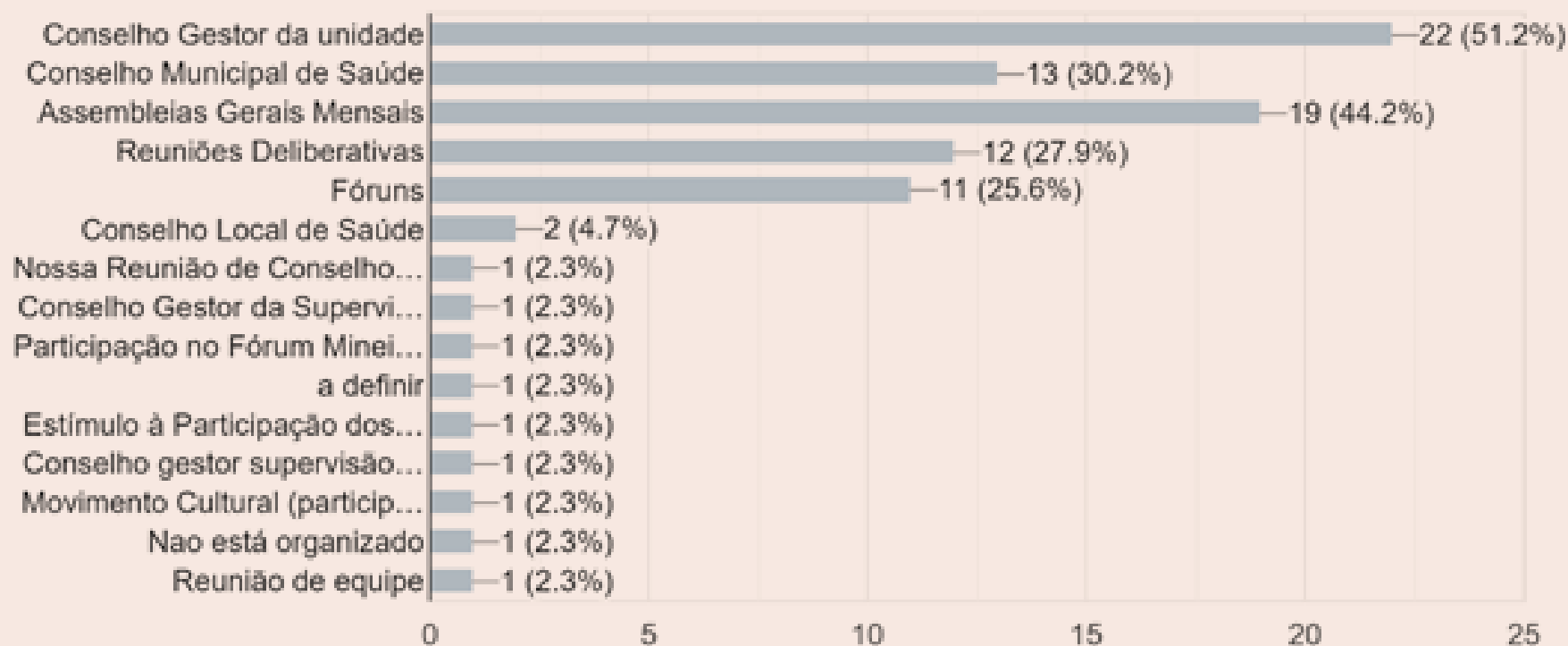
Quais necessidades de formação a equipe identifica?

43 responses



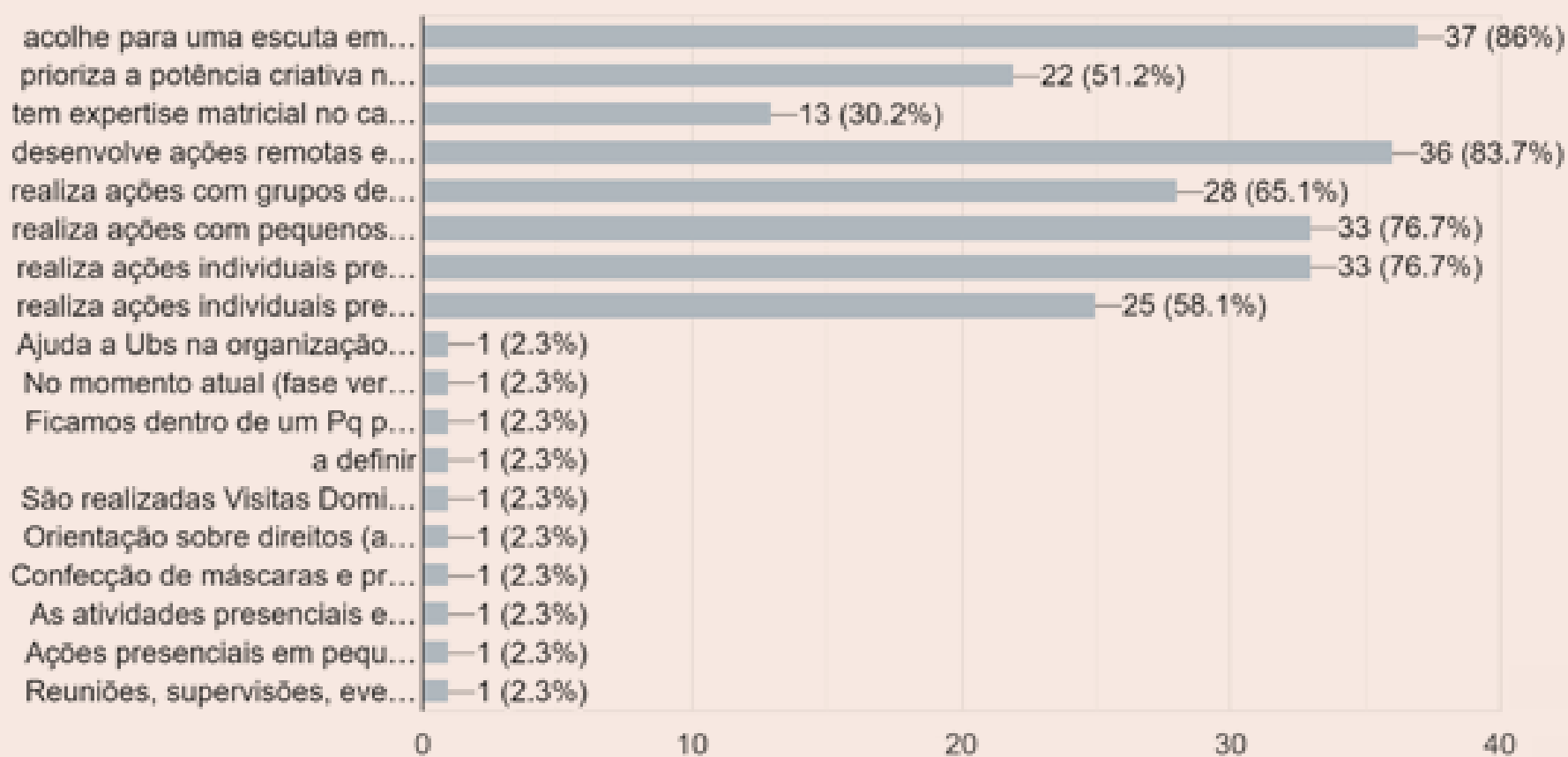
Quais as instâncias Controle Social / Participação Popular que abrangem as ações do CECO?

43 responses



Quais as estratégias que o CECCO vem conseguindo desenvolver durante a Pandemia de COVID19 (marque todas as opções correspondentes)

43 responses



REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras.

AROUCA, S. (1986). "Democracia é saúde". *8a. Conferência Nacional de Saúde*. Brasília. Disponível em: <https://youtu.be/-_HmqWCTEeQ>

BENJAMIN, W. (1996). *Obras escolhidas.v. 1: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 10. reimpr. São Paulo: Brasiliense.

CANGUILHEM, G. (2009). *O normal e o patológico*. São Paulo: Forense Universitária.

DELEUZE, G. (2017). Literatura, vida e saúde. *Afluente: revista de letras e linguística*. v. 2, n. 6, setembro/dezembro.

EMANUEL, A. R. et al. (Orgs.). (2018) *VI Colóquio Benedictus de Spinoza*. Fortaleza, Ce: EdUECE.

FIGUEIREDO, L. (1998). *Lygia Clark, Hélio Oiticica: Cartas 1964-74*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

- HARDT, M.; NEGRI, A. (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, E. M. F. de A. et al. (2015). "Interface arte, saúde e cultura: um campo transversal de saberes e práticas" (editorial). *Interface*, Botucatu, v.19. n.55, pp.1019-22.
- LOPES, I. C. Centros de Convivência e Cooperativas: Reinventando com arte agenciamentos de vida. In: FERNANDES, M. I. A (org). *Fim de século: ainda manicômios?* São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1999. p.139-162
- LOPES, I. C.; MALUF, J. C. G.; FERNANDES, M. I. A. O corpo familiar como obra musical. In: FERNANDES, M. I. A. et al (orgs). *Diálogos psicanalíticos sobre família e casal*. São Paulo: Zagodoni Editora, 2014
- MALUF, J. C. G. Afinando diferenças: o processo de construção artística do Coral Cênico Cidadãos Cantantes (1996-2004). 2005. 382 f. Dissertação (Mestrado em Música). Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. (2002). *A Prosa do Mundo*. Trad. Paulo Neves – São Paulo: Cosac & Naify.
- MORIN, E. (2001). *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PICHON-RIVIÈRE, E. (2005). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- ROSA, M. D. (2002). *Uma escuta psicanalítica das vidas secas*. Trabalho apresentado na mesa redonda Formas de Exclusão Social, no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, na UFSC, Florianópolis, novembro de 2001. Publicado na Revista de Psicanálise Textura, n. 2.
- SANTOS, M. (2002). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.
- TEIXEIRA, R. (2020). *Produzir saúde na produção do mundo*. São Paulo: Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 10 - SESC.

SEÇÃO II

ARTIGOS

VIDAS EM REDE E HETEROGÊNESE: A VIDA COMO OBRA DE ARTE

Resumo

O artigo apresenta o fenômeno da travessia da pandemia de Covid-19, seus efeitos de subjetividade e a invenção de uma estratégia Geopolítica de Cuidados nas políticas públicas, intitulada 'Vidas em Rede'. Geopolítica de Cuidados que aposta na potência da produção de subjetividades mediada pelos campos das artes, da filosofia, da clínica, do conhecimento das gentes, pelos campos de afetações transcorpóreas e desejantes. Vidas produzidas como obra de arte coletiva.

Palavras Chave: Pandemia, Vidas em Rede, Geopolíticas de Cuidado.

Prelúdio

'O mundo tá doído'

Apressa-te lentamente

a pressa te lenta a mente

lentamente se apresse a se respeitar

respeitar nossos próprios movimentos

respeitar nossos tempos

para a mente não surtar

(Leão, 2020)

O ano é 2021, estamos há mais de um ano vivendo a pandemia do Covid-19, porém nesse momento, em um nível muito mais extremo e sem perspectivas de melhora. O corpo do mundo dói. O corpo está doido. O abraço que afaga as saudades, já não entrelaça quem não se vê há muito tempo. Depois desse ano de travessia, a imprevisibilidade e as incertezas assolam a subjetividade do planeta. A musicalidade da vida perde a sua potência. É um tempo em que a morte fica cada vez mais à espreita e a produção de vida se torna muito mais desafiadora, tanto quanto necessária.

O mundo vive o divórcio dos contatos. A paisagem de vida torna-se sem fluxo. Os contatos feitos por uma parcela da população que consegue ficar em casa, são feitos por telas de computadores e celulares, sobretudo, para quem possui recursos para tal. Outros precisam viver de forma arriscada para garantir o pão de cada dia.

A solidão, o desânimo, o desgaste de viver as incertezas, o desemprego, a impotência em não saber em quem acreditar (discursos políticos, científicos, dentre outros); a desesperança, a ameaça da morte; a perda de parentes, de amigos e de conhecidos; a falta de empatia de muita gente; a irritabilidade no dia a dia tão cronificado nas mesmas atividades; o sentimento de desorientação por se sentir perdido; o tédio feito pela paisagem em se viver os mesmos afetos; o vazio de um presente que não consegue ver algo de vital no horizonte.

Precisamos nos reinventar de diversas formas para que não morramos em vida, enquanto a possibilidade da morte física é tão concreta. Portanto, como diz Ailton Krenak (2019), podemos construir 'paraquedas coloridos' para que a queda (que já acontece há muito mais tempo) possa ser vivida de forma leve e criativa, principalmente em tempos em que o amanhã é incerto para todos nós.

Krenak nos ensina que a diversidade é nosso bem maior e que através dela e da manutenção de nossas subjetividades, nossos corpos, nossos templos, podemos nos reinventar e em conjunto construir novas formas de ser e estar no mundo. Vivemos em tempos de desconexão de nossa história, de nossos corpos e da natureza que a tudo engloba, como se fossemos descolados. Que possamos encontrar brechas, caminhos e meios de nos reinventar frente a tudo isso. Assim, nos fala Krenak (2019, pp 13-15):

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros. (...) É uma espécie de tai chi chuan. Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar. (...) Suspende o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir.

2. Geopolíticas biomusicais de cuidado e as políticas públicas de saúde

Como resposta à questão dos cuidados em saúde mental em meio a esta travessia avassaladora, nasce a ação interinstitucional 'Vidas em Rede'. Esta ação segue a metodologia da

Heterogênese Urbana, um dispositivo nascido no Programa de Saúde Mental de Macaé (RJ) em 1998. A ação Vidas em Rede possui relações com o projeto de extensão Corpos em Rede do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) integrado ao projeto Adole-Ser em Movimento, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Mônica Alvim, realizado por 33 graduandos e profissionais de psicologia e da dança. O Corpos em Rede é uma potente ação para as comunidades do Rio de Janeiro, utilizando-se de práticas corporais construídas por profissionais e realizadas por multiplicadores, tais como tai-chi chuan, educação somática, dança dos elementos e meditação vipassana, contribuindo para os processos de produção de subjetividade em meio à pandemia.

A ação Vidas em Rede é promovida pela equipe da Universidade Livre e do Laboratório de Emoções, Afetos, Sociedade & Subjetividade (LEMASS) da Secretaria Adjunta de Ensino Superior da Secretaria de Educação de Macaé, tendo ainda como parceiros interinstitucionais o Núcleo Municipal de Saúde Mental e os Espaços de Convivência do Programa de Saúde Mental de Macaé (RJ), o Núcleo de Tecnologia Municipal, a Superintendência de Educação Infantil, o Centro de Formação Carolina Garcia (CFCG) da Secretaria de Educação de Macaé, o Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Temos a participação de alunos do Programa de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculados à Prof^a. Dr^a. Mônica Alvim, numa ação de extensão universitária na qual se engajam de forma ético-estético-política na promoção desta ação. Esta ação é, por sua vez, uma das atividades de pós-doutorado de Paulo de Tarso no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a coordenação da Profa. Dra. Mônica Botelho Alvim.

A ação Vidas em Rede se inclina à construção de Geopolíticas Biomusicais de Cuidado em tempos de pandemia (Peixoto, 2020a, 2020b, 2020c), promovendo encontros onde a musicalidade de vida é liberada naqueles que dela participam, produzindo-se coletivamente desejos ativos e criadores de caminhos de construção do cuidado de si que se estende ao cuidado do outro e da cidade. Lógica inspirada na política dos cuidados gregos, por sua vez inspirada na cultura e conhecimentos do Egito Antigo e de tantas outras culturas. Política de cuidados conceituada por Michel Foucault (2006) como *epimeleia heautou*, ou seja, como as práticas de cuidado de si que produzem ressonâncias, de forma potente, ao cuidado com a cidade.

Os encontros ocorrem uma vez por semana, através do Google Meet, reunindo pessoas de várias cidades do Brasil, inclusive do exterior.

A ação Vidas em Rede nasce em maio de 2020, seguindo os princípios do SUS: 1 - da Universalização dos serviços e ações de cuidado: pois, todos possuem os mesmos direitos à saúde, à educação e às políticas de garantias de direitos; 2- Acessibilidade aos serviços: proporcionando o acesso às pessoas que habitam em qualquer lugar; 3 – Equidade: garantindo-se os direitos ao cuidado à singularidade de cada pessoa e suas necessidades; 4 – Integralidade: produzir o cuidado, buscando compreender as necessidades biopsicossociais de cada um; 5 – Participação Social: a ação Vidas em Rede, como uma ação de produção de vida, compreende que a formulação, a gestão e avaliação de sua prática precisa ter a participação daqueles que fazem parte dela.

A concepção de construção coletiva de afetos, é a mola-mestra que nos impulsiona na edificação de uma composição coletiva de cuidados. Todos os operadores do cuidado que realizam e

co-organizam essa potente composição, trazem consigo uma farta bagagem no campo da transdisciplinaridade no trabalho das políticas públicas em Saúde Mental, Educação, Arte, Cultura e garantias de direitos, cooperando junto àqueles que comparecem para a reunião das potências singulares de vida e, assim, continuarem perseverando nesta dura travessia. Juntos somos afetivamente e politicamente SUStentáveis! Somos SUStentáveis por afetos e afetações!

3. Psicopatologia do tempo-espaço em tempos de pandemia: contatologia e afetologia

A pandemia trouxe outras formas de marcação dos ritmos de vida. Estas mudanças nos ritmos de vida, nos modos como se operam as formas de organizar a cotidianidade de nossas vidas produziram efeitos na biomusicalidade das subjetividades (Peixoto, 2020a, 2020b).

Deleuze & Guattari (1996) afirmam que as formas de marcar as cadências dos territórios de vida são produzidas de forma segmentar. Desde o momento de acordar até o momento de dormir, somos atravessados por uma organização estratificada e segmentada nos nossos modos de sentir, pensar e viver nosso dia. Nos viciamos, ao longo de um processo histórico, em clivar nossas atividades em horários que seguem a lógica de Cronos. Dividimo-nos em horários para determinadas funções e atividades que são encarnadas em determinados territórios-espaços de vida. Acordar, ir ao banheiro, tomar café, ir ao trabalho (quando se tem um), almoçar, retornar ao trabalho, ir embora, ir à igreja ou ir ao boteco, voltar pra casa ou dormir em algum outro lugar. A experiência das segmentações em nossas formas de habitar o tempo e os territórios de vida foram atravessadas pelas novas cadências biorrímicas que a pandemia trouxe para cada um de nós.

A pandemia, e o conseqüente isolamento tornou escassa uma ferramenta fundamental para evitar as *redundâncias de nós mesmos*, o encontro. O encontro, que era justamente o momento onde nossos corpos se afetavam com qualidade de presença, se perdeu. O momento do encontro, muitas vezes, era o momento em que o tempo do cotidiano, usualmente monótono, se expandia. Era a possibilidade de vivenciar alguns instantes que pareciam infinitos, no sorriso de uma pessoa por quem tínhamos apreço, ou no olhar surpreso de ver alguém que não víamos há muito tempo. Essa qualidade do tempo, aparentemente escassa atualmente, é o que podemos chamar de tempo Kayrós (Reggio & Peixoto, 2010)

A perda de Kayrós é atribuída à segmentação do tempo tão presente na nossa sociedade, que se apoia fundamentalmente em outra forma de vivenciar o tempo, o tempo de Cronos, ou cronológico (Reggio & Peixoto, 2010). O tempo cronológico é o famoso tempo do relógio, o tempo do previsto, da linearidade e da lógica. É um tempo que contrasta com o tempo de Kairós, o tempo do sentir, tempo da espontaneidade, tempo do imprevisível, o que estaria fora dos planos, fora da rotina. (Reggio & Peixoto, 2010).

Vemos por todos os cantos um afastamento da experiência do tempo de Kairós. A tentativa de lidar com o desconhecido cronifica e torna ainda mais técnico e mecânico o tempo vivido. Nos aproximamos do cruel titã Cronos, da mitologia grega, que segmentava os instantes com sua foice e devorava seus filhos para que não viesse o novo (Reggio & Peixoto, 2010).

A perda do tempo Kairós é a perda de qualidades das potências de vida essenciais para a criação. Para entender a dimensão disso, podemos recordar o conceito de Maturana e Varela (1997), de Autopoiese, onde a criação e a vida são vistas quase

como sinônimos. A morte física está acontecendo nas filas e leitos dos hospitais, mas também, há morte na perda da musicalidade da vida que, em movimento mecânico e repetitivo, tende ao movimento de construção de obras de vida degradadas.

Dentro dessa perspectiva, ampliamos o olhar para a falta não apenas do tempo, mas, por sua vez, do espaço onde possamos manifestar a expressividade. O que restou foram palavras e imagens mediadas pelas tecnologias e informação. No entanto, para que essas palavras possam ser ditas de forma espontânea, será necessário a produção de brechas, fissuras, de espaços vazios, em meio à cronificação dos territórios de vida (Reggio & Peixoto, 2010).

No nosso contexto atual, esses espaços também se tornaram raros. Não que antes já não fossem poucos, afinal não é esse encontrado na maioria das instituições de ensino, saúde e sequer nos lugares de trabalho (Reggio & Peixoto, 2010). Na maioria dos lugares já era instituído esses espaços funcionais, regrados, estéreis de quase qualquer possibilidade de criação. E esse espaço de criação, que vai para além do geográfico, espaço *rítmico* (Reggio & Peixoto, 2010), é um espaço do sentir, expressão da temporalidade do devir (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2019, 2018).

Percebemos que um dos fenômenos produtores da cronificação da vida, mesmo antes da pandemia, diz respeito ao que Peixoto (2021, 2020a, 2020b, 2020c) visibiliza e conceitua como '*toposfobia e cronosfobia*'.

A experiência da *toposfobia* considerada como uma certa aversão aos espaços vividos na cotidianidade dos espaços de vida. Com a pandemia, pode-se verificar o aumento de casos acentuados de angústia, ansiedade, irritabilidade, desânimo que não se

configurariam em depressão ou a um quadro psicopatológico. Percebe-se que a repetição do hábito em se viver os mesmos espaços de vida produz a estase dos processos de agenciamentos criativos do desejo, operadas pelas mudanças nos biorritmos contatuais com a vida (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2018).

Ocorre a cronificação da circulação dos espaços de vida, diminuindo a potência de vitalidade dos afetos, pois os campos de afetações, nestas situações, possuem um repertório de possibilidades de baixa potência, ou nos termos spinozistas, com baixo grau de potência (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2016, 2012, 2007).

Por sua vez, percebe-se o fenômeno da *cronosfobia*. Este fenômeno diz respeito à percepção de que os dias se parecem uns com os outros. A paisagem temporal cotidiana é marcada por cadências de uma vida que é percebida como repetitiva, cronificada na apatia, na falta de paixão por tudo. As tonalidades afetivas desta experiência possuem relações com aquelas encontradas nas instituições, tais como os hospitais, os hospícios, os presídios e outras, conforme nos ensina Jean-Oury, psiquiatra fenomenólogo, idealizador do centro de La Borde, na França, lugar onde Félix Guattari trabalhou (Reggio & Peixoto, 2010). Conforme Jean-Oury, o tempo parece não passar nestas instituições.

Por sua vez, inspirados em Jean-Marie Delacroix (2006), diremos que o tempo 'está doente', nestas situações e instituições. Jean-Marie, em suas experiências com os rituais xamânicos nas tribos da Amazônia peruana, afirma que um xamã o ensinou sobre o tempo que fica doente, ou seja, em termos bergsonianos, que o tempo perdeu a sua potência de devir, sua potência de élan vital (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2016).

Os encontros do Vidas em Rede proporcionam a ‘mobilização do tempo perdido’. O tempo que perdeu as suas formas-asas de devir e de fluxo, ganha novos movimentos a partir das ‘percussões de subjetividades’ que se operam neste campo de experiência (Peixoto, 2016). A partir das percussões entre mundos diversos, as experiências de cada um se entrelaçam com um campo estrangeiro à vida cronosfóbica e toposfóbica. A relação com o ‘estrangeiro’ torna-se um antídoto fundamental.

As janelas virtuais se abrem, desvelando lugares e temporalidades estrangeiras e desconhecidas às formas cronificadas de habitar as temporalidades e os territórios de vida. Quartos, salas, ambientes de trabalho, a barca Rio-Niterói, pessoas dentro de carros indo para o trabalho de Uber, ou mesmo no engarrafamento dos bloqueios sanitários de uma cidade para outra como forma de impedir a entrada do Covid-19, pessoas de lugares totalmente diferentes no Brasil e mesmo do exterior, instituições de saúde, fazem aparecer paisagens estrangeiras às clássicas intervenções clínicas onde usuário-paciente-terapeuta se encontram no interior das instituições. Produzimos anomalias nas temporalidades-espacialidades estáticas de vida.

Construímos políticas geopolíticas *heterotópicas* (Foucault, 2009) e *cronostópicas* (Peixoto, 2016). Construímos ‘espaços outros’ que não se explicam pelas paredes das instituições, dos lugares já constituídos para as ‘intervenções’. Espaços outros como geopolíticas heterotópicas. Das percussões entre-mundos estrangeiros, damos movimento ao tempo cronificado a partir da circulação dos afetos, das histórias de vida, das experiências que, até então, ficavam ‘internadas’ e ‘manicomializadas’ na cronicidade da temporalidade-espaço-território vivido. Das geopolíticas heterotópicas e cronostópicas, advém a construção de novas paisagens afetivas coletivas. Cada um sentindo-se pertencente a um ‘lugar sem lugar’, habitando fron-

teiras-superfícies contatuais que não podem ser medidas geograficamente, ou por qualquer outra forma de mensuração dos espaços-territórios.

Novas superfícies-fronteiras contatuais germinam neste 'lugar sem lugar', lugar por excelência estrangeiro, que nos abraça, nos acolhe, nos reveste como uma pele envolvente e que se incorpora a partir dos campos de afetação que seguem o paradigma composicional heterogenético que movimenta todo o encontro (Peixoto, 2018, 2016, 2012, 2007).

O tempo vivido entra em devir. Experiência na qual abrem-se janelas temporais-territoriais onde, a um só tempo, o passado e o futuro penetram a experiência presente sem paralisá-la, mas, sobretudo, vindo compor com o fluxo do presente a vogar. Desta forma, o Vidas em Rede não se situa como uma prática-intervenção que possuiria como 'télos', como objetivo final, o relaxamento das dores e dos conflitos. Para além de uma prática que possui como finalidade o alívio de tensões, o Vidas em Rede se situa como uma experiência que segue o paradigma composicional do qual os sentidos são construídos historicamente, de forma ético-estético-política. A dimensão histórica está sempre sendo debatida, ampliando o limiar de transversalidade que cada um possui em relação aos temas contemporâneos e suas relações com outras condições históricas.

Se existe uma finalidade no Vidas em Rede? A de que cada um seja compositor de normas de viver, inspirando-nos em Canguilhem (1978), em seu livro 'Normal e Patológico'. Desenvolver potências-capacidades para que cada um seja normativo, construindo caminhos de vida singulares, para além da égide da heteronormatividade que produz indivíduos servis, manicomializados em verdades de diversas naturezas e que circulam na cotidianidade de suas vidas. Devir-Asas-Liberdade!

4. Vidas em Rede e heterogênese

A ação interinstitucional Vidas em Rede se apoia na metodologia da Heterogênese Urbana. Esta foi criada no ano de 1998 no Programa de Saúde Mental de Macaé (RJ). A Heterogênese Urbana contribui com o paradigma composicional, advindo das artes e que se articula com conhecimentos de diversos campos: das filosofias da imanência, da Gestalt-Terapia, Musicoterapia, da sociologia, do conhecimento das pessoas e de tantas culturas (Peixoto, 2007, 2012, 2016).

Em processo de heterogênese, recebemos as pessoas às 7.45h da manhã para o momento do prelúdio. Este é o momento onde as ‘janelas dos mundos’ começam a se abrir. Pessoas de tantos lugares, acordando com suas xícaras de café, com gatos, cachorros. Outras com câmeras fechadas, abrem seus mundos através de suas melodiosas palavras de agradecimento pela existência deste espaço geopolítico de produção de vidas. Nesse instante, a plataforma *Google Meet* transforma-se em uma espécie de “continente invisível”, que conecta tais pessoas oriundas de diversos locais em um só ambiente. O piano está por ali, trazendo a suavidade das cadências rítmicas, harmônicas e melódicas, produzindo, de pouco a pouco, o ‘envelope sonoro-musical’, conforme nos ensina a musicoterapeuta francesa Édith Lécourt (como citado em Anzieu, 2013). Envelope biomusical que libera as ‘Id-entidades melódico-afetivo-sonoras’ (Peixoto, 2019, 2020a, 2020b), compreendidas como a liberação daquilo que é o fundo implícito de afetos, percepções, emoções que se tecem coletivamente. Em Gestalt-Terapia, conceitua-se este fundo comum como Id da situação, ou seja, como nos ensina a Gestalt-Terapeuta Mônica Alvim (2016) como um fundo comum nascido do campo de afetações de sensações, percepções, desejos, situações inacabadas, hábitos.

A partir do espaço expressivo que começa a nascer, com as imagens das pessoas, com suas falas, as percussões entre sensações, afetos, impressões, dão 'carne' àquilo que é de cada um e que é de cada um de nós. Um tema pode aparecer deste prelúdio onde uma composição de afetos, percepções, sensações sobre a vida se encarnam. Os 'cooperadores técnicos' (Musicoterapeuta-Filósofo-Gestalt-Terapeuta, Psicóloga, Fonoaudióloga, Pedagoga e alunos de psicologia) estão ali para dar borda e contribuir na construção da paisagem temática que vai se desenhando de pouco a pouco.

O tema-analisador é desenhado de forma espontânea e coletiva. Trabalhamos com os discursos e afetos que surgem entre o fluxo de chegada do grupo e nossos cumprimentos matinais. De uma conversa aparentemente banal, como um simples compartilhamento de um ocorrido da semana de alguém, nascem profundas reflexões e trocas extremamente ricas.

Nesse momento, a posição dos cooperadores é de borda: agem como a margem de um rio, o qual tem apenas o papel de delimitar o seu percurso, que já se faz sozinho. O grupo não necessita de uma direção, ele funciona como uma construção espontânea, feita por todos os seus integrantes com as ferramentas que estão disponíveis no aqui-agora. Os cooperadores se distinguem apenas por serem responsáveis pela estimulação da fala, mas quem edifica e fornece poder de transformação ao encontro do Vidas em Rede são todos os seus participantes. Não há uma divisão entre aqueles que ensinam e aqueles que aprendem, aqueles que transformam e aqueles que são transformados: todo o processo é feito em conjunto. Todos ensinam e todos aprendem. Todos têm o poder de transformar e todos também são transformados.

Esse funcionamento é a heterogênese (Peixoto, 2016, 2012, 2007) na prática: método de trabalho espontâneo, que se cria

no aqui-agora, de forma descentralizada e horizontal. Todo o grupo, participantes e participantes-cooperadores, realizam a sua metamorfose coletiva, com a circulação dos vários afetos depositados por cada indivíduo neste campo.

5. Piquenique de afetos: caminhos para o *wu wei* e a *awareness do campo*

Da composição do tema, entramos no segundo movimento de nosso dia. É o momento de abrir a palavra para que componha a partitura de sentidos que vai se construindo no processo. A percussão de experiências vai dando acesso àquilo que estava velado, implícito na vida de cada um. Relatos de experiências de vida são entrelaçados. Como uma trama de paisagens de vida, cada um fia a sua história em meio às percepções dos outros. O caminho reflexivo e 'filosófico' desta experiência ganha 'carne', na medida em que as poesias atravessam as falas. Por vezes, recebemos a companhia das pausas... a partir da perspectiva da biomusicalidade (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2019), dá-se o espaço necessário para que as pausas entre falas possam nascer.

Na justa medida, as pausas possuem a função de deixar brotar do corpo-subjetividade outras 'melodias de afetos'. Da mesma forma que uma música é feita por pausas, os contrapontos de discursos são feitos de intervalos de pausas maiores ou menores. Elas são a fonte matricial de abertura às novas expressões. Assim como esperamos a chegada de estrangeiros em nossos mundos, as pausas são fundamentais para a emergência dos 'estrangeiros' que nos habitam. Afetos estranhos, sensações anômalas que nascem do campo de experiência vivido, imagens antes nunca imaginadas, lembranças, dentre outros signos, aparecem através do intervalo das pausas.

Por sua vez, esta perspectiva se correlaciona com o conceito de *Wu Wei*. Este é um conceito advindo da filosofia taoista que significa ‘não agir’. Peixoto (2020a, 2020b, 2018) apresenta o *Wu Wei* como um princípio de resistência político frente às injunções e processo de assujeitamento que se opera a partir do modo de produção capitalista ultra-neoliberal e de outras injunções que enclausuram em suas teias as subjetividades.

O *Wu Wei*, este não agir, possui o sentido de dar ‘pausas’ para que possamos perceber cada ato, cada desejo, cada direção que damos em nossas vidas, compreendendo se estas são movidas de forma heteronômica, ou seja, a partir de preceitos, desejos, verdades que se configuram como ‘introjetos’, movendo-nos de forma alienada. Estes ‘introjetos’ (Perls, Hefferline & Goodman, 2001) manicomializam e colonizam as subjetividades de forma silenciosa.

No silêncio dos órgãos, inspirando-nos em Canguilhem (1978), diremos que os introjetos, compreendidos como ‘dejetos’ das crenças, injunções, verdades ‘engolidas’, guiam nossos desejos, nossos projetos de vida, de forma não-consciente. O corpo-subjetividade é operado por afetos passivos e alienados de sua potência na vida. O corpo-subjetividade é movido por afecções passivas, conforme Spinoza (2007). Somos escravos de desejos dos quais não sabemos a sua natureza e o seu processo de produção. Diremos, apoiados em Nietzsche (1980) que toda a potência de vida é colocada na servidão.

Consoante Peixoto (2020a, 2020b) o *Wu-Wei* configura-se como uma tecnologia de um agir sem agir (*Wei Wu Wei*). Um agir que se faz por pausas que integram a musicalidade de vida: por um processo de percepção o caminho que se compõe a cada instante. Para além de uma pausa passiva e anestésica, ela torna-se uma pausa com potência ativa de orientação sobre as

direções que damos para o percurso que construímos a cada instante em nossas vidas. Daí o *Wei Wu Wei* ser um movimento de resistência político, pois, se opera como uma ‘tecnologia de construção de caminhos singulares e não assujeitados’, inspirando-nos na heterogênesse (Peixoto, 2016, 2012, 2007).

Nesta esfera de construção de caminhos ativos, o Vidas em Rede se apoia no conceito advindo da Gestalt-Terapia, compreendido como *Awareness*. A *awareness* é um saber da experiência (Alvim, 2014b) que se tece a partir da emergência de uma *Scientia Animae Sensibilis*, ou seja, de uma ciência da alma sensível (Peixoto, 2018, 2012, 2007). Estar ciente, em pleno estado de presença, é uma arte. A *Scientia Animae Sensibilis* é uma ciência sensorial d’onde pintamos os ‘quadros’ e as ‘partituras’ de vida do presente em devir, a partir de uma semiologia dos afetos nascentes dos campos de experiências vividos (Peixoto, 2021, 2000).

A arte da *awareness* se faz como um fenômeno emergente do campo, ou seja, esta ciência, esta posição orientada na experiência aparece como uma *awareness do campo* (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2019, 2018). Orientamo-nos a partir do campo de experiências onde somos afetados. Nascemo-nos ‘estado de presença’ que se encarna com os tantos afetos e sensibilidades que circulam na experiência.

Daí a aliança entre o *Wei-Wu-Wei* e suas relações com a experiência da *awareness*, elas possuem a sua potência estética de orientação e de criação micro-revolucionária vertidas à resistência às inúmeras injunções de uma sociedade falocriticamente ultra-neoliberal!

Peixoto (2021, 2020a, 2020b, 2020c), em artigos publicados e em sua pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de

Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenada pela Profa. Dra. Mônica Botelho Alvim, e intitulada Psicopatologia Estética, Psicopatologia do Sentir, Psicopatologia da Biomusicalidade, apresenta princípios que constituem o processo de formação do campo de circulação de afetos para a constituição da emergência da experiência *aware* e do *Wei Wu Wei*, deste agir sem agir.

Inspirado na psicopatologia fenomenológica de Minkowsky (2013) e a partir de sua experiência como musicoterapeuta-gestalt-terapeuta-filósofo, Peixoto (2018) apresenta os princípios de uma 'Contatologia e Afetologia Biomusical'. A experiência do contato e suas estrangeirices entre-subjetividades promove:

1. A penetração entre-mundos. Estes são 'interferidos', atravessados, 'percutidos' por olhares e signos estrangeiros aos que são vividos de forma redundante. Cada um poderá sair de suas 'ladainhas existenciais' (Peixoto, 2016, 2012, 2007) a partir das 'estrangeirices afetivas' que 'cantam do fundo' dos outros mundos.

2. A partir das potências biomusicais do encontro, ou seja, das capacidades de fazer 'acordes' com as 'estrangeirices' advindas dos outros mundos, podemos 'compor acordes por ressonâncias', através de dissonâncias ativas ou reativas. As ressonâncias ativas são aquelas que integram os modos de sentir, pensar e agir dos 'mundos estrangeiros' e que entram em dissonâncias ativas com os nossos mundos. Estas dissonâncias nos alimentam com a novidade, com algo que nutre a nossa curiosidade, com aquilo que movimenta o sopro de vida na direção ao crescimento.

Por sua vez, as dissonâncias reativas são vistas nas situações onde recusamos o que é estrangeiro, sentindo-o como amea-

çador, sendo muito penetrante ao nosso grau de potência atual, ou seja, ao nosso poder de ser afetado por algo que ‘desarranja’ demais aquilo que está, em nós, ‘instituído’.

3. A potência biomusical do encontro nos encaminha às sincronias entre mundos. Assim como músicos, todos precisam estar ‘cientes’ de cada momento da música, sentindo o presente da música, de onde ela veio e para onde ela se encaminha. Esta experiência é relatada pelo psiquiatra Bin Kimura (2000).

Aqui podemos ver em cena o conceito de *awareness* da Gestalt-Terapia. Cada músico precisa estar ciente daquilo que executa, sentindo para onde a música se encaminha. Por outro lado, é preciso sentir o que cada músico executa, percebendo as nuances que indicam passagens não previstas, sobretudo, se este grupo musical é de jazz-blues com pitadas sensíveis africanas!! Os músicos desenvolvem a *Scientia Animae Sensibilis*, a ciência de uma alma sensível que acompanha as miudezas dos caminhos que a música produz. Ao invés de passar pela música de qualquer maneira, os músicos curtem o momento, estão presentes, uns para os outros, evitando toda e qualquer outra forma de interferência, quer seja em sua imaginação, lembranças, quer seja, em relação a outras interferências externas. Eles constroem, sincronicamente, a *awareness do campo* (Peixoto, 2021, 2020a, 2020b, 2018).

4. Um outro fenômeno que diz respeito à construção da experiência do *Wei Wu Wei* e da *awareness do campo* diz respeito ao movimento de acompanhar os afetos que advém dos mundos estrangeiros. Esta é a experiência da biomusicalidade empática, onde os processos de percussões de subjetividades em contrapontos produzem ritmos e cadências afetivas d’onde podemos sentir o que se passa na experiência do outro.

No entanto, será preciso estar presente, permitindo-se ampliar a potência de ser afetado pelas estrangeirices dos outros mundos, bem como, afetando este campo de experiência com este *'agir-sem-agir-aware'*. Através de uma pausa musical que alargue o silêncio no campo de experiência nascente, a biomusicalidade empática se faz *'carne'*. Um envelope-pausa feito pela experiência de estar *Wei-Wu-Wei-aware* afeta este campo. O campo converge para a produção de *'acordes em ressonâncias compostas por dissonâncias ativas'*, dirigidas à produção de sentidos potentes, assim, como os músicos que sabem entrar na hora certa e, assim, arriscarem em seus solos, suas quebras de ritmos, em suas dinâmicas biomusicalmente empáticas. Eles habitam o presente do sentir, pois, a temporalidade do sentir é a temporalidade do devir (Peixoto, 2018).

5. Chegamos a um outro princípio que edifica os processos contatológicos-afetológicos biomusicais, a partir da epistémica advinda de uma Gestalt-Musicoterapia-Filosófica. Quando o campo de experiência é atravessado pela partitura feita pela penetração entre mundos estrangeiros, pela musicalidade de vida dos acordes ressonantes e dissonantemente ativos, pela musicalidade de vida do encontro de forma síncrona e empática, vemos nascer como fenômeno do campo a *'sintonia'*. Os sentidos são sintônicos, pois, as estrangeirices dos mundos ganharam a consistência necessária para se fazer corpo, para se tecer como uma obra de arte.

Quando somos tocados pelas estrangeirices e estranhezas do mundo, somos penetrados pela novidade que pode abalar o que se mantém instituído em nossas vidas. Esta experiência produz o reboiço estético-político em nossos afetos. Quando construímos as *'bordas do caminho'* com outras pessoas, podemos nos encontrar com estes reboiços, pois, poderemos, micro-politicamente, dar novas formas ao que sentimos, pensamos e em nossas formas de agir.

6. Cereja do bolo - coreografias heterotópicas do tai-chi chuan

O terceiro movimento do encontro Vidas em Rede é aquele que um dos alunos de psicologia intitulou como 'Cereja do Bolo'. Este é o momento onde as coreografias heterotópicas do Tai-Chi Chuan fazem circular os afetos e sensibilidades através dos movimentos.

As coreografias do Tai-Chi Chuan produzem uma forma de sensibilidade onde a relação com o tempo-espacialidade ganha sua potência de invenções heterotópicas e heterocrônicas. Os movimentos associados ao fluxo da respiração e de uma *Scientia animae sensibilis*, ou seja, do estado de presença ciente dos acordes que o corpo faz com os espaços e temporalidades, produz novos devires em suas percepções. O espaço deixa de ser o espaço cronificado da cotidianidade, assim como o tempo já não é mais aquele sentido como estático. Espaço-temporalidade ganham o fluxo estético da pulsação de vida em devir.

Mãos, braços, pernas, movimentos de partes que nunca são percebidas no dia a dia, passam a devir-asas, devir-ventanias, devir-terra, devir-céu. Os movimentos envelopados pelas sonoridades e cadências musicais levam-nos a mundos e formas de marcar os ritmos da vida, fazendo-nos sentir afetos com tantas cores, com matizes afetivos que nos descolam de nossos hábitos de sermos os mesmos. Esta experiência nos des-territorializa de antigas estratificações e clivagens de nossas relações com a temporalidade cronificada e com os espaços estáticos do dia a dia.

Este é o momento de desenvolver o eixo afetivo-psico-emocional, inspirando-nos na perspectiva do mestre Wu Cherng (1989) quando este nos diz que a prática do Tai-Chi Chuan nos enca-

minha à busca do eixo, sendo este a essência de todas as coisas. Conforme ele, o eixo está “entre a direita e à esquerda e entre a frente e atrás” (Wu Cheng, p. 13). Ele brinca dizendo que aquele que afirma que o eixo está no centro, ao mesmo tempo, acertou e errou. A experiência heterotópica e heterocrônica que a prática do Tai-Chi Chuan promove, incita ao grupo do Vidas em Rede à percepção de que a vida é biodinâmica e em movimentos de crises permanentes. O eixo psico-afetivo-emocional não é predeterminado, não é previsível. Dançar com o espaço, dançar com o tempo, dançar com os devires da vida, dançar a usina de intensidades do encontro (Peixoto, 2000).

Desenvolver a potência de dançar a vida, singularmente e em ato, será descobrir novas potências do corpo, pois este corpo é corpo sempre em relação. Este corpo é corpo *Scientia Animae Sensibilis*, corpo que é ciente dos movimentos das pulsações de vida sensivelmente em ato. Este eixo se relaciona à experiência da *awareness do campo e do Wei Wu Wei*. Ciência do estado de presença que percebe o fluxo da vida, assim como os músicos de uma banda de rock, de uma banda de jazz, de uma bateria de escola de samba! Todos estão ‘cientes’, num estado de presença viva de uns para os outros. Aí está o eixo! O eixo ético-estético-político é a ciência de presença no mundo (Peixoto, 2021).

É lindo observar os movimentos dos corpos, através das janelas virtuais. Cada um abre a sua janela para a partilha dos movimentos que entram em ressonâncias, sincronias, ‘empatias’, sintonias. As telas dos celulares e computadores são aquecidas por afetos que chegam de tantos lugares, com tantas paisagens de vida. Quartos, lugares de trabalho, barca Rio-Niterói, carros... todo mundo produzindo este lugar sem lugar, tempo sem tempo, feito pelos campos de experiências pelas coreografias heterotópicas do Tai-Chi Chuan.

Um momento interessante: momento *free-jazz Tai-Chi Chuam*. Solicitamos que cada um possa liberar o corpo de forma expressiva e livre! Assim como bons jazzistas, liberamos as melodias afetivas do corpo através dos movimentos livres. Movimentos libertários e micro-revolucionários que pulsam cada um na direção da desterritorialização daquilo que está instituído em nossos desejos, visões de mundo, de vida!

7. Integrando afetos: dança circular

Seguindo a atmosfera *free-jazz* os participantes são convidados a dançar em roda, assim como vivenciávamos nas praças, espaços públicos e privados, em instituições no Brasil e no mundo, e na atual conjectura as mãos são dadas através das telas que co-criam redes de pertencimento e vidas. Neste momento da pandemia a *dança circular dos povos* adentra o Vidas em Rede e aquece as telas através de movimentos que buscam uma integração mente e corpo. Há a sensação de que conectamos nossos corpos e almas, ultrapassando distâncias geográficas e corpóreas, mesmo que virtualmente, e assim como em outras eras da humanidade, estamos ali em roda dançando a dinâmica existencial possível da vida no aqui e agora. Os passeios do rio de afetos que circundam cada encontro são desaguados no mar e neste momento são integrados numa ciranda curativa de gestos, passos e movimentos. Coreografias do próprio Bernhard Wosien (2000), alemão responsável por canalizar as Danças Circulares e promovê-las pelo mundo, da Renata Ramos, brasileira responsável pela promoção e formação das danças circulares no Brasil, entre outras coreografias de focalizadores renomados deste movimento.

A cada encontro uma dança circular é convocada pela atmosfera afetiva circundante, promovendo um estado de agregação às tramas já de antemão tecidas e bordadas. Acontece assim

uma união circular que contribui possivelmente para um estado de bem-estar e novas inspirações para bordados dançantes existenciais. Percebe-se com a arte, a poesia e a dança ancestral em roda promovem um encontro dos colaboradores para com seus afetos, germinando uma aparente amplitude e alargamento dos horizontes de possibilidades de sentidos nestes tempos tão demandantes de contato e acolhimento.

Apesar de tudo, ser possível celebrar, ser feliz, criar e reinventar a vida, chorar os prantos que curam e inspiram renascimentos, dançar a vida girando e sendo através das redes de pertencimento.

Improvisos inconclusivos

Dançar e cantar a vida!

Nascermo-nos outros...

Sermos penetrados pelas estranhezas dos outros mundos!

Telas frias que devém aquecidas...

Histórias que fiam espaços-temporalidades outras!

Anomalia...

Vocalizar afetos!

Dar voz ao que está preso, silenciado!

Ter espaço para gritar o que está contido!

Poder ser!

SUStentavelmente, juntos...

Podermos resistir!

Existir!

Devir,

Liberdade!

Paulo de Tarso de Castro Peixoto

Musicoterapeuta, Filósofo, Gestalt-Terapeuta, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Paris XII – Paris-Est Créteil, pós-doutorando no programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador da Universidade Livre da Secretaria Adjunta de Ensino Superior da Secretaria de Educação - Macaé (RJ).

Mônica Botelho Alvim

Psicóloga, Gestalt-Terapeuta, Doutora em psicologia pela Universidade de Brasília, pós-doutorado em Filosofia contemporânea pela Universidade Paris 1, Panthéon-Sorbonne e Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ana Cristina Carneiro

Fonoaudióloga, Coordenadora Administrativa do Núcleo Municipal de Saúde Mental de Macaé (RJ).

Ana Carolina Moda Nunes de Castro Peixoto

Pedagoga, Neuropsicopedagoga, Graduanda em Psicologia – Faculdades Salesianas.

Juliana de Andrade Nogueira

Psicóloga - Superintendência de Educação Infantil - Secretaria de Educação - Macaé (RJ).

Yves Borges Cataldo

Graduando em Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Thais De Freitas Borges Ribeiro De Paiva

Graduanda em Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lúcia Maria Pereira da Costa Leão

Graduanda em Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Altshuler, I. (1954). The Past, Present and Future of Musical Therapy. In E. Podolsky (Ed.), *Music Therapy* (pp. 28-30). New York: Philosophical Library.

Alvim, M. (2016). Le ça de la situation, fond commun de l'expérience. In *Self – une polyphonie de gestalts-thérapeutes contemporains*. Org. Jean-Marie Robine. França – Bordeaux, L'exprimerie.

Alvim, M. (2014a). *A poética da experiência: Gestalt-terapia, Fenomenologia e Arte*. Rio de Janeiro: Garamond.

Alvim, (2014b). Awareness: experiência e saber da experiência. In *Gestalt-Terapia: conceitos fundamentais*. Org. Lilian Frazão e Karina Fukumitsu. São Paulo: Summus.

Anzieu, D. (2013). *Les Enveloppes Psychiques*. France: Dunod, 2013.

Barcelos, L. R. (2020). 'A Música nas Janelas' como experiência Imunogênica em tempos de pandemia (Covid 19) e a Musicoterapia, no prelo.

Barcelos, Lia Rejane M. (2009). A música como metáfora em musicoterapia. Tese submetida ao Programa de Pós- Graduação em Música do Centro de Letras e Artes da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor, sob a orientação da Professora Dra. Carole Gubernikoff. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 232 pp.

Canguilhem, G. (1978). *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

Cherng, Wu Jyh. (1989). *Tai Chi Chuan – A alquimia do Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Delacroix, J. (2006). *La Troisième Histoire: fonds et formes du processus relationnel en psychothérapie*. França: Dangles Éditions.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs*, vol. 1, 2, 3 São Paulo: Editora 34.

Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo, SP: Editora 34.

Foucault, M. (2009). *Le corps utopique et Les heterotopies*. Paris: Éditions Lignes.

Foucault, M. (2006). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Kimura, B.. (2000). *L'Entre: Une approche phénoménologique de la schizophrénie*. França, Mellon.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Leão, L. (2020). Citação pessoal no processo de supervisão dos alunos de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ligados aos projetos de extensão da Profa. Dra. Mônica Botelho Alvim, sendo uma das participantes do Vidas em Rede.
- Merleau-Ponty, M. (2003). *O visível e o invisível*. São Paulo, SP: Editora Perspectiva.
- Merleau-Ponty, M. (1948). *Causeries*. França, Éditions du Seuil.
- Minkowski, E. (2013). *Le temps vécu*. France: Presses Universitaires de France.
- Nietzsche, F. (1980). *A origem da tragédia*. Rio de Janeiro, Editora Moraes.
- Peixoto, P. (2021). Psicopatologia Estética, Psicopatologia do Sentir, Psicopatologia Biomusical: para uma diagnose estético-poiético-musical a partir da Gestalt-Terapia, Musicoterapia e Filosofias da Imanência. Pesquisa de pós-doutoramento realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como diretora de pesquisa a Prof^a. Dr^a. Mônica Botelho Alvim.
- Peixoto, P. (2020a). Vidas em Rede e as Travessias da Pandemia. *Boletim Ciência Macaé*, v. 01, p. 15-35.
- Peixoto, P. (2020b). Wu Wei e Ambientalidades Afetivas: Uma visão Biomusical em tempos de pandemia. In: *ABG - Associação Brasileira de Gestalt Terapia e Abordagem Gestáltica*. (Org.). Olhares da Gestalt-terapia para a situação de pandemia. 1ed.Curitiba: CRV editora, v. 1, p. 205-225.
- Peixoto, P. (2020c). Network Lives. In: Barbara Hesser; Brydie-Leigh Bartleet. (Org.). *Music as a Global Resource: Solutions for Cultural, Social, Health, Educational, Environmental, and Economic Issues*. 5ed. Universidade de Nova York: Music as a Global Resource., v. 5, p. 26-27.
- Peixoto, P. (2019). Biomusicalidade, Experiência e Awareness Coletiva: Gestalt-Terapia e Musicoterapia no cuidado de Pais e bebês, *Dossiê Gestalt-Terapia* v. 19, n. 4, p. 1084-1103. Rio de Janeiro: Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia.
- Peixoto, P. (2018). *Gestalt-Terapia & Contatologia: Filosofia, Arte & Clínica dos processos de formação das superfícies contatuais*. 1^a. ed. Macaé Rj: Paulo de Tarso Editor, 640p.

Peixoto, P. (2016). *Composições Afetivas, Cidade e Heterogênesse Urbana: para uma democracia composicional*. Macaé, RJ: Paulo de Tarso Editor.

Peixoto, P. (2012). *Heterogênesse, saúde mental e transcomposições: Composições Coletivas de Vida*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Multifoco.

Peixoto, P. (2009). Multiculturalismo, Transculturalismo & Heterogênesse Urbana: composições da diversidade para a produção do transconhecimento. *Visões (Online)*, v. 7, p. 2-69.

Peixoto, P. (2007). Do esquadrinhamento dos corpos à invenção de práticas instituintes nos ambulatórios de saúde mental: três movimentos para a heterogênesse. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, 414pp.

Peixoto, P. (2000). Usina de Intensidades. *Revista de Gestalt*, v. 9. São Paulo, *Instituto Sedes Sapientiae*, p. 53-58.

Perls, F., Hefferline, R. & Goodman, P. (2001). *Gestalt-Thérapie. Nouveauté, Excitation et Développement*. France: l'Exprimerie.

Reggio, D. & Peixoto, P. (2010). Espaços expressivos: Diversidade e Heterogênesse Urbana. *Visões (Rio de Janeiro. Impresso)*, v. 8, p. 8-28.

Ribeiro, J. P. (2019). Ambientalidade, Co-existência e Sustentabilidade: Uma Gestalt em Movimento, *Dossiê Gestalt-Terapia v. 19, n. 4, p. 896-914*. Rio de Janeiro: Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia.

Spinoza, B. (2007). *Ética. Edição bilíngüe: latim-português*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Wosien, B. (2000). *Dança: um caminho para totalidade*. São Paulo: TRIOM.

A CLÍNICA TERRITORIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE NITERÓI

Resumo

Este trabalho traz reflexões sobre o Coletivo Arte e Expressão à Vista, construído a partir de encontros propostos pela equipe do Centro de Convivência e Cultura de Niterói para ofertar espaços de sociabilidade e pensar a circulação dos usuários deste serviço na cidade, bem como a construção de projetos de vida a partir de novos percursos, para além do circuito hospital-caps-tratamento. Apresentamos uma breve história sobre o surgimento deste Centro de Convivência e alguns desdobramentos que foram pensados a partir da inserção no coletivo Arte e Expressão à Vista.

Palavras-chave: Centro de Convivência; Saúde mental; Percursos.

Introdução

Neste trabalho pretendemos apresentar brevemente o Centro de Convivência (CC), enquanto serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para, então, refletir sobre as práticas do Centro de Convivência e Cultura de Niterói, em um recorte temporário entre março de 2018 a março de 2019.

Neste contexto, apresentamos também a ideia de um dos projetos deste serviço, um coletivo que pensa a arte, cultura e habitação na cidade, chamado Coletivo Arte e Expressão à Vista,

e trazemos questionamentos que perpassaram o trabalho realizado acompanhando este coletivo.

Apresentamos brevemente alguns conceitos que atravessam o modo de trabalho a partir da reforma psiquiátrica, movimento social que pretende modificar as formas de cuidado asilares, promovendo o cuidado da saúde mental pelo viés da subjetividade e, mais do que isso, reinserindo a loucura no meio social pelo viés da singularidade e cidadania.

Os Centros de Convivência e Cultura

É pela lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, que o cuidado em saúde mental é repensado em termos oficiais, pois grandes movimentos sociais já vinham acontecendo anos antes, a partir dos trabalhadores. Com a nova definição de uma Política Nacional de Saúde Mental para o Sistema Único de Saúde, é instaurado um novo modelo de atenção à saúde mental.

A partir dessa mudança temos novos avanços. Em 2011, a lei 3.088 institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, aproximando e integrando o cuidado em saúde mental e suas redes de apoio na cidade. O cuidado em saúde mental é repensado a partir de cada território, modificando os, então, modelos asilares de tratamento, que se davam em instituições totais.

A RAPS tem como um dos objetivos gerais ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, além de garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território. (Brasil, lei 3.088/2011)

O Centro de Convivência e Cultura é atualmente apresentado na lei 3.088 como um ponto de atenção componente da atenção básica em saúde. Entretanto, os Centros de Convivência da Atenção Básica abrangem, em sua maioria, o público da terceira idade, apesar de, na letra da lei, também serem abertos à comunidade.

Foi criada uma portaria específica para o Centro de Convivência e Cultura na rede de saúde mental - Portaria 396/2005 - que foi revogada logo após sua publicação. Nela, especificava-se particularidades deste serviço necessárias à produção de trabalho - sua clientela, os profissionais que integram suas equipes, especificações sobre sua implantação, funcionamento e administração.

É válido ressaltar que, após o “I Encontro de geração de trabalho e renda, cultura e saúde mental - Políticas Públicas, Centros de Convivência, inclusão social pelo trabalho e programas de arte e cultura”, ocorrido no dia 9 de maio de 2018, evento que simbolizou o encontro estadual dos Centros de Convivência do RJ, foi montado o Fórum Estadual de Centros de Convivência, que se reuniu ao longo do ano de 2018 para falar sobre suas práticas e elaborar estratégias para uma possível regulamentação do serviço. A partir desse evento, foi definida uma comissão para redigir um projeto de lei, que foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em 2018. Esse movimento instituinte, conforme (Alvarez; Almeida & Figueiredo, 2020), entre os trabalhadores e usuários dos centros de convivência ainda ocorre até o ano de publicação desse artigo (2021).

O Centro de Convivência e Cultura de Niterói

O Centro de Convivência e Cultura de Niterói é um serviço da rede de saúde mental deste município que é criado no ano de 1996, quando possuía outra nomenclatura (Protasio, 2018). Ao longo de sua história, teve diversos momentos e propostas de trabalho distintas.

Consideramos que o fato de não haver, neste momento, uma portaria vigente que regulamente ou especifique como deve ser a prática de um Centro de Convivência, permite que as possibilidades de construção desse trabalho se tornem mais abrangentes, podendo ser repensadas a cada momento ou a cada local. Por exemplo, a maneira de se construir e pensar o trabalho do Centro de Convivência em Niterói foi e é diferente do que foi pensado no CC da Zona Oeste do Rio, que também se difere do CC que fica no Engenho de Dentro, que também não é igual aos vários CCs de São Paulo e Minas Gerais.

No entanto, essa mesma “abertura”, ou seja, a inexistência de uma legislação específica, pode prejudicar o trabalho nesse serviço, pois não há um investimento formal, seja em financiamento para manutenção da estrutura física do serviço, para realização dos projetos ou ainda para investir na formação de uma equipe técnica potente.

Antes chamado Centro de Convivência Cultura e Oficinas Integradas (CCCOI), o serviço teve início de dentro do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba (HPJ) a partir da iniciativa de três técnicos de enfermagem que entendiam que atividades fora da rotina institucional, ainda dentro do hospital, poderiam ser terapêuticas e benéficas para o cuidado, incluindo o lazer durante a internação.

Essas iniciativas foram ganhando espaço no hospital até que foi instituído um local específico para o planejamento e para a realização dessas atividades, que davam lugar aos anseios e desejos dos próprios internos. Com o tempo, o serviço foi se deslocando para fora do hospital, construindo uma atuação que ia ao encontro das estratégias da reforma psiquiátrica, a partir da desinstitucionalização dos internos dos hospitais e da ampliação da rede cultural, social e de vida.

O CCCOI, naquele momento, não tinha um local fixo para sua sede e, por isso, era um serviço “nômade”: esteve anexado ao hospital psiquiátrico de jurujuba e depois ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Charitas, por exemplo.

Com o tempo de construção de trabalho, a equipe foi se orientando a realizar atividades fora dos espaços normalmente reconhecidos como parte da rede de saúde mental de Niterói. Dessa forma, ocorreu a aproximação com outras secretarias municipais, bibliotecas, policlínicas, museus, supermercados e vários parceiros que, até hoje, ajudam a sustentar este trabalho.

O ano de 2017 foi um ano difícil, de muitas modificações e mudanças estruturais, mas, por outro lado, o serviço ganhou uma sede oficial, no centro da cidade, dentro de uma Policlínica, localizada na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, uma das principais da cidade.

2018 foi um ano importante: além de realizarmos algumas mudanças organizacionais e com relação à composição da equipe, foi oficializada também a mudança do nome deste serviço para Centro de Convivência e Cultura de Niterói (CCCN), entendendo que não fazia mais sentido seu nome incluir atividades que não eram mais realizadas, como oficinas.

Ainda em 2018, as frentes de trabalho deste serviço eram organizadas a partir de dois núcleos: núcleo de cultura e núcleo de trabalho. A ideia inicial dessa divisão era facilitar o trabalho. Por não receber financiamento formal, são necessárias parcerias que são construídas com outras instituições, como colocado anteriormente. Dessa forma, cada núcleo tinha uma aproximação maior com seus parceiros e projetos, como por exemplo era a aproximação do núcleo de trabalho com a Faculdade Maria Thereza ou o núcleo de cultura com o Teatro Municipal de Niterói.

Com mais tempo de trabalho, fomos entendendo que a proposta da divisão dos núcleos não estava mais sendo positiva para o trabalho, como em algum momento já havia sido, mas que estava dividindo a equipe e acabava por afastar os assuntos relacionados ao trabalho dos temas mais ligados à cultura. Entendendo que ambos os assuntos possibilitam a construção de autonomia e dizem respeito à cidadania, habitação na cidade e produção de sociabilidade repensamos o trabalho e dissipamos a organização por núcleos.

Dessa maneira, até 2019, a maioria dos projetos eram organizados por duplas, mas todos da equipe acompanham e atuam em todos os projetos do Centro de Convivência. Além disso, alguns projetos antigos e maiores são organizados, planejados e executados por toda a equipe, como o Coletivo Arte e Expressão à Vista, sobre o qual desenvolveremos a reflexão a seguir.

Coletivo arte e expressão à vista

Antes inserido no Núcleo de Cultura, agora pensado e organizado por toda a equipe, este coletivo se reúne semanalmente, realizando duas reuniões por mês e dois passeios para locais definidos nessas mesmas reuniões.

A construção do passeio passa pelo exercício de desejo e escolha dos próprios membros do coletivo, promovendo movimentação de vida e novas opções de circulação. Nesse sentido, ouvimos o que as pessoas desejam para além de, enquanto equipe técnica, emprestar nossa cultura para que se realizem os passeios, ou seja, para além de colocar o que entendemos ser um passeio cultural interessante, como ida a museus ou a cinemas.

Durante o período de trabalho no CCCN, ocorreu uma sugestão de visita a uma garagem de ônibus e, para nossa surpresa, a ideia foi aceita por todos os outros participantes do coletivo. Fomos entendendo que os passeios propiciam atividades no território de cada um, ou seja, mesmo podendo emprestar o que é nosso entendimento de cultura, afinal, somos parte do coletivo, foi preciso dar lugar ao que aparecia como parte do território subjetivo de cada um.

Retomo o geógrafo Milton Santos para citar brevemente a que me refiro quando uso o conceito de território subjetivo: “O território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (Santos, 2001, p. 96).

Fazemos uso deste termo para pensar além do território geográfico que normalmente nos referimos, mas considerando o pertencimento de cada um a seu local de vida.

Apesar de compreender a proposta do Centro de Convivência como a de desinstitucionalizar a vida dos usuários que frequentam serviços de tratamento de forma quase que exclusiva - hospital ou Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) -, fomos entendendo que era necessário certa rotina, organização e uma

institucionalização daqueles encontros para que tentássemos possibilitar o máximo de abertura ao imprevisto.

Sobre o termo “desinstitucionalização” aqui utilizado, retomo Delgado e Leal (2007, p.2) que especifica de forma clara e objetiva dois sentidos atribuídos a esse termo:

- a. agenciamento de saída de pessoas com transtornos mentais graves dos hospitais psiquiátricos para a comunidade, garantindo seu cuidado na cidade;
- b. enfrentamento da alienação a que estamos sujeitos em nossa vida cotidiana, que pode ser promovida pelo manicômio, e também por outras instituições com características totais.

Dessa forma, entendemos que o trabalho de promover a desinstitucionalização se refere à saída dos hospitais psiquiátricos e ocupação da cidade, mas também se refere a repensar atitudes, pensamentos e ideias enraizadas sobre o “louco” e seu cuidado. O CC objetiva realizar um trabalho que escape às normatizações pré-concebidas sobre o que deve ser o cuidado, como ocorre em uma instituição total, fechada, sem possibilidade de atravessamentos cotidianos.

Nesse contexto, é importante destacar o caráter de compromisso que esse coletivo conquistou com quem o frequenta. Pela regularidade e comprometimento com o que é programado, o grupo, que inicialmente precisava de muita colaboração da equipe mediando as falas, hoje, acontece a partir dos próprios usuários do serviço, ficando a equipe ali, disponível. Diversas vezes iniciam o grupo com o passeio feito na semana anterior e nos questionam “quando haverá a votação para o próximo passeio? Posso sugerir?”.

A rotina construída pelo Arte e Expressão à Vista foi uma forma de institucionalizar para tentar desinstitucionalizar. Por isso,

o imprevisto também é algo a ser trabalhado. Muitas vezes os técnicos ou mesmo os usuários se incomodavam quando era necessário modificar alguma programação ou encontro que aconteceria determinado dia. Os passeios que ocorrem à noite também são um impeditivo para várias pessoas do grupo comparecerem.

O trabalho com R. se coloca principalmente nesse imprevisto. Ele só aceita realizar passeios às terças-feiras, dia instituído para o encontro do coletivo. Quando agendamos passeios em qualquer outro dia, ele não aparece. Entretanto, para nossa surpresa, certo dia, R. apareceu no CC contando que havia ido à praia sozinho no final de semana. Ou seja, aconteceu, ali, a apropriação de um espaço inicialmente ocupado com o coletivo, a partir do próprio desejo de R, fora da terça-feira.

A presença e disponibilidade da equipe também se colocam como questão quando precisamos pensar que isso deve ser oferecido de forma singular a cada usuário do serviço. Fomos entendendo que não era simplesmente acompanhar um grupo de usuários em um passeio. Na verdade, para cada um ali, a presença tinha alguma função, mesmo que fosse um andar junto, em silêncio.

Mais do que passeios quinzenais, foi-se construindo uma função para esse coletivo como possibilidade de encontro, de conhecer novos locais, de construir conhecimento, rompendo com a ideia de que há um lugar para o “doido” e outro para quem é “normal”. O lazer e a diversão não se limitam ao “passeio” do dia, mas esse encontro costuma ter efeitos dias, semanas, meses depois. E os laços construídos a partir desses outros lugares de relação ocupam novos espaços e com diferentes intensidades.

Me perguntava o que éramos, nesta equipe? Todos se intitulavam articuladores sociais, o que era isso? Foi importante a

aproximação a ideia de acompanhante territorial para entender melhor o que eu deveria fazer ali, mas logo essas teorias “caíram por terra” novamente e fomos acompanhando o andamento do coletivo sem tentar entender a função de cada um, nos colocando como integrante, sem pensar em nomeações e sustentando certo desconforto.

Na rua e na vida há uma tensão que envolve política, cultura, saúde, doença e economia e isto pode ser acompanhado a cada passeio e em cada lugar que vamos. Não só o coletivo era modificado a cada encontro, mas também o lugar que estávamos. Diversas vezes visitávamos locais em que as pessoas vinham nos abordar para entender o que estava acontecendo, quem éramos e faziam perguntas como: “eles andam sozinhos?”, “eles tem dinheiro para comprar as coisas?”, “você é a responsável por eles?” e sempre era necessário um trabalho com aquele lugar que íamos.

Foi marcante quando fomos pela primeira vez numa sessão de cinema na Câmara Municipal de Niterói, e, em nossa chegada, um trabalhador do local, tentando nos auxiliar na entrada, nos recebeu, gritando: “quem precisa tomar remédio, quem é doente, não precisa mostrar documento para entrar!”. Alguns usuários do CC ficaram bastante desconfortáveis com a situação, outros nem mesmo repararam, e foi necessário trabalhar essa chegada com eles e com a equipe da Câmara, que se mostrou aberta para nos ouvir e entender nossa proposta de trabalho.

Foi pensando sobre qual trabalho fazíamos, que ia muito além de um acompanhamento na cidade e alcançava ideias sobre a loucura que circundam no pensamento do outro, que conhecemos ali, no encontro. Não era mais tão simples acompanhá-los entendendo o impacto que estar na cidade tinha para todas as pessoas do coletivo e também para quem se encon-

trava conosco nos espaços. É um trabalho pela liberdade, por uma reorganização social.

Consideramos que é essa, então, a nossa proposta de trabalho. Efetivar a reforma psiquiátrica em cada ação, em cada contato que nos deparamos. Desinstitucionalizar, pouco a pouco, os manicômios mentais que existem no meio social, mesmo que todos os muros sejam derrubados, nos permite, então, construir a reforma psiquiátrica em ações cotidianas, rotineiras. Como fazer esse trabalho? De que forma isso é possível? Para pensar isso, abordaremos o tema a seguir.

A clínica, a reforma psiquiátrica e a habitação da cidade

Usarei duas citações de Delgado (2007, p.60) para dar início à algumas reflexões:

(..) trata-se de uma nova clínica. De uma clínica em construção. E de uma clínica que só existe porque está em construção. E essa construção não acabará nunca. Portanto, esse diálogo é um diálogo, por definição, incompleto. E por definição imperfeito. Porque fala de um processo de construção que é imperfeito e contingente. (p. 59)

A clínica é essencialmente um esforço imperfeito. E só tem uma direcionalidade irrecorrível, que é a direcionalidade da ética. Da ética de buscar e exercer e suportar (...) os diversos espaços do cuidado. Para ajudar as pessoas a construírem o lugar social da loucura. E ajudá-las, também, a conviver com essa experiência, muitas vezes intolerável, que é a dor do sofrimento psíquico. Isso é certo, é preciso. O resto mais é contingente.

Diversas vezes no trabalho do CCCN questionávamos se o que fazíamos era clínica, apesar de visivelmente notar efeitos terapêuticos não só para os usuários, mas também para a equipe. O que é a clínica para além do terapêutico?

No CC, ao momento, a equipe era composta por 3icineiros, 1 musicoterapeuta, 1 técnico de enfermagem, 1 supervisor, 1 coordenador e 2 residentes em formação. Nós oferecíamos escuta e um lugar a todas as pessoas que chegam ao CC. Muitas vezes éramos atravessados sobre o que fazíamos ali a partir de nossa formação e o que diferenciava os membros do coletivo.

A partir da escuta foi possível suspender qualquer essencialidade da clínica ou dos sujeitos para estar no terreno do contingente e do provisório, como pontua Delgado (2007), pensando a partir daí o conceito de reforma psiquiátrica.

Essa clínica só poderia ser construída a partir de cada situação concreta, envolvendo o sujeito, o ambiente e o encontro. Dessa forma, a partir de uma experiência singular podemos transformar qualquer território experienciado em produção de cuidado, para além dos settings terapêuticos que são comumente ofertados - consultórios clínicos, CAPS, hospital etc.

Delgado (2007) usa o termo clínica do território (p. 60) para se referir a essa construção permanente de uma relação entre sujeito e território. Segundo ele, o território é apropriado pela clínica e, essa apropriação, é a clínica mesma:

Não existe um território que seja igual ao outro, como não existe um território em si, um território como essência. O território também é uma construção dessa clínica. Sendo assim é tudo imperfeito e tudo contingente e temos que nos defrontar, não sem angústia, com isso. (Delgado, 2007, p.61).

Agregando questões do cotidiano, antes tomadas como secundárias, ou seja, menos importantes no tratamento, temos que considerar as relações do sujeito também como trabalho clínico.

Certo dia, a caminho da praia com o coletivo Arte e Expressão à Vista, fomos surpreendidos por A., uma integrante do grupo que, ao meu lado, no banco do ônibus, pôs-se a falar sobre diversas questões suas que, até então, no nosso entendimento, deveriam ser abordadas em “espaço específico” para isso.

Sem pensar muito, fomos ouvindo o que ela trazia e pontuando coisas que vinham à escuta em sua fala. Ela falava sobre sua infância, sobre sua irmã e sobre sua mãe, falecida... não falava sobre o percurso, o ônibus ou o passeio.

Foi necessário se colocar de frente com o contingente, ouvindo, construindo o cuidado ali, onde era possível para ela, um lugar para escuta de suas questões. Depois desse episódio, todo passeio de ônibus A. Escolhe ao lado de quem sentar. Não é o tempo todo que precisa conversar sobre sua vivência, mas a cada vez que sentamos em um transporte juntos.

Há um risco de que a reforma psiquiátrica seja executada a partir da simples reorganização dos serviços assistenciais, quase que num modelo de rearranjos de poder, mantendo os “loucos” como blocos de pessoas iguais, que devem ser tratados do mesmo modo, não mais dentro do hospital, mas fora dele.

Entendemos que tratar as pessoas do mesmo modo porque elas possuem algum comprometimento psíquico não se propõe como trabalho clínico. Foi necessário construir com A. um cantinho em cada percurso para que pudéssemos cuidar do que ela estava podendo falar naquele dia.

Consideramos que pensar projetos de cuidado e de vida, a partir da subjetividade de cada um, seja pensar a clínica e dar passos para efetivação de uma desinstitucionalização que alcance os preceitos da reforma psiquiátrica.

Dialogar com a sociedade significa envolvê-la, não apenas como exercício formal de democracia, mas porque esta política necessita da participação social, na medida em que propõe que o lugar do louco e da loucura é o mundo, e não o restrito espaço de um serviço de Saúde Mental (Abou-Yd, 2007, p. 54)

Realizar um trabalho que não seja alienado e que produza sentido requer um protagonismo destes mesmos usuários, que nos orientam caminhos para pensar em recursos de cuidado. Para acrescentar novos discursos ao tema da loucura, é necessário ouvir quem nos pode dizer sobre isso, convocando-os também ao exercício de cidadania.

Considerações finais

No trabalho de conclusão de uma estagiária que passou pelo serviço, recordamo-nos de ela dizer que o trabalho no CCCN é movido a desejo. Dizia também que os técnicos eram muito desejosos nesse trabalho e isso fazia a diferença na prática. Da exclusão, do excluído, do preconceito, da diferenciação à sustentação da singularidade, subjetividade, possibilidade, cidadania e da construção de um lugar possível.

O CCCN se integra ao meio social influenciando no processo de desinstitucionalização desse município e das pessoas que aqui passam - parceiros, estagiários, residentes, nos encontros, na cidade. Este serviço se coloca como referência afetiva e se põe disponível à escuta independentemente das atribuições ou formação técnica de cada um.

No Coletivo Arte e Expressão à Vista observamos que a circulação de afetos é ponto de partida para a reconquista da contratualidade social. Cada laço novo que é feito - com pessoas e lugares - conduzidos a partir da direcionalidade ética de cada encontro, auxilia esses sujeitos a construir seus projetos de

vida. Este coletivo oferece um lugar de escuta com compromisso, afeto e disponibilidade.

É desse lugar que é possível a realização de um trabalho clínico com os usuários e, também, um trabalho com a sociedade, questionando, pouco a pouco, os diversos discursos pré-concebidos sobre a loucura.

Rayanne P. Magalhães,

Psicóloga, especialista em Psicanálise e Saúde Mental/UFF, pós graduada em Psicanálise, Clínica e Cultura/UCL, trabalhadora da rede de saúde mental no RJ.

Francisco Protásio,

Bacharel em Estudos de Mídia/UFF, Mestre em Cultura e Territorialidades/UFF, Especializando em Saúde Pública/ENSP/FIOCRUZ, Trabalhador da rede de saúde mental no RJ.

REFERÊNCIAS

ABOU-YD, M. N. (2007). Por uma clínica antimanicomial: a audácia de um projeto. *Caderno saúde mental: a reforma psiquiátrica que queremos por uma Clínica Antimanicomial*, Belo Horizonte, 1, 53 -57. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2007/27335/27335-281.pdf>>. Acesso em 10 de Agosto de 2021.

ALVAREZ, A.P.E.; ALMEIDA, N.M.C; FIGUEIREDO, A.P. (2020). Por uma política da convivência: movimentos instituintes na Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, 44(127), 1300-1311, Out - Dez. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/sdeb/2020.v44n127/1300-1311/pt/>>. Acesso em 10 de Agosto de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2001). Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo. Brasília, DF, 09 de Abril de 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2011). Portaria N° 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo. Brasília, DF, 30 de Dezembro de 2011.

DELGADO, P.G.G. (2007). Por uma clínica da Reforma: concepção e exercício. *Caderno saúde mental: a reforma psiquiátrica que Queremos por uma Clínica Antimanicomial*, Belo Horizonte, 1, 59 – 65. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental.pdf>>. Acesso em 10 de Agosto de 2021.

LEAL, E. M.; DELGADO, P. G. G. (2007). *Clínica e cotidiano: o CAPS como dispositivo de desinstitucionalização*. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/LAPPIS: ABRASCO. [Série- Saúde participativa].

LIMA, E.; YASUI, S. (2014). Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde debate*. Rio de Janeiro, 38 (102), 593-606, Setembro.

PROTÁSIO, F. (2018). *Mediação entre loucura e cidade: Olhares sobre uma experiência no Centro de Convivência e Cultura de Niterói*. [Tese de Mestrado em Cultura e Territorialidades – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói].

SANTOS, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

LOUCOS PELA VIDA: PROJETO DE REAFIRMAÇÃO DO CUIDADO EM LIBERDADE

Resumo

Esse artigo se propõe a trazer o relato de um trabalho construído e realizado a muitas mãos. Pretendemos fazer uma breve exposição da trajetória do Bloco Loucos Pela Vida sob a perspectiva do Centro de Convivência e Cultura de Niterói, dispositivo que compõe a Rede de Saúde Mental de Niterói/RJ e principal responsável por esse projeto. Ao longo do texto poderemos refletir e analisar a importância da cultura, da música, como ferramenta potente para promover convivência, laços afetivos, movimento, intervenção e transformação social.

Palavras-chave: Convivência; Cultura; Carnaval; Cuidado; Saúde Mental

Introdução

“Tem que mergulhar
A própria fantasia
Nossa liberdade”.

Canção “Era uma vez” de Claudio
da Matta Freire / Álvaro Luís Socci

Iniciamos essa narrativa com o nascimento de uma oficina de batuque no interior do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba,

onde internos das enfermarias participavam de atividades ligadas à música. O intuito era promover convivência, resgatar histórias e tantas outras consequências inesperadas que os encontros propiciavam.

Com poucos instrumentos e muita determinação, esse grupo foi se constituindo como um catalisador de ideias que foi ganhando espaço até transpor os muros asilares. Foi, numa cadência suave, desenhando o caminho para fora, a força era tamanha que não cabia em quatro paredes. Era preciso ousar, transbordar e circular. Qual seria a melhor maneira de fazer isso se materializar? Em uma grande festa coletiva. Quando os loucos por liberdade e pela vida poderiam expressar toda a sua irreverência sem os olhares normativos? Nada melhor que no carnaval.

E assim, o Bloco Loucos pela Vida surge e segue ocupando os espaços comuns aos cidadãos há 18 anos. Espaços onde muitos não conseguem se apropriar sozinhos, e onde tantos outros, há muito não faziam parte da cena social. Existem os que viam nesse dia, uma forma de se expressar da maneira que tivesse, com a roupa que tivesse, sem olhares ou ações que os impedissem de transitar pela paisagem urbana que, como o sol, parece ser para todos e que no cotidiano percebemos nuances, camadas e barreiras que nos apontam o sentido contrário.

Os loucos insistiram em pedir passagem para contar em verso e prosa a sua história e a de um Coletivo, através de um Bloco que carrega nome e sobrenome marcantes - loucos e vida. Vida vivida com a insanidade desmedida. Sãos ou loucos? Sãos e loucos que amam a vida, loucos e são que amam a liberdade, que enlouquecem por viver. Viver não é simples, não é fácil e pode ser enlouquecedor. A vida inclui o sofrer, a incerteza, a sensibilidade, a criatividade, o revés e toda sorte de situações que põe à prova o ser vivente. A arte pode ser

uma via possível para aplacar as mazelas dessa vida que no fio da navalha mostra toda a sua força.

Ao situar a vida no campo da desordem, da imprevisibilidade, colocamos a própria loucura em perspectiva e incluímos o sofrimento como resposta, como possibilidade de encarnar e coabitar o sujeito sem que ele (o sofrimento) deva ser extirpado a qualquer custo ou ser colocado, exclusivamente, no campo da anormalidade.

Com a arte de conviver, de fazer furos, fazer arte e de transgredir, através das palavras de usuário e técnica, compositores do samba enredo de 2018, reafirmamos o nosso compromisso de manter o Bloco vivo em ato e nas linhas desse artigo.

Desenvolvimento

“Ô abre alas, que eu quero passar”.

**Marchinha de Carnaval: Ô Abre Alas /
Compositores: Rodrigo Pereira Martins /
Eliseu Fiuza / Chiquinha Gonzaga**

Vamos pedir licença aos leitores para fazer uso do arcabouço próprio do mundo do samba para aproximar a todos dessa experiência ímpar que o carnaval proporciona. Desafiador colocar no papel fragmentos e impressões que os encontros carnavalescos nos permitem capturar. Isso, porque somos apenas testemunhas e sabemos apenas, parcialmente, os fatos. Que bom que não perdemos tempo buscando o inalcançável fio de uma alegoria que nunca se fará presente na sua totalidade. Esses encontros falam de desejos, de vínculos - os construídos e os que estão por vir - entre os usuários e trabalhadores da Saúde Mental que, cotidianamente, radicalizam a experiência do conviver e do viver com – com a Praça, os mu-

nícipes, o senso comum, a diversidade, a diferença, o inusitado e tudo o mais que não se pode dar conta para que sejam possíveis outros encontros.

O carnaval é genuinamente do povo, democraticamente inclusivo e culturalmente um lugar de resistência. Arte e Cultura se enlaçam, as ruas superlotam, os foliões brotam, a música invade espaços antes inabitáveis, tornando essa festa um grande laboratório de diversas possibilidades de convivência.

Que ousadia o Centro de Convivência e Cultura de Niterói (CCCN) ter um Bloco, fazer isso por 18 anos. Que ousadia insistir em colocar a loucura no seu devido lugar. Colocar para fora, colocar na rua, mostrar a cara, a coragem e a criação. Os foliões são pessoas que se reinventam, se atrevem e que também acreditam que podem reivindicar dias melhores, mais amenos e pacíficos com irreverência e sem violência.

No meio do caminho havia a pandemia e esta forçou o mundo fazer um recuo que só cabia à bateria de Escola de samba. Vamos aproveitar essa pausa forçada para apresentar os bastidores desse Bloco que virou projeto e ao virar bloco nos meses que antecedem o carnaval, mostra toda a sua potência a cada edição.

Explicaremos! Por que ele é um projeto? O Loucos pela vida sempre teve a marca do encontro. Foi assim que ele surgiu, juntando técnicos e usuários em torno do samba. Sem financiamento específico, sempre contou com o apoio de parcerias, da comunidade e desejo dos envolvidos esse tempo todo. Promoveu atividades cotidianas que poderiam desembocar na proposta do desfile de carnaval.

Aqui, talvez, estivéssemos apresentando a nossa diretoria, nossas finanças e (quem dera?) o nosso barracão, ou um depósito

de instrumentos. Ainda não atravessamos essa avenida. Mas nada disso nos impediu de fazer parte de uma das cenas culturais mais esperadas do ano.

Como projeto do Centro de Convivência e Cultura de Niterói, se veste com a fantasia mais alegre para reafirmar o cuidado em liberdade. Isso faz do Bloco um potente instrumento capaz de juntar pessoas dos quatro cantos da Cidade, que se despem dos problemas cotidianos, das tristezas e de preconceitos para celebrar essa loucura fervorosa que é viver.

Enquanto projeto, lança mão das atividades de música, artísticas e culturais como possibilidade a essas pessoas no resgate de uma história atravessada pelos encontros no coletivo e assim, fazer um deslocamento do trabalho de inserção social que se recoloca na nossa prática. Entendemos essa inserção tendo ramificações e várias vias possíveis, não acontece apenas porque fomentamos passeios, incentivamos e acompanhamos em cursos ou oficinas, mas podem se tornar um ofício e gerar renda para os usuários. Acontece por nos dedicarmos a fazer com que essas situações cotidianas sejam vividas dentro do contexto da cidade. Aos poucos eles vão se apropriando desses espaços e podem optar quando e como utilizarão o que o Cecco tem a oferecer. Então, acompanhamos, percebemos as mudanças nesse acompanhar, e de repente temos os relatos daqueles que se apropriaram dos espaços e fazem seu roteiro e circulação sem a nossa companhia.

Nós somos um dispositivo da rede de saúde mental do município de Niterói, que tem como objetivo principal o agenciamento do indivíduo na cidade, conforme sua demanda, ou seja, na cultura, entretenimento e trabalho, procurando usar os equipamentos que a cidade oferece, favorecendo ao usuário um aumento dos seus laços e de sua rede social.

O Centro de Convivência e Cultura de Niterói é um lugar onde os encontros são forjados com o intuito de promover saídas inventivas de convivência e de circulação pela Cidade. Vem se dedicando a desenhar projetos a partir de dois pilares: Cultura e Trabalho, para que sejam instigados a tecer múltiplas formas de convivência. Recebemos usuários por indicação dos serviços da rede ou de maneira espontânea. Construimos uma agenda de atividades, segundo a demanda individual ou dos encontros coletivos, usamos a sede como um ponto de encontro, para, a partir dela, estarmos na cidade nos dispositivos e atividades que ela oferece.

“Eu quero é botar meu bloco na rua”.

Canção de Sérgio Sampaio, “Eu quero é botar meu bloco na rua”

O Bloco, como o guarda-chuva dos projetos culturais do Cecco, possibilitou que o Intervalo musical desempenhasse uma importante função em seu interior. Tal projeto nasce a partir dos encontros furtivos entre a Musicoterapeuta e os artistas invisíveis que utilizam os dispositivos da Saúde Mental. O trabalho no Território e a escuta sensível desta profissional, fez ressoar a linguagem (base da musicoterapia) da música, do som, das expressões musicais e culturais do sujeito (Cunha, 2016) entre os conviventes presentes. A regularidade dos encontros foi aproximando esses artistas, até então anônimos e a música fez a sua parte, transformando a convivência a liga indispensável para os desdobramentos seguintes.

Existia uma aposta de que é possível ter um ganho financeiro através da arte e do talento na música. Também existia uma aposta de que circular pela cidade e pelos serviços de saúde faria desse Projeto um instrumento capaz de despertar nos que estão nas filas, em busca de diagnósticos ou tratamento, outras perspectivas ressaltando o papel dos encontros coletivos.

Assim o Intervalo musical, projeto itinerante por essência, estava na cidade, no território se apresentando e convocando a todos para esse estado da alma de pausa. Pausa dos problemas, das dificuldades do cotidiano, das tristezas e amarguras e dando lugar a expressão de todos esses sentimentos e outros tantos, através da linguagem musical de forma lúdica e prazerosa. Já dizia Martinho da Vila em sua canção “Canta, canta minha gente” que “Quem canta seus males espanta”, se referindo a um ditado popular. Passamos a cantar, e cantar muito. Cantar com, cantar e tocar juntos (Shapira, 2007).

No bloco Loucos Pela Vida, o Intervalo Musical passa a estar à frente da coordenação da parte musical. E são muitas atribuições já que a música é um dos principais motores dessa engrenagem: “Escolha do enredo do ano”, “Oficina de composição”, gravação do samba e tantas outras ações anteriores ao dia do desfile que movimentam os conviventes e os técnicos como um aquecimento estratégico visando que os músicos se exerçam e imprimam uma representatividade inspiradora para outros conviventes.

A sonoridade não seria a mesma se não tivéssemos nossos parceiros dando o suporte necessário para não ser um diálogo uníssono e retroalimentado das nossas ações mais imediatas do dia a dia. Com eles, outras possibilidades se descortinam, a autonomia e a cidadania se tornem coro e não sejam silenciadas. Que sigam seu ritmo e que sejam recolhidos os efeitos dessa convivência travestida em notas musicais, acordes e sons.

A música cumpre um papel de grande relevância e é reconhecidamente a via que encontramos para juntar, compartilhar e dividir afetos. Música como ponte (Milleco, Milleco Filho & Brandão, 2001) ponte entre nós conviventes, ponte entre nossas próprias emoções e sentimentos, ponte com a nossa história, ponte com o mundo, com a vida, com a saúde e a qualidade

de vida na existência, como forma de dizer o indizível e experimentar autonomia, pertencimento, ser e estar no mundo!

Intervalo Musical propõe que você dê um intervalo nos conflitos internos e externos, na verborragia do mundo atual, global e retome o seu mundo e seus sentimentos, a sua essência através da música e seus elementos: A melodia, a harmonia o ritmo próprio que cada um possui e esse mundo insiste em padronizar. E, no carnaval, convida as pessoas a cantarem, a dividirem os mesmos versos, o mesmo refrão e a paixão pelo carnaval como celebração da vida e de pôr para fora, através de um “grito coletivo” o que está represado mais tempo do que deveria.

“Quem não gosta de samba... é ruim da cabeça ou doente do pé”

Samba de Dorival Caymmi, Samba da minha Terra

O Bloco é de todos, de muitos, da Saúde Mental, dos usuários, dos técnicos, da Cidade. Tradicionalmente, o cortejo do nosso Bloco abre a agenda do Carnaval oficial de Niterói. Precisamos voltar no tempo, antes do dia do desfile e muito antes do carnaval. Não faz muito tempo que consolidamos as ações da Cultura, um dos nossos pilares, como possíveis ações que deveriam ter o Bloco como vetor.

Foi um processo e um amadurecimento de toda a equipe. Certos de que as nossas propostas incidem em uma dimensão importante do mandato dos Centros de Convivência enquanto interventores na cultura e operadores do direito à cidade. O reconhecimento de que a cultura produzida pelos usuários aponta que somos instrumentos nesse processo nos indica o quanto os conviventes têm a nos dizer sobre suas experiências. Somos apresentados, sobretudo, ao que os influencia, seja através da arte, da música, da poesia e não nos limitamos

a fazer que eles caibam no que a cultura nos banhou e nos influenciou. Não queremos moldar, mas sermos afetados e contribuir em uma confluência fluída e permeável.

Afirmamos que o Bloco extrapola o carnaval e invade nossas práticas durante o ano. Oficinas de percussão, de rima e poesia, escrita criativa, debates após exibição de filmes, e tudo o mais que for demandado pelos conviventes são agenciadas por nós na Cidade e em Instituições parceiras que ofertam cursos, workshops e oficinas gratuitas. São estratégias que promovem mistura e movimento. Que barram o curso rotineiro de segregação tão facilmente reproduzido sem sequer ser percebido.

Todos os esforços nessa oferta de atividades servem como incentivo e dão maior segurança para essas pessoas terem outra relação com o bloco, com a loucura e com a vida. Muitos se arriscam a escrever um samba, a cantar e até tocar algum instrumento musical. A participação se faz com apropriação, com sentimento de que o bloco tem a sua cara e assim, se sentem representados. Com isso, a função do Bloco enquanto uma manifestação e intervenção cultural se encarrega de reafirmar que:

A cultura pode então ser instrumento na transformação do lugar social da loucura. A cultura produzida pelos sujeitos que viveram a experiência do sofrimento, da medicalização, da discriminação e do estigma, produzindo novos significados, novos sentidos, um novo imaginário social: “Não existe ‘folclore’ - o que existe é cultura [...] Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. (Amarante, 1995, p.768)

E quando vai se aproximando fevereiro, respiramos carnaval. Preparamos o terreno para a festa com tudo que tem direito. Promovemos um evento para escolha do enredo no quiosque na praia de Charitas, com todo apoio e estrutura do nosso parceiro nesse território. Há uma mobilização em massa dos vá-

rios serviços que compõem a rede de saúde mental que participam da escolha democrática do enredo, escrevendo o assunto que deverá ser abordado pelo bloco, dando voz e vez a todas as pessoas que estão no encontro. É emocionante e bonito ver essa construção coletiva que acolhe as diferenças, dá lugar à diversidade e respeita todas as opiniões.

Somos parte de uma rede de cuidado em saúde mental do município de Niterói com seus 515 mil habitantes, que possui: 2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) II, 1 CAPS de álcool e drogas, 1 CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial infantil), 7 ambulatórios de saúde mental, 1 Unidade de Atendimento Infanto-Juvenil e Residências terapêuticas, Equipe de referência infanto juvenil, Álcool e outras drogas, Equipe de Redução de Danos.

No ritmo do surdo de marcação, fazemos das Praças Araribóia e da Cantareira o nosso ponto de partida e de chegada, palco dos nossos encontros que testemunham todo ano capítulos da nossa história sendo escritos. Embalados pelo ritmo de mestres de bateria locais, outros projetos do Cecco caem na folia. O Projeto de geração de trabalho e renda, prepara na cozinha experimental de uma Escola de Gastronomia, os quitutes vendidos em todos os eventos promovidos pelo Bloco e os abadás dão visibilidade do nosso trabalho para a sociedade. São maneiras encontradas para a obtenção de algum incentivo financeiro, como já mencionado; contamos com uma rede solidária que adotou o Projeto e que até hoje tem sido nosso motor para colocar o Bloco na rua. Um esforço coletivo, entendido por todos como um fazer laborativo e técnico feito com cogestão, que promove uma convivência com outros pares, com a comunidade e desses encontros surgem trocas potentes e transformadoras. Somos sempre surpreendidos com o retorno dos nossos parceiros, com as saídas encontradas entre eles diante de situações inesperadas, da desconstrução de paradigmas em uma perspectiva de transfor-

mação social (Rotelli, 2000) que ocorre a partir dessas quebras e rupturas que produzem mudança em todos.

Tempo - minha alucinação: esse foi o enredo de 2020. Olhando para trás, parece mais uma anunciação do que estava por vir. Enredo que trazia questionamentos sobre o que fazemos com nosso tempo: impossível de controlar, que prega peças, difícil de contar, acelerado, que passa devagar, que engana, atrai e trai. Decidimos dar tempo ao tempo e mais ainda, decidimos cantar o tempo, na tentativa de seguir mesmo sem saber quanto tempo o tempo tem e quanto tempo nós temos.

Diante da impossibilidade de aglomerar, passamos a dedicar nosso tempo para refletir sobre a relevância do Bloco. Tentamos desatar os nós resgatando a sua história, que conta também as histórias dos usuários, dos técnicos e que se entrelaça a própria história da Luta Antimanicomial.

Esses 18 anos contam como um serviço precisou acompanhar as mudanças de contexto, de entendimento do seu mandato e mudanças de sede que provocaram uma itinerância desafiadora, ao mesmo tempo, importante para tecer outras relações e apropriações na Cidade, que nos imprime uma marca particular de movimento constante. Percebemos que dessa maneira também se faz um resgate da história do Centro de Convivência oficinas integradas porque nessas andanças foi construindo vínculos, estabelecendo parcerias e descobrindo lugares, oficinas e atividades culturais gratuitas ofertadas à comunidade, onde poderíamos promover convivência e extrair dessas experiências o comum que guarda a diferença. Nos tornamos Centro de Convivência e cultura de Niterói e arriscamos dizer que precisaria agregar mais um sobrenome: trabalho em suas diversas possibilidades.

Teríamos muitas formas de contar a história do Cecco, escolher transmitir através do Bloco foi ressaltar o alcance das ações

voltadas para o campo da cultura e das artes como um instrumento de ressignificação da vida. Campo fértil onde a nossa história prova que é sim, possível frear e mudar os rumos do processo segregatório e de exclusão.

Essa visão ampliada de cultura ajuda a fazer uma dobra no curso da vida do sujeito apontando para um Centro de Convivência que descentraliza, acompanha e suporta o peso de não ter em sua sede uma profusão de pessoas diariamente, entendendo que o lugar deles é onde eles quiserem e puderem se exercer. Seja por estarem trabalhando, fazendo cursos e se encontrando com o estar na vida que não é tranquilo. Entendendo que o coletivo não é estar em bloco, não é meramente aglomerar, forjar encontros requer sutileza, cuidado e muita arte. Suportar nos ensinou a sustentar e acompanhar de outra maneira, no que aquela pessoa nos convoca e assim saber que, não temos e não precisamos sempre ter, respostas ou soluções, mas que precisamos usar o tempo como nosso aliado, respeitando o tempo de cada um.

Considerações finais

Caminhamos para a dispersão, lugar onde o bloco encerra seu desfile, somente o desfile, porque ali mesmo inicia uma jornada renovada de trabalho. Não sem pausas, não sem tirarmos consequências e planejarmos os próximos passos.

Iniciamos falando sobre o nascimento do Bloco Loucos Pela Vida, ao longo de toda narrativa, constam nas entrelinhas, os foliões, os figurantes, os colaboradores, os facilitadores, os apoiadores, os coordenadores e os principais atores. Enfim, constam pessoas que formam um grande mosaico das relações estabelecidas na convivência que formam uma rede viva de vínculos.

Para esse final, guardamos uma homenagem a duas pessoas que representam todas essas outras pessoas que se benefi-

ciam, trabalham e se exercem através do Bloco. Um técnico de enfermagem e um (no ano de 2003) paciente tiveram suas histórias atravessadas por esses 18 anos de Bloco. Esse homem, desde então, nunca mais se internou. Criou suas filhas, e foi se descobrindo compositor, trabalhador, bolsista em um projeto do Centro de Convivência e puxador do Bloco. Esse último ofício traz uma particularidade, no cotidiano ele apresenta uma fala muito comprometida e que poucos conseguem entender sua dicção. Contudo, quando solta a voz em cima do trio elétrico um mundo se abre, as palavras fluem com leveza e clareza para ele passar a emoção de (re)viver sua história em liberdade. E quanto ao técnico, esse além de ser a pessoa que esteve desde o início do Centro de convivência e do Bloco continua trabalhando e acompanhando todos esses foliões conviventes nos desafios cotidianos do serviço.

Encerramos esse artigo com música, essa que nos acompanhou durante todo esse trajeto de escrita e que arrastou uma centena de pessoas no desfile do Bloco Loucas Pela Vida em 2020!

Tempo Minha Alucinação

A minha alucinação é ver que o tempo não para
Surge a tecnologia transformando o dia a dia
Homens e mulheres caminhando
Tirando força pra viver nessa nação
Luta, resistência e paciência
Para não andar na contramão
Quando eu era criança o tempo passava devagar
Jogava amarelinha, pic esconde na pracinha
Sem hora pra acabar
Hoje é só nostalgia
A criançada não sai do celular
O que que há!
Compositores: Ângela Carvalho e Miguel Fonseca

Petrônio Vieira Ornellas

Técnico em Enfermagem com cursos: básico de Acompanhamento Domiciliar em Saúde Mental, Oficina de Saúde Mental e Atualização em Psicofarmacologia pela FIOCRUZ. Coordenador técnico do Centro de Convivência e Cultura de Niterói

Thereza Christina Accioly

Musicoterapeuta graduada pela Faculdade de Artes do Paraná no Centro de Convivência e Cultura de Niterói, Especialista em Psicologia Analítica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Coordenadora da Especialização em Musicoterapia pela Nezo/Inove Ensino

Waldelania Tomaz

Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense, Especializanda em Saúde mental pela Faculdade Maria Tereza. Coordenadora do Centro de Convivência e Cultura de Niterói

REFERÊNCIAS

Amarante, P. (1995) *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Cunha, R. (2016) Musicoterapia social e comunitária: uma organização crítica de conceitos. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, Ano XVIII, nº21, p.93-116.

Milleco, R. P., Milleco Filho, L. A. & Brandão, M. R. E. (2001). *É preciso cantar: Musicoterapia, Cantos e Canções*. Rio de Janeiro: Enelivros.

Rotelli, F. (2000) Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: Amarante, P., (Org.) *Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 301-306). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Schapira, D. (2007) *Musicoterapia Abordagem Plurimodal*. Argentina: ADIM Ediciones.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA POLO EXPERIMENTAL: SAÚDE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Resumo

Este artigo versa sobre a pesquisa desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado intitulada Gerando trabalho, renda e autonomia: o enlace da clínica da atenção psicossocial com as oficinas de geração de renda, defendida em 2018 no Instituto de Psiquiatria/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destacam-se as mudanças ocorridas no Centro de Convivência Polo Experimental, ressaltando os papéis desempenhados pelos profissionais deste serviço.

Palavras-chave: Centro de Convivência, Autonomia, Inclusão Social.

Introdução

O presente artigo visa relatar a experiência do Centro de Convivência Polo Experimental do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea (mBrac), vinculado ao Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), que ao longo dos anos sofreu mudanças necessárias para avançar com seu potencial de inserção social das pessoas com transtorno mental, por meio de dispositivos estruturais como arte, cultura, educação e geração de trabalho e renda.

As constantes metamorfoses

Em meados de 2011, a Superintendência de Saúde Mental do município do Rio de Janeiro articulou com a direção do IMASJM a possível mudança do Clube de Lazer – existente desde 2000 com o objetivo de promover, especificamente para os usuários do IMASJM, a inclusão social através do lazer – para Centro de Convivência (Ceco), de modo a imprimir uma nova orientação nos serviços prestados. Em novembro de 2011, assim, foi inaugurado o primeiro Centro de Convivência do município do Rio de Janeiro, mantendo o espaço físico, os participantes e a equipe, mas com uma nova direção.

A partir de então, passaram a ocorrer assembleias mensais, das quais estavam presentes os profissionais e os participantes do Ceco, com a proposta de construírem a melhor forma de operacionalizar tal dispositivo, desde a escolha de seu nome até seu funcionamento. O coletivo considerou a importância do território local e decidiu homenagear o maciço da Pedra Branca, dando nome de Centro de Convivência Pedra Branca.

Desde a sua inauguração, o Centro de Convivência ampliou suas ações no território: todas as atividades estão abertas aos usuários dos serviços de saúde mental, seus familiares, profissionais e comunidade do entorno. Os interessados pelas atividades são encaminhados pelos profissionais de saúde ou pela indicação de um participante ou vizinho, podendo escolher a atividade de seu interesse e realizar sua inscrição após entrevista com a coordenação do Ceco.

Avançando em seu potencial, em 2014, o Atelier Gaia - Programa de produção artística coordenado pelo Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea (mBrac), instalou-se em uma sala no Ceco, retirando os artistas que se concentravam em um espaço pequeno, insalubre e sem articulação com os demais serviços.

Em 2015, o Centro de Convivência também abriu as portas para receber as oficinas do Programa de geração de trabalho e renda Arte, Horta & Cia, que passou a ocupar o mesmo espaço físico, juntamente com o Atelier Gaia. Cada Programa, seguindo com autonomia e com suas coordenações e equipes específicas, convergia para o mesmo objetivo de incluir as pessoas com transtorno mental na sociedade.

Inicialmente, houve muita resistência por parte dos profissionais e dos participantes, pois conviver não é uma tarefa fácil – fato observado a partir da circulação de todos entre os espaços, mas ainda na fase de ausência de integração entre os Programas. Contudo, gradativamente, através das assembleias, os participantes e profissionais foram organizando o espaço, trocando experiências, fortalecendo os vínculos afetivos, até ser possível para eles construírem regras de convivência e programarem ações conjuntas.

Com a ampliação das atividades no espaço, houve a necessidade de nomear esse ‘novo lugar’, que abarcava frentes de trabalho distintas. Analisando as várias práticas que aconteciam no lugar e a potência de cada programa, o coletivo decidiu pelo nome Polo Experimental, no sentido de território onde se concentram ações diversas que começam a conversar entre si no cotidiano e onde se inovam produções artísticas e subjetivas. Na verdade, um laboratório de produções, de acordo com a conceptualização da palavra proposta por Rotelli, laboratório é o “lugar de produção de cultura, de trabalho, de intercâmbio e de relações entre artistas, artesãos, pessoas doentes ou não. Um lugar onde os papéis são intercambiáveis e o trabalho dos operadores que os coordenam tem por objetivo experimentar práticas inovadoras” (Rotelli, 1990, p. 92).

Em outras palavras, o Polo Experimental integra arte, educação e cuidado, objetivando fomentar saúde, capacidade de criação,

trocas sociais, experiências, compartilhamento de sonhos, construção de projetos e de laços de afeto.

Após dois anos nesta integração, os coordenadores dos Programas, a direção do mBrac e do IMASJM compreenderam a importância do Polo seguir com uma única direção: a do Museu; por isso, a partir de 2017, esse espaço físico passou a ser chamado Centro de Convivência Polo Experimental do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, tornando-se um dos eixos estruturantes do mBrac, voltado ao público com transtorno mental e a comunidade do entorno.

Atualmente, o Centro de Convivência Polo Experimental é administrado pelas coordenações de Atenção Psicossocial e Educação do mBrac e está composto pelos seguintes programas: Casa B – Residência Artística, Atelier Gaia, Programa Cultural e Lazer, Programa de Geração de Trabalho e Renda. Todas as oficinas, exceto Atelier Gaia, são ministradas poricineiros, profissionais com atuação fundamental neste trabalho.

Oficineiros - agentes de produção

Osicineiros, também chamados de monitores, são profissionais de nível médio, qualificados em uma técnica específica a ser ensinada aos participantes da oficina (bordado, costura, culinária, mosaico, música, rádio, expressão corporal, etc.); por estarem diariamente com eles, funcionam como o elo mais próximo entre a oficina/aprendizagem/trabalho e o cuidado, já que os escutam ou até mesmo fazem alguma intervenção possível no momento necessário. No espaço coletivo da oficina, os participantes conversam sobre vários assuntos, inclusive sobre questões pessoais, permitindo que seus colegas deem sugestões, opiniões; contudo, em alguns momentos, a conversa pode ser em particular com oicineiro.

Dependendo da situação, o oficinairo dialoga com o técnico de referência do usuário e, assim, constrói-se o cuidado para um acolhimento mais efetivo.

A disponibilidade para esse encontro possibilita que o oficinairo faça o enlace tanto entre a produção do objeto e a produção subjetiva do participante, respeitando-se a singularidade dos casos, quanto entre o trabalho e o cuidado. Dessa forma, é possível construírem-se vínculos com os participantes e modificarem-se as ações diante de cada necessidade, facilitando um reconhecimento entre cidadãos capazes de produzirem e estabelecerem laços sociais (Cayres, Domitti, Carnevalli & Bianchini, 2001, p. 107).

Alvarez, Neves & Silva (2017), no artigo Saúde mental e economia solidária: pesquisa cartográfica em um dispositivo clínico-político, destacam que estar na oficina é poder compartilhar a própria experiência com outro participante e com o profissional.

‘Fazer com’ significa fazer junto, estar ao lado, estabelecer uma relação de acompanhamento, de parceria. O ‘fazer com’ nos parece uma direção fundamental para o processo de produção de saúde, pois é um caminho para criarmos e sustentarmos um vínculo que é componente indispensável da realização de um trabalho imaterial, tal como o cuidado e atenção em saúde (Alvarez et al, 2017, p. 135).

Novos agenciamentos surgem a todo instante, em especial quando se estabelece uma conexão entre o profissional e os participantes, no cotidiano da oficina, de modo a permitir que o participante sustente sua existência na vida. “A oficina pode ser laboratório de transformação e ampliação da vida” (Rodrigues & Yasui, 2016, p. 18). Dessa maneira, pode-se dizer que os oficinairos são agentes transformadores que ajudam a provocar

pequenas mudanças na vida dos participantes, possibilitando uma vida com menos sofrimento e com mais autonomia, realizando algumas trocas sociais. Assim, a oficina segue a diretriz da aprendizagem, do convívio, da produção, da cidadania e, conseqüentemente, da promoção de uma maior capacidade para gerar normas e ordens na vida dependendo das situações que enfrente. “Assim não se trata de confundir autonomia com autossuficiência nem com independência (...). Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isto amplia as nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida” (Tykanori, 1996, p. 57).

Este mesmo autor sinaliza que o profissional pode emprestar seu poder contratual ao participante, isto é, “utilizar o prestígio, a delegação social, o saber reconhecido pela sociedade aos profissionais, para possibilitar relações e experiências renovadas aos usuários” (idem, p. 59). Em outras palavras, o profissional possui recursos (cultural, psíquico, material) e um lugar na sociedade que possibilita que ele realize trocas na trama social.

Indo além, pode-se dizer que oicineiro empresta seu poder contratual, na medida em que facilita a circulação do usuário ao fazê-lo participar de algum evento ou feira para expor seus trabalhos confeccionados na oficina. Auxiliar nas negociações necessárias no momento da venda ou na compra que algum produto, ou seja, é fazer junto. É como uma cadeia de movimentos, no sentido de que um passo puxa o outro que produz mais frutos, mais liberdade e assim sucessivamente.

Abaixo, segue a descrição resumida de cada programa do Centro de Convivência Polo Experimental.

1. Casa B - residência artística

Morada temporária de artistas visitantes que desejam promover a interlocução com os usuários, a comunidade e os profissionais. Ao ser incorporada no Polo, a Casa B passa a ser um programa intensivo de formação de artistas, curadores, pesquisadores e educadores, interagindo com as ações do Polo. Possui a característica de estar permanentemente aberta à submissão de projetos. A Residência Artística provoca uma imersão no desconhecido, busca algo inovador tanto para o artista como para o público participante.

2. Atelier Gaia

O Atelier Gaia, durante muito tempo, foi conhecido como espaço terapêutico de pintura, não havendo a preocupação com a formação técnica dos participantes. Atualmente, por enfatizar a produção artística, seu foco recai no desenvolvimento da criatividade e no estímulo à autonomia e à construção da visão do que é ser artista para cada um. Os participantes são artistas do mBrac, mas por longa data, ficaram comprometidos pelos efeitos do manicômio. O Atelier funciona como forma de restabelecer a convivência, a produção e o pensamento da arte como ferramenta estética para capacitação, criando, inclusive, abertura no mercado da arte e reinventando o lugar da loucura como lugar de potencial criativo. Neste momento, o Gaia é formado por um coletivo de artistas contemporâneos e autônomos.

3. Programa Cultural e Lazer

São ações realizadas dentro e fora da estrutura física da unidade, permitindo uma maior integração com a comunidade e outros serviços de saúde, tais como: aulas de alongamento, pilates, dança, aulas de instrumentos musicais e canto. Tam-

bém fazem parte a Rádio Delírio Cultural, a Banda 762 e o Bloco de Carnaval Império Colonial, além das festas, passeios e viagens. Tais atividades vêm reforçar aposta na transformação social dos participantes na medida em que vão se apropriando dos espaços culturais existentes na Cidade e fortalecendo o direito ao lazer.

Vale a pena destacar que o Bloco de Carnaval, em 2020, foi contemplado no edital de ampliação da Rede Carioca de Pontos de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Com este edital será possível ampliar as ações de carnaval, como aulas de percussão, composição musical, dança e preparação corporal, customização e adereços. Porém, em função da pandemia, as atividades vinculadas ao Ponto de Cultura foram transferidas para o segundo semestre de 2021.

4. Programa de Geração de Trabalho e Renda - Arte, horta & Cia

Inaugurado em março de 2002, ao longo desses 19 anos de existência o Programa de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) foi responsável pela criação e extinção de algumas oficinas. Atualmente, oferece as oficinas de mosaico, bordado e costura, horta, cozinha experimental, o Bistrô Bispo, uma cantina e a Loja B. Houve o cuidado de estabelecer-se uma rede de sustentabilidade e autonomia, promovendo a integração psicossocial e envolvendo a comunidade local, além de intermediar a inserção social no mercado de trabalho formal.

O PGTR passou a incorporar-se, desde 2017, às ações do mBrac, fortalecendo a integração por aprendizado, cuidado e renda. A partir dessa mudança um novo desafio foi instaurado: incluir, na produção das oficinas de geração de renda, objetos que conversassem com o tema das exposições e com as obras do Bis-

po. Assim, seis meses antes de uma nova exposição, o curador é convidado para uma conversa com os oficinairos e com os participantes, para que, juntos, seja elaborada e executada uma produção coerente com a exposição e que perpassasse por todas as oficinas.

Diante da necessidade de repensar a reorganização do trabalho, que não seja a mesma pertencente à lógica alienante do mundo capitalista, o PGTR visa a um público com baixo poder aquisitivo, com pouca qualificação profissional e sujeito ao estigma e às dificuldades trazidas pelo sofrimento oriundo das internações e do próprio transtorno. A moeda, portanto, fica em segundo plano para fazer sobressair o resgate da cidadania e a obtenção de maior integração social.

Nesse contexto geral, a ideologia seguida é a da economia solidária, valorizando a singularidade de cada um, proporcionando um trabalho em liberdade e possibilitando que os participantes tenham mais autonomia, de modo a sentirem-se protagonistas nos processos de trabalho e de cuidado. Portanto, é imprescindível a participação nas reuniões das oficinas, por ser um espaço onde os envolvidos são a engrenagem de funcionamento do grupo, capaz de produzir uma clínica mais potente – o profissional escuta o discurso do sujeito e, dessa maneira, o cuidado empreendido ultrapassa o atendimento médico.

Nesse contexto, a clínica atravessa a oficina, seja na reunião, seja na produção dos objetos. Assim, outras possibilidades de cuidado vão apresentando-se, por exemplo, o usuário compartilha seu sofrimento e aprende com o coletivo como lidar com aquilo que o acomete de outra forma. Desse modo, torna-se possível resgatar a “contratualidade, isto é, posses de recursos para trocas sociais e, por conseguinte, para a cidadania social” (Saraceno, 2001, p. 133).

Ações atuais

Com a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2, sem tratamento eficaz e com a necessidade de controlar o avanço da contaminação do vírus, foram necessárias medidas severas como, por exemplo, o distanciamento das pessoas e o isolamento social. Tais estratégias comprometeram por completo o trabalho oferecido no Centro de Convivência. Diante deste novo cenário foi inevitável o fechamento do serviço no dia 16/03/2020.

Muitos que frequentam o Polo Experimental são pessoas que já vivem com a dimensão do isolamento devido à dificuldade de laço social e inclusão na cidade, por isso o Polo proporciona o **fazer junto**, a produção do encontro, do acolhimento, da subjetividade e, conseqüentemente, da saúde.

Em vista disso, novas questões surgiram: Como dar continuidade ao trabalho sem a principal ferramenta da convivência? Como acompanhar os participantes à distância? Como gerar renda? Foi necessário reinventar o cuidado.

À frente da campanha Arte em Casa, o mBrac, através de parcerias e doações, conseguiu preparar 60 *kits* com lápis de cor, giz de cera, tintas, pincéis, papel, linhas e tecidos. Foram feitas entregas pessoalmente na casa de alguns participantes, enquanto outros buscaram seus *kits* no Polo – gesto simbólico que proporcionou um conforto no isolamento, ao podermos demonstrar que estamos juntos mesmo se fisicamente distantes.

Paralelo a esta campanha, foi preciso e urgente reinventar os procedimentos e nos apropriarmos do mundo virtual para que houvesse uma conexão via internet com os participantes; contudo, as dificuldades de acesso à rede e/ou falta de equi-

pamentos que facilitassem a comunicação atrasaram o processo. Mas, na medida em que a equipe e os participantes se apropriaram das ferramentas virtuais, os encontros coletivos puderam acontecer.

As oficinas de bordado, culinária, música, horta reúnem-se semanalmente com os participantes por uma plataforma on-line, mas cada uma com sua particularidade. No bordado, como a maioria é de idosas, elas aproveitaram os encontros para falar das dificuldades do isolamento e de como conseguem prosseguir bordando afetos. A oficina culinária passou a oferecer receitas rápidas, para serem confeccionadas no momento do encontro. Interessante observar que tanto o participante quanto oicineiro se organizavam para ensinar uma nova receita e todos faziam simultaneamente. Na oficina da música era possível cantar, tocar violão, compartilhar os conhecimentos, enquanto na da horta, depois de tanto tempo sem funcionar (perdemos o espaço onde havia uma grande plantação), ela retornou com aulas virtuais, ensinando como cuidar da própria horta em suas casas. Com o passar do tempo, esta oficina foi inserida no Centro de Convivência Virtual do Estado do Rio de Janeiro. O Ceco virtual foi proposto por um usuário da rede de saúde mental e junto com o coletivo formado pelos profissionais e conviventes dos Centros de Convivência do Estado elaboraram um projeto e buscaram verba através de edital para sua execução. O objetivo principal era diminuir o sofrimento provocado pelo isolamento social. As atividades são organizadas através da agenda conviver, que teve início em 07/2020. As ações que acontecem nos Cecos são transmitidas virtualmente através das plataformas digitais.

Outros desafios apresentaram-se: alguns participantes haviam passado pela experiência do isolamento nos manicômios e reviver essa situação estava causando-lhes mais adoecimento

psíquico. Outros estavam circulando pelas ruas, pois não suportavam o isolamento nem a difícil convivência em casa. Diante desse novo cenário, em meados de 2020, ficou decidido que retornaríamos gradativamente o acolhimento presencial, seguindo todas as recomendações sanitárias. Com número limitado de pessoas circulando no espaço, reabrimos algumas oficinas.

Diante do cenário econômico que o país está passando, só é possível gerar uma renda solidária para os participantes do PGTR, pois o número de clientes que consumiam no nosso restaurante e na Loja B diminuiu, provocando uma redução na verba compartilhada entre todos.

Considerações finais

O cuidado segue presencial e virtualmente. Juntos, participantes e profissionais, constroem uma nova convivência, favorecendo um novo lugar social.

Sinaliza Delgado (2007) que a clínica da atenção psicossocial não está pronta, mas segue direções: “O caso, a escuta, a delicadeza, o fascínio da surpresa, mas o rumo” (Delgado, 2007, p. 64), isto é, importa-nos a direção para o cuidado estabelecido pela rede de serviços de saúde mental em que o participante está inscrito. O papel da rede é amparar o sujeito nas suas demandas situacionais, mesmo porque a ferramenta da arte e/ou do trabalho, por si só, não é garantia total de estabilidade, mas a união de esforços pode construir a direção do tratamento.

A clínica da atenção psicossocial provoca reflexões sobre os conceitos de direitos humanos, cidadania, cultura, desinstitucionalização, psicanálise, sofrimento psíquico, produção de subjetividade, entre outros. São pontos que se entrelaçam e desafiam os envolvidos, abrindo espaço para que a clínica atra-

vesse as ações do Centro de Convivência. Uma clínica feita por muitos: profissionais de saúde, oficinairos, estagiários, residentes, recepcionista, artistas do Museu, ou seja, todos, cada um do seu jeito, investem em um cuidado diferenciado diante de situações muitas vezes inesperadas, mas sempre respeitando as singularidades individuais.

As circunstâncias muito particulares desse cuidado não permitem uma generalização, mas percebem-se que diferentes dispositivos, como arte, escuta clínica, oficinas culturais e de geração de renda, entre outros, são fundamentais para oxigenar o processo da vida.

Margarete dos S. Araújo

Mestre em Atenção Psicossocial

Coordenadora de Integração Psicossocial do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea

REFERÊNCIAS

Alvarez, A. P. E.; Neves, C. E. A. B.; Silva, C. O. (2017). *Saúde mental e economia solidária: pesquisa cartográfica em um dispositivo clínico-político*. Florianópolis: Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 9, n. 22.

Araújo, M.S. (2018). *Gerando trabalho, renda e autonomia: o enlace da clínica da atenção psicossocial com as oficinas de geração de renda*. Dissertação de mestrado não-publicada, Mestrado Profissional em Atenção Psicossocial, Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 101pp.

Cayres, C.; Domitti, A. C.; Carnevalli, M. E.; Bianchini, V. (2001). O Desafio da reabilitação profissional. In: Harari, A; Valentini, W. (Orgs). *A reforma psiquiátrica no cotidiano*. São Paulo: Hucitec.

Centro de Convivência Virtual (2020). Disponível em <<http://www.centrodeconvivenciavirtual.com.br>>. Acesso em 20 de abril de 2021.

Delgado, P.G.G. (2007). *Por uma clínica da reforma: concepção e exercício*. ESP MG: Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 1.

Rodrigues, Ariana Campana; Yasui, Silvio. (2016). *Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado*. Florianópolis: Cadernos Brasileiros de Saúde Mental.

Rotelli, Franco. A Instituição inventada. (1990). In: Nicácio, Fernanda (Org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec.

Saraceno, Benedetto (2001). *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Te Corá.

O TRABALHO TRANSDISCIPLINAR DA (OU NA) CONVIVÊNCIA

Resumo

Esse artigo é fruto de uma construção coletiva a partir do relato de experiência de estagiários que passaram pelo Centro de Convivência e Cultura da Zona Oeste no subúrbio do município do Rio de Janeiro. Nesse artigo apontaremos para o cuidado em Saúde Mental, para a construção de uma metodologia de trabalho de formação de novos profissionais nesta prática da convivência e para uma clínica da convivência e transdisciplinaridade.

Palavras-chaves: Convivência, saúde mental e formação.

Introdução

O Centro de Convivência e Cultura da Zona Oeste, CECCOZO, é um serviço da Rede de Atenção Psicossocial que tem como direção de trabalho o cuidado em Saúde Mental utilizando como ferramenta a arte, a cultura e o lazer como forma de promoção da saúde. Entendemos por ferramenta tudo aquilo que podemos dispor para utilizar com os usuários/conviventes que procuram o serviço cotidianamente. Tomamos como base o conceito de caixa de ferramenta de Foucault (2006), que se utiliza da metáfora para falar do uso dos seus livros em uma entrevista com Roger Pol Droit, onde ele esclarece que seus livros podem ser acessados como ferramentas para ajustar, torcer ou

martelar algo. Assim também tomamos a arte, a cultura, o lazer ou tantas outras ferramentas disponíveis para promover saúde a quem buscar o Centro de Convivência. Como algo a ser acessado, a caixa de ferramenta, ou no caso o Centro de Convivência estaria disponível aos serviços de saúde e também a comunidade. As ferramentas seriam as oficinas e todas as propostas de inclusão da convivência como forma de promover a saúde. Não só a quem se encontra em sofrimento psíquico ou em situação de vulnerabilidade, mas todos aqueles que buscam diretamente o serviço sem esse objetivo.

No Centro de Convivência todos são bem-vindos, a comunidade de forma geral, técnicos dos serviços de saúde e usuários, seus familiares, alunos das escolas públicas e privadas, pessoas em sofrimento, pessoas que desejam esquecer seus sofrimentos. Trata-se de um dispositivo territorial, como um elemento que funciona em rede e comporta linhas de forças e modos de existir, assim como nos ensina Kastrup e Barros (2009). O Centro de Convivência tem em seus espaços, lugares de encontro, de convívio, de trocas, não havendo barreiras para acessar o serviço já que a maioria das atividades ocorre nas praças, nos museus, na rua, na cidade e também dentro da lona cultural Elza Osborne, um serviço da Secretaria Municipal de Cultura localizado no centro do bairro de Campo Grande.

Acreditamos ser importante contextualizar esse espaço geográfico onde as atividades ocorrem. A Zona Oeste do Rio de Janeiro é um território extenso, com mais de 2 milhões de habitantes segundo o censo IBGE 2010, numa área de 885 km², quase 74% da extensão do município do Rio de Janeiro, com transportes precários e uma única linha férrea para todo esse trecho. A média de índice de desenvolvimento humano está na casa de 0,770. A rede de Atenção Psicossocial contém 8 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Deodoro à Santa Cruz e

um Centro de Convivência, localizado no bairro de Campo Grande, que realiza em média mais de 3000 atendimentos por ano.

Cabe ressaltar que entendemos o território não somente como espaço geográfico, mas como construções subjetivas produzidas no cotidiano por encontros, laços e afetos que transformam espaços em lugares de acolhimento. Santos (2007) define o conceito de espaço e de lugar e afirma que o espaço pode ser entendido de forma empírica, ou seja, precisa ser contíguo, no sentido físico seria onde os corpos se encontram. Já sobre a noção de lugar, Santos (2007) afirma que sua definição depende do cotidiano.

Dessa forma entendemos que o autor faz uma distinção entre espaço e lugar. Espaço é o prédio, lona, praça, enquanto lugar depende da construção cotidiana. O lugar é o que se produz a partir do encontro do sujeito com o espaço, e tudo aquilo que dá significado a esse encontro. Santos (2007, p.163) afirma ainda que “o lugar é uma parte do território, o território acaba sendo uma agregação de lugares”. Ou seja, uma agregação de cotidianos subjetivos produzidos a partir dos encontros dos sujeitos com os espaços. Por isso afirmamos a existência de um território subjetivo.

Os CECOS, como ficaram conhecidos desde a década de 80 quando surgiram os primeiros serviços no Estado de São Paulo, são dispositivos intersetoriais ligados a rede de atenção psicossocial e a rede de atenção básica de saúde, e estão previstos na portaria do Ministério da Saúde 3.088/2011. Essa portaria estabelece a Rede de Atenção Psicossocial e define o modo de funcionamento da mesma. Galetti (2007) nos indica que os CECOS, como parte desta rede substitutiva, têm como principal objetivo estabelecer comunicações, relações que possibilitem acessos entre o que chamamos de clínica e social.

Isto é, permitir que usuários de Saúde Mental e também outras parcelas da população com problemas sociais e de saúde, tivessem acesso a espaços públicos como parques e centros comunitários, centros esportivos, e outros, num trânsito mais espontâneo, pela cidade, percorrendo, assim, inserções efetivas no mundo coletivo. (Galetti, 2007, p. 49)

Alvarez (2016), por sua vez, aponta que os Cecos foram inicialmente direcionados pela portaria 396 de 07 de julho de 2005, no entanto essa portaria é revogada parcialmente por não se tratar de portaria interministerial. No projeto de lei que cria dos Cecos no Estado do Rio de Janeiro afirma que nestes serviços “são oferecidas às pessoas com transtornos mentais espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade.” (Lei nº 9323, 2021)

Não utilizaremos neste artigo o termo transtorno mental e sim sofrimento psíquico, no entanto entendemos ser relevante apontar neste trecho a direção de trabalho destes serviços que tem como finalidade maior a intervenção na cidade e a sociabilidade.

Sabemos que a reforma da assistência psiquiátrica avança à medida que se entranha no tecido social e nos diversos dispositivos que compõem esse tecido, criando modos de se relacionar com a loucura, desmistificando o que se estabeleceu no imaginário social durante anos. Tanto Galetti (2007) quanto Alvarez (2016) nos esclarecem sobre uma convivência que se dá no espaço público trazendo à cena o encontro da clínica com o social. Uma clínica política que realoca o indivíduo em um espaço de cidadania.

Seguindo nesta direção, Amarante (2007) afirma que existem quatro dimensões estratégicas para o avanço da Reforma psiquiátrica: a primeira seria a teórico conceitual responsável por questionar a teoria psiquiátrica, a segunda seria a técni-

co assistencial que é responsável por desconstruir o modelo de assistência psiquiátrica centrada na hospitalização, a terceira é a jurídico-política que tem como objetivo colocar em debates os conceitos criados para definir a loucura e a quarta dimensão é sociocultural.

Para o autor a dimensão sociocultural seria a mais criativa para o envolvimento da sociedade na questão da loucura. Segundo ele todas as transformações e construções anteriores, ou seja, a desinstitucionalização, a retirada do sujeito do manicômio, a inserção na comunidade através dos serviços substitutivos e os serviços de moradia, sejam eles assistidos ou não, passam a contribuir para uma nova forma de construção do imaginário social em torno da loucura. Poder ouvir o indivíduo de um outro lugar, que não somente pela doença, é dar espaço para o surgimento do sujeito. Amarante nos dirá que a dimensão que faz esse sujeito aparecer de forma mais criativa é a dimensão sociocultural.

Tomando como base essa discussão podemos pensar quanta potencialidade está contida em um serviço que se propõe intersetorial como os Centro de Convivência. Segundo Ferigato (2013), esses são dispositivos híbridos e atuam pela Saúde Mental, mas também se articulam de forma intersetorial fora do espaço estritamente de saúde, são, portanto, fundamentais para a construção do debate da desmistificação da loucura, contribuindo, assim, para o avanço da Reforma psiquiátrica. Nessa experimentação de construção de uma clínica da convivência percebemos ser necessário transversalizar as práticas. Não se trata de uma clínica segmentalizada ou centrada no sintoma, mas numa clínica que ocorre na potencialidade do encontro com o social e com a cidade. É Clínico Político e a orientação desta deve ser sempre transdisciplinar. Rauter (2015) nos orientará que esta perspectiva ocorre sempre numa multiplicidade. “Quanto mais encontros fizermos, (...) mais potentes seremos.

quanto mais pudermos entrar em contato com o novo e o diferente, melhor pensaremos e agiremos” (Rauter, 2015, p.45).

Nesta perspectiva, uma das direções que tomamos no nosso trabalho é poder ouvir os relatos de experiência de quem passa pelo serviço, sejam estagiários(a) ou Residente em Saúde Mental. Entendemos que realizar esse exercício da escrita e retorno à equipe possibilita a formação não só do aluno/estagiário, mas de toda a equipe. Ampliando nosso olhar clínico, provocando reflexões, tanto para quem passa pelo serviço, quanto para quem permanece nele. O que nos guia nessa prática de equipe é a análise institucional de Lourau (1993) e o conceito de análise de implicação.

Sobre a Análise Institucional, Lourau (1993) dirá que é um prolongamento da psicanálise e um encontro com a sociologia que trabalha a contradição das próprias instituições, tentando analisar enquanto permanece dentro da mesma. Segundo o autor, a coerência dessa forma de fazer ciência é exatamente trabalhar na contradição.

Uma das contradições existentes seria o próprio conceito de instituição que para Lourau (1993) não seria o estabelecimento, o prédio, mas o que se institui nas relações a partir desses encontros institucionais. Portanto, tomar a análise institucional como forma de orientar o trabalho de formação daqueles que passam pelo Centro de Convivência é provocar um olhar crítico e transformador dessa instituição a todo instante, não permitindo o seu fechamento em si, mas sua eterna reconstrução em seus movimentos instituintes. “A análise institucional tenta timidamente ser um pouco mais científica. Quer dizer, tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento” (Lourau, 1993, p.16)

O conceito de Implicação é uma última dialética da Análise Institucional. A sua contradição consistiria na oposição à suposta neutralidade do pesquisador para fazer ciência. O campo de estágio também é um campo de pesquisa, pesquisar práticas, observar, promover saberes sobre um certo modo de ser psicólogo no campo da convivência.

O lugar do especialista no Centro de Convivência é uma questão que aparece com certa frequência nas supervisões de estágio. Há sempre um certo estranhamento da função do psicólogo no trabalho da convivência, ao mesmo tempo há uma demanda de outros membros da equipe em que o papel do psicólogo seja exercido. Essa não é uma questão nova no campo da Saúde Mental. Sempre houve no campo um entendimento de clínica ampliada que enxerga o sujeito para além da fragmentação de seus corpos, e de distinção de suas doenças, para os profissionais de psicologia no campo da Atenção psicossocial sempre esteve colocado que sua função não se delimita a decifração das palavras, mas de se escutar todo o corpo que fala em suas memórias, sensações, gestos, olhares.

Observemos alguns relatos:

Relatos e Discussão

A minha experiência no CECCOZO iniciou-se nas aulas de teatro infantil, que foi a oficina em que eu e outro estagiário participamos ativamente fazendo as aulas junto com as crianças. A proposta era de auxiliarmos o professor nas aulas devido a algumas crianças necessitarem de um maior acompanhamento, todavia entramos em uma enorme imersão naquela aula, estando lado a lado com as crianças. A imersão foi tanta que tanto eu como o outro estagiário participamos da peça de final de ano, ele como um dos personagens e eu ajudando nos bastidores. Além de acompanhar as crianças, buscamos integrá

-las. Nosso papel não era de ficar ao lado da criança para ficar vigiando, mas sim de fazer as dinâmicas da aula junto com ela, até o momento que esta fosse se sentindo à vontade para participar por conta própria.

Isto me faz lembrar de uma situação em que percebi que uma criança, que possuía Síndrome de Down, não participava da aula, e ficava sentada sozinha em um canto. Me sentei ao lado dela, não sabia nada sobre ela, se falava ou interagia de alguma outra forma, mesmo assim tentei contato. Perguntei se ela queria ir para a oficina, mas não obtive resposta. Mas percebi que ela observava os outros alunos que faziam a dinâmica. Quando o professor deu o intervalo, a menina se levantou e segurou minha mão, me levando ao local em que a mãe estava, esta parecia ter interpretado o intervalo como “a hora de ir embora”, o que gerou uma certa resistência para voltar a aula. Devido a isto, a mãe da criança retornou a aula junto com ela e nos sentamos na arquibancada para ver os outros alunos, pouco tempo depois a mãe se levantou e saiu, mas a menina continuou sentada ao meu lado. Nesse momento estávamos um pouco afastadas dos outros alunos, mas a convidei para nos aproximarmos para vermos de perto a atividade que iriam apresentar, ela aceitou. Enquanto assistimos as apresentações, ela prestava bastante atenção, aplaudia nos momentos certos e ficou atenta em uma música específica. Quando o professor pediu para todos nos aproximarmos para comentar as apresentações, ela cantou a tal música.

(Estagiária 1)

Percebe-se pelo relato que o olhar cuidadoso da estagiária se voltou para o silêncio e isolamento da criança na atividade. Tomando como parâmetro o próprio ato, o papel da estagiária de psicologia foi colocado em prática, e nesse momento ela, ao dar luz a esse fato, encontra sentido em seu estágio na convivência. A partir de uma escuta que não se volta apenas à uma clínica centrada na doença, mas uma clínica que se amplia ao pensar nas possibilidades que ali se colocam, isso fez com que

sua comunicação fosse para além da verbal. Perceber o contexto em que a criança se encontrava, e também entender como uma criança pode se sentir no convívio, possibilitou o encontro entre a estagiária e a criança. Sendo assim, ouvir e se atentar a forma como a criança se expressava foi de suma importância para fazer com que a inserção dela na aula acontecesse.

A comunicação não verbal pode acontecer de diversas formas, desde expressões faciais e corporais, até sua manifestação por meio da arte. Todavia, não basta pensar nessas manifestações não verbais sem analisar o contexto em que elas se encontram. Um exemplo é a forma que o silêncio pode se manifestar em determinado espaço (Silva, et al, 2000). No relato da estagiária o silêncio da criança se coloca através do isolamento, onde a criança estava presente na aula, mas não se colocava como participante e sim como um ouvinte. O contato com a estagiária possibilitou o acesso e interação com a aula, permitindo que nos comentários ela cantasse a música. Abriu-se no encontro a possibilidade de construção de um lugar de psicóloga para a estagiária e um lugar de convívio para a criança.

Wanderley (2002) afirma que em nossa cultura Ocidental atribuímos à comunicação verbal uma certa superioridade que ele chamou de espiritual, para o autor “a palavra emerge com toda a potencialidade organizadora de nossa vida psíquica e social” (Wanderley, 2002, p.33). A psicanálise também contribuiria para esse distanciamento do corpo para que possa emergir o simbólico segundo Wanderley (2002). No entanto, o que se afirma aqui é um encontro potente entre o corpo da estagiária e o corpo da criança. É o se colocar ao lado, emprestar seu tempo e permitir que a criança possa dar a direção do trabalho.

A etimologia nos ensinará que a palavra clínica vem de *klinikos* que deriva de *kline*, em grego quer dizer inclinar-se, ou seja,

debruçar-se sobre. O relato da estagiária aponta que a clínica da convivência fica mais nítida e repleta de sentido quando ela consegue identificar um problema e debruçar-se sobre ele. No entanto, é preciso estar no convívio para contribuir com seu olhar. Não como “vigia” das crianças como ela bem colocou, mas estar disponível para participar da atividade e contribuir com a convivência.

Outro ponto interessante nesse relato é a experimentação da oficina. Se permitir experimentar a atividade é se permitir estar junto, saindo desse lugar neutro do suposto saber do psicólogo, ou no caso do estagiário (a) de psicologia. Quem passa pelo Centro de Convivência precisa se deslocar desse lugar do saber especialista. Nesse relato da estagiária 1 fica nítido essa imersão na oficina e a construção de um lugar possível para essa experiência. Por sua timidez não foi possível atuar, mas contribuir por trás do palco no espetáculo de fim de ano. Assim também experimentam os conviventes, nem todos se sentem à vontade para estarem diante do público, alguns escolhem os bastidores, mas todos estão envolvidos com a construção do espetáculo final. Entendemos que poder vivenciar essa construção proporciona trocas coletivas, além de reconhecer no outro cada momento de superação, medo, insegurança, e ao final não importa quem está no palco ou fora dele. Todos são um único corpo que busca dar apoio para que tudo saia de acordo com o combinado.

Retomando a direção de produção de um lugar da clínica da Convivência, acreditamos ser necessário promover encontros e diálogos com os serviços de saúde que estão diretamente ligados aos casos que frequentam os centros de convivência, nesse percurso os estagiários relatam de que forma entendem essa estratégia.

Aconteciam reuniões conjuntas com parte da equipe do CAPSi da região, e eram bastante importantes devido a busca de uma maior articulação com o CAPSi, como também uma forma de fazer a rede funcionar. Isto é um ponto muito importante dentro do campo da saúde/ saúde mental, o trabalho em rede permite que se tenha uma visão ampliada direcionada ao usuário, buscando as melhores formas de atendê-lo. Portanto, nestas reuniões discutimos alguns casos como forma de pensar neles conjuntamente, assim ampliando o cuidado com esses usuários, à medida que fazemos uma ponte entre o que acontece em um serviço e o que acontece em outro, e com isso pensar na melhor forma de trabalhar estas situações.

(Estagiária 1)

Aqui um segundo trecho onde o estagiário (a) relata sua visão do serviço a partir de um outro espaço.

Apesar de não conhecer o serviço de perto, já havia participado de reuniões do CAPSi em conjunto com o CECCOZO, e por isso conhecia alguns membros da equipe e tinha conhecimento de casos em comum nos dois dispositivos. Algumas pessoas que faziam estágio lá também compartilhavam suas experiências nas supervisões, mas isso não era suficiente para que eu expandisse minha visão acerca do trabalho realizado até então. Assim que os horários das atividades foram estabelecidos, eu e a outra estagiária podemos escolher em que estaríamos presentes. Visto que seria a primeira vez que eu estaria participando das atividades de convivência, escolhi o mesmo horário que minha parceira para ver como as coisas funcionavam. Dentre teatro, grafite, violão, circo, e outras, nem todas tiveram a possibilidade de retomar online, e por isso, entre as que retornaram, ficamos no teatro infantil. Também estaria participando das reuniões de equipe às terças, e de conversas com usuários, grupos, e até mesmo com os familiares.

Dentre algumas experiências que tive nessas primeiras semanas, muito me atravessou a forma com que é feita a inclusão das famílias durante todo o processo. Por ser uma instituição que também acolhe crianças e adolescentes, é necessário um contato direto com os cuidadores destes. Acolher as demandas da família desde o início parece fazer parte da rotina, até porque pode-se ver em alguns casos que a queixa do adulto nem sempre corresponde ao que a criança precisa. Isso ficou ainda mais claro quando me deparei com a situação da mãe de um usuário. Por mais que ela insistisse em participar de tudo e incluir o filho em tudo, ele, que era assistido também pelo CAP-Si, não conseguia tirar proveito das aulas de teatro pois o que chamava sua atenção eram atividades que exigissem muito movimento, agilidade, corrida, dentre outras brincadeiras que não cabiam ali.

(Estagiária 2)

Esses relatos apontam a importância do trabalho em rede, não basta que o serviço atue sozinho, é fundamental que os Centros de Convivência atuem de forma intrasetorial e intersetorial, trabalhando com diversos dispositivos, tanto os da saúde, como de outras áreas, sejam lazer, cultura, educação e/ou assistência. A parceria territorial com o CAPS infantil da área é principalmente para um trabalho específico deste Centro de Convivência com uma clientela infanto-juvenil. Esse modo de funcionar contempla os diversos aspectos que podem envolver o indivíduo, além da importância da articulação em território, este que envolve os diversos lugares que produzem esse sujeito, como escolas, igrejas, comunidade, unidades de saúde, entre outros. (Caçapava, 2009). No relato, a Estagiária 1 dá um exemplo de uma das diversas possibilidades de contato que o serviço pode realizar, reforçando a importância da articulação em rede, a medida em que aponta ambas as equipes dos serviços apresentados buscavam pensar nos casos em que estavam envolvidos de forma conjunta. Isso é uma forma de sustentar a rede de saúde mental.

No relato da estagiária 2, sua posição é um olhar de quem está na rede em outro dispositivo e como ela percebe o trabalho do Centro de Convivência. Apesar do debate conjunto dos casos, não era claro para ela a função do centro de convivência nesta rede. Segundo seu relato, ela só “expande seu campo de visão” em sua passagem pelo serviço. Interessante notar a escolha pelo termo “expandir o campo de visão”, levantando um questionamento sobre a formação do profissional de psicologia e também uma certa reprodução do papel do psicólogo no campo da saúde, mesmo num serviço de atenção psicossocial. Ainda se perpetua na formação acadêmica um olhar clínico que opera sobre o ser da doença como nos indica Foucault (1994). Ou seja, é preciso nomear a doença, é preciso debruçar-se sobre ela e observar. Se não falamos de doença e sim de vida, se potencializamos o cotidiano e não os conflitos cotidianos, se discutimos arte e não sofrimento, será que estamos realmente fazendo clínica? Se limitarmos o campo da saúde a uma binaridade, saúde oposto doença, reduziremos e limitaremos a atuação dos profissionais na rede de atenção psicossocial.

O outro ponto que aparece no relato das Estagiárias é uma especificidade do CECCOZO dentre os outros Centros de Convivência, que apresenta no seu campo de atuação um trabalho com crianças e, conseqüentemente, a presença dos seus familiares, principalmente as mães, que são sujeitos que também possuem demandas e necessitam de cuidado. O sujeito e seus familiares se tornam conviventes. Segundo Alvarez, et al. (2020), no contexto pandêmico o auxílio com a família tem se tornado cada vez mais importante pois diversas questões podem aparecer, como a preocupação com questões financeiras devido à falta de trabalho, ou a vi-vência com os filhos ou outros familiares que podem se tornar difíceis pelo fato de todos terem que ficar no mesmo ambiente, por tempo indeterminado, por causa da quarentena.

O Centro de Convivência e Cultura da zona oeste marca seu diferencial, dentre outros CECOS, pelo número expressivo de crianças e adolescentes. Essa marca da infância fala da construção desse serviço ouvindo o território e suas necessidades. A parceria do Centro de Convivência com o CAPSI é um dos marcos da história da construção desse serviço. Pensar em um espaço de convivência que inclua as crianças, os adolescentes e conseqüentemente suas famílias, é não só realizar trabalho de inclusão das crianças, mas também promover a construção de uma sociedade menos adoecida futuramente. E já provocar outro olhar sobre esse sujeito que poderá circular na cidade entendendo que está também lhe pertence. Couto nos ajuda a pensar a importância da construção de espaços no território voltados para infância e adolescência.

Essa nova noção de criança e adolescente foi destacada na III Conferência Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2002a). Realizada em dezembro de 2001, essa Conferência constitui um divisor de águas na história da saúde mental de crianças e adolescentes no país, porque, de modo inédito em relação às duas conferências anteriores, priorizou o tema da SMCA e convocou o Estado brasileiro à tomada de responsabilidade pelo cuidado e tratamento de crianças e adolescentes com problemas mentais, afirmando a necessidade de esse cuidado ser pautado no reconhecimento delas como sujeitos psíquicos e de direitos, ser exercido em dispositivos de base comunitária, calcado na lógica do território e da operação em rede, e ter a inclusão social possível a cada um como o norte ético da ação de cuidado. (Couto, 2015, p. 22)

Couto esclarece que tardiamente a questão infanto-juvenil aparece para o debate dos movimentos sociais da Reforma psiquiátrica no Brasil.

Por fim, o evento mais marcante foi a peça de final de ano dos alunos do teatro infantil, porque além de ter participado, pude presenciar a construção da peça do início ao fim, e observar a evolução das crianças que tomavam aqueles personagens para si e se dedicavam ao máximo. No dia da apresentação não existia a ideia de alunos que eram da comunidade e alunos que eram encaminhados de algum serviço, todos ali eram atores voltados a um único objetivo: fazer a peça acontecer.

(Estagiária 1)

No Centro de Convivência a questão diagnóstica, diferente de outros serviços da Rede de cuidado em Saúde Mental, não está posta, pois não é o saber médico, ou melhor, não é a doença que importa nesse espaço, mas a vida e toda sua forma de expressão. A atenção se volta para as potencialidades e não para a marca que o define de forma negativa. Por outro lado, o técnico é também corpo que se afeta nessa relação de convívio, podemos até pensar, e porque não em exercer o lugar de profissional/convivente. Se emprestar por completo para ser facilitador na/da convivência com o outro.

A singularidade presente nos Centros de Convivência se dá por não serem apenas serviços de saúde, mas por se tornarem serviços culturais, assim tendo a união de saúde, arte e cultura. Segundo Galetti (2015), esse serviço irá funcionar criando projetos de vida para os conviventes que o frequentam, pois se volta ainda para uma vida que foca o todo, e não a doença. O Centro de Convivência busca promover saúde, como também promover cidadania de pessoas que passaram por anos de internação psiquiátrica, tal como pessoas que ainda estão em sofrimento psíquico, sejam elas usuárias de serviços de saúde ou da comunidade (Caçapava, et al., 2009). Promove saúde à medida que faz com que os indivíduos expandem suas possibilidades de vida através da arte, da convivência e do lazer. Isto é perceptível no relato da Estagiária 1, onde não se tem a se-

paração das crianças por comunidade ou encaminhadas, são todas crianças ali, sem demonstrar suas diferenças. Assim a doença não se coloca em cena, o que está presente são sujeitos artistas que demonstram sua capacidade para além de um diagnóstico preenchido em um papel.

Apesar da pandemia é possível perceber como se manteve centralidade do sujeito, isto pode ser notado nos relatos das estagiárias abaixo:

“É grande a importância que o Centro de Convivência possui, ele vai para além de um serviço de saúde. Isso é marcado também pela dedicação que o serviço teve para se adaptar quando a pandemia devido ao Covid-19 surgiu. A equipe buscou atender a demanda que os conviventes traziam na medida que era possível, seja mudando as formas como as oficinas poderiam acontecer, agora no formato online, como na busca de criar um espaço acolhedor onde os conviventes poderiam levar suas angústias causadas pela pandemia. Devido a pandemia, meu estágio teve uma pausa e eu só pude retornar depois de um ano, no formato online. Pude perceber a evolução que o serviço conquistou, sempre buscando estar o mais ativo possível. Diversas iniciativas surgiram, como as lives que começaram a ser feitas com temas interessantes e importantes, como também os vídeos produzidos em conjunto com alunos de teatro. Os palcos passam para a tela do celular, mas nunca deixando de atuar.

O formato do meu estágio mudou, consigo diferenciar bem minha experiência do presencial para virtual, onde posso perceber certas dificuldades e ter algumas questões. Como que uma estagiária de psicologia consegue atuar no formato online em um serviço de saúde? Me fiz essa pergunta quando a pandemia surgiu, e sei que não devo ser a única a questionar isso. Meu estágio se adapta junto com o serviço, o contato que eu possuía face a face com os alunos no virtual tornou-

-se tela a tela, a forma como eu atuo também muda. No presencial, quando eu conseguia perceber certa dificuldade em alguma criança, eu poderia agir na hora. Mas como agir ao perceber isso no virtual? É agir com uma delicadeza e cuidado maior do que se tinha no presencial.

(Estagiária 1)

Se anteriormente, com as atividades presenciais, alguns já apresentavam certas dificuldades em acompanhar, me questionei como se daria essa situação em um contexto virtual. Como conviver à distância? Com a alteração do estágio para as plataformas digitais, me questionei diversas vezes se o teatro poderia surtir o mesmo 'efeito' sem a presença física. Após algumas semanas observando como as novas condições se davam, senti que todo potencial da oficina se mantém desde que cada um esteja disposto a fazer sua parte, desde as questões estruturais já levantadas, até o comprometimento dos indivíduos em ligar a câmera, falar no microfone apenas quando solicitado e se concentrar. Essa última parece ser a mais difícil de conseguir, afinal, estamos lidando diretamente com crianças e adolescentes que, independentemente de serem da rede ou do território, estão ali buscando contato com arte, cultura e, literalmente, um momento de convivência. Mesmo em meio a tantos desafios que as aulas remotas impõem, é gratificante fazer parte desse processo onde arte e cultura podem ser vistos como instrumentos de transformação dentro desse cenário caótico que estamos vivendo.

(Estagiária 2)

A pandemia do Covid-19 surgiu impactando a população do mundo inteiro, à medida que o planeta parou e buscou novas formas de viver a vida. O CECCOZO, em parceria com outros Centros Convivências do Fórum dos CECOs do Estado do Rio de Janeiro, cria o Centro de Convivência Virtual, um projeto aprovado pelo edital Inova Covid19, fomentado pela Fiocruz, sendo uma iniciativa para que diversos modos de fazer a convivência

através de atividades artísticas e culturais sejam oferecidas de forma online em meio a situação que o nosso país vivencia (Alvarez, et al, 2020). Dessa forma, a qualidade é colocada em prática à medida que o serviço consegue inserir em um novo modelo de promover saúde. Isto é uma forma de fazer prevalecer o conceito de saúde inserido pela Organização Mundial de Saúde, OMS (1946), em que saúde não é apenas ausência de doença, mas sim um completo bem-estar físico, mental e social, e agora no contexto atual o viver pelo virtual se tornou mais um aspecto que perpassa pela vida do sujeito. Com a pandemia, o virtual passou a ser nosso território de atuação, e apreender o atual no virtual não é feito sem sofrimento e dificuldades, afinal, tudo é novo e precisa ser atualizado rapidamente. Sendo assim, como o espaço virtual é o único viável no momento, é possível observar no relato do estagiário 2 o quanto as crianças souberam se reinventar diante disso:

Durante os encontros online as danças no estilo TikTok se fizeram presente quando havia uma pausa entre as falas do professor de teatro infantil e as atividades propostas; Assim como os chats dessas plataformas transformaram-se nas conversas paralelas que existiam presencialmente. Diante de crianças que foram retiradas do ambiente escolar e agora tem a oportunidade de se reinventar e se redescobrir, porém agora diante das telas. Afinal, após tanto tempo de isolamento social, percebemos pelas conversas entre eles que uma boa parte do tempo estava voltada para jogos, redes sociais e séries. Sendo assim, aquelas horas de teatro se tornam, para muitos, o único momento de consciência corporal que aquela criança tem na semana.

(Estagiária 2)

Observamos no relato das estagiárias, como a reinvenção das crianças se dá de forma mais marcante durante a pandemia, onde muitas vezes subestimamos o seu potencial. Elas sub-

vertem os espaços, físicos ou não. As plataformas digitais se tornaram os palcos onde os conviventes têm a possibilidade de se reinventar diante das telas - que se tornaram cotidianas desde que o ensino escolar também passou para a modalidade remota, apresentando um novo modo de conviver.

Considerações Finais

O trabalho da convivência é apontar as potencialidades do sujeito, buscar sentido de vida, ofertar e possibilitar que o sujeito se conecte com uma multiplicidade de ações até que ele mesmo encontre o caminho que o reconecte com a vida, com o mundo. Através do relato das estagiárias, o CECCOZO é apresentado como um serviço que não se pauta nas questões diagnósticas e que se distancia da patologização do indivíduo. Enquanto gera uma busca pelas potencialidades, também realiza um trabalho de inserção com as famílias que passam a fazer parte de todo o processo.

Devido o CECCOZO apresentar como singularidade um grande número de crianças e adolescentes, a atuação com a família se torna essencial. Por isso o trabalho manteve sua continuidade mesmo no contexto pandêmico, onde vimos as famílias serem acolhidas de diversas formas. Para que este acolhimento seja efetivo, os Centros de Convivência atuam em rede fazendo uma interlocução com outros dispositivos do território garantindo um trabalho tanto intrasetorial, como intersetorial.

Por fim, cabe ressaltar a importância dos relatos das estagiárias enquanto ferramenta de avaliação do trabalho que vem sendo desenvolvido no serviço. Através dos mesmos tivemos a oportunidade de realizar uma comparação do momento atual com o anterior, todos os desafios e mudanças que vieram com isso e os resultados dos caminhos encontrados para lidar

com cada situação. As estagiárias contribuíram com o funcionamento do CECCO de formas diferentes do que era esperado, mas com ideias que influenciaram positivamente, e o contrário também ocorreu. Ambas relataram sobre como o tempo de estágio foi valioso para a aprendizagem em Saúde Mental, na quebra de conceitos rígidos preexistentes, e que puderam observar a importância da arte, cultura e convivência como ferramenta de promoção de saúde, como também o fato de o Centros de Convivência ser um serviço essencial na região.

Janaina Barros Fernandes,

graduada em psicologia pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Saúde Mental pelo Ipub/UFRJ e Atenção Psicossocial pela Ensp/Fiocruz.

Amanda Neves da Costa,

graduanda de psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Maria Tereza Araújo da Silva,

graduanda de psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. P. E.; OLIVEIRA, J. ; & MORAES, A. C. Centro de Convivência e Cultura: di-álogos sobre autonomia e Convivência. *Ecos -Estudos contemporâneos da Subjetividade*. Campos do Brasília. 6 (1), p. 5-19.

ALVAREZ, A. P. E.; FERNANDES, J. B.; OLIVEIRA, M. I. Q.; SILVA, I. C. A. & CASTRO, R. M. (2020). Convivência Virtual: a arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial. *Revista GEMInIS*, 11(3), pp. 87-107, set./dez.

AMARANTE, P. (2007). *Saúde Mental e atenção psicossocial*. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

AMARANTE, P. & CRUZ, L. B. (2015). *Saúde Mental, Formação e Crítica*. Organizado por Paulo Amarante e Leandra. Brasil da Cruz - LAPS Rio de Janeiro.

CAÇAPAVA, J. R.; COLVERO, L. A. & PEREIRA, I. M. T. B. (2009). A Interface entre as Políticas Públicas de Saúde Mental e Promoção da Saúde. *Saúde Soc. São Paulo*, 18, (3), p.446-455.

COUTO, M.C. V. & DELGADO, P.G. G. (2015). Crianças e Adolescentes na agenda política da Saúde Mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 27, (1), p.17-40.

FERIGATO, S. H. (2013). Cartografia dos Centros de Convivência de Campinas: Produzindo redes de encontros. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas- faculdade de ciências médicas. Campinas.

FOUCAULT, M. (1994). O nascimento da clínica. (Tradução Roberto Machado, forense universitária). Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M. (2006). Gerir os ilegalismos. Entrevistas a Roger Pol Droit, Editora Graal - p.43-52, Rio de Janeiro.

GALETTI, M.C. (2007). Itinerários de um serviço de Saúde Mental na cidade de São Paulo: Trajetórias de um Saúde Poética Tese de Doutorado PUC-SP São Paulo.

GALETTI, M.C. (2015). Qual o lugar dos Centros de Convivência na rede substitutiva? Caderno Temático Conselho Regional de Psicologia, p.19-22.

KASTRUP, V & BARROS, R. B. (2009). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. *PISTAS DO MÉTODO DA CARTOGRAFIA pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* - Organizadores PASSOS, E; KASTRUP, V & ESCÓSSIA, L, EDITORA Meridional - Porto Alegre.

LOURAU, R. (1993). Análise Institucional e práticas de pesquisa. In: LOURAU, René. Análise Institucional e práticas de pesquisa. [S. I.]: UERJ, p. 120.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Carta da Organização Mundial de Saúde. (1946).

RAUTER, C. (2015). Clínica Transdisciplinar: Afirmção da multiplicidade em Deleuze /Spinoza. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanenência* - 1 quadrimestre de 2015- 8 – (1) - pp. 45-56.

LEI N. 9323, 14 DE JUNHO DE 2021 (2021). Dispõe sobre a criação da política estadual dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.

SANTOS, M. (2007). Encontros. Organização Maria Ângela P. Leite. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

SILVA, L. M. G.; BRASIL, V. V.; GUIMARÃES, H. C. Q. C. P.; SAVONITTI, B. H. R. A. & SILVA, M. J. P. (2000). Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. Rev. latino-am. enfermagem - Ribeirão Preto - 8 – (4) - p. 52-58 - agosto.

WANDERLEY, L. (2002). O Dragão pousou no espaço. Arte Contemporânea, sofrimento Psíquico e o Objeto relacional de Lígia Clark - Editora Rocco RJ.

RESPINGANDO UM TRAJETO: ECONOMIA DOMÉSTICA E MEU PÉ DE REMÉDIO

Resumo

Esse trabalho aborda o relato de experiência da construção de um grupo de Economia Doméstica através dos meios virtuais em um Centro de Convivência e Cultura em Niterói em virtude da pandemia de Covid-19. Da parceria do grupo de Economia Doméstica com o Programa Meu Pé de Remédio, nasce um lugar de acolhimento e troca, onde os pilares principais são a convivência, os saberes tradicionais/populares e a ciência. Nesse ensaio, apresentaremos uma breve exposição dessa experiência.

Palavras-chave: Convivência. Virtual. Saberes

Introdução

Com as adversidades pronunciadas durante o ano de 2020 e 2021, o Centro de Convivência e Cultura de Niterói (CCCN), vinculado à Fundação Municipal de Saúde (FMS), se viu diante do desafio de pensar uma forma de conviver através dos meios virtuais, uma novidade que teria de ser incluída na estrutura deste. Era necessário pensar na criação de um grupo de uma maneira que nunca havíamos feito antes: através das telas. Um novo assunto, novos participantes e, principalmente, uma nova maneira de funcionar. Com isso, nasce a proposta de um grupo de Economia Doméstica, entendendo, sobretudo, que a

permanência em casa exigiu uma reformulação do espaço e, possivelmente, também dos hábitos. Por outro lado, mas não distante, o programa Meu Pé de Remédio, pertencente à Companhia de Limpeza Urbana de Niterói (CLIN), criado em 2017, que tem como eixo principal a execução de oficinas em grupos, também tiveram as suas atividades afetadas devido ao distanciamento social. Para ambos os espaços, recriar fez-se tão urgente, quanto importante. Com isso, o vínculo se cocriou em uma nova parceria entre o Grupo de Economia Doméstica e o programa Meu Pé de Remédio. Entendendo a cidade como lugar de trocas, afetos e desafetos, preocupamo-nos em como tornar viável, a partir do virtual, experiências de convívio.

Todos os encontros são realizados de maneira virtual, com temáticas que variam entre economia, meio ambiente, saúde, plantas medicinais, hortas, reciclagem, todas com o objetivo de refletir e traçar ações práticas, reabitando o lar, as rotinas e o consumo consciente, práticas naturais e o cuidado de si diante as esferas permeadas em meio à crise sanitária.

Método

O grupo é realizado semanalmente através da plataforma Zoom com temáticas determinadas no grupo anterior. Ocorrem sempre de maneira inicialmente expositiva, junto com as trocas que são experienciadas ao decorrer da atividade através das dúvidas, relatos e lembranças de cada participante.

A cineasta Agnès Varda, no documentário Os respigadores e eu (Varda, 2000), nos apresenta o ato de respingar, ou seja, apinhar os restos após a colheita. Ela constrói, em sua obra, um mosaico, uma bricolagem entre a tradição do respigar e o modo como isso acontece na atualidade. Além disso, ela apresenta-se tanto como uma respigadora de imagens, quanto como

uma respigadora de pequenos objetos acumulados ao longo da vida, em uma forma de reaproveitamento singular.

No presente artigo de relato de experiência, usaremos da metodologia proposta pela cineasta onde, “recolher fatos, gestos, informações” (Varda, 2000), é uma espécie de fábrica de memórias.

Desenvolvimento

O Centro de Convivência e Cultura de Niterói se viu então diante do desafio de pensar uma forma de conviver através dos meios virtuais, uma novidade que teria de ser incluída na ordem do dia. Grande desafio, mas com significativa potencialidade para nos recriarmos em meio à pandemia. Tendo a reciclagem e o plantio como tema, cortar uma caixa de leite para transformá-la em vaso foi tão transformador quanto. Os plantios em grupo, tanto os que se desenvolveram, como aqueles que não, gestou a ideia de um grupo em que a horizontalidade deveria estar presente. Era importante compartilhar hábitos e práticas e receber aquelas que eles dividiam com todos. Ao falar do açafrão-da-terra, mais conhecido como cúrcuma, e seus benefícios para a saúde, as experiências se voltam para a cozinha, e o sabor adocicado do arroz com a presença da cúrcuma nos abraça. E a lembrança da *paella*, nos faz viajar até a Espanha, onde o açafrão/cúrcuma é vermelho, por serem plantas de variações diferentes. Por falar em cor, nos conectamos com a tradição de usar o azeite de dendê no preparo de alimentos, e aprendemos que este pode ser utilizado além da moqueca.

Se o *start* quando escolhemos determinado tema junto com os usuários é pedagógico, o desdobramento não. Eles se interessam pelo que dizemos e nós nos interessamos pelo que eles dizem, gerando trocas e promovendo ligas. Dentre cada tema

perpassado e trabalhados nos encontros oficinas, é possível perceber como as pessoas integrantes se ajustam ao espaço-tempo das suas escolhas e preferências. Com isso, as afinidades com as temáticas proporcionam espaços de aprendizado leve e constante. E cada um faz questão de apresentar um pouco da sua casa com o que mais se interessa. Conhecemos os cultivos, as reciclagens, as colheitas, o crescimento, os preparos, os remédios, os animais domésticos e, sobretudo, as experiências. Com esse movimento, todos nós nos visitamos através das telas, tornando o grupo um momento de acolhimento e parabenização pela produção que daí advém.

Um dos participantes se sente atraído pelas engenhocas e pelo conhecimento mais aprofundado. Ele tanto ensinou como construir um mata-mosquito a partir da reciclagem de uma garrafa pet em determinado grupo, quanto nos enviou uma matéria aprofundada sobre o cacau e sua história em outro grupo.

Cecília (nome fictício) chegou trazendo muitos saberes. Conhecedora das ervas e chás, nos conta suas práticas para cuidar da saúde. Simone (nome fictício), a mais nova integrante, traz como traço um sotaque diferente. Quando o grupo se interessa por sua “terra”, os diferentes sotaques são evocados, uma vez que outros dois integrantes são originários de outros estados. Um assunto puxa o outro e o grupo se põe a falar das diferenças regionais no uso de determinadas palavras. Ao tema do café, junta-se a troca e o compartilhamento de experiências: como é que cada um faz e toma seu cafezinho e como cada um fala de uma forma diferente. Nesse momento, o presencial é evocado: “como seria bom estarmos tomando um café com bolo, nos confraternizando”. O cheiro do café ao ser passado não poderia ser compartilhado através das telas, mas ficou a promessa disso acontecer quando a pandemia permitir.

Com o gengibre tivemos a participação, mesmo que breve, da esposa de um dos participantes. Como ela “soprava” sobre o consumo dessa raiz em seu ouvido, foi convidada. E, ao nos contar sobre o uso dessa raiz no vatapá, nos fez lembrar o acarajé. Quando um dos integrantes nos indica dois bons lugares para se comer um acarajé em Niterói, brincamos que aquele grupo estava virando um serviço de utilidade pública.

Quando o grupo escolhe o tema da imunidade, a discussão é desdobrada por um dos participantes ao mencionar o uso dos hormônios e a forma cruel como as galinhas são tratadas nas granjas a fim de obter o aumento da produtividade. Nesse momento, os participantes ficam em silêncio a fim de escutar Cecília (nome fictício) cantarolar uma canção recordada por ela: “Eu não vou mais trabalhar, só vou criar galinha”. Todos riem e a parabenizam pela lembrança. O Google se transforma em recurso e os faz pesquisar naquele exato momento para não perder o “*timing*”. A canção era do grupo Golden Boys, apenas conhecido pelos mais antigos.

Uma canção é evocada, práticas são evocadas. Cada um traz seu quinhão de como tece suas relações com a vida, com o entorno e com os outros. Cada um traz um bocadinho de memória e divide um tanto de hábitos e modos de lidar com o corpo, o cotidiano e o doméstico. Dessa forma, fomos construindo ligas e afinidades tendo como horizonte os seguintes motes: como reabitar a casa, o lar e o doméstico? Como incluir temas como organização de rotinas, consumo consciente e práticas naturais com o objetivo do cuidado de si? Como incluir outros nessa construção?

Nesse cenário vimos que os ruídos não poderiam deixar de estar presentes. Com o virtual vemos que os ruídos gerados a partir da forma como cada um é afetado pelo outro como a

inibição, o falar demais sem se importar com a fala do outro, a irritação, a gagueira, a vergonha, o outro que ameaça, as idiossincrasias e excentricidades não desaparecem, eles deixam ali sua marca junto com os engasgos da própria tecnologia. A conexão falha, o áudio não se conecta e a instalação do aplicativo para a realização da atividade não se efetua. De qualquer forma, cada um vai encontrando sua forma de marcar presença, ou melhor, de deixar a sua marca diante dessas dificuldades, com maior ou menor irritação, com maior ou menor desenvoltura. Isso também é trabalho, trabalho que não é apenas o da inclusão digital, mas a tarefa de recolher e intervir, se for o caso, diante da forma como cada um vai se posicionar diante das novidades, falhas e limites da tecnologia e diante de uma convivência que se fez no virtual.

Nesse esforço de memória coletiva, é possível perceber que, através da janelinha do zoom, um olhar um tanto orgulhoso e, talvez, nostálgico, nos retroalimenta semanalmente. Dessa forma, coletamos/catamos/reciclamos práticas, sabedorias e cuidados de si, dando lugar a um grupo que se reúne para “trocar experiências”, “para aprender”, para “remexer o fundo do baú” e, por último, e não menos importante, “trocar com os amigos”, como eles já nos disseram sobre a atividade.

Discussão

Entendemos que os participantes do grupo utilizam-se dele como um espaço de conhecimentos diversificados e de grande importância prática para o seu dia a dia. Com isso, diante da condição do distanciamento, percebe-se a necessidade de interação social, de cunho potente para a promoção da saúde mental e qualidade de vida das pessoas participantes. Nesse sentido, ao praticarmos a promoção em saúde, consciência ambiental e economia doméstica, damos lugar a um grupo que se reúne para

a diversidade. A convivência faz-se descontraída, mas o grupo assume seriedade. Segundo as palavras de uma das participantes, “a economia doméstica e tudo o que trabalhamos aqui deveria ser matéria obrigatória no ensino básico”. Isso nos mostra a capacidade e potencialidade exercida pela atuação do grupo em conjunto ao programa Meu Pé de Remédio da CLIN. Ademais, trabalhar temáticas de direcionamento natural através das plantas medicinais, é grande oportunidade de construir a Educação ambiental, sendo esta entendida pelos “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (Lei n. 9.795, 1999).

São por essas experiências que alcançamos a reflexão do quão é importante darmos atenção aos saberes passados de geração a geração. Além disso, um grupo de caráter multidisciplinar e pluralidade de personagens, faz com que a troca seja enriquecida, tornando-o um espaço de socialização com diferentes mundos proporcionados por cada pessoa que conhecemos e que passa a integrá-lo. Pensar a saúde mental através de encontros, como este relato, é compreender que estamos falando, sobretudo, do compartilhar convívio, saberes e sorrisos. Sem dúvida, este espaço proporciona acolhimento durante o denso momento da pandemia proporcionada pelo vírus da Covid-19.

Conclusão

Entendemos que o grupo traz à tona experiências e saberes proporcionados pela convivência entre os participantes. As respostas para a pergunta inicial de “como reabitar a casa, o lar e o doméstico?”, nos são dadas a cada composição semanal. Nessa gestação de ligas, afinidades e memórias, vimos que “A arte de viver é simplesmente a arte de conviver”, como nos disse o poeta Mario Quintana.

Finalizamos então com a banha de porco. Um dos participantes nos diz: “fiquei impressionado com o marketing feito pela indústria dos óleos para que a banha fosse considerada uma vilã.”. Maria (nome fictício) pede a fala e compartilha uma lembrança: a banha de porco era utilizada por seu pai para amaciar o cabelo. Os participantes ficam surpresos com um uso que não se imaginava. Ela, em um esforço de memória, continua puxando outro fio e nos diz orgulhosa: “minha mãe cozinhava no fogão a lenha”.

Amanda Neves

Psicóloga; Oficineira do Centro de Convivência de Niterói (CCCN); Especialista em Clínica Psicanalítica pela Universidade La Salle

Thaíssa Silva

Graduanda em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (UFF), estagiária da Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN)

Waleska Borges Cheibub

Psicóloga do Centro de Convivência e Cultura de Niterói (CCCN); Supervisora CAPS ad Julio César de Carvalho; Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Especialista em Atenção aos usuários de álcool e outras drogas pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ)

REFERÊNCIAS

Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

Varda, A (Produtor/Diretor). (2000). *Os respigadores e eu* [Imagem em movimento]. França: Ciné Tamaris.

CECOS NA PANDEMIA: (RE)CONEXÃO COM NOVOS SENTIDOS DO SABER-FAZER

Resumo

Pretende-se apresentar a experiência do Centro de Convivência Portal das Artes, Campinas-SP e refletir sobre as reinvenções necessárias durante a pandemia do Covid-19. A equipe tem proposto diversas ações, buscando sustentar a convivência e garantir o acolhimento aos usuários. A experiência de deslocamento imposta pela pandemia, permitiu à equipe repensar as conexões possíveis e necessárias ao seu saber-fazer para garantir o cuidado em saúde de modo sensível e comprometido com a produção de vida.

Palavras-chaves: Centro de Convivência, pandemia, saúde mental.

Introdução

Com o fortalecimento do movimento da reforma psiquiátrica e após a aprovação da Lei 10.216 ocorreram mudanças radicais na organização do modelo e práticas assistenciais em saúde mental. Esse processo de implementação de um novo modelo em atenção psicossocial foi bastante complexo, exigindo muita luta dos trabalhadores da saúde mental e dos movimentos sociais. Conquistou-se a transformação de vários níveis desta estrutura, tais como: hospitais, leis, profissionais,

práticas, formas de pensar o cuidado e ver as pessoas na sociedade, investindo na promoção da saúde mental, no serviço público, em serviços alternativos junto à comunidade a fim de melhorar a qualidade da assistência, pensando o direito à cidadania, o cuidado sem retirar pessoas da comunidade e o processo de desinstitucionalização (Galetti, 2001).

No bojo do movimento da reforma psiquiátrica, com a criação dos centros de atenção psicossocial (CAPS), serviços residenciais terapêuticos, hospitais-dia, cooperativas de trabalho, surgiram os centros de convivência (CECCOs ou CECOs) em São Paulo no fim da década de 80. Trata-se de um equipamento idealizado a partir das diretrizes do SUS e atenção psicossocial, onde se promove a convivência produtora de inclusão mediada pelo cuidado. O maior objetivo deste equipamento está em produzir, mediar e investir em formas possíveis de encontros e convivência com a diversidade, buscando inclusão, cuidado, pertencimento, grupalidade e descoberta de outras formas possíveis de expressão da vida. Pensando a inclusão aqui enquanto conexão, enquanto fabricação de redes sociais. Os CECOs trazem, em seu núcleo, a ruptura com o modo hegemônico de pensar a saúde apenas como remissão de sintomas. Para tanto, utiliza-se de espaços de produção, desenvolvendo oficinas de artes, esportes, artesanato, autocuidado, práticas integrativas, dança, teatro, com objetivo de desenvolver potencialidades, intersubjetividades, trocas, aprendizados, experimentação e construção de um campo diversificado na produção de encontros. Esses parâmetros norteiam as ações das equipes dos CECOs e suas relações com o território, com a rede de saúde, com a comunidade, fazendo interfaces com ações culturais e artísticas buscando construir na relação com diversos setores do território a intersectorialidade. (Aleixo, 2016).

Em um trecho da Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental, 15 anos depois de Caracas tem um parágrafo dizendo da essência dos CECOs.

O valor estratégico e a vocação destes centros para efetivar a inclusão social residem no fato de serem equipamentos concebidos fundamentalmente no campo da cultura, e não exclusivamente no campo da saúde. Os Centros de Convivência e Cultura não são, portanto, equipamentos assistenciais e tampouco realizam atendimento médico ou terapêutico. São dispositivos públicos que se oferecem para a pessoa com transtornos mentais e para o seu território como espaços de articulação com a vida cotidiana e a cultura. Assim, a clientela dos Centros de Convivência e Cultura é composta, sobretudo, mas não exclusivamente, de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes. As oficinas e as atividades coletivas são o grande eixo do trabalho dos centros, assim como a articulação com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Saúde, Serviços Residenciais Terapêuticos, Programa de Saúde da Família, dispositivos da rede de assistência social, dos campos do trabalho, da cultura e da educação. É característico dos Centros de Convivência e Cultura a articulação permanente com os espaços do seu território e da cidade. Alguns centros vêm funcionando como importantes incubadoras de experiências de geração de renda. (Brasil, 2005, p. 36).

Somente em 2011 os CECOs são reconhecidos na política de saúde mental, de âmbito nacional, portaria ministerial 3088 de dezembro de 2011, que oficializa a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), onde os CECOs são localizados no eixo da Atenção Primária e definidos como: Unidade pública articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à Rede de Atenção Psicossocial, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade.

Os CECOs são estratégicos para a inclusão social das pessoas com transtornos mentais e pessoas que fazem uso de crack, álcool e outras drogas, por meio da construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade e em variados espaços da cidade. São desenvolvidas atividades no território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção da autonomia e ao exercício da cidadania (Portaria 3088, 2011).

Para dizer do funcionamento desses dispositivos, é importante refletir a sua proposta inicial, “convivência”. Para o dicionário é o ato ou efeito de conviver. Essa ideia é ampliada para o contexto da saúde, compreendendo a criação de vínculos, redes de apoio, criação de sentido, inclusão, criação de laços sociais, relações interpessoais, produção de subjetividade. Não há um padrão ideal de convivência; compreendemos que a convivência se dá em diversos lugares e situações, basta que pessoas se encontrem e estejam disponíveis para o conviver, estar junto, compartilhar de um momento, trocar experiências. Enfim, conviver é algo fluido que pode acontecer em qualquer espaço e tempo como nos arredores de praças, bares, igrejas, casas entre outros. Os modos de convivência estão em constante transformação podendo ampliar ou diminuir a potência de sujeitos e coletivos. Nessa perspectiva, os CECOs foram pensados de maneira a não serem centrados, circulando pelos territórios, pelas secretarias além da saúde (Ferigato, Carvalho & Teixeira, 2016).

O CECO permite a inclusão dos excluídos nos territórios, promovendo assim a convivência entre os diferentes utilizando-se de oficinas e ações envolvendo toda a comunidade e seu entorno. Produz também um novo sentido para as produções coletivas desses territórios, novos modos de sociabilidade; uma vez que todos na nossa sociedade sofremos com alguma dificuldade em encontrar formas e espaços de sociabi-

lização. Isso contribui de forma efetiva para a qualidade de vida das pessoas que frequentam as ações do espaço; usuários da saúde mental e a população em geral frequentam o CECO para a convivência, sabem que ali não é um lugar para o tratamento, mas que faz bem. Nesse caminho os CECOs provocam um novo questionamento acerca do que é saúde. (Ferigato, 2013).

Para Ferigato, Carvalho e Teixeira (2016) ao falar sobre a clínica que se faz nos CECOs, afirma que se trata de uma clínica em defesa do existir do sujeito. Portanto, que promova experimentações. Saídas ao estado estagnado, cristalizado, experimentar o novo, cria no sujeito diferentes possibilidades, saídas, fugas, desvios e novas realidades. É um campo de acontecimentos. Que depende não só das atividades desenvolvidas, mas da abertura do sujeito para a exploração de si e do mundo. Sujeito aqui são todos envolvidos nesse processo, é importante também que a equipe, os profissionais, tenham também essa disponibilidade, permitindo e promovendo essas experimentações. Ferigato (2013) cita algumas falas de gestores dos CECOs, que evidenciam a clínica desse lugar:

“Produzir grupalidades e trocas”, “manter os dois pés na vida”, “perceber que a saída não está apenas em se entupir de remédios”, “fazer rede”, “promover a abertura do setor saúde para outras cores”, “criar possibilidades de viver diferente”, “conviver”. Tudo isso, nos leva a compreender que, no CECO, a noção de saúde está intimamente relacionada com o aumento de potência de vida, e sua clínica, aumento capacidade de experimentação de diferentes modos de existência, de diferentes experiências. Poderíamos dizer que os CECOs, podem funcionar na rede de saúde e na rede intersetorial como “um dispositivo ativador de experiência” ou em outras palavras como um “motor de experimentação” (Ferigato, 2013, pg 152).

De acordo com Cambuy e Amatuzzi (2012), é possível pensar a clínica nos CECOs como a clínica dos encontros, encontros estes motivados pelo simples desejo de estar em uma oficina e estabelecer vínculos sociais, entendendo que tais encontros também produzem significados e novos sentidos na vida dos usuários. O fundamento dessa clínica considera, como condição constituinte da existência humana, a relacional, revelada no encontro com o outro. Os autores citam Andrade e Morato (2004) que discorrem que situações de encontro intersubjetivo propiciam, no cotidiano da vida, mudanças de aprendizagem do ser humano e formas de convivência no mundo com os outros.

Saraceno (1998 citado por Cambuy & Amatuzzi, 2012) discorre sobre um determinado modo de conceber que se aproxima muito das práticas nos CECOs. Ele fala da importância de uma clínica cujo objetivo final é a produção de sentidos, o resgate do valor social e do poder de contratualidade. Neste mesmo sentido, os autores citam Lima e Pelbart (2007) que pontuam ainda que o desafio da clínica é produção de vida, e criação numa outra concepção de saúde: não uma saúde inteiriça, perfeita, acabada, mas uma saúde frágil, marcada por um incabamento essencial que, por isso mesmo, pode se abrir para o mundo; uma saúde que consiga ser vital mesmo na doença. Deste modo, pode-se afirmar que os CECOs exercem essa função, ou seja, o cuidado nesses espaços se dá a partir da noção de que é possível aumentar as possibilidades de vida saudável ainda que a doença esteja presente. Não se trata de ignorar que exista sofrimento, mas o foco de atenção é outro: o que há de saudável, de possibilidade de vida no outro.

Em Campinas, os primeiros CECOs surgiram em 1997, a partir dos movimentos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Surgiram de diversas formas, espalhados por diversos territórios. Desde sua constituição os CECOs contaram com

diversas parcerias como: Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Rede de assistência social, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e comunidade de um modo geral. Importante lembrar que a partir do processo de co-gestão entre Secretaria Municipal de Saúde e Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, foi possível viabilizar vários recursos, tanto materiais como humanos para que pudéssemos viabilizar nossas ações.

Atualmente Campinas conta com sete CECOs, sendo dois gerenciados diretamente pela prefeitura e cinco gerenciados pelo Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Estão situados nos cinco distritos de saúde no município, sendo dois na região Sul, um na região Norte, dois na Leste, um na Sudoeste e um na Noroeste. A história de cada um e o território onde estão inseridos trazem aspectos que imprimem a singularidade de cada espaço. Em 2005 foi criado o fórum de CECOs de Campinas; um espaço coletivo de compartilhamento das experiências, das histórias, dos planejamentos, das discussões técnicas e políticas. É daqui que saiu os parâmetros mínimos para o funcionamento dos serviços.

Os CECOs contam com uma equipe geralmente composta por cinco profissionais, sendo, gestão, profissionais da área psi, como terapeuta ocupacional e psicólogo, monitor, auxiliar de higiene, e em alguns CECOs também dispõe de profissionais de outras áreas, como educador físico, enfermeiro e ator. Esta equipe é responsável pelas ações tanto dentro como fora das sedes. Em vários momentos são realizadas atividades itinerantes, contando para isto com parcerias diversas. Os espaços físicos também refletem uma grande diversidade. Há CECOs em espaços públicos, como praças, antigos centros comunitários, centros culturais e outros que se estabelecem em casas alugadas, onde se faz necessário um grande trabalho para tornar público o espaço físico.

Centro de Convivência Portal das Artes

Neste artigo pretendemos apresentar a experiência de um Centro de Convivência específico chamado Portal das Artes. O objetivo é trazer um recorte do trabalho desenvolvido pelas autoras que também são trabalhadoras deste centro de convivência, procurando trazer em formato de narrativa, algumas cenas do trabalho cotidiano no momento da pandemia. O intuito é buscar refletir sobre tais cenas ou acontecimentos, qual a produção de cuidado possível neste momento, quais as potências deste cuidado, além dos desafios.

O CECO Portal das Artes está localizado no distrito de saúde sul, onde vive uma população vulnerável à violência urbana em suas diferentes faces, adolescentes sem perspectivas de futuro, e também um grande número de idosos. Surgiu em 2003, do encontro entre a proposta de uma ampliação da clínica da saúde mental, proposta pelo projeto político da Secretaria Municipal de Campinas na época e de uma escuta clínica sensível às demandas dos usuários e comunidade em geral, com pouco acesso a bens culturais, que pediam um espaço de encontro, lazer e saúde. As ações se tornaram possíveis devido a esforços de alguns profissionais do Centro de Saúde Paranapanema, além de parceiros intersetoriais e comunidade que começaram a emprestar seus saberes para poder compor as atividades de convivência. Na época foi possível estabelecer parceria com o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira para alugar uma casa e começar a contratar alguns profissionais que pudessem estar neste espaço. Em 2004 foi oficialmente inaugurado. Desde o início contou com uma ampla oferta de atividades, trazendo ao longo dos tempos as mais diversas oficinas como: música, dança do ventre, dança circular, dança de salão, alongamento, movimento vital expressivo, culinária, teatro, artesanato, ateliê de artes, futebol, hip hop, capoeira, atividades circenses, etc.

Além das atividades regulares, sempre foi um espaço de festas, almoços comunitários, passeios diversos, sendo um espaço bastante valorizado e reconhecido pela comunidade. Assim como todos os CECOs de Campinas, os frequentadores que acessam o CECO Portal das Artes, chegam através de distintas redes e distintos equipamentos do território, além de frequentadores que chegam também de bairros distantes e até de cidades próximas. Desde sempre a grande marca deste local foi o fato de ser um serviço porta-aberto e o critério para participar sempre foi pautado no desejo da pessoa que procura o serviço.

Convivência e Pandemia: desafios e possibilidades

E então veio a pandemia de Covid-19 em março de 2020, trazendo uma ruptura nos modos que até então a equipe vinha entendendo e desenvolvendo o trabalho no centro de convivência. Entendemos que tudo o que não era possível se fazer, era conviver: foco da missão dos CECOs. Em março de 2020 recebemos a notícia de que os grupos todos seriam suspensos devido a pandemia, mas que o serviço deveria se manter aberto, visto que somos pertencentes à área da saúde. Naquele momento, ainda se sabia pouco ou quase nada sobre a Covid-19; apenas que era algo que devíamos nos preocupar seriamente e nos proteger. Não dá para negar que a sensação inicial foi de uma “tirada de tapete” e de uma certa vertigem. Além do medo de um vírus letal que trazia sérias ameaças à vida, a equipe foi tomada por uma incerteza em relação à própria sobrevivência do serviço, pois como promover convivência sem estar nos grupos? Foi preciso repensar todo o trabalho do CECO e a forma como iríamos manter o contato com nossos conviventes, mesmo que a distância.

É importante dizer que a pandemia parece alterar a forma como se sente o tempo, houve uma instabilidade, foram muitas

notícias e informações que se modificaram rapidamente, que exigiu dos trabalhadores uma adaptação e compreensão rápida dos acontecimentos. Com essa sensação de tempo acelerado, além do adoecimento das pessoas por Covid-19, existiu também um adoecimento da saúde mental da população, foram muitos os impactos gerados pela pandemia na vida cotidiana das pessoas (Fiocruz, 2020).

Deste modo, lidar com a vertigem inicial, a equipe recebeu individualmente as pessoas que chegavam até o centro de convivência. Neste primeiro momento os trabalhadores buscavam entender o que era essa pandemia e quase que simultaneamente, também auxiliavam a população e os usuários da saúde mental nessa compreensão. A intenção era ajudá-los a entenderem, enfrentarem e se cuidarem nesse momento de ameaças à saúde física e mental. O acolhimento foi se dando de diversas maneiras: por telefone, redes sociais, mensagens de whatsapp e presenciais pontuais.

Desafios da convivência na virtualidade

O investimento em um primeiro momento foram as atividades virtuais. O objetivo era mostrar que apesar do distanciamento físico, era possível manter a presença de outros modos, investiu-se em formas diversas de sustentação e cuidado com os vínculos. Começamos a criar novas maneiras de realizar grupos e as atividades. Investimos em vídeos ensinando a fazer atividades em casa, estimulamos a troca e convivência a partir de grupos de whatsapp; aprendemos a fazer algumas atividades via plataforma zoom, googlemeet, etc. E uma primeira dificuldade se mostrou presente: a inclusão digital, sendo então necessário ensinar os conviventes a usarem a internet, as redes sociais, o celular smartphone e os aplicativos.

No início a troca de saberes via whatsapp foi bastante produtiva. Enviamos atividades para as pessoas fazerem em casa; ao mesmo tempo, vários participantes também enviaram vídeos e fotos do que estavam fazendo ou simplesmente vídeos que relatam como estavam encarando e lidando com o novo momento. Ao mesmo tempo mostramos disponibilidade para conversar via telefone para diversas questões, procurando manter e qualificar o vínculo e o cuidado. Havia poucas pessoas, principalmente os mais vulneráveis que vinham para conversar, procurando respostas do porquê das portas fechadas, das ruas vazias e porque precisavam usar a máscara.

O desafio foi grande, pois toda mudança por si só naturalmente é difícil. Muitos dos conviventes não têm celular smartphone por falta de condições financeiras, por falta de interesse no formato das relações virtuais; idosos que nunca tiveram contato com esses recursos modernos; outros que tem, mas não sabem usar, ou não têm condições financeiras de adquirir pacote de internet mensalmente e etc. Diante de diversas realidades, múltiplas estratégias foram realizadas para contemplar essa diversidade, sendo um esforço grande por parte dos trabalhadores e gestão para não deixar ninguém de fora, já que uma das missões do CECO foi sempre de incluir.

Nessa fase houve conviventes que adquiriram seu primeiro smartphone, outros começaram a aprender com os trabalhadores dos CECOs a usar esses recursos, muitos relataram que os filhos não tinham paciência para ensinar, e aproveitaram essa oportunidade para aprender, com tutoriais em fotos, se falando várias vezes por telefone, até conseguirem. Deste modo, alguns usuários foram aos poucos se inserindo nos grupos de whatsapp usados como forma de manter o contato coletivo e individual mais fluido, foram criadas oficinas on-line, vídeos de atividades, conviventes e trabalhadores ficaram mais presentes

nas redes sociais. Ao mesmo tempo, observamos resistência à virtualidade das relações. Além do impacto que a pandemia provoca, para muitos ter que se refugiar nesse universo digital e manter as relações sociais foi e ainda é um sofrimento à parte, mesmo com todas as condições para o acesso, para muitas pessoas foi e é sofrido essa transição.

Modos híbridos de convivência: construindo possibilidades entre o virtual e o presencial

Nesse sentido, foram pensadas também, atividades híbridas que misturam a presença virtual e a física. Foi criada a possibilidade de ir buscar material para fazer a atividade em casa, e depois de ir mostrar como ficou e fotografar para postar no grupo de whatsapp e nas redes sociais a feitura do material, dando um lugar a esse sujeito e o conectando aos outros, motivando os outros a também continuarem suas atividades em casa. Assim aproveitavam para visitar o centro de convivência, conversar e trocar com os trabalhadores, confirmando que aquele espaço de cuidado se mantinha vivo e funcionando, produzindo conexões reais dentro da virtualidade.

Em outubro de 2020, com a autorização da vigilância sanitária e orientações de prevenção à Covid-19, foi desenvolvido um protocolo para receber as pessoas dentro do serviço e posteriormente formar pequenos grupos. Assim foi feita uma programação de atividades para serem realizadas presencialmente. No entanto, não era um simples voltar no modo presencial, mas voltar sabendo das novas formas de relação que a pandemia nos impôs: lavar as mãos com frequência, usar álcool em gel, manter distanciamento, não compartilhar material, usar máscara, etc. A própria recepção às pessoas já causava estranheza, pois não era mais possível o abraço e o toque.

Voltar a realizar grupos presenciais foi um ganho importante para muitos usuários que não estavam saindo de casa e, portanto, adoecendo psicologicamente. E assim retomamos muitas atividades, procurando reconfigurar todo o funcionamento e o número máximo de usuários que caberiam em cada atividade. O que no início, pensávamos ser um problema, como o fato de não conseguir oferecer vagas para todos, não se mostrou presente, pois nos deparamos com o fato de muitos usuários preferirem não voltar ao modo de participação presencial. Havia depoimentos de medo em se contaminar com o vírus e ficarem doentes.

De outubro de 2020 a março de 2021, as atividades presenciais se tornaram possíveis, embora as atividades virtuais ainda se mostrassem também presentes. Em março de 2021, anunciou-se a fase emergencial, e novamente tivemos que suspender as atividades grupais presenciais, sendo possível apenas o acolhimento e as intervenções presenciais de modo individual. No final de maio de 2021, novamente começamos a retomar os grupos.

Podemos afirmar que foram inúmeras invenções e reinvenções desde março de 2020. As fases da pandemia foram direcionando nosso trabalho, tornando nossa presença ora mais virtual, ora híbrida, ora mais presencial, transitando nos modos possíveis de encontros. Permanecemos ainda sujeitos aos acontecimentos que a pandemia vai nos impondo. No entanto, o que não podemos negar é que neste processo tivemos que aprender a ser protagonistas desta história, ainda que repletos de limitações e desafios. E o que foi possível produzir a partir deste protagonismo? Gostaríamos aqui, neste momento, de resgatar alguns acontecimentos.

Convivência em pandemia: encontros possíveis

Um acontecimento marcante no cotidiano do trabalho foi o acolhimento a pessoas que foram acometidas pelo Covid-19 ou que tiveram familiares e amigos que adoeceram e/ou morreram devido a complicações relacionadas ao vírus. Uma usuária um dia veio ao CECO pegar um vestido de festa junina que estava conosco. Na ocasião disse que precisava muito conversar com um psicólogo, pois havia acabado de internar um irmão que tem diagnóstico de demência, em uma clínica particular, fora de Campinas. Estava se sentindo muito culpada pela decisão, embora tivesse consciência de que não tinha outro modo de lidar, pois ela não conseguia mais cuidar dele. Como parte da conversa, contou que seu genro de 30 anos estava com Covid-19; estava com um pouco de falta de ar, mas estava em casa. A psicóloga combinou de ligar para ela no dia seguinte para poder conversar melhor. Um dia depois dessa conversa no portão, ao ligar para ela, além de falar do irmão internado, trouxe que o genro foi internado e que seu estado era muito grave. Todos os dias, a profissional do CECO realizava uma ligação para saber como ela estava. Esta mesma usuária também contraiu Covid-19, mas foi seguindo seu cuidado em casa. O genro veio a falecer após quase 20 dias internado. Contou que seu esposo estava arrasado porque ele trabalhava com genro, que o tinha como um filho. A usuária contou que o cunhado havia contraído Covid-19, vindo a óbito e a sogra também adoeceu.

Acompanhamos a usuária todos os dias por telefone, procurando acolher sua dor e o sofrimento pelas perdas sofridas, além do fato de não conseguirem fazer o enterro dos entes que faleceram. Em praticamente um mês ela perdeu o genro, cunhado e a sogra. Como decorrência desses acontecimentos foi piorando seu quadro de depressão. Certo dia, ao entrar em contato com a usuária pelo whatasspp, ela contou que estava

pensando em suicídio, que tinha uma corda em casa e estava pensando em se enforcar; estava sozinha; marido estava trabalhando e demoraria a chegar. Foi um momento difícil de acolhimento, visto que todo manejo da situação teve que ser feito à distância. A partir da escuta e de algumas intervenções, ela foi se acalmando, pensando em outras possibilidades para seu sofrimento. Após este evento foi possível encaminhá-la para fazer psicoterapia no Centro de Saúde, além da avaliação das medicações que já vinha usando para depressão. Foram sendo feitos contatos mais esporádicos e ela foi relatando melhoras. Relatou o quanto foi e estava sendo difícil passar por tudo, mas mostrou-se agradecida pelas ligações diárias e por todo cuidado oferecido pelo centro de convivência.

Outro acontecimento neste sentido foi em abril de 2021. Uma de nossas usuárias, frequentadora assídua do centro de convivência, contraiu Covid-19. Um dia entrou em contato para dizer que não estava conseguindo acompanhar as atividades online e explicou que era por conta dos sintomas do Covid-19. Parecia estar bem; segundo ela, ficou em casa e estava se recuperando. Uma semana depois após esta conversa, recebemos uma mensagem da filha, dizendo que a mãe havia sido entubada; seu quadro piorou devido a uma pneumonia. Foi um momento de tensão na equipe, pois sabíamos que ela tinha comorbidades e a sensação era de que a perderíamos. Ela ficou 21 dias entubada. Teve alta, após quase um mês no Hospital. Após receber alta, foi feita visita domiciliar pela profissional do centro de convivência, onde foi possível entender mais de perto sua experiência de internação. Foi um momento de escuta bastante emocionante onde ela trouxe relatos de desespero, esperança e sensação de quase morte. Foi possível naquele momento se aproximar do que significava uma experiência de extrema vulnerabilidade.

Além destes dois episódios, tivemos várias experiências de escuta sobre perdas e o medo da morte. Uma usuária, que sempre participou das oficinas de artesanato, ia nos trazendo semanalmente relatos de perdas de pessoas conhecidas e o quanto estas notícias aumentavam seu estado de ansiedade, fazendo ela perder o sono. E não era só ela; toda semana sabíamos de casos de pessoas que haviam morrido devido a complicações do Covid-19. Todos estes eventos iam trazendo a morte para muito perto de nós, nos fazendo pensar acerca de nossa própria existência vulnerável e a dimensão da pandemia que se agigantava. Ao mesmo tempo ia trazendo o quanto as pessoas tinham e têm o CECO como referência de cuidado, de escuta e de acolhimento.

Fomos percebendo que, de um modo geral, o que as pessoas queriam era falar, dividir angústias, muito mais do que fazer alguma atividade em casa. Queriam escuta para seus sentimentos de solidão, de medo, de incerteza. E fomos então cada vez mais saindo deste lugar de que sempre é necessário ter uma atividade mediando a convivência fomos entendendo que a própria fala é em si a atividade. Nos fez refletir que o CECO é o espaço de cuidado, independentemente de qualquer oficina. Parece óbvio dizer isto, mas por muito tempo, as atividades e a convivência em grupos foram os norteadores de nossas ações.

Deste modo, estar no acolhimento um a um, representou para nós um deslocamento do saber-fazer. De acordo com Rebouças e Dutra (2010) às características do mundo contemporâneo levam o homem a perder sua morada, seu espaço no mundo, sentindo-se, desse modo, perdido e completamente alienado de si, fato que provoca muitas formas de adoecimento. Segundo as autoras citadas, o que falta ao sujeito é a possibilidade de ser ouvido, de ser compreendido em sua singularidade.

Foram muitos acolhimentos e muita escuta individual, mas as atividades também aconteceram. Foram inúmeras: atividades virtuais síncronas e assíncronas, atendimentos em grupos presenciais, quando havia esta possibilidade. Foram oferecidas diversas modalidades de oficinas, criando e ampliando nosso saber-fazer-produzir convivência.

Uma experiência híbrida

Na fase emergencial a culinária foi repensada: Um ou dois conviventes, vinham ensinar a fazer uma receita. Essa pessoa é gravada, o vídeo é editado pelo trabalhador e posteriormente postado na página do serviço e compartilhado no grupo de Whatsapp com os conviventes. A pessoa que vai ser gravada se prepara para gravar, escolhe uma receita para ensinar, organiza com o profissional do CECO os ingredientes, observamos que os participantes ficavam ansiosos para gravar, escolhiam roupas e acessórios diferentes do cotidiano, se embelezando para aparição, preparavam as palavras, criavam expectativas de ter seu vídeo pronto e finalmente ser visto e comentado pelos outros colegas, familiares e desconhecidos, anseiam os retornos. Os vídeos de culinária são uns dos vídeos mais comentados no grupo de Whatsapp, comentam a receita da semana, enviam fotos mostrando que fizeram a receita, dizem também de suas receitas, dão dicas que nem sempre são aceitas, mas que rende uma boa troca, lembram das comilanças que eram feitas no CECO, dos eventos, das pessoas com quem conviviam diariamente nas atividades, e agora conhecem pessoas novas por meio dos vídeos e trocas no Whatsapp e facebook.

Uma senhora frequenta o espaço e não tem acesso a essa tecnologia e se quer curiosidade para usá-la. Durante a pandemia, o marido dela desencadeou um quadro de demência e a senhora ficou bastante fragilizada em sua saúde física e mental, fi-

cando descuidada e triste. Notada pelo olhar atento das trabalhadoras que percorrem o território em caminhadas pela praça, fomos convocadas ao cuidado para com ela. A senhora relatou a dureza da solidão que estava sentindo e pediu ajuda. Assim como outros, ela quis permanecer realizando as atividades, mas entramos na fase emergencial e nem os pequenos grupos poderiam ser realizados. Mantivemos os encontros com uma ou duas pessoas no máximo. Com essa senhora foi escrita uma música sobre a pandemia, articulamos cuidado em saúde para ela e o marido, rememoramos seus feitos artísticos, tendo sido realizados muitos encontros com ela e em alguns momentos com os seus filhos. Ela foi melhorando, foi ficando mais organizada, com roupas limpas e mais disposta além de que, os filhos ficaram mais presentes e atentos ao casal, ela e o marido.

Certo dia, essa senhora pediu para fazer um bolo. No dia combinado ela traz a neta adolescente, que já frequentou o CECO quando era criança. Perguntamos se elas gostariam de fazer como na oficina de culinária, a neta gostou da ideia e fez a função de gravar e ensinou a fazer a cobertura do bolo. A senhora aceitou sem entender bem como isso funcionaria, mas pareceu se divertir com a ideia. A senhora tem um comprometimento na visão, então a trabalhadora a auxiliou na feitura do bolo. As três se divertiram, conversaram entre si sobre a vida, ao mesmo tempo que gravaram e orientaram a receita a quem poderia ver o vídeo.

Editado, e compartilhado, a família postou o vídeo em todas as redes sociais, muito animados, escrevendo depoimentos afetuosos e compartilharam com a família toda. Dessa forma a senhora agora ocupava as redes sociais pela primeira vez.

Convidada a participar do Sarau: Conviver é Ato de Vida, promovido pela Rede dos CECOs de Campinas, a senhora foi gra-

vada pela segunda vez, agora com duas músicas autorais. Ela está contente com toda a movimentação, diz com orgulho de suas gravações, e os filhos nos enviaram áudios brincando com a mãe, dizendo de como tem orgulho de seu novo papel social como artista.

Na semana seguinte a senhora contou-nos alegre e emocionada que os vídeos dela chegaram até o irmão que mora no norte do país. Ela relatou que não o vê há mais de dez anos e que sente muitas saudades, sendo que ele gostou de a ver cantando e compondo músicas.

Experienciando novas formas de fazer a dança do ventre

Os espaços de dança e movimento sempre foram repletos de frequentadores. Nossa varanda do CECO ficava pequena para comportar tantos conviventes. A experiência da pandemia, além de transformar nossa relação com os tempos, também interferiu em nossas experiências com os espaços e com os sons. A varanda pequena se dilatou no vazio deixado pela não presença de nossos conviventes. Uma estranha percepção de tudo grande demais nesse vazio de corpos.

Os sons que ecoavam pelo centro de convivência, gritavam no silêncio do medo pela convivência, agora ameaçada pela pandemia. Procurávamos pelos risos, falas, choros, euforias, desânimos, alegrias e tristezas já ouvidas em nossos espaços. Barulhos de vidas em movimento que tanto sentido davam ao nosso fazer-convivência. Ressignificar a convivência e as presenças nos desafiaram a também construir outros corpos no acesso à tecnologia virtual. Como construir um trabalho de corpo na bidimensionalidade? Nossos corpos são tridimensionais,

e de frente à tela, a experiência que se coloca é de uma certa redução em volume corporal e linhas de movimento.

Para dar conta desses desafios, fomos também produzindo vídeos de dança do ventre, encontros no googlemeet, mensagens pelo whatsapp e ligações para compartilhar com as mulheres do grupo. Em um de nossos encontros, procuramos organizar a proposta como aconteceria a volta do grupo presencial no centro de convivência. Para nossa surpresa, as conviventes pediram para não dançar. “Podemos apenas nos ver? Queremos ficar aqui olhando para vocês...” Poder ver nossos corpos em outras dimensões, ter esse tempo de olhar, perceber, nossa dança do ventre, nos fazia dançar os olhos saudosos do calor feminino, que se alvoroçava na varanda do centro de convivência. Na tela dos celulares, procurávamos nos encontrar nessa grande desconfiguração que a pandemia nos impôs.

Organizar a vida cotidiana para que a dança aconteça dentro de casa, se mostrou algo um tanto inacessível a muitas mulheres do grupo de dança do ventre. Filhos e netos em casa, familiares trabalhando, disputas dos espaços para encontrar maneiras de adaptar as atividades agora de forma virtual. Muitas dessas mulheres, são responsáveis pela limpeza da casa, refeições da família, organização da rotina para que todos possam estar preparados para seus afazeres. Sair para dançar no centro de convivência, de muitas maneiras, se confirmou como única forma dessas mulheres acessarem um espaço de cuidado, saúde e socialização. Ao perderem essa possibilidade, não conseguiram sucesso nas disputas dos espaços da casa para suas atividades de cuidado. Muitas nos trouxeram ser impossível dançar em casa. A convivência familiar se mostrou ainda mais exigente e estressante, sem possibilidades de pausas, respiros e espaço para que essas mulheres pudessem se cuidar mais.

Nos momentos onde o presencial foi possível, muitas dessas mulheres traziam ao retornar que sentiam “estar precisando muito”. “Não temos espaço para dançar em casa, não é a mesma coisa, e queremos estar aqui vendo umas às outras de carne e osso...” mais uma vez reconfiguramos o grupo para estarmos presentes mantendo os cuidados de biossegurança.

Poucas mulheres por grupo, revezando para não aglomerarmos, num esforço para dançarmos distantes umas das outras, tentando respirar com a máscara que sufoca as alegrias dos movimentos. Quantas adaptações serão necessárias para fazermos o que nos faz bem e não arriscarmos a vida umas das outras?

Movimentar, dançar, expressar, tem nos potencializado a criar formas de poder configurar o que é possível para estarmos juntas com todos os cuidados necessários. E também superar o sofrimento psíquico evidenciado pelo isolamento social. Garantir que o CECO possa manter suas atividades presenciais, com as adaptações necessárias e possíveis, é garantir o cuidado dessas mulheres, que se fortalecem no espaço da dança e no convívio com outras mulheres.

Muitas mulheres trazem em suas falas depoimentos onde colocam no grupo de dança o ativador de mudanças importantes em suas vidas. Ouvimos que ao começarem a dançar, as noites estão mais bem dormidas, as dores se foram, as mãos e os gestos estão mais sensíveis e delicados, a postura está mais alinhada, não se incomodam mais em estar fora do padrão corporal imposto, ou ainda, que conseguiram finalmente transformar algo em si ao se dar conta de que era possível cuidar-se. Também percebemos, sorrisos mais marcantes, olhos e olhares presentes, maquiagens, bocas e unhas pintadas. Os cabelos mais soltos, novos cortes, novos gestos aparecem e uma singularidade que mesmo que não se liberta totalmente de um padrão de feminino,

também se permite criar e respeitar o feminino que experimenta e com o qual se encontram (Aleixo, 2021, p. 82).

Percebemos que nossa intenção no grupo de dança do ventre é a produção de uma mudança de sensibilidade, e de formas de sustentar redes de apoio ao cuidado de mulheres que estão sobrecarregadas com a rotina doméstica e mais expostas às violências já antes sofridas. O período de pandemia, tem se mostrado particularmente mais exaustivo para as mulheres; assim, criar possibilidades de atuar no campo da prevenção e promoção de saúde, garantindo formas distintas de intervenções: online, presencial, híbrida (virtual e presencial ao mesmo tempo), pequenos grupos, intervenções individuais, é garantir o espaço e o cuidado nesses tempos tão árduos e sofridos.

Com as diferentes fases da pandemia, idas e vindas nas distintas formas de estarmos juntas, buscamos nos manter conectadas, olhando para as singularidades e amparadas pelo vínculo e pelas possibilidades que o CECO nos proporciona. A dança de nossos corpos, atravessa a instabilidade desses tempos, nos fortalecendo diante das ameaças à vida. Dançar é também resistir à morte, e que os movimentos de nossos corpos possam nos trazer formas distintas de cura e superação.

Considerações finais

Fazendo a experiência de recortar, percorrer e narrar alguns destes acontecimentos, nos faz pensar que a pandemia de Covid-19, trouxe uma grande ruptura nos nossos modos de viver e entender as diversas relações cotidianas. Em relação ao trabalho do centro de convivência, trouxe um verdadeiro rasgo em um tecido que acreditávamos ser o único capaz de compor uma roupagem digna de ser chamada de cuidado. Entretanto, olhar para este rasgo, a partir de tudo que já vivemos até este

momento, nos fez perceber que o cuidado é muito mais amplo e que transcende qualquer metodologia única.

Os CECOs sempre foram dispositivos híbridos que não se deixam capturar por nada que possa encerrar sua identidade. Por isto mesmo, nos faz pensar que às vezes rasgar o tecido se faz necessário, pois nos retira do velho lugar, que na ilusão, supomos ser o melhor jeito de fazer. Toda esta experiência de rasgo, ruptura ou deslocamento, nos fez pensar, portanto, em outros tecidos que podem compor uma nova roupagem que se assemelha muito mais a uma colcha de retalho. Nos faz pensar que talvez a vida seja assim mesmo: cheia de costuras, remendos, bordados bem feitos ou mal feitos e que por isto mesmo ela é potente, pois comporta reinvenções diárias para dar conta da diversidade de situações que nos foram impostas.

Agnes Lima Silva Santos

Psicóloga (CRP: 108594) no Centro de Convivência Portal das Artes, do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira em Campinas/SP. Atriz, Circense e Instrutora formada no Sistema Rio Abierto. Email: agnesssan@gmail.com

Karine Cambuy

Psicóloga (CRP 0666810) no Centro de Convivência Portal das Artes, do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira Campinas/SP. Doutora pela PUC-Campinas. Docente do curso de psicologia da Universidade Paulista- UNIP- Jundiaí/SP. Instrutora formada no Sistema Rio Abierto. Email: kcamb@uol.com.br

Juliana Maria Padovan Aleixo

Terapeuta Ocupacional Crefito: 8634 TO Gestora dos Centros de Convivência Rosa dos Ventos e Portal das Artes do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira em Campinas/SP. Doutora pela UNESP- Assis. Terapeuta Ocupacional e bailarina de Dança do Ventre. Email: aleixojuliana95@gmail.com

REFERÊNCIAS

Aleixo, J. M. P. (2016). *Centro de convivência e atenção psicossocial: Invenção e produção de encontros no território da diversidade* - Mestrado em Psicologia: Psicologia e sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

Aleixo, J.M.P. (2021). *Dança, corpo e produção de subjetividades: Atenção psicossocial e seus territórios de criação* - Tese de doutorado em psicologia: Psicologia e sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Unesp- Assis, SP, Brasil.

Alvarez, A. P. E.; Silva, J. O.; Oliveira, A. C. M. (2015). *Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência* - Estudos contemporâneos da subjetividade ECO, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 6, n. 1

Brasil. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Coordenação geral de saúde mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil: Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Brasília, 2005.

Cambuy, K.; Amatuzzi, M. M. (2012). *Experiências comunitárias: repensando a clínica psicológica no SUS*. Psicologia e Sociedade, 24(3), 674-683. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300020>>

Escola de governo Fiocruz Brasília, centro de estudos e pesquisas em emergências e desastres – CEPEDES (ENSP). *Curso: Atualização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Covid-19*, (2020), Disponível em: <<http://www.fiocruzbrasil.br/atualizacao-saude-mental-psicosocialcovid19/>>

Ferigato, S. H. (2013). *Cartografia dos Centros de Convivência de Campinas: Produzindo Redes de Encontros* - Doutorado em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Ferigato, S. H.; Carvalho, S. R.; Teixeira R. R. (2016). *Os centros de convivência: dispositivos híbridos para a produção de redes que extrapolam as fronteiras sanitárias*. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v.8, n.20, p.79-100.

Galletti, M. C. (2001). *Oficina em Saúde Mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?* - Mestrado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil.

Ministério da saúde. *Portaria N° 3.088*: institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Sistema Único de Saúde (SUS) - 2011.

Rebouças, M.S.S.; Dutra, E. (2010.) *Plantão Psicológico: uma clínica da contemporaneidade*. Revista da abordagem gestáltica, 16(1), pp. 19-28. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-68672010000100004&script=sci_abstract>

CENTRO DE CONVIVÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO PSI

Resumo

O intuito deste trabalho é de questionar a formação enquanto profissionais da psicologia, já que os currículos dentro das universidades/faculdades acabam dando mais destaque e perpetuando a ideia de uma clínica hegemonicamente individualista. O que acaba indo em contraposição a política do dispositivo do centro de convivência que preza por ações que enfoquem o coletivo. Nesse sentido, como atuar dentro de um equipamento que preza a coletivização tendo como base uma formação pautada em uma clínica individual? Partindo desse questionamento, torna-se fundamental trazer essa discussão sobre a formação desses profissionais e elaborar a partir desse questionamento possíveis saídas para reverter esse cenário controverso que se encontram os profissionais da psicologia dentro do processo de formação psi.

Palavras-chave: Centro de Convivência; Educação Permanente; Saber Psi.

Introdução

“[...] Por um bloco/Sem bandeira ou fingimento/Que balance e bagunce/O desfile e o julgamento/Por um bloco que aumente o movimento/Que sacuda e arrebente/O cordão de isolamento”

(Bosco, 1977). Utilizar a composição “Plataforma” do músico e compositor João Bosco como o pontapé de nossa escrita não é para menos, é a partir dela que a elaboração crítica que vamos propor se iniciou, sendo então por meio de seus arranjos que poderemos sugerir uma ruptura do cordão de isolamento.

Propomos um rompimento. Os vislumbres desse cordão de isolamento estiveram presentes durante a nossa graduação em psicologia, portanto através dele pretendemos pensar as práticas psi e a nossa atuação no território, principalmente quando nos deparamos com as políticas de saúde que ofertam uma prática desinstitucionalizante em seus equipamentos. Em nosso trabalho, compomos um recorte a partir da nossa experiência, analisando o processo de formação dos profissionais de psicologia no município de Niterói, localizado no estado do Rio de Janeiro, e os possíveis impasses que esses profissionais possam vir a ter em sua atuação que vislumbre um trabalho no coletivo, como é o que acontece nos equipamentos da rede do município.

Em vista disso, o equipamento pensado no presente texto é o Centro de Convivência (CECO), uma ferramenta que compõe a rede de atenção à saúde com o intuito de fornecer aos usuários do serviço uma aproximação com o território, possibilitando que estes usuários consigam transitar pela cidade de uma maneira diversificada e proporcionando a convivência. Compreender a importância desse dispositivo, só se torna possível quando vamos ao encontro de sua concepção e todas as lutas que garantiram o serviço como uma ferramenta comprometida com a desinstitucionalização.

Este comprometimento se deve pela reforma psiquiátrica, iniciada no final da década de 70, pelos profissionais da saúde, exigindo o fim dos maus tratos aos internos do serviço. No

entanto, ao decorrer dos anos, mais precisamente na década de 90, inicia-se o rompimento com o modelo manicomial e a descentralização da atenção na internação hospitalar psiquiátrica. Compreende-se a desinstitucionalização como uma “[...] desconstrução de saberes, discursos e práticas psiquiátricos que sustentam a loucura reduzida ao signo da doença mental [...]” (Amorim & Dimenstein, 2009, p.196)

Dessa maneira, elaboramos uma determinada reflexão sobre as marcas da institucionalização e das práticas manicomiais presentes na formação dos profissionais. Fazendo com que as práticas psi, sejam contaminadas por uma certa atuação que visa um contato individualizante e biologicista com o outro, sendo imprescindível pensar um caminho pelo viés da desinstitucionalização, traçando um itinerário a fim de analisar o dispositivo Centro de Convivência, como um potencializador de práticas do coletivo, que rompem com essa ideia de um cuidado individualizado e reforçam a importância de se ter um cuidado ampliado.

Em vista disso, ao se deparar com a formação profissional dos psicólogos, encontramos alguns impasses, que dificultam uma execução de trabalho mais integrativo e ampliado, o que nos fez pensar e elaborar uma possível saída, por meio da utilização da educação permanente como um recurso que potencializaria o trabalho de cunho coletivo desses profissionais que atuam no CECO.

Formação acadêmica e sua influência na atuação psi dentro do Centro de Convivência

“A arte de viver é simplesmente a arte de conviver... simplesmente, disse eu? Mas como difícil!” (Quintana, [s.d]). Nesse poema, a convivência é colocada como uma grande arte de viver

e ao olhar para esse dispositivo, observa-se uma força coletiva. Conviver, ao nosso ver, é estar aberto a trocas, é conhecer uma realidade múltipla, é tecer junto com elas. De acordo Ferigato, Carvalho e Teixeira (2016) o equipamento CECO (Centro de Convivência) atua como uma rede intersetorial, ou seja, busca integrar e articular os saberes que atravessam o dispositivo em conjunto com território, pensando as conexões e a importância do vínculo e do afeto.

Tendo em vista esse contexto, o CECO, atua com o objetivo de promover a reinserção dos usuários de saúde mental ou usuários que fazem uso de álcool e outras drogas na sociedade, indo contra a uma ideologia manicomial institucionalizada. Essa ideologia, compreende que o sujeito, precisa estar afastado de todo convívio social, o que acarretou numa produção de um olhar preconceituoso e estigmatizado, proporcionando um afastamento dos vínculos sociais e afetivos. Segundo Ferigato et al. (2016), essas produções são marcadas por uma medicina biologicista pautando toda sua atuação no corpo doente e desconsiderando toda a história e fala do sujeito.

O Centro de Convivência é um espaço que tenta inverter essa lógica e busca inserir essas pessoas dentro de uma rede de trocas e afetos. No entanto, os profissionais que atuam dentro desses espaços, precisam estar atentos aos saberes produzidos durante a formação acadêmica, pois acabam reproduzindo muitas vezes, discursos pautados em uma clínica individual, fugindo do objetivo do dispositivo. Com relação a isso, a psicóloga e historiadora Cecília Coimbra ressalta: “pensar no trabalho que nós, psicólogos, temos desenvolvido é pensar neste lugar instituído e naturalizado, percebido como a-histórico, neutro e objetivo que nós, muitas vezes, temos ocupado e fortalecido: o do saber-poder” (Coimbra, 2003, p.8).

De acordo com Foucault, no livro *Microfísica do poder* (1979), o saber-poder se constitui como uma engrenagem dentro de um sistema capitalista, que se apropria do discurso da ciência considerando-a como verdade inquestionável. Com relação a esse fator, tem-se um maior crédito ao discurso dos especialistas que detém o saber, mas essa questão do saber-poder precisa ser elaborada na formação dos profissionais para que a sua práxis seja voltada ao sujeito e não a doença que ele apresenta. Nesse sentido, quando não fazemos essa análise do nosso papel, estamos repetindo o processo institucionalizado e reproduzindo o mesmo discurso dentro de um dispositivo que tem como base a desinstitucionalização desses sujeitos.

Portanto, mediante ao que foi exposto no parágrafo anterior, cabe aos profissionais que ocupam esse lugar pensar: “que psicologia é essa que estamos produzindo dentro desses espaços?”. Ao pensar sobre essa questão, é importante resgatar o movimento que Coimbra faz em seu texto “Das essências às multiplicidades: Especialismo Psi e produções de subjetividades” (2003), convocando os profissionais psi a saírem desse lugar do especialista, isto é, que detém um saber e uma verdade inquestionável, e se restringem a uma atuação individualista que desconsidera as potencialidades daquela pessoa por estar focalizado na doença. Portanto, torna-se válido ressaltar que os sujeitos são produtos e produtores de uma determinada realidade, os quais possuem territórios existenciais múltiplos.

Educação Permanente em Saúde uma alternativa para o déficit na formação profissional psi

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), é instituída pela portaria GM/MS n.1996 de 20 de agosto de 2007 (Brasil, 2006), tendo como objetivo fundamental o processo de construção e formação continuada dos pro-

fissionais. Essa política visa práticas integrativas e aprimoramento do nosso aparato técnico, no intuito de alinhar a prática com a teoria, sendo imprescindível atuarmos dentro de uma lógica coletiva, pois só assim conseguimos trocar experiência, afetar e ser afetado por uma realidade.

Segundo Stroschein e Zocche (2012) a Educação Permanente em Saúde (EPS) se constrói a partir das práticas do cotidiano dos serviços de saúde, envolvendo metodologias questionadoras possibilitando uma troca multidisciplinar entre os profissionais da equipe, colocando diversas situações-problemas que acontecem na prática, para que possamos avaliar a situação de forma crítica e reflexiva, articulando soluções estratégicas que nascem dentro desse coletivo. Desta forma, é imprescindível que os profissionais de saúde reconheçam esse espaço de formação coletiva, utilizando-se dessa metodologia questionadora e sempre estando aberto para novas formações. Nesse sentido, os diversos profissionais da saúde mental precisam “estar abertos” a essas experiências, para que se torne possível romper com essa lógica dos especialismos, onde os profissionais se fecham dentro do seu próprio saber. “A educação permanente proporciona [...], protagonismo, transformação das práticas de atenção, de gestão e de controle social e produção de políticas enraizadas nos princípios e nas diretrizes do SUS” (Stroschein & Zocche, 2012, p.510).

Os agentes envolvidos estão compondo essa rede a partir das potencialidades de cada um, o que faz pensar em novas práticas que fogem daquilo que está institucionalizado e é reproduzido. Partimos, para uma dimensão da composição, em que cada autor pode traçar novos rumos e perspectivas que nos apontam para caminhos múltiplos e sensíveis. Sendo assim, é possível refletir a importância da EPS no SUS reafirmando uma prática coletiva e possibilitando trocas sensíveis entre a equipe.

Levando em consideração todo esse contexto, foi fundamental trazer um poema do Manoel de Barros para compor o nosso trabalho, trazendo reflexões acerca do tema em questão.

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou - eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas.
(Barros, 2010, p.374)

O poema nos revela, da forma mais sensível e genuína que acaba sendo preciso sair da lógica individual e dos especialismos, abrindo espaço para essa descoberta que são os enlaces feitos na vida, entendendo que a abertura da vida se faz pelo contato do convívio, do tecer, e das experiências traçadas no decorrer da descoberta do campo. Não podemos nos acomodar e naturalizar práticas que fomentam os individualismos que são aquilo que aprendemos na nossa formação. É preciso não se contentar e ir além, é preciso “ser outros” desvendar caminhos que possam transver, ou seja, traçar novos rumos para a nossa formação.

Considerações finais

Ao trazer a poesia de Manoel de Barros, mais especificamente o fragmento “eu preciso ser Outros”, estamos justamente pensando nessa formação continuada do profissional que atua no CECO. Para que assim, possam ser feitas práticas coletivas que

seguem o processo de desinstitucionalização e não mais se institucionalize esse sujeito com práticas de cuidado em saúde que o fragmenta e não o leva em consideração. Portanto, essa política nacional de educação permanente é uma alternativa diante do problema da formação acadêmica que se encontra na psicologia, ao ser voltada para uma atuação clínica e que pode muitas vezes institucionalizar práticas dentro de um dispositivo pensado para ser desinstitucionalizante.

A EPS é uma política que deve ser utilizada a fim de que o profissional não se contenha em seguir uma equação das práticas individualizantes. Os “Outros”, aponta para um novo caminho que não se repete, mas que se faz presente durante o percurso do profissional que se encontra aliado a suas práticas experimentais, coletivas e sobretudo críticas. Entendendo que para que sejamos aqueles “Outros”, precisamos romper com o cordão de isolamento das práticas institucionalizadas.

Camila Vieira Gama

graduada em psicologia pela FAMATH

Daghilla Macedo de Siqueira

graduada em psicologia pela FAMATH

João Victor Cardoso Bizarro

graduado em psicologia pela FAMATH

Kezya Bárbara Soares Silva

graduada em psicologia pela FAMATH

REFERÊNCIAS

Amorim, A. K. D. M. A.; Dimenstein, M. (2009). Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 195-204, Feb. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 abr. 2021.

Barros, M. D. (1998). *POESIA completa*: Manoel de Barros. São Paulo: Leya, 1998/2010. Disponível em: <[https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/9101311bb0f46c10cb35021e135f67ee/Poesia_Completa_by_Manoel_de_Barros\)_2028671_\(z-lib.org\).pdf](https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/9101311bb0f46c10cb35021e135f67ee/Poesia_Completa_by_Manoel_de_Barros)_2028671_(z-lib.org).pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2021.

Bosco, J. (1977). Plataforma. *In: Tiro de misericórdia* [CD]. Espírito Santo: RCA Victor.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília. 2009. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2021.

Coimbra, C. & Leitão, M. B. S. (2003). Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicol. Soc.* 2003, vol.15, n.2, pp.6-17.

Ferigato, S.; Carvalho, S.; Teixeira, R. (2016). Os centros de convivência: dispositivos híbridos para a produção de redes que extrapolam as fronteiras sanitárias. *Cadernos de saúde mental*, Florianópolis, v. 8, p. 80-103, 2016.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. 1º . ed. [S. l.]: Graal (1979).

Stroschein, K. A., & Zocche, D. A. A. (2011). Educação Permanente nos Serviços de Saúde: Um estudo sobre as experiências realizadas no Brasil. *Trab. Educ. Saúde (Online)*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.505-519/fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000300009>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GÊNERO E LOUCURA: A POTÊNCIA DAS RODAS DE CONVIVÊNCIA VIRTUAIS

Resumo

Este capítulo propõe-se a discutir o trabalho de um Projeto de Extensão em um Centro de Convivência Virtual, refletindo sobre os processos de transformação entre conviventes e oficinas. Traz o planejamento e análise das atividades realizadas em novembro e dezembro de 2020. O referencial teórico e a análise discutem a relação entre loucura, corporalidade, negritude e mulheres, refletindo sobre a lógica decolonial a partir de autores como Rolnik, Rufino, Hooks, Amarante e Lapassade.

Palavras-chave: rodas de conversa; gênero; cuidado em saúde mental

Introdução

A construção dos Centros de Convivência (CECOs) no espaço da Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido uma alternativa para efetivar relações de proximidade e cuidado com usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e também da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Neste capítulo, vamos refletir sobre as possibilidades e limitações de uma atuação em um Centro de Convivência Virtual, pensando sobre a promoção de autonomia de sujeitos, incluindo aqueles pensados como loucos e, conseqüentemente, marginalizados socialmente. Buscamos

ainda pensar a inserção e discussão da loucura nos CECOs e quais suas dimensões e importância para a efetivação de uma política de saúde mental consolidada a partir da descrição e análise das atividades realizadas.

No processo de construção do hospital psiquiátrico, a ideia de isolamento atribuiu a perspectiva de que a inclusão de um sujeito nessa instituição poderia contribuir para sua reorganização. No entanto, tais paradigmas foram carregados por práticas de tutela e controle, onde este não foi verdadeiramente um lugar de cuidado, passando por denúncias de violação dos direitos humanos dos sujeitos rotulados como loucos (Lancetti & Amarante, 2006). Com a chegada da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), fundou-se uma proposta de mudança do molde de hospital psiquiátrico, em que a RPB demarca a acepção da saúde mental num sentido em que a voz do louco é ouvida e a sua atuação na sociedade é repensada.

Em consequência, a Lei nº 10.216/2001, denominada como Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, assegura a proteção e o direito de pessoas que foram institucionalizadas e, a partir da RPB, passam a integrar os dispositivos substitutivos, contribuindo para a construção de uma rede de atenção que se faça distante dos manicômios. A Reforma Psiquiátrica Brasileira marca os sujeitos enquanto atores sociais e isso está evidente no que Amarante e Torre (2017) expressam sobre um novo lugar para a loucura, pensando através do contato da experiência com a arte e a cultura. É por meio dessa tentativa de reorganização que buscamos considerar os loucos enquanto sujeitos de direitos. Logo, espaços de convivência que dialogam com as produções da vida, que compreendam a intervenção da arte e cultura como inclusão social devem ser instrumentos potentes no caminho da invenção, em consonância com a cidadania.

Neste sentido, os CECOs são construídos a partir da criação da Lei nº 10.216/2001, que estabelece a Política de Saúde Mental como parte do SUS, tendo como principal objetivo a criação da Rede de Atenção Psicossocial, onde surge uma contestação das práticas manicomialis que foram instaladas na construção dos hospitais psiquiátricos (Alvarez, Silva & Oliveira, 2016). Sabemos que o cuidado em saúde mental é emergente ao levar em consideração os estigmas que ainda percorrem a imagem do louco na sociedade. E uma das potências desse dispositivo é tomar os espaços públicos da cidade como pontes para a produção de uma autonomia constituída por meio da convivência. A existência desses sujeitos na cidade abre caminhos para a produção de saúde e possibilita o estabelecimento de novos laços e vínculos que “são propiciadores de geração de normas para a vida, pois é através das relações sociais, que o indivíduo será chamado a exercer a normatividade” (Kinoshita, 2001 citado por Alvarez et al. 2016, p. 19).

É a partir do contato com a Rede de Atenção Psicossocial que os Centros de Convivência e Cultura estruturam uma relação com a Atenção Básica e, conseqüentemente, se constituem. Assim, sendo estes são importantes para promover para a inclusão social das pessoas com algum sofrimento mental e pessoas que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas, “por meio da construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade e em variados espaços da cidade” (Brasil/MS, 2011).

Levando em consideração toda a amplitude que os Centros de Convivência e Cultura abrange, nos cabe pensar a respeito do conceito de convivência e o que ele representa dentro desse contexto de cuidado em saúde mental. A proposta de convivência, aqui, atravessa o sujeito para além das esferas

do SUS, visto que é no convívio com a cidade que os espaços nunca frequentados por esses sujeitos passam a existir. Numa pesquisa sobre as atividades de um CECOs, um dos conviventes declarou que esse dispositivo possibilitou a sua primeira visita ao teatro (Alvarez et al., 2016). Nossa atuação e pesquisas sobre o tema mostram como este dispositivo possibilita a atuação dos sujeitos em novos lugares de existência, nas suas relações com a cidade, partindo do pressuposto da desinstitucionalização da loucura.

É fundamental compreender os espaços públicos como cenários em que possam escrever outras perspectivas para sujeitos que, anteriormente, estiveram sob tutela. Tais cenários anunciam um outro lugar para a loucura e também (re)configuram a interpretação do olhar da diferença. Os passeios culturais que ocorrem nos CECOs possibilitam não somente que esses sujeitos ocupem determinados locais, como também contribuem para que a convivência aconteça juntamente com aqueles que possuem um olhar discriminatório da loucura. Esse processo de transformação social pode ser considerado vitorioso justamente por permitir que a loucura não esteja mais trancada nas paredes das instituições psiquiátricas, mas existindo de uma maneira naturalizada na sociedade. Tudo isso se torna potente à medida em que contribuem para o desmonte do estigma da loucura que fora criado. A convivência nos CECOs, portanto, conduz a produção de outras subjetividades diferentes daquelas que foram configuradas no circuito manicomial. Importa observar que esses dispositivos são destinados a um público amplo, e propõem a convivência e uma nova relação com a norma, fazendo refletir sobre os conceitos naturalizados de saúde, loucura e cuidado.

Outro conceito fundamental para nossa discussão é o de autonomia que, para Alvarez et al. (2016), abrange a ideia do indivíduo criar suas próprias normas. Ao compreender essa autonomia como uma coprodução, a partir da condição de que essa não se constrói sozinha em isolamento, há uma necessidade de portar coletividade para a sua construção. Com isso, o Centro de Convivência e Cultura contribui nessa narrativa, sendo um dispositivo que auxilia no exercício da autonomia tendo em vista a criação de redes de interdependência que possibilitam a sua produção.

Entretanto, mesmo que os espaços coletivos de convivência sejam nutridos de suas normas, a forma com que o sujeito lida com essas normas é dada de uma maneira singular. O processo de criar novas normas em diferentes conjunturas “está associado ao processo de produção de saúde. Saúde não como ausência de doença, mas como a possibilidade de adoecer e se recuperar, pois a recuperação, envolve também um processo de renormatização da vida” (Canguilhem, 2007 citado por Alvarez et al., 2016, p. 13). Desse modo, o Centro de Convivência e Cultura, como um coletivo, contribui para a produção de autonomia na medida em que as normas próprias dos sujeitos se relacionam com as normas antecedentes e, assim, viabilizam a interdependência. Logo, é certo afirmar que no tecido dos espaços onde são possíveis a criação de autonomia, há a promoção de saúde. É importante compreender as necessidades de saúde como um conceito estruturante na luta pela proteção, produção e promoção, pois nos permite pensar como as esferas públicas da saúde agem a favor dessa narrativa. Da mesma maneira, a RAPS contribui para intervenções de cuidado dando um outro sentido para a loucura, em consonância com a universalização, equidade e integralidade como princípios formadores do SUS.

Encontrando elos no Congresso Internacional da Rede Unida

O projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado Psicologia Social, Alteridade e Intervenção, existe desde 2014 com o objetivo de refletir sobre formas de organizações de grupos e ter abordagens ligadas às questões institucionais. Antes, da pandemia, nossas atividades se voltavam para a construção de estratégias que valorizassem a participação e a construção coletiva em uma Organização Não Governamental (ONG) que atua no bairro de Laranjeiras através de um Circo Social, e em uma Escola Municipal Situada no bairro do Humaitá, a qual estava também conectada às atividades de uma Clínica da Família como parte das ações do Programa Saúde na Escola (PSE). Com o início da pandemia do coronavírus (Covid-19), nossas atividades presenciais nesses espaços ficaram suspensas e foram interrompidas. Nossa equipe, desejosa de novas parcerias para desenvolver atividades no campo da saúde, do cuidado, da interseccionalidade, dos grupos de convivência e da lógica da alteridade, sobretudo no contexto da Covid, começa a se debruçar em novas proposições.

A referência teórico-metodológica de Suely Rolnik (2016) e suas cartografias psicossociais que partilhamos neste projeto, nos leva a ficar com o corpo e o olhar atentos para encontrar elos e línguas para os afetos que pedem passagem. Munidos desse corpo vibrátil, uma apresentação do CECOs Virtual no Congresso da Rede Unida, construída a partir de muitas parcerias de Centros de Convivência de todo o Estado do Rio de Janeiro, a Fiocruz, o IFRJ e a UFRJ, se apresentou como convite a uma construção coletiva entre o que fazíamos e o que gostaríamos de fazer com novos parceiros. Este primeiro contato trouxe a conversa e a proposta de fazermos oficinas virtuais que já tinham sido planejadas e testadas, e entramos nesse grande e potente coletivo assim, de “gaiatos no navio”.

Segure nave louca
Que eu sou pedra rolando
Que está despencando
Em precipício propício
Pra esse movimento de agora.
(Navilouca - Pedro Luís e a Parede, 1997)

As oficinas que produzimos foram um instrumento pensado e testado como estratégia de cuidado. A primeira diretriz delas é cuidar de quem cuida, de construir cumplicidade entre os membros de nosso projeto, que serão os futuros facilitadores. Nossa análise de implicação (Coimbra & Nascimento, 2008) sobre as posições e temas que atravessam corpos e mentes dos que vivem uma pandemia também foram alvo de discussão. Elas foram idealizadas por duplas; vivenciadas, discutidas e aprimoradas por nós e para nós também, como instrumento de cuidado de todos. Como pessoas vivendo uma pandemia e marcadas por vidas muito heterogêneas, pudemos falar dos muitos lugares que ocupamos: vindos de outros Estados, vivenciando distintas vulnerabilidades de territórios de favela, falando do asfalto, das perdas e lutos, de relações, pessoas, desejos; vivências de orientações sexuais diversas, de corpos atravessados pelo classismo e racismo; da convivência com diagnósticos diversos e seus reflexos familiares. Foram momentos profundamente potentes de encontros e de trocas, em que foi possível acionar e refletir com o corpo inteiro sobre o que fazemos e como fazemos, e também sobre quem somos.

Uma segunda diretriz foi a de trazer nossa atenção ao corpo “como o meio através do qual temos acesso ao mundo e podemos habitá-lo, percebê-lo” (Costa, 2005, p. 269). Partindo da crítica ao modo dicotomizado de enxergar corpo e mente na sociedade moderna que nos impele a subvalorizar as experiências do corpo, reivindicamos a presentificação desse “*modus*

operandi” no mundo, o de sujeitos encarnados (Costa, 2005) que nos permite perceber nossa realidade para além da cognição, valorizando nossas subjetividades.

E como terceira diretriz, temos a compreensão das especificidades e adaptações necessárias para as vivências que propomos para cada grupo com que nos encontramos e encontraremos. As experiências foram e serão muito distintas, e buscamos estar preparados para sermos facilitadores de processos, entendendo também o que nos limita pela vivência da nossa história e situação atual. Assim, é importante sublinhar a vertigem dos lugares de ser participante e ser facilitador de um processo que envolve outros, tão fragilizados nesses tempos.

Organização metodológica

Como já dito, o projeto de extensão atuou em parceria com o CECOs por meio da aplicação de oficinas ofertadas para múltiplas pessoas. Estas foram divulgadas por meio do site do Centro de Convivência Virtual e de suas redes sociais. Todos os encontros foram realizados de forma remota devido ao contexto da pandemia de Covid-19, por meio da plataforma *Google Meet*, sem gravação ou transmissão aberta. Esse formato permitiu a participação simultânea de pessoas de localidades distintas, ampliando para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Macaé, Niterói, Rio de Janeiro e Sepetiba, e também para cidades do Estado de São Paulo, tal qual Sorocaba, Batatais e Patrocínio.

Os encontros foram elaborados com o objetivo de promover saúde, oferecer um espaço de troca, de saberes e afetos, somado à escuta e ao cuidado. Privilegiamos o formato de roda de conversa, entendendo que ele é fundamental para que se estabeleça uma interação dialógica entre os extensionistas e os usuários.

Acrescentamos, ainda, que a fala implica no pensar e elaborar algo para ser dito. Bondía (2002) defende que o ato de pensar não parte de uma inteligência, e sim de palavras que dão sentido ao que nós somos e ao que nos acontece. Completa pontuando que por meio delas conseguimos nos colocar diante de nós, dos outros e do mundo, e também a forma como agimos em relação a tudo isso. Dessa maneira, promover um espaço de fala ao longo das oficinas, somado aos momentos em que usamos a palavra como nomeação de sentimentos, contribuiu para que os participantes fizessem uma construção do sentido de suas vivências e interpretações diante dos temas.

Acordamos de fazer inicialmente uma atuação pontual em que objetivamos analisar e entender como se daria a construção dos vínculos, se a nossa parceria com o CECOs deveria ou não ser contínua e se havia demanda por parte dos usuários para o que tínhamos interesse em promover. Assim, realizamos um total de quatro oficinas, no turno da manhã, com uma hora e meia de duração, entre novembro e dezembro de 2020, sendo os três primeiros com intervalos de uma semana e o quarto acontecendo na mesma semana do terceiro devido ao recesso de fim de ano do Centro de Convivência e da UFRJ.

Desenvolvemos uma programação de quatro encontros com o objetivo de abordar assuntos que tangem as questões do eu e da relação com o outro, transitando por temáticas como história pessoal, saúde, corpo, velhice, futuro e as redes que fazem parte do território de cada um. Todos foram organizados de forma que tivéssemos um momento inicial de cumprimentos e acordos sobre o seguimento do encontro, depois uma breve retomada do encontro anterior e as ressonâncias do mesmo ao longo da semana. O acordo inicial previa o respeito ao tempo de duração do encontro, com início às 10:30h e término às 12h; o respeito com a fala do outro, mantendo os microfones

desligados enquanto alguém estivesse com a voz; evitar cortar quem estivesse se colocando; e, por fim, escutar o outro e respeitar aquilo que ele estivesse trazendo e sentindo. Todos os participantes deveriam manter a reunião em sigilo, descartando a possibilidade de divulgação dos relatos e partilhas, bem como a não gravação da mesma, isso para garantir a privacidade dos relatos e a construção de um ambiente favorável à escuta, afetação e troca entre os integrantes. A construção desse ambiente também torna possível a ocorrência de experiências, entendendo que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Bondía, 2002, p. 22). O que se apresenta, então, é uma ideia diferente, por exemplo, do mercado de trabalho que a define como a aquisição de informação. Para nós, trata-se do sujeito como um território favorável para se transpassar a experiência, de modo que não prevê a aquisição de conhecimento, mas possibilidades de afetação do mesmo.

Seguimos com uma exposição geral do tema por meio de algum instrumento disparador. Posteriormente, foi oferecido um espaço de troca em que cada participante tinha seu momento de fala e recebia o acolhimento do mediador, e, para finalizar, fazíamos um fechamento com as considerações e agradecimentos. É importante ressaltar que houve particularidades de cada encontro de acordo com o tema, procuramos uma variedade de disparadores que facilitassem o diálogo e pensando em torná-los mais dinâmicos, podemos entendê-los melhor mais adiante.

Construindo (con)vivências em grupo

A primeira oficina desenvolvida foi nomeada de “Quem sou eu?”. Nesta, objetivamos estabelecer um diálogo com o grupo segundo narrativas sobre si, suas histórias de vida, trajetórias profissionais, crenças e escolhas. Foi importante também para

que todos se apresentassem e conhecessem as pessoas com as quais percorreriam essa jornada de encontros. Iniciamos o encontro usando como disparador a proposta de buscar um objeto pessoal que estivesse disponível em casa para falar livremente sobre si e o que o objeto escolhido simboliza na sua caminhada. Circulando a fala, seguimos nos apresentando e compartilhando nossa relação com esse objeto e sua simbologia. Aqui, gostaríamos de trazer trechos de alguns compartilhamentos para exemplificar a complexidade das reflexões que iam sendo destacadas durante as rodas:

Não sou ninguém... meu sofrimento é ser quem sou. Meus irmãos tudo podiam, mas eu por ser menina nada podia. Sou a única menina entre seis irmãos e sempre fui considerada a ovelha negra por lutar para conquistar meu espaço de fala.
(Convivente M)

Quem sou eu? Difícil de dizer... melhor seria dizer quem eu fui...
(Convivente S)

Sou artista plástica, mas meu filho é minha maior obra.
(Convivente D)

(Extraído do Diário de Campo de 23 de novembro de 2020)

Esse primeiro encontro nos permitiu conhecer uns aos outros um pouco melhor e refletir sobre nossas identidades e nossas histórias de vida. Encerramos a roda com uma síntese de todas as experiências compartilhadas, e com a divulgação do seguinte.

O segundo teve como eixo o tema “Redes - Eu, minha família, amigos e vizinhos” e nele nos propomos a refletir sobre nossas redes de apoio social. Traçamos um caminho que pensasse nas redes considerando a promoção à saúde, as construções de vínculos, convivências e relações que permitam as partilhas das conquistas e apoios e também das dificuldades no manejo do cotidiano da vida. Optamos por dividir esse encontro em

três momentos, sendo o primeiro a abertura de um tempo de fala para que as participantes fizessem um breve relato sobre os territórios geográficos nos quais estivessem inseridas, suas relações com o bairro, a formação de suas redes de apoio a partir desses espaços e a inserção, ou não, de familiares na constituição de seus laços. Aqui foi possível notar cada convivente saindo um pouco de si para se permitir entrar em contato com as alteridades presentes. Nesse ponto as diferenças foram se acentuando entre os relatos. Cada rede se compunha de forma muito variada e cada convivente preconizava uma proximidade mais ou menos estreita com suas redes de apoio, o que gerou comentários a partir da experiência do outro. Surgiu, assim, a dor da ausência e da perda. A mãe que morreu, a viuvez, os filhos que não visitam, as amigas internadas com Covid. Muitos relatos emocionantes foram aparecendo, como:

Eu e minha mãe não éramos muito unidas, tudo que aprendi sobre ser mulher, aprendi com a mãe das minhas amigas... na velhice acolhi minha mãe e a vi morrer em meus braços.

(Convivente G)

Não sou uma avó rodeada de netos, vivo muito sozinha e não possuo um filho muito amoroso.

(Convivente N)

(Extraído do Diário de Campo de 3 de dezembro de 2020)

Seguimos mobilizando lembranças, propondo para as conviventes que contassem uma situação em que puderam ajudar alguém em um momento de dificuldade ou que tenham precisado de ajuda. Relatos mais alegres foram surgindo, demonstrando que a solidariedade é um sentimento importante para a efetivação de momentos felizes. Finalizamos o encontro estimulando o fortalecimento das redes e vínculos, evidenciando-as como fator importante para promoção da saúde e do bem estar.

O terceiro encontro foi construído de modo que as usuárias pudessem refletir e reconhecer as potencialidades de seus corpos, assim como as afetações da velhice e do distanciamento social sobre eles. Intitulado de “Vamos mexer com o corpo?”, buscamos debater sobre nossa relação com o corpo e as possibilidades de manter a vida em movimento. Separamos em quatro momentos. Começando com exercícios de autopercepção que focavam em técnicas de respiração consciente, educação somática e *mindfulness*, buscamos facilitar a sensibilização e percepção de seus corpos no aqui e agora, potencializando seus estados de atenção. Em seguida, com seus corpos mais implicados na dinâmica, pedimos a cada participante que escolhesse uma palavra que melhor definisse seu estado atual. No segundo momento, passamos pelas vivências do corpo, refletimos tentando reconhecer o nosso no tempo e no espaço, não só como um instrumento de ação, mas também como local de existência. De olhos fechados, convidamos a um exercício de memória, voltar no tempo – 5, 10 ou 20 anos atrás – e se imaginar num período passado, relembrar suas características físicas, seus traços, cicatrizes, hábitos de vida, modo de se vestir, de se movimentar, sua relação com seu próprio corpo e pensar ao longo desse tempo as transformações que foram acontecendo e suas motivações. Ao final do exercício, já de olhos abertos, circulamos a fala para que todas pudessem compartilhar as experiências em grupo. No terceiro momento, objetivamos refletir sobre o autocuidado, para isso utilizamos a pergunta propositiva: “qual sua relação com esse corpo no contexto do autocuidado?” e partilhamos sobre as provocações que ela apresenta. Por fim, finalizamos com um acolhimento descartando a ideia de certo ou errado, e privilegiando a existência de relações únicas e pessoais que desenvolvemos com nosso próprio corpo. Recitamos, ainda, uma poesia composta por um dos extensionistas:

A tristeza bateu no corpo
'Tô sentindo no peito, na pele, no intestino, nos olhos...
Menos na cabeça
Quando tristeza bate no corpo
É que eu sei que a coisa vai mal
Quando não tem nada pra se elaborar
Justificar
Só deitar e chorar
As vezes o vinho antecipa umas lágrimas
Vinho combina mais com a tristeza
Cerveja é pra alegria
Hoje, eu beberia uma garrafa de rosé.
Pois a tristeza bateu no corpo
Prefiro retê-la e senti-la
Que deixar passar
Deixo que me passe
E pra isso fico nela o quanto fizer sentido
Ou até que a próxima cerveja chegue
Porque se hoje é quarta
Já já chega sexta
E sexta é dia de cerveja.
(Luan Limoeiro)

No último encontro utilizamos o tema “O que espero para o meu futuro?”, conduzindo para reflexões acerca do futuro, seus planos e expectativas a curto e longo prazo, bem como suas inseguranças em relação ao processo de envelhecimento. Iniciamos o encontro retomando as temáticas das oficinas anteriores e como elas moldaram nossas ideias para o encontro atual. Em seguida, utilizamos como instrumento disparador algumas fotografias; pedimos que os participantes separassem duas fotos, sendo uma antiga e outra mais atual. Expomos que a primeira serviria para pensar o que foi o passado e como ele impacta no nosso presente, se o que esperávamos para esse presente se realizou, como tudo se moldou e quem somos hoje.

E a segunda tinha a intenção de refletir sobre quais foram suas mudanças, suas concretudes, como este pensa um futuro próximo e quais são as expectativas colocadas para esse momento. Após a escolha das fotos, iniciamos uma partilha focada nessas indagações, pensando quais são os desejos deste eu de hoje para um eu de amanhã, o que ele espera, o que ele vê e como ele se sente pensando um futuro. Aqui, os relatos são carregados de contradições, medo e desejo e alegria e melancolia se entrelaçam em muitos dos relatos, como:

“Tenho medo do futuro. Tenho filhos ótimos, mas tenho medo de ter noras que os afastem de mim.”

(Convivente A)

“Não fui feliz no casamento, mas desejo passar minha velhice junto aos amigos e, quem sabe, um parceiro.”

(Convivente E)

(Extraído do Diário de Campo de 10 de dezembro de 2020)

Finalizamos a temática do encontro com o acolhimento geral das partilhas, fazendo uma síntese da atividade. Fechando o grupo de oficinas, utilizamos o espaço para recolher impressões, sensações, incômodos e sugestões dos conviventes sobre a metodologia que utilizamos e entender se era de interesse das participantes que déssemos continuidade nas oficinas. Encerramos compartilhando e cantando “Desde que o samba é samba” de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

“Mas alguma coisa acontece
No quando agora em mim
Cantando eu mando a tristeza embora
Cantando eu mando a tristeza embora
Cantando eu mando a tristeza embora...”

(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1993)

A singularidade do ser mulher existindo nos laços de partilha

Oliveira (2020), em um dos debates centrais presentes no seu livro *Mulheres e loucura: narrativas de resistência*, pontua a necessidade de enxergar com olhar atento e interseccional como mulheres majoritariamente pretas, pobres e periféricas são as que ocupam os espaços dos serviços de saúde ofertados pela RAPS e APS. Diante disso, importa pensar a quem interessa dar para as mulheres do ontem, do hoje e do futuro o diagnóstico da loucura e o impacto deste. Considerando que a psiquiatria está contaminada pelo machismo, patriarcalismo, racismo, classismo e a medicalização de corpos desviantes, cabe questionar como esta ciência pensada predominantemente por homens brancos, héteros e cisgêneros produz viés de silenciamento de corpos e mentes. Se, antes, estas mulheres eram as loucas, histéricas, divorciadas ou melancólicas; hoje, são as que morrem pelo enlutamento, as que vivenciam a violência de Estado, as que têm seus corpos marcados pela medicalização e pela docilização.

Nossos encontros foram especialmente marcados pelo compartilhamento de muitas histórias de vida, experiências e vivências que, apesar de não partirem do mesmo lugar, encontraram pontos em comum, tais quais: os relacionamentos familiares, o processo de envelhecimento, o racismo, o classismo, as opressões de gênero que se fazem veladas ou escancaradas, os matrimônios e as prisões que o tocam, o desejo e tantos outros afetos. Foi notável em todas as conviventes que estiveram conosco a construção progressiva de um vínculo tanto entre elas quanto com a equipe facilitadora.

Durante toda a nossa experiência, as oficinas ocorreram e se moldaram através das mãos de muitas mulheres. Nos encon-

tros virtuais e nos momentos de oferta, somente existiam mulheres participando de nossas atividades. Nas propostas e criações de espaços, predominavam mulheres desempenhando o cuidado e o pensar por, com e para outras mulheres. Para elucidar o ato de cuidar, encontramos em Passos (2011) como o delineamento de lugares de cuidado e, mais especificamente, de cuidadoras, possibilita para as loucas ocuparem outros papéis que não o da loucura, transformando o imaginário social a partir de um agir político, de um agir que tem voz e rosto. Essa transformação está alocada na possibilidade de reestruturar o objetivo de luta – que, antes, eram os filhos, os pais, os maridos, os irmãos e tantos outros – a fim de passarem a ser os próprios sujeitos de sua militância. Partindo disso, o olhar de cuidado para outrem desvia-se para si mesma; o grito que outrora era dado para outro passa a ser dado por e para si.

Dessa forma, há um deslocamento na ocupação de espaços e as mulheres participantes do grupo se tornam sujeitos visíveis e passíveis de modificar suas próprias histórias de luta, agindo por suas vozes, desejos e afetos, falando sobre e para si mesmas, dando as mãos e criando convivências e forças, utilizando-se de uma perspectiva política, histórica, cultural e social. Essa transformação se faz pulsante e existente até quando as mesmas não vêem diante de seus olhos o curso de suas vidas mudando através de múltiplas lutas.

Todavia, cabe pensar sobre como o local de modificações, de luta e de força também vêm acompanhados de outras tantas dores que gritam, principalmente quando nos colocamos de frente para uma pandemia que assola o país de maneiras grandiosas. Algumas dessas dores se dão na esfera da dificuldade de circulação e locomoção, na falta do outro, na perda e no luto, no cuidado demandante e na impossibilidade de projeção de um futuro próximo. Toda essa densidade e intensidade se fez

grandiosa durante nossas oficinas enquanto as participantes eram indagadas sobre suas redes, seus corpos, seus passados e suas perspectivas.

Nesse ponto, o corpo ganha destaque, dimensões histórico-políticas e deixa suas angústias serem vistas e, de uma forma bastante particular, serem também sentidas não somente por quem as possui, ou por quem vivencia suas cicatrizes, mas por todos aqueles que ali se encontram tecendo e compartilhando vidas de maneira singular e coletiva. Este corpo lotado de sentimentos torna-se enfático quando, numa oficina com uma prática corporal, ele não deixa-se ser tocado, sentido e acariciado. Quando, mesmo num ímpeto de coragem e vontade de toque, as circunscrições do racismo o marcam com a dor do não-poder e da desumanização.

Foi aqui, em nova configuração, que nos refizemos e endossamos a necessidade de uma prática interseccional, decolonial e que tenha, entre suas tantas referências, as possibilidades de fazer uma junção que vá desde Audre Lorde e bell hooks até Frantz Fanon e Luiz Rufino marcando corpo, decolonialidade, negritude, afeto preto, politização do cuidado e fazer saúde. Aqui, focaremos os aspectos decoloniais de Luiz Rufino (2018) que demarcam as dimensões de um corpo preto no cruzo de Exu e de bell hooks (2021), que nos oportuniza pensar acerca da negritude e do amor nascendo em comunidade, a partir da discussão das falas de uma das mulheres presentes nos encontros.

Quando tocamos nesse corpo, pensamos sobre uma convivente específica, que chamaremos de F., e suas ressonâncias em relato, extraído do Diário de Campo de 07 de dezembro de 2020. Foi perceptível para nós o quanto F. experiencia seu habitar distante do toque, do afeto, do olhar atento, mas próximo das marcas do

racismo, da negação, da dor e do diagnóstico psiquiátrico. Em nossa dinâmica, ficou visível como a convivência dela consigo mesma se fazia diante de um não-desejo de habitar em corpo.

Se trouxermos a Pedagogia das Encruzilhadas para as convivências, teremos uma abordagem onde “o corpo é a instituição máxima e integrante da experiência em comunidade, é ele o elemento que institui e organiza o projeto comunitário” (Rufino, 2018, p. 84). É este mesmo corpo que, quando em ênfase, se apresenta como fundamental e emergente para a transgressão e a ruptura do colonialismo epistemológico, ocasionando um desfazimento do que se põe como verdade nas produções do ocidente branco e europeu (Rufino, 2018, pp.84-85), principalmente quando falamos de dispositivos de saúde e de um feminismo antimanicomial.

É a partir de Rufino (2018) que nos propomos a pensar, com a licença de sua palavra, uma interdisciplinaridade da convivência nas encruzilhadas construindo através das diversidades de pessoas a ruptura hegemônica do corpo que se faz e se pensa branco; que cultua e cria branco; que institui branco; que sabe branco; que promove, oferta e pensa saúde branco; que fala branco e para branco; que coloniza, inaugura o imperialismo e declara o genocídio da carne, da epistemologia e da ancestralidade. Queremos, numa convivência em encruzilhadas, estabelecer, assim como o autor, o corpo Exu que se faz em movimento, que é preto, que é sexualidade, que é ‘traquinagem’, que é caminho livre e aberto, que é força e vitalidade, que é vida pulsante e desejante, que afeta e se deixa afetar, que fala sobre amor e recebe amor, que está em todas as esquinas e que é início, meio e fim.

Por sua vez, bell hooks define que “não há lugar melhor para aprender a arte do amor que numa comunidade” (2021, p. 161).

Neste momento em específico de seu livro, a autora se propõe a discutir as bases do amor em famílias e comunidades e compreender como alimentamos esse afeto para além dos laços consanguíneos que estruturam as funções do patriarcado, da alienação e das violências. Assim, a mesma apresenta como as extensões do amor nos criam e nos fazem criar em coletividade os sentimentos que sustentamos desde nosso nascimento até nossa morte.

Para nós, interessa pensar em nossa convivente, mas não só nela, por meio de hooks. Apesar do não-toque, do afastamento, de um resquício de desafeto e negação, foi na criação das convivências que ela apresentou sua história, seu corpo, seu ser mulher, sua cultura e sua arte. Foi na comunidade que se deixou florescer, acolheu, foi acolhida, afetou e foi afetada, observou e foi observada, abraçou e foi abraçada. É nesta relação comunitária que acreditamos que o amor seja criado, propagado e recebido. Foi este amor verdadeiro, mesmo que momentâneo, que possibilitou a ela um envolvimento conosco, consigo, com o coletivo e com a ética do amar.

Acreditamos também que seja importante tecer a narrativa de F. através de uma dimensão artística que a mesma resgata a todo instante quando fala de si, de seu corpo existindo no mundo, de suas artes existindo em redes múltiplas de forma a criar objetos de redenção, de liberdade e de encontro. Aqui, a arte é o encontro de existir e fazer-se consigo, de dar proporção, narrativa, cor e possibilidades de ser.

Se pensamos em Amarante e Torre (2017), podemos resgatar como a arte e a cultura que a acompanha se desenvolvem no campo da atenção psicossocial rompendo com os sentidos técnicos e escolásticos, com os dispositivos do fazer-saúde que se apresentam como terapêuticos e, quem sabe, até mes-

mo com o próprio centro de convivência, mostrando-nos quais são as possibilidades de autonomia, atuação e existência. Autonomia esta que elabora novas alternativas que não a psicoterápica, mas uma de inserção social, direito e acesso à cidade, e voz e rosto para a loucura – que, agora, ganha seu destaque distante do diagnóstico psiquiátrico e aproximado àquele que produz e se deixa produzir. É desta forma que se coloca, por exemplo, Solange Gonçalves com seu *rap* Caçadores de Mentes Doentes, que está presente no livro *Mulheres e loucura: narrativas de resistência* (2020).

Meu nome é Solange, estou aqui para contar
Que desde a minha juventude
No obscuro mundo psiquiátrico tive que mergulhar.
Um pá de internação em CAPS, manicômios,
Qualquer âmbito hospitalar
Onde recordar de alguns maus tratos até hoje me faz chorar.
Da minha inteligência também quero te falar
Nem sempre fui assim, isso só aconteceu depois que alguns
seres
Em disco-voador vieram me visitar.
Com sorte encontrei bons profissionais que me ensinaram
As dores sufocadas do meu ser a expressar.
Através da escrita, da música e do teatro que hoje
Vamos te apresentar.
Mas no passado, o maus-tratos me visitou, pois alguns seres
da saúde
Despreparados, o meu ser quase calou.
Me meteram numa sala de observação,
Pois eu me recusei a tomar uma medicação
Que eu sabia me fazer mal
Foram logo chamando os guardas e avistei de longe as amarras
E as injetáveis com a qual meu corpo seria contido.
Quando eu acordei, as pirações na minha mente a mil.

Pedi que alcançassem meus lápis e papel
Todo mundo ali, mas ninguém me ouviu.
Quando num gesto livre de expressão eu fui no banheiro,
Sentei no vaso e caguei e juntei minha merda com a própria mão
E passei a aprisionar na parede o que me vinha na mente.
Vejam só o que fazem com a gente,
Esses caçadores de mentes doentes.
Vejam só o que fazem com a gente,
Esses caçadores de mentes doentes.
(Pereira, 2020, p. 101)

São esses alguns dos pontos-nós de deslocamento, interseccionalidade, saúde, afetação, tecedura de laços e redes, cultura, arte, ancestralidade e história que criam, em nossa visão ainda muito resumida e inicial, a possibilidade da prática antimanicomial e coletiva que, hoje, quer fazer-se distante de sua ênfase biomédica e psiquiátrica que muito contribuiu para o grande encarceramento de corpos. É assim que cremos na saúde como criação, formação e pensamento coletivo, para e com o outro, utilizando a convivência como chave de abertura de caminhos, assim como faz o Exu nas encruzilhadas de Luiz Rufino, a comunidade amorosa de bell hooks, os feminismos antimanicomiais de Melissa Pereira, as mulheres decoloniais das histórias que não nos contam de Rachel Gouveia e a luta antimanicomial de Paulo Amarante.

Considerações finais

A construção deste primeiro relato a partir da potente e intensa experiência que vivemos com mulheres no Centro de Convivência Virtual pode apresentar e discutir um pedaço pequeno de nossa experiência. Esperamos que outros desenvolvimentos aprofundem a discussão decolonial, antiracista e pautada na

diferença ao refletir sobre nossas intervenções. Apostamos no sonho coletivo do encontro que não se pautar apenas no que temos de semelhante, mas principalmente onde nos diferenciamos e como podemos construir encontro e cuidado umas com as outras, refletindo sobre a lógica patriarcal e o peso das atividades atribuídas às mulheres por seus dons e papéis considerados 'naturais'. Trouxemos discussões que buscaram explicitar como mulheres idosas podem refletir coletivamente a partir de suas vidas e suas produções sobre o lugar que querem ocupar daqui por diante e a solidão e afastamento que marcam essa fase da vida, agravada pela vivência de uma pandemia.

Em nossa experiência, percebemos que muitas adaptações são necessárias para efetivar os espaços de fala e de participação com todas as dificuldades do acesso ao mundo virtual do *Google Meet*, da pandemia, do não dito, do manicômio que habita em nós e tantos outros obstáculos. Algumas delas já estão sendo aplicadas em uma nova rodada de encontros, empreendida a partir de abril de 2021, como a necessidade de divisão da atividade em dois grupos e aumento do tempo de realização para garantir a fala de todos. Percebemos e estamos trabalhando os limites de nossas identificações com as participantes, colocando também nossos próprios contornos e implicações em questão, considerando que comoicineiros, estamos também enredados e implicados nos sofrimentos de viver pandemia, além de situar nossos privilégios como grupo que pode desenvolver atividades remotas e ficar protegido neste momento. Assim, esse espaço contou como exercício de encontro e expansão da vida para nós na fase de testes e também na realização das atividades.

Nossos sonhos coletivos de convivência, de corpos que vibram e fazem passar os afetos que pedem passagem, alinhados com a luta antimanicomial e orientados pela potência dos encontros

nos guiam. As perspectivas de construção de convivência e de práticas de saúde interprofissionais, decoloniais e antiracistas são nossos horizontes, na busca de formas de expansão da vida, na relação com a arte e as propostas corporais que compõem nosso fazer. Que possamos escrever mais e nos encontrar mais, pois a arte do encontro é alimento pra vida confinada e os manicômios reais e virtuais que insistem em nos habitar.

Viva o Centro de Convivência e a Luta Antimanicomial!

Juliane Silva da Cruz,

graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luan Limoeiro S. H. do Amaral,

graduando em Fisioterapia, Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maycon Luís do Nascimento Silva,

graduando em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Priscilane da Silva Alves,

graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Priscilla da Silva Thomazio,

graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julia Christo Davel Alves,

graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juliana Akemi Nishi,

graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marina Fialdini,

graduanda em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristal Moniz de Aragão,

Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Valéria Ferreira Romano,

Professora Associada da Faculdade de Medicina da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS

Alvarez, A. P. E.; Silva, J. O. & Oliveira, A. C. de M. (2016). Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 1, jun. 2016. Disponível em <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1859>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

Amarante, P. & Torre, E. H. G. (2017). Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 63, out./dez. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/icse/a/wbrrsJPgptHd6q5qgrdnWJk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2021

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, pp. 20-28. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 22 de março de 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em 19 de março de 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. *Portaria Nº 3.088, de 23 dezembro de 2011*. Republicada em 21 de maio de 2013. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em <https://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em 18 de março de 2021.

Coimbra, C. & Nascimento, M. L. (2008). Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R. R.; Abrahão, A. L. & Coimbra, C. (Orgs.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói: EDUFF, pp. 143-153. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/VALPAI>>. Acesso em 18 de março de 2021.

Costa, S. A. (2015). O corpo como ser no mundo na fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, out./dez. Disponível em <<https://faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/3429/3536>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

Hooks, B. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*: 1. ed. São Paulo: Editora Elefante.

Junior, L. R. R. (2018). Pedagogia das encruzilhadas. *Revista Periferia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./jun. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504>>. Acesso em 20 de março de 2021.

Lancetti, A. & Amarante, P. (2006). Saúde mental e saúde coletiva. In: Campos, G. W. de S.; Minayo, M. C. de S.; Akerman, M.; Drumond Junior, M. & Carvalho, Y. M (Orgs.). *Tratado de saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 615-634.

Lapassade, G. (1977) *Grupos, Organizações e instituições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Passos, R. G. (2011). Mulheres e Reforma Psiquiátrica: o lado esquecido da história. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, jul. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300652007_ARQUIVO_AHistoriaEsquecida-ANPUH.pdf>. Acesso em 20 de março de 2021.

Pereira, M. O. (2020). *Mulheres e loucura: narrativas de resistência*: 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2020.

Rolnik, S. (2016). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*: 2. ed. Porto Alegre: Editora Sulina.

HABITANDO O TERRITÓRIO DA PSICOLOGIA: RELATO DO COLETIVO CONVIVÊNCIAS

Resumo

Estas linhas acompanham experiências de uma rede viva que entrelaça sujeitos, dispositivos de saúde, saberes e territórios existenciais os mais diversos possíveis. Experimentação-pesquisa-escrita cartográfica em que nós, do Coletivo Convivências, nos lançamos a acompanhar dinâmicas de forças, disputas, territorializações e desterritorializações nos agenciamentos possíveis entre psicologia, loucura e convivência, encontrando fissuras da (des) territorialização da psicologia, loucura e escrita.

Palavras-chave: Convivência; Psicologia; Território.

Introdução

É corpo
Que adocece

No manicômio,
O louco
O negro
O pobre
O pervertido
A adúltera
A bruxa

Na universidade,
A torção
A quebra
O remendo
Pra caber num vazio
O buraco
Do sujeito indeterminado

De abertura
À prisão
De sagrado
Ao profano

Jalecos brancos
Calaram Deuses
Criaram não humanos

Temor de especialistas:

Um corpo,
Um perigo
Corpo Coletivo,
Uma revolução.

(De corpo - João Vítor Moreira Gonçalves, 2021)

Do corpo, nosso primeiro território, experimentamos muitos outros. Na realidade, que nos situa, mergulhamos em um campo de identificação e diferenciação. Da repetição, que nos traz familiaridade, observamos a estabilidade se formar. Da diferença, que se faz com a alteridade, vemos um novo mundo se apresentar. Com as disciplinas, que compõem a produção de saber, o poder se exerce e insiste em normatizar. Todavia, se “viver é melhor que sonhar”, como nos diz Belchior, para onde vai o desejo transformador e aquela força quase utópica, mas não menos real, que insiste em romper com os muros e abrir fissuras?

Ao seguirmos com Belchior, vemos que uma pista para responder essas perguntas passa, entre outros, pela ideia de que as aparências não enganam mais (ou não deveriam enganar tanto). Sim, vivemos em um mundo que é social e que, justamente por ser social, nos engendra com uma força arrebatadora. Uma força que atravessa cada parte do nosso corpo e que tenta capturar cada produção de subjetividade. Trata-se, assim, de um mundo que só acontece de maneira territorializada, ou seja, um mundo que ganha forma em meio a uma série de comportamentos e de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais (Guattari & Rolnik, 2005). Um processo que faz a vida ter sentido ao passo em que se desemboca e se conecta a toda uma pragmática situada histórica e socialmente.

Todavia, se do corpo partimos para outros territórios e, dentro destes possíveis, nos encontramos com a loucura, com os especialismos, com os manicômios e os jalecos, bem como com rupturas e indeterminismo, vale pensarmos que postura nos cabe ao desbravarmos esse mundo em que pessoas amam o passado e não veem que o novo sempre vem. Conforme nos alerta Haesbaert (2004), a própria noção de território nasce com uma dupla conotação, sendo uma inspiradora de identificação e de apropriação, e a outra relacionada à dominação, ao medo e ao terror (aterrorizar): “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2004, parágrafo 3).

É nessa jornada, entre processos de capturas e de aberturas nos territórios, que nos situamos ao responder a chamada do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, em livro que trata dos Centros de Convivência e Cultura e dos elementos que ali são agenciados, como loucura, reforma psiquiátrica, lógica manicomial e resistência.

Em um saber-território como a psicologia, com suas potencialidades e limites, quais agenciamentos com a loucura se tornam possíveis? Em um dispositivo que aposta no cuidado integral e articulado ao território, como os centros de convivência, que potencialidades observamos para apostar em uma postura ético-estético-política que se realiza pelas expressividades e singularidades? (Alvarez & Passos, 2009). Esta é a investigação que o presente trabalho pretende tecer, sem a pretensão de esgotar a discussão. O intuito é o de acompanhar e descrever algumas das paisagens psicossociais que se formam nesses encontros. Busca-se cartografar quais outros modos de subjetivação, em suas processualidades e criação, (des)territorializamos a partir da composição de um plano comum junto à loucura, que garanta amplitude para a diversidade no viver social. Ou seja, quais continuidades e quais rupturas são atualizadas no gesto cotidiano, observando o tensionamento à longa tradição de assimetria de poderes e lugares que a alteridade produz.

Podemos observar esse percurso de continuidades e tensionamentos configurados de diferentes maneiras, conforme o contexto histórico. A partir do século XIX, nos servimos da tese foucaultiana para esta problematização, em sua célebre obra *História da Loucura* (Foucault, 2010). Segundo o autor, a psicologia não detém uma verdade sobre a loucura, uma vez que esta possui a verdade da psicologia. Assim, compreendemos esse saber-poder que instituiu ao longo dos séculos “o lugar” para os loucos, o qual, por sua vez, foi desestabilizado pelos processos de resistência. A própria segregação e exclusão já seriam derivação dos agenciamentos sociais com o ser louco, sendo efeito de normalização e disciplinarização da loucura.

Nesse sentido, apostamos na tese da psicologia articular-se como um território, isto é, com todas as questões provocadas quando consideramos os processos de sua constituição, para

além dos limites disciplinares e das fronteiras rígidas que a separariam de outras ciências. Afinal, nos parece importante questionar até que ponto a psicologia pode se sustentar enquanto conjunto saber-poder quando provocada pelas instabilidades do dia a dia, em que diagnósticos e *settings* terapêuticos tradicionais não conseguem atuar. Até que ponto nossa imersão, enquanto psicólogos e graduandas em psicologia ligadas a um projeto de estágio, pesquisa e extensão inspirado nos Centros de Convivência, nos permite problematizar esses tensionamentos. Logo, um primeiro processo é compreendermos quais territórios já estamos habitando; quais processos com a alteridade estamos estabelecendo; quais “outros” (outrem) estão co-habitando estes territórios e como eles e elas aparecem na produção de pesquisa que realizamos. Com isso, compreendemos a psicologia para além de um campo de práticas e discursos que se articula como um saber, possuindo incidências nas relações de poder, como aponta Foucault (1978/1996), em seu aspecto normatizador e disciplinar.

Na co-habitação dos territórios da loucura, Psicologia, Centros de Convivência e seus agenciamentos, nos perguntamos quais mundos se tornam possíveis: É um mundo que categoriza, que classifica e que disciplina? É um mundo de desajuste, de falta de higiene e de razão? Ou é um mundo que expande, que liberta? Um mundo de inventividade, de novidade, de outras formas de comunicação? Ao colocar em perspectiva estas duas possibilidades de atuação da psicologia, seja como disciplinar, seja como emancipadora, pensamos em uma relação não cristalizada com o saber. Nesse sentido, tomar campo psi como território é poder abrir caminhos, aterrar e encontrar passagens, possibilitando uma circulação que por muitas vezes se deu de maneira enrijecida. Transitar entre territórios diferentes é reconhecer uma complexidade em que não encontra ancoragem em nenhum solo discursivo único e fechado.

Território comum, cartografar e saúde

Na composição desta pesquisa, acreditamos que a cartografia, proposta por Deleuze e Guattari (2011), torna-se fecunda, uma vez que não se concentra em alcançar objetivamente o mundo a partir de interpretações fechadas ou de representações da realidade, mas em produzir o mundo e construir realidades, ampliando a margem de possibilidades dos modos de ser e estar nesse mundo. Explicamos: cartografar implica habitar um território, engajar-se nele e, fundamentalmente, experienciar e descrever o mundo que se torna possível a partir desse(s) encontro(s) (Alvarez & Passos, 2009). Assim, trata-se não apenas de um “pesquisar com”, mas fundamentalmente de um “viver com” o território e tudo o que se agencia nele, por meio dele e com ele. Como dizem os autores, cartografar significa romper com o binarismo pesquisador/objeto, para que assim o comprometimento seja não com a neutralidade, mas com lançar luz às maneiras com que nos implicamos no mundo e às formas com que construímos as narrativas destes processos.

Nessa perspectiva, o alcance qualitativo da pesquisa que realizamos é o alcance da capacidade que temos de afetar e sermos afetados pelo território em questão. Território este que não é algo estanque, com fronteiras rígidas e que, portanto, seria passível de ser representado em termos funcionais, mas sim território aberto, heterogêneo e vivo, em que não projetamos uma subjetividade interiorizada sobre uma realidade aparente e objetivada, tal qual propõe boa parte das metodologias científicas, mas sim agenciamos, por meio de elementos compartilhados coletivamente, uma subjetividade que será ali produzida, como aponta Guattari, “uma subjetividade produzida no registro social” (Guattari & Rolnik, 2005, p.28).

Ao mesmo passo em que ampliamos a noção de território, não o limitando a um espaço geográfico, mas situando-o em uma dinâmica de múltiplos fluxos que animam, ou seja, mobilizam e colocam em ação seres e coisas (Gondim & Monken, 2009), também complexificamos a noção de alteridade. Conforme discutem Rapport e Overing (2000), a ideologia de exclusão, encontrada no confronto do pensamento ocidental que constrói o “outro” como exótico está vinculada a um projeto de dominação, constituindo-se em uma estratégia de desautorização do mesmo. Cartografar, assim, remete a engajar-se com um território, o que é distinto de “conhecer” ou “dominar” o mesmo (Alvarez & Passos, 2009), da mesma forma que habitar esse território remete a um processo de compartilhamento e co-engendramento que se faz com outrem, que se faz com a diferença da alteridade. Narrar e descrever esses encontros, em que ‘o outro’ figura, não é tarefa que se pode fazer com menos implicação.

A psicologia, em certa perspectiva, tem suas origens na contramão desse movimento. No século XIX, como considerada na historiografia hegemônica, a sua fundação enquanto uma psicologia científica visava uma objetivação e controle da experiência. Esse projeto, balizado por experimentações físico-químicas, tinha como alvo, depreender as sensações produzidas pela introspecção (Ferreira & Pereira, 2007). O que colocava-se em questão era, desde então, normatizar uma relação entre os registros subjetivos e objetivos, marcando, portanto, a dicotomia entre subjetividade e objetividade, bem como um modo de saber-poder que incide nestes regimes na direção de “conhecê-los” e “dominá-los”, afirmando uma neutralidade, ou seja, uma desimplicação neste processo. Todavia, mesmo em um percurso histórico que objetivou filiar sua produção aos moldes das ciências duras e naturais, o campo da psicologia se apresenta como múltiplo. Diversos métodos,

objetos, modelos, intervenções, questões conceituais e epistemológicas impossibilitam um conjunto que circunscreva com exatidão o campo da psicologia.

Nestes múltiplos processos, a presença da psicologia no campo da saúde mental brasileira figura como uma das perspectivas de implicação e de compromisso social, uma vez que o encontro com a lógica da atenção psicossocial transforma suas possibilidades de territorialização. Em vez de intervir, em nome de um projeto científico, através de práticas de controle, a atuação dos psicólogos no cotidiano dos serviços de saúde visa um cuidado humanizado e aberto à diferença. As Reformas Psiquiátrica e Sanitária, fortalecidas por diversos atores sociais, possibilitam novas práticas de cuidado em saúde ao incluir os usuários na constituição do discurso antimanicomial. No esforço de circunscrever esse processo de territorialização, encontramos diversos modos de subjetivação, de leitura de fenômenos sociais, os quais, por sua vez, se reescrevem na articulação com as operações discursivas.

Em outras palavras, a psicologia, por mais que tenha articulações com as tecnologias sociais de regulamentação da vida, uma vez compreendida enquanto território, passa a ser trazida como algo que não é unívoco ou totalitário, mas sim como algo que se constitui em um campo de forças e de disputas, podendo ser agenciada de diferentes maneiras. Assim, mais uma vez defendemos a potência do método cartográfico no mapeamento e acompanhamento das dinâmicas de forças, disputas, territorializações e desterritorializações neste diverso campo da psicologia. Neste sentido, a cartografia em seu ato de “pesquisar com” (Barros & Kastrup, 2009) traz a disponibilidade de aprender, ou ainda, de elaborar um saber que tenha outra relação com o tempo.

Numa cultura atravessada pela circulação de enunciados forjados a partir de algoritmos, em que a visibilidade torna-se um dos componentes importantes para o conhecimento, apostamos, a partir da cartografia, em uma posição de espera. Enquanto as news — sejam fakes ou não — circulam sob a marca do “instantâneo”, da “pressa”, do “urgente”, em que o instante do olhar é decisivo para a produção de saber, “vejo, logo sei”, o método cartográfico possibilita um tempo de compreender, um intervalo, em que o pesquisador apreende de forma processual. Esse tempo traz a decantação de restos de imagens, sons e silêncios que fazem consistir um território para o pesquisador.

Essa pausa não se manifesta como interrupção nem como ruptura, mas como uma outra vivência com o tempo, que não é do relógio nem o da pressa por saber. Na convivência, na arte de produzir encontros, essa dimensão do tempo se faz necessária. Entendendo que a questão de conviver, estar com o outro, traz uma temporalidade específica, o ato de pesquisar com, a postura ética, metodológica e política tem incidências ao tomar esse tempo de compreender para que em algum momento possa se precipitar como um momento de concluir... talvez em um texto.

Em nossos encontros, vivenciamos este outro tempo, que permite habitar a psicologia e não domá-la. Ao convivermos, nós contamos diversas histórias, acontecimentos dos nossos encontros com o território da loucura, momentos em que as fronteiras dos territórios ficaram borradas, fissuradas. Um primeiro analisador foi o relato de uma convivente sobre a primeira vez que foi ao Nise da Silveira em razão de uma atividade com o Centro de Convivência Trilhos do Engenho:

Destino: Instituto Municipal de Assistência
à Saúde Nise da Silveira.

Vou de ônibus.

Espero. Entro. Rodo a catraca.

Gente sobe. Gente desce.

Acompanho a rota, atenta.

Gente sobe. Gente desce.

Lá fora, um homem se banhando no esgoto.

Rio que a cidade sufocou.

Rio Maracanã.

Praça da Bandeira. Baldeação.

Espero. Entro. Rodo a catraca.

Gente sobe. Gente desce. Eu desço também.

- O Nise da Silveira é pra onde?

- O lugar de gente louca?

Aponta.

Não decoro as direções.

Lugar de gente louca?

Busco uma resposta em atraso.

(Extraído de Diário de Campo, Amanda Rego de Faria,
23 de outubro de 2019)

Escrevendo sobre escrever

Nos encontramos aqui para tecer. Tecer histórias, tecer experiências, tecer encontros. Tecer territórios. E/ou destecer tecidos que aí estão e que servem de rígidas vestimentas e máscaras fixas, já sem movimento e sem viço, que podem aprisionar.

A partir de múltiplos fios-linhas-vidas que aqui se encontram e se compõem coletivamente, embarcamos na experimenta-

ção de uma escrita polifônica (Brandão, 2003), de múltiplas mãos, múltiplas vozes, múltiplos olhares, seres e estares no mundo. Múltiplos territórios que são co-habitados. Tal escrita com suas polifonias pode ser aproximada a um fazer-pesquisar-escrever cartográfico, em e com processos, não se encerrando com o ponto final deste texto. E, inclusive, pode continuar a partir das reverberações em cada um e a partir do convite que fazemos para que deem continuidade a essa escrita, seja permitindo serem afetados, seja pensando conosco, construindo este texto-experimentação em aberto. Com nossa escrita, não queremos chegar a lugar algum ou definir verdades, mas trilhar um caminho, fazendo dessa escrita uma experimentação: “um processo em aberto em que operam séries de dobras e desdobras, de inesgotáveis problemas e descobertas.” (Ferigato & Carvalho, 2011, p. 668)

A escrita coletiva ou, como denominamos, polifônica, que recolhe múltiplas vozes para conversarem ao longo das linhas que tecemos, assim como tudo o que permeia esse texto, pode ser pensada enquanto um dispositivo (Deleuze, 1990), que faz ver e falar outros modos de pesquisar e escrever, outros modos de ser e estar no mundo, outros mundos possíveis.

Com a força disruptiva de um encontro (Fiadeiro & Eugénio, 2012), de um acontecimento, em reunião pensamos sobre cartografia e nos inquietamos: como poderíamos expressar a força de nossas experiências de convivência por meio de um texto? Como daríamos conta de pensar respostas possíveis à pergunta “lugar de gente louca?”, descrita acima no diário de campo, sem colocarmos em análise nossa implicação enquanto psis, enquanto integrantes de ações da rede de atenção psicossocial e enquanto pesquisadores que elaboram textos que carregam socialmente a legitimidade da produção científica? Muitas vezes acostumados com textos que nos limitam, vimos na

escrita polifônica esse dispositivo que permite a desterritorialização da escrita acadêmica enrijecida. Propomos então que cada um se permitisse afetar e ser afetado pela expressividade do outro, criando um texto comum (Kastrup & Passos, 2013).

Ao escrevermos em conjunto nos encontramos com outros mundos e realidades possíveis e expandimos nossos horizontes para além daquilo que está dado, institucionalizado, enrijecido, que limita as formas de vida, tecendo algo que transbor-da. Compreendemos que a escrita é também um dispositivo ético-estético-político. Dispositivo esse que permite transformação e invenção de outros territórios a partir do ato de escrever, à medida que rompe com estruturas que, muitas vezes, bloqueiam a criação (Ferigato & Carvalho, 2011).

Dessa mesma forma, o processo de pesquisa aqui vem se dando como um caminho de coengendramento dos territórios existenciais, a partir de uma construção coletiva, no(s) encontro(s). Co-engendramento esse de várias e múltiplas mãos, múltiplas trajetórias, múltiplos territórios singulares que constroem territórios coletivos e territórios conviventes.

O processo de cuidado tecido como estratégia em rede, com fazeres e saberes artesanais, cotidianos, tecidos com múltiplos fios (Yasui; Luzio; Amarante, 2018) nos desterritorializa do território hegemônico da psicologia, ao mesmo tempo em que abre outro, na qual a margem da afetação pela alteridade está ampliada. As experiências de tecer-com, de criar comum no heterogêneo, nos conduzem ao encontro das pequenas fissuras da desinstitucionalização. A desinstitucionalização da loucura. A desinstitucionalização da psicologia. A desinstitucionalização da escrita. E assim seguimos.

A formação em psicologia e a relação com a saúde mental: reflexões no cotidiano do campus da Praia Vermelha

A Psicologia no Brasil originou-se no seio das elites e foi regulamentada como profissão em 1962 pela Lei 4.119 (Brasil, 1962), sendo que menos de dois anos depois ocorreu o golpe que instaurou a ditadura civil-militar no país, que vigorou entre os anos de 1964 a 1985. A partir desse acontecimento, de acordo com Bernardes (2004), a Psicologia em seu desenvolvimento esteve aliada aos interesses da minoria no poder e foi beneficiada pelo chamado milagre econômico, com a ascensão da classe média que passou a compor a clientela dos consultórios.

Pode-se dizer que a Psicologia cresceu comprometida com o capital e o consumo, servindo principalmente de suporte científico das ideologias dominantes e de auxílio na perpetuação do status quo ao longo do seu percurso de legitimação social. Em função disso considera-se que a Psicologia muito pouco exerceu, e vem exercendo, um papel questionador e transformador das instituições e das relações pessoais e vem contribuindo mais para a reprodução das estruturas sociais e das relações de poder (Botomé, 1996; Gil, 1985; Martín-Baró, 1997; apud Dimenstein, 2000, p.101).

Dessa forma, não surpreende que o imaginário social da profissão seja associado às práticas psicoterápicas individuais, voltadas para a interioridade, realizadas no simbólico e privado divã. Assim, é delineado um estilo de recrutamento e formação de alunos nas universidades, à princípio composta pelo Currículo Mínimo, que segundo Amorin (2003 apud Ribeiro, 2007, p. 20), possuía “[...] forte ênfase positivista, objetivista e patologizante”, no qual predominava o aprendizado de disciplinas e conteúdos referentes à identificação e classificação de psicopatologias, priorizando a visão fragmentada do sujeito, ba-

seado no modelo biomédico (ou médico cartesiano). Assim, o estudante que inicia a sua formação em psicologia chega carregado de anseios e pré concepções de como o fazer psi ocorre, isso atrelado à imagem social do psicólogo que atua em uma clínica individual (Silva apud Ribeiro & Luzio, 2008).

Experts que, protegidos pela ética do silêncio (Despret, 2011) dentro de seus consultórios, seriam responsáveis por desvelar, explicar e consertar sujeitos, a partir da compreensão da subjetividade enquanto dimensão interior: entre o repositório dos desejos e pecados individuais submetidos às práticas de confissão e expiação do cristianismo primitivo (Foucault, 1995) e a substância pensante - *res cogitans* - cartesiana. Sendo o psicólogo o expert idealizado como detentor de “verdades” sobre a saúde mental, à revelia das perspectivas e opiniões das próprias pessoas em sofrimento, em função do que Latour (2016) chama de mito da Revolução Científica: a defesa de que o conhecimento científico moderno representaria o saber verdadeiro em oposição à multiplicidade de versões sobre o submundo da política, arte e religião.

Contra tal atuação individualizante, é preciso destacar o papel do Sistema Único de Saúde (SUS), sua política de formação e responsabilidade legal pela qualificação profissional da graduação, pós-graduação e educação permanente, bem como pela integração entre instituições formadoras e serviços de saúde (Scarcelli & Junqueira, 2011). Assim, é nesse ponto de interseção entre a Psicologia que territorializa tecnologias disciplinares e as porosidades produzidas pela aproximação com o campo das políticas públicas, em especial as da saúde, que buscamos lançar luz às multiplicidades do território na experiência da formação.

Essas linhas sustentam a formação ancorada na processualidade e na experiência (Emerich Onocko-Campos, 2019), sendo

a última, não o que acontece, mas o que nos acontece. Nas palavras de Bondía (p. 27, 2002): “Ninguém pode aprender da experiência do outro, a menos que essa seja de algum modo revivida e tornada própria”. O que nos leva a explorar o habitar da Universidade por estudantes de psicologia, falando mais especificamente da UFRJ no campus da Praia Vermelha, que vai ao encontro da loucura a partir dos espaços comuns da instituição.

Circular nessa universidade é circular em um território composto não só por institutos e escolas ligadas a ela, mas também por dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) presentes no campus, e ser convocado por esses em momentos de pressa, de correria, de calma, de descanso e de agitação pela loucura. É vivenciar o conflito entre a maneira com que a formação é estruturada e as novas práticas psis que se intensificam após a reforma psiquiátrica.

A ideia limitada do que pode a atuação do psicólogo consegue facilmente ser desmantelada quando esse futuro profissional sai do Instituto de Psicologia e senta para almoçar em uma mesa composta por estudantes e usuários da RAPS. Esse processo de contato sem pretensão de diagnóstico, de escuta terapêutica ou de tratamento possibilita que o encontro se dê em outra dimensão e, antes de tudo, aconteça pelo afeto, pela troca e às vezes só pela necessidade de pedir emprestado um isqueiro. As noções do que é a loucura passam a não mais caber nas caixas previamente destinadas a ela. O estranhamento com o outro para de fazer sentido, já que agora há um comum compartilhado entre esses sujeitos que por vezes se veem tão diferentes.

As conversas sobre os doces vendidos por estudantes no Instituto de Psicologia (IP), sobre os livros vendidos pela barraca próxima ao prédio do IP ou que ficam expostos em frente à livraria

do campus, as cantaroladas e batucadas nas mesas de plástico e no pandeiro, e os pedidos para auxiliar no direcionamento para um dos equipamentos de saúde são territorializações de convivência, isto é, não o “simples ato de reunir pessoas” espacialmente próximas, mas a “criação de algo em comum” em meio às relações tecidas pelos reencontros (Alvarez & Silva, 2015, p. 10).

“Não precisava ter trazido ela até aqui, ela sabe o caminho, mas sempre pede para alguém acompanhá-la”, é uma frase comum de profissionais de segurança, que trabalham na recepção dos serviços, quando chegamos de braços dados com os usuários que encontramos. Não se trata de algum problema de memória ou qualquer preocupação cognitiva para uma vida produtiva, mas da companhia em si, da “produção de vida, de sentido, de sociabilidade, a utilização das formas (dos espaços coletivos) de convivência dispersa” (Rotelli et al., 1990, p. 30).

Convivência dispersa que pode diluir a tendência do estudante, que inicia sua formação em psicologia, da imposição por sentidos a priori sobre o processo saúde-doença-intervenção que alienam o sujeito da sua própria dor. Em benefício, nas conversas e andanças de estudantes e usuários, há a possibilidade de construir, em parceria com a comunidade e instrumentos do território, as expressões do próprio adoecimento (Illich, 1975). Assim como de manejar os impasses subjetivos (Guattari & Rolnik, 2005), frequentemente deflagrados nas dinâmicas do dia a dia — o que se apresenta como desafio para profissionais na atenção à saúde geral (Yasui & Costa-Rosa, 2008) —, enquanto “produção de sentido no que se é e no que se pode querer vir a ser, a despeito das diversas e distintas experiências de sofrimento” (Fernandes et al, 2020, p. 737).

Ao passo que nos apropriamos desse novo fazer psi, construímos uma experiência outra de estar na cidade, possibilitando

diferentes formas habitar os territórios. Para ilustrar isso, trazemos um relato de experiência de um passeio pelo Rio de Janeiro:

Estava esperando sentada em uma praça para encontrar um amigo. Nesse momento uma pessoa se aproxima de mim e pergunta se pode dançar, fazer uma apresentação para mim e começa a se movimentar e cantar, começamos a conversar e logo percebo todos os olhares daqueles que passavam ali sendo direcionados para nós. Afinal, quem dança na rua? Quem não tem pressa para chegar em algum lugar? Quem ousa invadir a correria da cidade com a arte?

Um tempo se passa e um homem se aproxima de mim e me pergunta se preciso de ajuda, se tem alguém me atrapalhando e me olha como quem quer me dizer alguma coisa, percebo que o homem que está dançando na minha frente usa uma calça com o nome de uma instituição psiquiátrica que fica ali perto. Aceno que não e sigo experimentando olhar para os movimentos daquela pessoa. (Extraído de Diário de Campo, Luiza Pereima Conde, de 15 agosto de 2019).

O estranhamento causado por aquele corpo ocupando a cidade daquela forma é uma maneira da lógica manicomial se fazer presente na rua. Lógica reproduzida pelo medo nos olhos que encaram o chão ao passar perto de “sujeitos esquisitos”, por narizes que se torcem ao sentir o cheiro de quem está dormindo nas ruas e não conseguiu tomar banho e lavar as roupas e ouvidos, pelo incômodo ao escutar pedidos por dinheiro para comprar cigarro, café e comida, que acabam emendando comentários: “sem lé com cré”.

Ao mesmo passo que vemos a reforma psiquiátrica e o movimento da luta antimanicomial propondo a desinstitucionalização da loucura, defendendo a perspectiva do cuidado integral e articulado ao território, defendemos ser pertinente a perspec-

tiva de desinstitucionalização da psicologia, derrubando seus rígidos muros disciplinares, para que, assim, ganhe força e terreno seu compromisso social. Não basta apenas concentrarmos forças em destituir as instituições manicomiais físicas, é necessário também desconstruirmos “as ideias, as noções e os preconceitos que a acompanham e modelam, e que são parte do imaginário mesmo daqueles que, conscientemente, desejam destruí-la.” (Barros, 2014, p.191), desinstitucionalizando também a formação em psicologia e a sua prática.

No caminho da desinstitucionalização: o desafio da promoção de saúde em oficinas virtuais

Uma vez provocados a pensar sobre processos de desinstitucionalização e seus efeitos no que toca à produção de saúde, reconhecemos em seu âmago uma transformação na dimensão sensível. Com isso, é necessário ultrapassar as fronteiras dos serviços substitutivos e suas práticas — que delimitam o circuito por onde a loucura pode transitar —, e investir em uma rede diversificada de dispositivos de base territorial (Liberato, 2011). É inerente à política de desinstitucionalização a invenção de outras formas de ocupar o espaço urbano, de integrar as relações que nele se constituem; criar ações e espaços produtores de outras formas de sociabilidade, de encontro com a alteridade e mistura de diferentes códigos inseridos em liberdade e com saúde na cidade.

O Coletivo Convivências — que aqui escreve — é um projeto vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro aberto à participação interna e externa à faculdade. Temos a proposta de realizar discussões acerca da convivência a partir de uma perspectiva antimanicomial, compreendendo que a autonomia configura-se como um processo de construção conjunta, que auxilia na produção e consolidação

de um novo lugar social para a loucura. Assim, nos valem da cultura, assim como da arte, não só como ferramentas, mas como campos de potência para a promoção da saúde mental pela convivência. A convivência seria, então, uma possibilidade de resistir à lógica do manicômio. Essa lógica que hierarquiza vidas, confina corpos e aprisiona a diferença.

Uma das atividades que experienciamos neste período de pandemia, entendendo que a convivência precisa ser incentivada mesmo que em ambientes virtuais, são as oficinas. Principalmente através da construção da Agenda ConViver, do Centro de Convivência Virtual, e em consonância com outros CeCos, como: Centro de Convivência e Cultura de Niterói, Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e Centro de Convivência da Zona Oeste (Cecozo).

A proposta da oficina era *delirar territórios*. Criar um território comum, pensar em quem nele vive, em como nele festeja, em como nele circula, no tempo que nele corre. Nesse exercício de pôr lenha na utopia, aparecem as mais variadas importâncias. A proposta de colocar operadores em movimento é o combustível da oficina, e cartografamos o que entra em processo a partir daí. Produzir fissura na hegemonia, na monotonia, constranger as linhas de forças que operam silenciando e homogeneizando a radicalidade da alteridade, as inúmeras possibilidades da loucura (Liberato, 2011). Criar inéditos viáveis - aquilo que ainda não foi ensaiado, mas que pode, pela articulação coletiva, vir a ser prazerosa realidade (Freire, 1992). (Extraído de Diário de Campo, Amanda Rego de Faria, de 23 de maio de 2021)

O que hoje chamamos de oficinas/ atividades, no âmbito da promoção de saúde mental, diferencia-se por completo das primeiras iniciativas com essa denominação, em que a lógica do trabalho foi uma das bases propostas para o tratamento moral da loucura. Como bem aponta Lima (2004), o entendimento do

trabalho como algo que dignifica e valoriza o indivíduo tem a ver com o avanço do capitalismo e a necessidade de normatizar os corpos para uma vida industrial. Dessa forma, apesar desta ideia não ter nascido dentro das instituições asilares, foi introduzida por Pinel e ganha espaço nas práticas psis.

A laborterapia, como é denominada, dominou os hospitais psiquiátricos brasileiros, principalmente as Colônias. Existiam, inclusive, serviços das instituições em que os internos operavam na limpeza e na cozinha, além de setores como costura, trabalho com barro, couro, madeira e trabalho com cultivo no terreno hospitalar. Importante salientar que a laborterapia e sua utilização vão contra os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, pois a ótica pineliana (Amarante, 2007) utilizava-se do trabalho como forma de reconduzir a “desrazão” da loucura para um estado de normalidade, disciplina e racionalidade (Mendonça, 2005; Dias, 2018) presente nas organizações ergonômicas.

A realização de oficinas na saúde mental tem sido a proposta principal para a construção de um cuidado em saúde que desinstitucionaliza a loucura e compromete-se com a pluralidade das formas de ser e estar no mundo. O abandono do modelo de atenção manicomial e hospitalar envolve não só o fechamento dos manicômios, mas a extinção de práticas ocupacionais e de isolamento, essas últimas norteadas pelo entendimento do trabalho como via de reinserção social e normatização do louco. O objetivo das atividades deixa de ser disciplinar e adequar o sujeito à instituição e suas normas, oferecendo ocupação e entretenimento, e passa a ser acolher e incentivar a expressão da diferença (Guimarães & Guazzelli, 2016, p.7-8), apostando no coletivo como fundamental para essa finalidade.

O efeito terapêutico das oficinas comprometidas com esse acolhimento e expressividade nasce do vínculo grupal entre os

participantes, os quais a partir do interesse na atividade se engajam e podem compartilhar experiências. Essa troca além de fortalecer a socialização e integração (Guimarães & Guazzelli, 2016, p.12) é responsável pela construção de um plano comum entre os participantes. Ao habitarem o mesmo território existencial, todos os participantes se colocam abertos ao novo e ao imprevisível que pode surgir dessa troca, vivenciando e reverberando os afetos produzidos no encontro.

A realização da atividade em grupo promove laços afetivos entre os conviventes e se consolida por sua potência, de modo que não possa ser vista “como forma de dar conta da demanda” (Guimarães & Guazzelli, 2016, p.12). A oficina em saúde mental é, antes de tudo, encontro com a alteridade, organizando-se pela convivência e protagonismo dos participantes de modo a constituir-se num espaço de produção de autonomia, cidadania, sentidos e modos de vida e cuidado integral. Esses elementos estão presentes na própria construção da oficina, desde a oferta de atividades diversificadas – como experimentamos no Centro de Convivência Virtual – passando pela escolha de atividades que mais interessam o convivente até a colaboração ativa na construção da oficina em questão, sugerindo ações e se colocando pelo pertencimento ao grupo.

Grandes aliadas na construção e mediação das oficinas são as artes, por seu poder transformador do laço social. O que está em jogo com a utilização de oficinas artísticas como produtoras de saúde é a possibilidade de elaboração de afetos e relações com o outro por meio de outras linguagens que não necessariamente a expressão pela palavra direta. Este processo evoca o que Nise da Silveira denominava forças como “potenciais autocurativos da psique” (Silveira, 1992, p. 162), que se dão por meio da expressão artística, psíquica e social nas oficinas.

A palavra, e principalmente a palavra direcionada ao outro ou vinda do outro, pode se apresentar como obstáculo para o sujeito em sofrimento psíquico. A função da oficina e do oficinairo se apresenta então como possibilidade de contornar esse sofrimento e permitir outras expressões, a partir do laço social. Mendonça (2005, p. 633) traz estas ideias bem formuladas em uma comparação com os poetas: “[...] o psicótico permanece, de certo modo, assujeitado a esse mundo de palavras, que parece falar através dele, diferentemente do poeta, que pode fazer-se sujeito em meio à linguagem que o cerca.” A oficina se apresenta então como afirmação da subjetividade de seus participantes, da importância desta afirmação no social, em prol deste “fazer-se sujeito”. Permitir que afetos possam ser manejados e expressados como poetas o fazem, numa perspectiva de promoção de saúde.

Em vista dessas reflexões, o manejo do oficinairo se apresenta como essencial para que as oficinas sejam de fato desinstitucionalizantes, e não apenas laborterapias. Há de se atentar, na posição de oficinairo, para o fato de que a oficina não se faz principalmente pelo “quê”, e sim pelo “como”. Só por se tratar de uma oficina artística, por exemplo, não quer dizer que ela será promotora de saúde. Como afirma Mendonça (2005, p. 631): “O trabalho de coordenador das oficinas é o de acolher os sons, as falas, as formas, os atos, afirmando que há ali um sujeito com algo a dizer e a fazer, interessando-se por esse algo e esforçando-se por buscar um sentido nesse fazer”.

Assim, a oficina, enquanto dispositivo grupal, visa criar espaço para dar vazão às potencialidades de vida, “permitindo que o conteúdo emergente do grupo, aquilo que o próprio grupo traz como conteúdo latente, seja revelado e colocado em pauta” (Brasil, 2013, p. 123). Nesse processo, os tensionamentos aparecem. Tensões estas tanto relacionadas aos modos

de ser e estar no mundo; como também reveladoras das performances-em-nós reprodutoras e legitimadoras de linhas de forças limitantes.

Considerações temporárias

Ao pensar as oficinas como práticas grupais que, quando fundamentadas no paradigma da Reforma Psiquiátrica Brasileira, promovem a desinstitucionalização da psicologia e das práticas em saúde, é preciso ressaltar sua importância para a promoção de saúde e investigar como e onde são implementadas. O apontamento de Guimarães e Guazzelli (2016) de que as oficinas ainda são formas de cuidado mais frequentes na atenção especializada, como nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), do que na Atenção Básica, reforça a necessidade da expansão de práticas como essas nas esferas mais primárias da rede. A implementação de oficinas, bem como de outras práticas desinstitucionalizantes, é um caminho fértil para evitar o retorno a uma compreensão hospitalar e medicalizante do cuidado em saúde, norteando a compreensão desse a partir de elementos como a convivência e a autonomia.

Além disso, a realização de atividades construídas o mais horizontalmente possível, como observado nos Centros de Convivência, e a participação de profissionais de outras áreas, auxilia no processo de retirada da Psicologia do lugar de saber-poder em relação ao louco, contribuindo no processo de borrar fronteiras entre as diferentes figuras que transitam no espaço das oficinas no cuidado em saúde.

A partir de relatos de experiências de conviventes, estudantes, atores e componentes de uma rede viva, que entrelaça sujeitos, dispositivos de saúde, saberes, territórios existenciais os mais diversos possíveis, assim como de um experimentar-fazer-es-

crever-pesquisar cartográfico, nos lançamos a acompanhar dinâmicas de forças, disputas e processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização nos agenciamentos possíveis entre Psicologia, Loucura e Convivência.

Como colocado, não pretendemos, com o presente trabalho, encerrar nenhuma discussão, mas seguir com os questionamentos acerca das práticas que potencializam a desinstitucionalização, desde os espaços formativos até a atuação no campo da psicologia e da saúde. Assim, possibilita-se, a partir da composição de um plano comum, outros modos de subjetivação que garantam amplitude para a diversidade no viver social.

Bruna de Oliveira Bizarro,

estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

João Vítor Moreira Gonçalves,

estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Pamella Rothstein,

estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Luiza Pereima Conde, estudante de Psicologia,

Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Amanda Rego de Faria,

estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Maria Clara Germano Quintino Conforto Teldeschi,

estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Peder de Faria Salles,

estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Rayane Stephany dos Santos Magalhães,
estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Victória Benfica Marra Pasqual,
estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Sofia Penido Duchateau,
estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ);

Victor Gabriel Martins da Silva,
estudante de Psicologia, Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ).

Thiago Melicio,
professor adjunto, Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do
Rio de Janeiro.

Leonardo Velasco,
psicólogo, Instituto de Psicologia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Alvarez, A. P. E., & Silva, J. O. (2015) Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 6 (1), 5-19.

Alvarez, J., & Passos, E. (2009) Cartografar é habitar um território existencial. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Amarante, P. (2007). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; p. 159.

Barros, D. D, (2014). Cidadania versus periculosidade social: a desinstitucionalização como desestruturação do saber. In Amarante, P, organizador. *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz;

Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil: permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, São Paulo. Recuperado em maio, 2021, de <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17243>>

Bondía L. (2002) Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev Bras Educ.* (19):20-8.

Brandão, A. A. (2003) *Antropologia como Gênero: Uma discussão introdutória em três autores*. Trabalho apresentado na reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu/MG.

Brasil (1962). *Lei Nº 4.119*, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1962. Recuperado de <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>>

Brasil (2011). *Portaria 3088 de 23 de dezembro de 2011*. Ministério da Saúde. Recuperado de <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>

Brasil (2013) Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Cadernos de Atenção Básica, n. 34*. Brasília: Ministério da Saúde.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*, v.2. São Paulo: Editora 34.

Despret, V. (2011) Fractal: Leitura etnopsicológica do segredo. *Revista de Psicologia*, v. 23 – n. 1, pp. 5-28.

Dias, J. D. da S. (2018). Oficinas Terapêuticas como estratégia para reinserção psicossocial e produção de vínculo. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 3(5), 129-145. Recuperado de <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15933>>

Dimenstein, M. (2000) A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5 (1), p. 95-121.

Emerich, B. F., & Onocko-Campos, R. (2019) Formação para o trabalho em Saúde Mental: reflexões a partir das concepções de Sujeito, Coletivo e Instituição. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 23, pp. 1-15.

Eugénio, F., & Fiadeiro, J. (2012). *O encontro é uma ferida*. Excerto da conferência-performance Secalharidade. Recuperado de <<https://ladcor.files.wordpress.com/2013/06/o-encontro-c3a9-uma-ferida.pdf>>

- Ferigato, S. H., & Carvalho, S. R. (2011). Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 15, 663-676.
- Fernandes, A. D. S. A., Matsukura, T. S., Lussi, I. A. de O., Ferigato, S. H.; Moreto, G. G. (2020). Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 725-740.
- Ferreira, A.A.L., & Pereira, A.L. (2007). O Projeto da Psicologia como ciência da experiência: ascensão e declínio do império dos sentidos. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 15-15.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2010). *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1995). Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: Dreyfus, H., Rabinow, P. (Orgs.) *Michel Foucault na trajetória filosófica*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- GONDIM, G. (2009). M.; MONKEN, Maurício. Territorialização em saúde. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 393-399.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2005) *Micropolíticas: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, S., & Guazzelli, C. T. (2016). *Oficinas terapêuticas: formas de cuidado em saúde mental na atenção básica*. Itajaí: Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Recuperado de <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Saionara-Guimar%C3%A3es.pdf>>
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre. Recuperado de <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>
- Illich, I. (1975) *A expropriação da saúde: gênese da medicina*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Latour, B. (2016) *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34.
- Liberato, M. D. M. (2011). Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersectorialidade e do trabalho em rede. *Cadernos Brasileiros De Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Heal-*

th, 1(1), 212-222. Recuperado de <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68442>>

Lima, E. A. (2004). Oficinas, laboratórios, ateliês, grupos de atividades: Dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. *Oficinas terapêuticas em saúde mental: Sujeito, produção e cidadania*, 59-81. Recuperado de <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15933/13006>>.

Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia* (Natal), 2(1), 7-27. <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>

Mendonça, T. C. P. (2005). As oficinas na saúde mental: relato de uma experiência na internação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 626-635. Recuperado de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000400011>>

Rapport, N., & Overing, J. (2000) *Alterity. Social and Cultural Anthropology: The Key Concepts*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 9-18.

Ribeiro, S. L., & Luzio, C. A. (2008) As diretrizes curriculares e a formação do psicólogo para a saúde mental. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 203-220.

Ribeiro, S. L. (2007). *A saúde mental, a formação do psicólogo e as diretrizes curriculares nacionais: territórios em aproximação?* Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

Rotelli, F. De Leonardis, O., & Mauri, D. (1990) Desinstitucionalização: uma outra via. In: Rotelli, F.; De Leonardis, Ota; Mauri, D. (1990) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, p. 17-59.

Scarcelli, I. R., & Junqueira, V. (2011) O SUS como Desafio para a Formação em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 31, n. 2, 340-357.

Silveira, N. (1992) *Mundo das Imagens*. São Paulo: Editora Ática.

Yasui, S., & Costa-Rosa, A. (2008) A estratégia atenção psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de saúde mental. *Saúde em Debate*, 32(78/80), 27-37.

Yasui, S.; Luzio, C.; Amarante, P. (2018). Atenção psicossocial e atenção básica: a vida como ela é no território. *Rev. Polis e Psique*; 8(1), 173-190. Recuperado de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v8n1/v8n1a11.pdf>>

ADAPTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA COVID-19: A EXPERIÊNCIA DO CONEXÃO RD

Resumo

Relata-se a experiência de trabalho do projeto de extensão universitária Conexão RD. Vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, objetiva promover cuidado a pessoas que apresentam problemas relacionados ao uso de drogas na perspectiva da Redução de Danos. O isolamento social imposto pela pandemia interrompeu o principal dispositivo de ação do projeto, a convivência. Incorporou-se a virtualidade como ferramenta para intervenções do projeto, experiência que será aqui descrita.

Palavras-chave: COVID-19, Relações Comunidade-Instituição, Redução do Dano

Introdução

O que se planeja para a universidade brasileira, se planeja para a sociedade brasileira, e a primeira tem sido, há décadas, palco de disputas políticas entre diferentes projetos de sociedade. A extensão universitária é a expressão de um desses projetos, onde a universidade funciona como um órgão vital que pertence, tal como serve, a todos. É um patrimônio público multipotente, capaz de assumir diversos papéis na transformação da sociedade, da cultura e dos indivíduos, à medida

que resgata, conserva, produz, transforma e transmite conhecimento. Nesse sentido, as políticas de extensão carregam e representam ideais de democracia e autonomia universitária, de ensino universal e de interesse público.

Dada a devida dimensão política e histórica da extensão universitária, é possível sintetizar seus princípios em cinco diretrizes fundadoras, estabelecidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), as quais deverão ser norteadoras de todas as ações de um projeto de extensão. São elas a interação dialógica com a sociedade, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão, o impacto na formação do estudante e o impacto na transformação social. (FORPROEX, 2012). Como afirma Mazilli (2011, p.209), “... a universidade é patrimônio da sociedade como um todo e não apenas da parcela desta sociedade que a frequenta.”

O projeto Conexão RD – Redução de Danos Rede e Território: Conexões do Espaço de Convivência PROJAD na interface arte/saúde cultura – é um projeto de extensão universitária vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Objetiva intervir junto às pessoas que apresentam problemas relacionados ao consumo de drogas, usuárias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região Centro-Sul do município do Rio de Janeiro. Através de atividades na interface arte/saúde/cultura busca ampliar e multiplicar os diálogos entre a Redução de Danos, uma estratégia em saúde pública no campo do cuidado a usuários de álcool e outras drogas, e as relações, hábitos e fazeres das pessoas que participam das ações do projeto. A Redução de danos trata-se de “uma estratégia de produção de saúde alternativa às estratégias

pautadas na lógica da abstinência, incluindo a diversidade de demandas e ampliando as ofertas em saúde para a população de usuários de drogas” (Passos & Souza, 2011). Nesta ação de extensão, compreende-se que a experiência estética nos campos da arte e da cultura utilizada como insumo em Redução de Danos possibilita o estabelecimento de novos laços sociais e um maior sentimento de pertencimento socio-cultural dos participantes (Machado, 2017).

Entre as ações do projeto estão a realização de grupos de redução de danos em Unidades Básicas de Saúde e em Centro de Atenção Psicossocial no território da Rocinha, comunidade da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Também são realizadas oficinas em parceria com o Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira, vinculado ao Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (PROJAD) do Instituto de Psiquiatria (IPUB) da UFRJ, que buscam promover acessos às ações desenvolvidas aos usuários da RAPS e potencializar a interface do equipamento com a rede. O Conexão RD promove intervenções artísticas e culturais itinerantes articuladas à estratégias de RD, que incluem a distribuição de kits de RD contendo insumos para uso responsável de substâncias e informações para auxiliar na gestão de prazeres e redução de riscos e danos das pessoas que escolhem consumir drogas. Outra frente de ação do projeto inclui a produção de conteúdo sobre RD e a mobilização de mídias digitais, como instagram, facebook, youtube e spotify. O planejamento e a execução das ações do projeto são realizados de forma coletiva por uma equipe interdisciplinar e multiprofissional composta por técnicos, docentes, discentes de graduação e pós-graduação da UFRJ e por colaboradores externos. A equipe executora é composta por vinte membros das disciplinas de terapia ocupacional, psicologia, psiquiatria, geografia, comunicação social, musicoterapia e psiquiatria e reúne-se semanalmente

em encontros de educação permanente para elaboração, planejamento e reflexões sobre as ações desenvolvidas.

O Conexão RD estrutura suas intervenções a partir do Espaço de Convivência do PROJAD (Programa de Estudos e Assistência ao Uso indevido de Drogas), localizado no complexo hospitalar do Instituto de Psiquiatria (IPUB), Campus da Praia Vermelha/UFRJ, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. O PROJAD foi fundado em 1996 e oferece assistência ambulatorial a pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas a partir de uma equipe multiprofissional formada por técnicos, docentes, discentes de graduação e pós-graduação. Dispõe de um Espaço de Convivência onde são realizadas oficinas e atividades culturais.

O Espaço de Convivência do PROJAD (EC PROJAD) foi inaugurado em 2006 a partir de parceria institucional entre o Ministério da Saúde (MS) e o IPUB. Inicialmente nomeado Centro de Convivência PROJAD, foi rebatizado em 2021 como o nome Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira, em adequação à sua estrutura e em homenagem póstuma à psicóloga e professora que colaborou no projeto de implementação. Antes do isolamento social imposto pela pandemia, aconteciam no EC PROJAD dezenove atividades coletivas semanais que compunham os cotidianos dos conviventes, entre elas: mosaico, culinária, expressão e arte, jogos teatrais, fotografia, musicoterapia, yoga, arteterapia e leitura. A parceria entre o Conexão RD e o EC PROJAD desenvolve-se a partir da perspectiva de ruptura com o modo hegemônico de pensar saúde apenas como remissão dos sintomas. (Aleixo, 2016)

Do presencial para a convivência virtual

O dispositivo da convivência na modalidade presencial sempre se apresentou como um elemento de grande relevância para o

desenvolvimento das ações do Conexão RD. Conforme Dománico et al (2020), os espaços de convívio são uma ferramenta de aproximação e criação de vínculos, com o objetivo de pensar coletivamente e contribuir para a autonomia das pessoas.

Diante das limitações à convivência impostas pelo isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus, desde março de 2020, e dos avanços da era tecnológica, os espaços virtuais foram uma alternativa importante para a continuidade do trabalho extensionista em todas as suas dimensões, especialmente ao que refere-se à dimensão dialógica com a comunidade. Foi com essa perspectiva que o Conexão RD optou por expandir o arcabouço de suas intervenções para o universo digital, visando construir novas possibilidades de convivência e superar as barreiras físicas impostas pelo isolamento social.

Enquanto projeto de extensão vinculado às oficinas e demais ações executadas no EC PROJAD, sentimo-nos convocados a criar novas vertentes de atuação em face ao isolamento social decorrente da pandemia. Nesta perspectiva, a utilização de serviços de streaming como o YouTube, Instagram, Facebook, Spotify e outros, tornaram-se ferramentas de disseminação das intervenções em Redução de Danos (RD) por meio da arte e da cultura.

Com o intuito de abranger um público-alvo cada vez maior, nossa estratégia no aparato das mídias sociais foi expandir o alcance dos conteúdos através da aposta em plataformas digitais diversas e distintas entre si. Isso significa dizer que, uma vez que o objetivo da extensão é transpor os muros da universidade e dialogar com a sociedade, nossa equipe sabia que seria preciso compreender quais eram/são os principais meios e ferramentas pelas quais as pessoas costumam buscar informações. Chegamos ao consenso de que, conforme somos seres singulares com gostos específicos, acabamos

por buscar plataformas, lugares virtuais, múltiplos e distintos, a fim de alcançarmos tais objetivos de apreender sempre as novidades e nos comunicar globalmente.

Traçando novos caminhos: conexões possíveis no contexto da pandemia

Redes sociais

No processo de construção de redes pelo Conexão RD no âmbito da virtualidade, o Instagram destacou-se como o meio mais eficaz e utilizado para veicular as ações do projeto. Organizou-se um cronograma de postagens que visou divulgar conteúdo sobre Redução de Danos. Esta iniciativa possibilitou que a página do projeto ganhasse novos seguidores e se conectasse a outros coletivos com temáticas relacionadas à RD, à saúde mental e à convivência.

Nesta direção, um dos conteúdos produzidos para a página do Conexão RD no Instagram foi o quadro “Dicas de RD na Quarentena”, com o objetivo de compartilhar informações e práticas em Redução de Danos pertinentes ao contexto do isolamento social no âmbito do consumo de drogas e da prevenção do contágio pelo coronavírus. Outro quadro incorporado às postagens da página do projeto foi o “Larica Artística”, com indicações de filmes, documentários, músicas, vídeos, livros e textos. Um convite aos seguidores da página para refletirem sobre o consumo de substâncias e temáticas transversais ao campo álcool e outras drogas de forma mais leve e descontraída. Seguindo uma hashtag criada na plataforma do Instagram utilizada para recordar momentos registrados por fotografia, semanalmente, às quintas, postou-se ações feitas de modo presencial desde o início das ações do projeto, em 2018, com a #TBT (*throwback thursday*).

Através do Instagram, realizou-se divulgação das atividades da Oficina Redução de Danos e Cotidiano que compôs a Agenda Conviver na Plataforma Centro de Convivência Virtual (CVV) entre 22/07/2020 a 07/10/2020. A oficina foi executada pelo projeto de extensão Conexão RD em parceria com o EC Projad. Com periodicidade semanal, foram realizados doze encontros remotos planejados a partir da interprofissionalidade, da transversalidade de temáticas no campo álcool e outras drogas, da ética da Redução de Danos e aplicabilidade de suas intervenções no contexto pandêmico e das especificidades de se promover a convivência pelo meio digital.

As atividades da oficina realizadas no formato de lives foram transmitidas pelas páginas do Conexão RD e do CVV no Facebook, semanalmente, às quartas-feiras, às 15h. As que demandaram espaço privativo aos participantes e que não foram transmitidas ao vivo realizaram-se através da plataforma Google-meet.

O CVV foi concebido em julho de 2020, no âmbito do Fórum Estadual dos CeCo's do Rio de Janeiro, a partir da demanda de usuários da RAPS pela ampliação dos serviços remotos e dispositivos de convivência no universo digital considerando a interrupção das atividades coletivas presenciais nos CeCo's em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus. Enquanto componentes do Fórum, o Conexão RD e o EC PROJAD mobilizaram-se junto a outros CeCo's e coletivos ligados à temática da convivência do estado do Rio de Janeiro para buscar uma forma de viabilizar a convivência por meio remoto.

O projeto "Centro de Convivência Virtual: promoção da saúde e redes de afeto em tempos de pandemia", foi apresentado ao Edital Inova COVID-19/Fiocruz, sendo selecionado e contemplado com fomento para sua realização. Foi desenvolvido o portal

www.centrodeconvivenciavirtual.com.br e os seis CECOs do SUS e mais três coletivos universitários passaram a oferecer atividades artístico-culturais diversificadas pelas tecnologias da informação e comunicação para diferentes públicos. O projeto visa promover a saúde dos “conviventes” ao oferecer um espaço de encontro coletivo virtual e um canal de expressão dialógica e interação alternativo aos encontros presenciais, utilizando a arte e a cultura, além de potencializar o trabalho dos CECOs através do intercâmbio de experiências e do fortalecimento das redes de afeto. (Alvarez et al, 2021, p.98)

Desenvolver a Oficina Redução de Danos e Cotidiano para a Agenda ConViver foi de importante contribuição para os processos de reconfiguração das ações de extensão e da forma como a equipe do Conexão RD compreendia e promovia a convivência no período pré-pandêmico. Possibilitou à equipe do projeto adquirir e aprofundar conhecimentos referente às possibilidades de troca e sustentabilidade da convivência no âmbito online.

Tanto o Instagram quanto o Facebook permitiram que os processos de comunicação e interação do Conexão RD com outros projetos, pesquisadores, coletivos, estudantes e público em geral fossem incrementados e ampliados. Ambas as plataformas também foram meios para as divulgações dos episódios de podcasts produzidos pela equipe do projeto.

A ideia de produzir um podcast surgiu antes da pandemia durante uma oficina no Espaço de Convivência do PROJAD. Mediante as demandas dos usuários ali presentes, uma extensionista do Conexão RD trouxe à tona essa possibilidade. O formato do podcast surgiu como uma solução possível para atender aos anseios por novas atividades culturais, novos canais de expressão da voz do usuário, novos dispositivos de convivência e, por parte dos extensionistas, novas ferramentas para divulgação e ampliação do alcance das ações do projeto.

Devido à interrupção das atividades coletivas presenciais no EC PROJAD em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia e frente à possibilidade de continuidade das ações da extensão por meio remoto, a ideia do podcast sofreu algumas adaptações para a sua concretização. Através dos encontros semanais de educação permanente debateu-se sobre as etapas necessárias para desenvolver o conteúdo, pois nenhum membro da equipe tinha experiência neste tipo de produção. A equipe buscou informações e acessou um aplicativo gratuito, o Anchor, que auxilia na produção e edição do podcast e distribui o conteúdo nas plataformas de streaming de áudio digital Spotify, Apple Podcasts, Google Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Breaker. Um dos membros da equipe engajou-se em dominar a técnica de manejo do aplicativo e responsabilizou-se pela produção técnica do conteúdo de áudio.

A escolha do tema e a construção do argumento para o podcast realiza-se de forma coletiva nos encontros remotos de educação permanente. Neste processo criativo debate-se sobre temas potenciais que tenham interface com a temática da RD e o campo álcool e outras drogas. Definido o tema, a etapa seguinte consiste na pesquisa. Nesse momento, a equipe responsável pelo episódio organiza-se em um grupo de Whatsapp, por onde busca otimizar os processos de comunicação e compartilhamento de informações sobre as pesquisas. Na sequência, elabora-se um roteiro. No caso de haver algum convidado para o episódio, realiza-se o convite e combina-se uma conversa remota prévia à gravação para discussão do roteiro. Realizada a gravação, o extensionista responsável realiza a edição e distribuição do episódio em plataformas de streaming. Os episódios do podcast também são disponibilizados com legendagem integral no canal do Conexão RD no Youtube, a fim de promover a acessibilidade do conteúdo. O processo de legendagem viabilizou-se devido ao interesse e engajamento

de um dos extensionistas em pesquisar como esta realiza-se. A divulgação do podcast é postada nas redes sociais do Instagram e Facebook do Conexão RD.

Dentre os três episódios já lançados, abordou-se temas diversos sob a perspectiva da Redução de Danos: consumo de drogas na quarentena, guerra às drogas, racismo, encarceramento feminino e psicodélicos. O primeiro episódio contou com a participação de dois extensionistas, a coordenadora do projeto e um agente redutor de danos. No segundo episódio, a convidada foi uma enfermeira especialista em saúde mental e ativista dos direitos das mulheres em privação de liberdade e contou com a participação de três extensionistas. Para abordar a história e o futuro dos psicodélicos, estiveram presentes três extensionistas e um convidado psicólogo e redutor de danos.

Outra rede social ocupada pelo projeto foi o Youtube, onde criou-se o canal “Conexão RD”, para divulgação de conteúdo audiovisual sobre a RD e ações desenvolvidas pela equipe executora. Os vídeos publicados no canal também são fruto de um processo de criação coletiva que convoca os membros da equipe a buscarem formas de se apropriar de tecnologias para a produção de conteúdo e a pesquisar informações para compor material qualificado.

Criar e produzir podcasts e conteúdo audiovisual sem conhecimentos prévios proporcionou aos extensionistas do projeto uma nova experiência, já que ninguém da equipe dispunha da técnica ou de conhecimento prévio sobre estes formatos de mídia digital. Foi necessário pesquisa, investigação e muito empenho. Cada membro do Conexão RD se propôs a fazer o que estava dentro do alcance de suas habilidades, afinidades e disponibilidades, ainda que a rotina de cada um se encontrasse tão desregulada em meio à pandemia. Além da riqueza de aprendizados

obtidos pelos extensionistas, o formato proporcionou para o público uma via alternativa de troca e convivência, que são os principais dispositivos de ação do projeto Conexão RD.

Grupos de Redução de Danos na Rocinha

Uma das frentes de ação do projeto Conexão RD é o trabalho realizado nos grupos de redução de danos que ocorrem no território da favela da Rocinha, localizada na zona sul do Rio de Janeiro. Os grupos são realizados pelo redutor de danos Devaldo, junto aos profissionais de saúde das UBSs e do CAPS, e oferecem acolhimento, escuta e empatia às pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas lícitas ou ilícitas.

Ao todo existem quatro grupos de redução de danos no território, que ocorrem nos seguintes locais: Clínica da Família Maria do Socorro, CAPS III Maria do Socorro, Centro Municipal de Saúde (CMS) Dr Albert Sabin e na Clínica da Família Rinaldo de Lamare. Os encontros ocorrem uma vez por semana, com duração aproximada de 1h30m e possibilitam o vínculo entre os usuários e os profissionais da saúde. O Conexão RD é parceiro neste trabalho desde 2018, através da presença e acompanhamento de nossos extensionistas nestes grupos, que são tão potentes e oferecem muitas conexões e trocas de experiências.

No início da pandemia os encontros presenciais foram suspensos e retornaram em junho de 2020. Para que o Conexão RD pudesse se manter nestes espaços, optou-se pela realização de videochamadas através do aplicativo Zoom, entre o celular do Devaldo e de uma psicóloga extensionista. Toda quarta-feira, no início da reunião do grupo no CMS Dr. Albert Sabin, a ligação por vídeo é realizada e Devaldo coloca seu celular na mesa do local, de maneira que possa ver os participantes que estão presencialmente.

Estar remotamente nos encontros é uma maneira de diminuir a distância que a pandemia gerou e possibilita que o Conexão RD dê continuidade nas trocas realizadas com os usuários e com os profissionais. Os grupos funcionam como fator de proteção às pessoas que utilizam alguma substância, por isso, permanecer nestes espaços de produção de alternativas de vida para além do uso de drogas mostra resistência e resiliência diante do atual cenário em que se encontra o país.

Um futuro híbrido?

O contexto da pandemia do coronavírus no Brasil colocou para todos um cenário de incertezas e rupturas. Passado mais de um ano da interrupção das atividades coletivas presenciais no âmbito da extensão da UFRJ e do EC PROJAD, ainda não há previsão de quando elas serão retomadas. O processo de vacinação segue a passos lentos em um país de magnitude continental. O avanço da Covid-19 catalisou processos de apropriação das plataformas digitais para que se inventassem novas formas de conexão e convivência face ao isolamento social necessário. Provocou na equipe do Conexão RD o interesse na produção de materiais virtuais que deram suporte a estas mudanças e, ainda, evidenciou um território já existente, mas negligenciado ou subutilizado por muitos setores da academia.

A partir do relato desta experiência, observa-se que o território virtual assumiu um papel de centralidade nas ações extensionistas do projeto. As redes sociais configuraram-se como importante ferramenta de comunicação entre o projeto e o público alvo fizeram-se a ponte que permitiu sustentar a relação dialógica entre sociedade e universidade e fomentar a convivência no contexto do isolamento social.

A partir das adequações das ações do Conexão RD ao modo remoto, da interação com outros projetos de dentro e de fora da Universidade, observou-se a potência da ocupação do ambiente virtual, das trocas viabilizadas pelo meio digital e conectado. Desta forma, compreende-se que, mesmo quando for possível o retorno às atividades presenciais, as relações tendem a ser cada vez mais híbridas, presenciais e remotas.

Destaca-se que a ocupação do território virtual e a incorporação de tecnologias no âmbito dos serviços de saúde e da Universidade visam garantir a qualidade de vida, superar barreiras físicas, reduzir danos e potencializar o alcance das redes de cuidado. Porém, em um país de tantas desigualdades como o Brasil, encontram-se limitações para a equidade em relação ao acesso e manejo de tecnologias. A desconexão digital é uma realidade que afeta um quarto da população do país, o que representa cerca de 50 milhões de não usuários, de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicada em jornal de grande circulação (Rosa, 2021). Diante de uma realidade cada vez mais híbrida, torna-se necessário o investimento em políticas públicas de inclusão digital e acessibilidade. Em contraponto, neste momento, como o que estamos vivenciando em decorrência da pandemia, reclusos em casa com grande parte do cotidiano imersos em telas, o uso excessivo da internet e dos meios de comunicação configuram-se como um risco em muitas dimensões, especialmente ao que concerne à saúde mental.

Consciente das limitações e implicações das ações no ambiente virtual, a equipe do Conexão RD apostou nas potencialidades vislumbradas e aceitou o desafio de ocupar as redes sociais e plataformas digitais inventando novas possibilidades de inte-

ração e convivência. Engajou-se na pesquisa e apropriação de tecnologias de forma criativa e colaborativa.

Considerações finais

A partir da experiência relatada considera-se que não só a extensão universitária e os Centros de Convivência, mas a educação e saúde públicas poderiam se beneficiar do uso das tecnologias de comunicação de forma ampliada. Compreende-se que as ações do projeto de extensão em território virtual representam estratégias de redução de danos, promoção de saúde e de formação, em face aos danos provocados pelo isolamento social imposto pela pandemia.

Através dos encontros de educação permanente percebeu-se que os processos que integraram o desenvolvimento das ações de extensão neste contexto adverso possibilitaram um convívio virtual importante para a sustentabilidade da saúde mental do público alvo do projeto e da própria equipe do Conexão RD. Conviver virtualmente, produzir conteúdo, pesquisar temas relacionado ao projeto, editar vídeos, realizar postagens nas redes sociais, interagir com o público, transmitir *lives*, gravar podcasts... Grande parte dos fazeres advindos deste processo de construção de redes a partir da prática extensionista aqui relatada contribuíram para reduzir sensações de incerteza, estresse, solidão, inquietação e demais efeitos negativos do contexto pandêmico e do quadro atual de avanço da necropolítica como face mais cruel do neoliberalismo. Estes processos compuseram ancoragens em um momento de deriva e mobilizaram forças criativas de produção de novos modos de existência que possibilitaram o seguimento do trabalho e da vida permeados por afetos.

Keronlay da Silva Machado

Mestre em educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz, Terapeuta Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora do Projeto de extensão Conexão RD e do Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria/UFRJ.

Bruna de Oliveira Bizarro

Discente de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista bolsista do projeto Conexão RD

Pedro Fortes de Azevedo Rangel

Discente de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista bolsista do projeto Conexão RD

Ramires Milena Porto Costa

Discente de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do rio de Janeiro, extensionista bolsista do projeto Conexão RD

Lorena Souto Xavier

Discente de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista voluntária do projeto Conexão RD

REFERÊNCIAS

Aleixo, J. M. P. (2016). *Centro de convivência e atenção psicossocial: invenção e produção de encontros no território da diversidade*. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1695> . Acesso 11 de março de 2021.

Alvarez, A. P. E., de Barros Fernandes, J., de Oliveira, M. I. Q., da Silva, I. C. A., & de Castro, R. (2021). *Convivência Virtual: a arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial*. *Revista GEMInIS*, 11(3), 87-107. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/566> >. Acesso em 14 de março de 2021.

Domanico, A., Brites, C. M., & de Castro Comis, M. A. (2020). *Centro de convivência “É de Lei” e a redução de danos*. *BIS. Boletim do Instituto de*

Saúde, 21(2), 82-93. Disponível em: <<https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/view/34612>>. Acesso em 24 de março de 2021.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, & Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2012). *Política nacional de extensão universitária*. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2021.

Machado, K. S. (2017). Insumos, arte e laço social no contexto das práticas contemporâneas em redução de danos (Dissertação de Mestrado, EPSJV/FIOCRUZ). Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20762>>. Acesso em 15 de abril de 2021.

Mazzilli, S. (2011). Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, 27(2). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770>>. Acesso em 27 de março de 2021.

Passos, E. H., & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/zMk4Dq4gQ4XhH4dQgzScQRm/?lang=pt>>. Acesso em: 3 de abril de 2021.

Rosa, A.C. (2021). *Desconexão Digital*. Folha de São Paulo.

CONVIVÊNCIA VIRTUAL: REDUÇÃO DOS DANOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA COVID-19

Resumo

Com a interrupção das atividades presenciais devido à pandemia Covid-19, os Centros de Convivência organizaram-se remotamente. Relata-se a experiência da Oficina Redução de Danos e Cotidiano, desenvolvida no âmbito do Centro de Convivência Virtual, pelo Espaço de Convivência do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas junto ao projeto de extensão universitária Conexão RD. A atividade ampliou diálogos e interfaces da redução de danos com o cotidiano dos conviventes.

Palavras-chaves: COVID 19, Redução do Dano, Convivência Virtual

Introdução

A pandemia Covid-19 obrigou os seres humanos, de forma abrupta e violenta, a repensarem seus processos de trabalho, formação e convivência, trazendo para a ordem do dia a exigência do uso dos meios de comunicação e das tecnologias como, em alguns casos, únicas formas disponíveis de se interagir e relacionar. A rede de afetos que constitui o humano pas-

sou a ser mediada, prioritariamente, pelas novas tecnologias, fazendo com que cada um de nós tomasse consciência que vivemos em uma era digital, móvel, leve e líquida, estruturada de forma cada vez mais complexa e ubíqua, onde o analógico e o digital, o real e o virtual, o humano e a máquina coabitam (Moreira & Rigo, 2018). Ainda segundo os autores, o reconhecimento de que vivemos numa nova ordem social, cultural, econômica, política e da vertiginosa evolução das tecnologias faz-se cada vez mais necessário a reinvenção de espaços híbridos de formação e compartilhamento, como, por exemplo, os viabilizados pelos ecossistemas digitais em rede.

O presente relato pretende descrever como se constituíram os processos de trabalho, de apropriação de tecnologias e de ressignificação de tempos e espaços de cuidado na equipe do Projeto de Extensão «Conexão RD - Redução de Danos Rede e Território: Conexões do Espaço de Convivência do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (PRO-JAD) na interface arte/saúde cultura”, para viabilizar a continuidade das ações extensionistas frente ao isolamento social imposto pela pandemia e compor as atividades do Centro de Convivência Virtual, Plataforma Digital criada via Edital INOVA/Fiocruz e proposta pelo Fórum dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro.

Faz-se necessário contextualizar os diferentes atores e dispositivos envolvidos neste processo. O Fórum dos Centros de Convivência foi criado em 2018 para promover a integração entre os oito dispositivos assistenciais da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro, denominados Centros de Convivência e Cultura. Os Centros de Convivência e Cultura (CECO's) promovem a convivência enquanto dispositivo de cuidado pautado no modelo comunitário, na despatologização

dos sujeitos e na desinstitucionalização das vidas de pessoas com transtornos mentais e problemas relacionados ao uso de drogas através da interface entre arte, cultura e território.

O projeto de extensão Conexão RD foi criado em 2018 e está vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao PROJAD (Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas), do Instituto de Psiquiatria (IPUB) da mesma universidade. Objetiva intervir junto às pessoas que apresentam problemas relacionados ao consumo de drogas, usuárias da Rede de Atenção Psicossocial do município do Rio de Janeiro. Por meio de atividades desenvolvidas na interface arte/saúde/cultura busca-se ampliar e multiplicar os diálogos entre a Redução de Danos - uma estratégia em saúde pública no campo do cuidado a usuários de álcool e outras drogas - e as relações, hábitos e fazeres dos participantes. Considera que a experiência estética nos campos da arte e da cultura, utilizada como insumo em Redução de Danos, possibilita o estabelecimento de novos laços sociais. (Machado, 2017). A Redução de danos trata-se de “uma estratégia de produção de saúde alternativa às estratégias pautadas na lógica da abstinência, incluindo a diversidade de demandas e ampliando as ofertas em saúde para a população de usuários de drogas” (Passos & Souza, 2011)

O Conexão RD estrutura suas intervenções de forma presencial a partir do Espaço de Convivência do PROJAD, localizado no complexo hospitalar do Instituto de Psiquiatria - IPUB, Campus da Praia Vermelha/UFRJ, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, onde são realizadas diversas oficinas e atividades culturais. O PROJAD, fundado em 1996, se constitui como um dispositivo assistencial e de formação em serviço a nível de Pós-Graduação, oferecendo assistência ambulatorial a pesso-

as com problemas relacionados ao uso de drogas a partir de uma equipe multiprofissional composta por docentes, técnicos e discentes de graduação e pós graduação dos seguintes campos de formação: psiquiatria, psicologia, serviço social, enfermagem, terapia ocupacional e musicoterapia. O Espaço de Convivência do PROJAD (EC PROJAD), inaugurado em 2006 no âmbito de uma parceria institucional entre o Ministério da Saúde (MS) e o IPUB, é o local onde realizam-se, presencialmente, cerca de dezenove atividades coletivas semanais que compõem o cotidiano dos conviventes atendidos pelo programa. Dentre elas as oficinas de mosaico, culinária, expressão e arte, jogos teatrais, fotografia, musicoterapia, yoga, arteterapia e leitura. Inicialmente nomeado Centro de Convivência do PROJAD, foi rebatizado em 2021 como o nome Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira, em adequação à sua estrutura e em homenagem póstuma à psicóloga e professora que colaborou no projeto de sua implementação.

Em março de 2020, o isolamento social imposto pela pandemia Covid-19 interrompeu bruscamente as atividades presenciais coletivas nos CECO's do Rio de Janeiro. Estas atividades compunham de maneira estrutural o cotidiano dos conviventes enquanto espaços de produção artística e cultural, promoção de saúde, cidadania e pertencimento social. A suspensão destas atividades reverberou não só nos usuários dos serviços como também nos profissionais envolvidos, gerando situações de muita tensão e angústia ante a impossibilidade da promoção das atividades coletivas fundamentais no processo do cuidado. O isolamento social imposto pelo contexto pandêmico e a sensação de impotência gerada pela impossibilidade de continuidade dos serviços assistenciais provocou uma mobilização intensa no âmbito dos CECO's ante a pergunta que não queria calar: de que forma cuidar do sofri-

mento dos conviventes, isolados, alguns em situação de extrema vulnerabilidade social, sem possibilidade de acesso às atividades que compunham seus cotidianos? Como os profissionais poderiam produzir este cuidado considerando os impactos do isolamento social nos processos de trabalho e em suas rotinas domésticas?

Em busca de alternativas às questões acima levantadas, entrou em funcionamento em abril de 2020, a Plataforma Digital Centro de Convivência Virtual, como possibilidade de manejo frente à interrupção das atividades coletivas presenciais dos CECO's. A proposta foi elaborada por um grupo de profissionais e usuários participantes do Fórum dos Centros de Convivência do Rio de Janeiro, submetida e aprovada no Edital INOVA/Fiocruz:

A partir do diálogo entre usuário-profissionais militantes, foi criado o Centro de Convivência Virtual, uma ferramenta que surge como uma resposta ao problema do isolamento social enfrentado por toda a população, dadas as recomendações sanitárias para evitar o contágio pelo coronavírus. Segundo relatos que tivemos, o sofrimento advindo do isolamento imposto pela pandemia a toda população foi sentido acen-tuadamente por usuários da RAPS que ficaram privados de parte importante do cuidado em saúde mental que são as atividades coletivas. (Alvarez, P. E., *et al*, 2021, p. 98)

Enquanto componentes do Fórum dos CECO's, o projeto de Extensão Conexão RD e o Espaço de Convivência do PROJAD participaram, junto a outros CECO's e coletivos, do projeto Centro de Convivência Virtual. Esta participação deu-se através da realização da Oficina Redução de Danos e Cotidiano, com a proposta de minimizar os efeitos negativos do isolamento social compreendendo esta ação como uma estratégia ética, política, estética, de re-existência e, principalmente, de resiliência ante o caos mundial provocado pela pandemia.

A Oficina Redução de Danos e Cotidiano objetivou promover espaços de interação e convivência virtual, a partir da abordagem de temáticas relacionadas ao campo das drogas e ao contexto da pandemia, utilizando-se de cine-debate, rodas de conversa e oficinas como mediadores da ação. Considera-se a atividade ofertada relevante por configurar-se como uma intervenção em redução de danos, enquanto prática e política de cuidado em saúde antiproibicionista e enquanto termo pertinente de ser aplicado em uma perspectiva ampliada, tanto para as pessoas que consomem drogas quanto para a população em geral, convocadas a lidarem com as condições e efeitos impostos pelo isolamento social e os desdobramentos da pandemia, auxiliando na invenção e composição de novos espaços de enlaçamento social. Ao abordar temáticas relacionadas ao campo das drogas, as questões referentes ao campo das vulnerabilidades sociais, de violência, gênero e hiperconvivência, buscou-se ampliar o debate e desmistificar estes temas, que ainda são tratados de forma preconceituosa e equivocada por grande parte da sociedade.

Sobre resiliência e os ecossistemas digitais

O termo resiliência merece aqui algumas considerações. Ao buscarmos o significado do termo resiliência, o Dicionário Oxford, apresenta duas definições: No sentido da física, significa a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica. No sentido figurado, significa a capacidade de se recuperar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. Segundo Barlach (2005), quando transportado para o campo das Ciências Humanas, esse conceito tem sido utilizado para descrever a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, de se construir ou se reconstruir positivamente frente às adversidades e ao sofri-

mento. Quando transportado para o contexto de trabalho, no campo das ciências sociais aplicadas, em especial na esfera da administração, o termo resiliência tem sido utilizado no contexto do mundo do trabalho e se refere à construção ou existência de recursos adaptativos, capazes de preservar e manter a relação saudável entre o ser humano e seu trabalho em um ambiente permeado por inúmeras formas de ruptura e em constante transformação (Barlach, França & Malvezzi, 2008). Ainda segundo os mesmos autores é um desafio chegar-se a um consenso sobre o conceito de resiliência, porém hoje, poucos deles insistem na categorização da resiliência como um traço pessoal, inerente ao indivíduo. Waller (2001) trata do fenômeno como processo dinâmico, multidimensional ou ecossistêmico. Waller é um dos representantes mais significativos desta abordagem. Ela define resiliência como “um produto – multideterminado e sempre mutável – de forças que interagem em determinado contexto ecossistêmico” (Waller, 2001, p. 290).

No campo social entendemos o contexto ecossistêmico citado como ecossistema biológico. No caso do presente relato, entendemos que o conceito de ecossistema se amplia ao envolver o meio digital como a forma de comunicação encontrada para mediar as relações entre o ambiente onde as atividades foram ofertadas e os usuários, neste caso, denominados conviventes. Um Ecossistema Digital é uma rede colaborativa, constituída por um conjunto de softwares, desenvolvidas a partir de tecnologias abertas com a finalidade de apoiar a cooperação, o compartilhamento e as trocas de grupos de interesse, a partir de uma abordagem contextualizada, viabilizando a criação de ambientes ricos em conhecimento, considerando sempre o ecossistema constituído pela díade composta pelo ser humano e seu meio.

Segundo Moreira e Rigo (2018, p. 110), “um ecossistema digital ganha vida a partir do acesso, do engajamento socializado, da criação de interdependência (uns para com os outros), bem como da convergência de interesses dos envolvidos”. Sendo assim, podemos dizer que o processo de constituição do Centro de Convivência Virtual é uma solução tecnológica proposta a partir da articulação dos CECO’s que emerge inspirada no modelo de pedagogia por projetos a fim de viabilizar possibilidades de partilha, desenvolvimento, re e co-criação, elaboração e re-elaboração de processos, saberes e práticas, como um constructo de resiliência ante o imperativo imposto pelo isolamento social e o risco aos quais os conviventes se viram expostos ante a suspensão das atividades que compunham seu cotidiano.

Metodologia

Para descrever a metodologia que envolveu não só os conteúdos ministrados nas atividades da Oficina Redução de Danos e Cotidiano, bem como a necessidade de apropriação das possibilidades de comunicação e interação viabilizadas pelo meio digital, partiu-se do pressuposto de que os recursos tecnológicos disponíveis são meios de comunicação que funcionam como um extensão do homem, tomando emprestado algumas citações de McLuhan (1999) que explicitam bem o desenvolvimento deste processo: [...] de todas as grandes uniões híbridas que geram furiosa liberação de energia e mudança, nenhuma supera o encontro entre culturas letradas e as culturas orais [...] (*op. cit.*, 68). E o autor complementa, ainda que os meios, de certa forma, são como extensões de nossos sentidos, estes estabelecem novos índices relacionais, que vão para além dos nossos sentidos particulares, como também dialogam entre si, na medida em que se inter-relacionam. Logo, “[...] o híbrido, ou encontro de dois meios, constitui

um momento de verdade e revelação, do qual nasce a forma nova” (Macluhan, 1974, p.75).

O processo de constituição da proposta da Oficina Redução de Danos e Cotidiano idealizada para a Agenda ConViver levou em conta o calendário contemplado pelo Edital Inova/Fiocruz que, inicialmente, deu suporte técnico e financeiro ao Projeto. Realizaram-se 12 encontros entre 22/07/2020 e 07/10/2020 com periodicidade semanal. O suporte técnico para manejo das tecnologias foi fundamental para que tanto os profissionais, como os estudantes da equipe de execução da ação, pudessem se apropriar dos meios de comunicação e tecnologias disponíveis. Destaca-se que a competência, interesse e investimento dos discentes no manejo de tecnologias também foram determinantes para as possibilidades de interações virtuais produzidas nas atividades e engajamento dos conviventes.. O planejamento dos encontros pautou-se pela interprofissionalidade, pela transdisciplinaridade, e pela ética da Redução de Danos. Compreendendo que a transformação das atividades presenciais para uma possibilidade no território virtual configurava-se como uma novidade em diversos sentidos, a equipe manteve-se aberta à modificações durante o processo de implementação das atividades, a fim de promover os ajustes necessários. Participaram das oficinas a equipe executora do projeto de extensão Conexão RD, composta por estudantes de graduação de cursos diversos da UFRJ e de pós graduação, uma psicóloga e uma musicoterapeuta do Espaço de Convivência PROJAD e discentes do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas do PROJAD que se ofereceram como voluntários.

O ambiente digital requer a renovação dos pactos sociais e apropriação tecnológica mínima de todos os envolvidos. Além disso, diferente do presencial em que a participação fica restrita aos que estão presentes, na rede, há múltiplas formas

de se estar *online*. Quando nos defrontamos com diferentes modalidades possibilitadas pela interface das redes sociais, nos debruçamos em conhecer as limitações e potências envolvidas em cada uma delas.

A princípio, pensamos na possibilidade de realizar a maior parte dos encontros em chamadas da Plataforma Google Meet, pois assim conseguiríamos realizar interações mais imediatas com os conviventes. Por outro lado, a transmissão da discussão através de uma *live* conseguiria atingir um maior público síncrono (mesmo com a interação limitada). Ademais a oficina transmitida no formato *live* permanece gravada, tornando possível uma interação posterior e assíncrona pelos comentários da postagem. Ao optarmos por esta modalidade de execução das atividades, foi necessário aprendermos a realizar os *streamings* e reorganizar toda a logística das oficinas para que os participantes soubessem os procedimentos para acessar a atividade.

O primeiro aplicativo que aprendemos a utilizar foi a versão gratuita do Stream Labs. Através da transmissão da tela para a página do Conexão RD no Facebook, realizamos um teste com a equipe extensionista e o apoio técnico da equipe de tecnologias do CeCo Virtual. Nos certificamos de que conseguiríamos realizar com sucesso a transmissão ao vivo do primeiro encontro da Oficina Redução de Danos e Cotidiano, inclusive com a transmissão de um documentário sem maiores problemas. Como o domínio das ferramentas deste aplicativo foi mais rápido do que o esperado — considerando que não tínhamos nenhuma experiência nesse sentido, uma vez que todos os profissionais e estudantes envolvidos na realização da oficina eram da área da saúde —, realizou-se uma aproximação entre a equipe responsável pelo manejo de tecnologias do Conexão RD/EC Projad e a equipe de apoio tecnológico do Centro de Convivência Virtual, com vistas à viabilização

de outros *streamings* dentro da Agenda ConViver. Essa troca proporcionou a expansão das atividades para o YouTube, a utilização de duas plataformas de *streaming* (Stream Labs e Stream Yards) e a integração de uma estudante extensionista na equipe de comunicação e apoio tecnológico do CeCo Virtual enquanto bolsista do edital.

No decorrer do processo estabeleceu-se uma metodologia para o planejamento e execução dos encontros promovidos pela Oficina RD e Cotidiano. As atividades foram divididas em duas modalidades: 1) *Lives* na qual só os moderadores e convidados estão na sala do Google Meet, e os comentários e interações nas outras redes são manejados por membros da equipe; 2) Atividades fechadas com número limitado de inscrições (feitas através de um Google Forms) realizadas pela plataforma Google Meet.

Para cada encontro temático foi elaborado, nas reuniões semanais de educação permanente, um roteiro que incluía o tema e o argumento central da atividade, a seleção dos convidados e o objetivo da atividade. Após o contato com os participantes externos, agendava-se uma reunião com os participantes para trocas e orientações sobre o formato remoto da atividade. Para a divulgação de cada encontro, realizaram-se postagens nas páginas do Instagram e Facebook do projeto de extensão Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual. Nos *cards* de divulgação, constavam o tema da atividades, o endereço virtual, data e hora, e a apresentação dos convidados. Ao final de cada encontro produziu-se relatórios para acompanhamento e registro das atividades para encaminhamento s à coordenação do projeto CVV. Estes relatórios subsidiaram a elaboração dos quadros que seguem (figuras 1 e 2), onde apresentam-se informações sobre os temas, descrições das atividades, plataforma utilizada e dados de interatividade no Facebook.

Atividades	O que é Redução de Danos? 22 de julho de 2020	Live Maconha Medicinal 29 de julho de 2020
Descrição da atividade	A partir da exibição do documentário Crack: Repensar foi realizado debate sobre a temática das drogas, abordando a redução de danos como estratégia de resistência e enfrentamento aos efeitos maléficos do proibicionismo e da guerra às drogas às populações vulneráveis, em especial às pessoas pretas, pobres e periféricas.	Iniciamos com a exibição do documentário "Mãeconheiras", que aborda a necessidade de debater sobre a regularização e a proibição da maconha. O debate sobre o documentário gerou falas no sentido de acelerar a articulação necessária para a liberação da Cannabis no Brasil, visto que seu acesso ainda é restrito e burocrático.
Plataforma	Google Meet com Streaming para os facebook do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual	Google Meet com Streaming para os facebook do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.
Facebook	410 visualizações, 14 compartilhamentos, 260 engajamentos e 1.262 pessoas alcançadas.	423 visualizações, 17 comentários, 30 reações, 14 compartilhamentos, 232 engajamentos e 1.182 pessoas alcançadas.
Atividades	Live Saúde e Direito à Vida da População Trans 05 de agosto de 2020	Live Racismo Estrutural e Guerra às Drogas 12 de agosto de 2020
Descrição da atividade	A proposta inicial era criar uma "roda de conversa virtual" entre convidados e o público, no entanto, devido a invasão de "haters", através do link disponibilizado nas redes, a atividade foi reformulada e ocorreu no formato de uma live, com transmissão através da página do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual no Facebook.	Apresentação e debate iniciado através da animação sobre a "Guerra às drogas", que denuncia a seletividade do sistema penal no Brasil e o relaciona o preconceito estrutural a cor, gênero, endereço e classe social. Contou com a presença de convidados do Coletivo Preto Virginia Leone Bicudo IP/UFRJ,
Plataforma	Google Meet com Streaming para os facebook do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.	Google Meet com Streaming para os facebook do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.
Facebook	684 visualizações, 38 comentários, 50 reações, 11 compartilhamentos, 167 engajamentos e 2.068 pessoas alcançadas.	356 visualizações, 30 comentários, 37 reações, 6 compartilhamentos, 103 engajamentos e 619 pessoas alcançadas.
Atividades	Nossas Raízes 19 de agosto de 2020	Roda de Conversa: Violência contra mulher 26 de agosto de 2020
Descrição da atividade	A atividade funcionou como uma continuação da live anterior, com as mesmas convidadas. Mantiveram o debate sobre questões raciais. Focou-se no aspecto identitário, cultural e estético do debate. Seguido por uma oficina de turbantes realizada pelas convidadas. Para esta live, o tempo estipulado foi de uma hora e meia e perfeitamente suficiente.	A atividade consistiu numa roda de conversa fechada sobre Violência contra a Mulher. Para a sua realização, foi enviado um formulário simples para inscrição das interessadas junto à divulgação do card informativo por lista de transmissão. Das 20 vagas disponíveis, houve 6 inscrições. Das 6 inscritas, 3 participaram.
Plataforma	Google Meet com Streaming para os facebook do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.	Foi realizada em forma de grupo fechado na plataforma Google Meet.
Facebook	356 visualizações, 30 comentários, 25 reações, 5 compartilhamentos, 50 engajamentos e 654 pessoas alcançadas.	A atividade não foi gravada ou transmitida.

Figura 1
Quadro descritivo das atividades de Oficina Redução de Danos e Cotidiano

Atividades	Live Violência contra a Mulher 02 de setembro de 2020	Consumo de Drogas e estratégias de Redução de Danos na quarentena 10 de setembro de 2020
Descrição da atividade	Esta teve como tema Direitos Humanos x Direitos Fundamentais da Mulher com o objetivo de abordar os Direitos da Mulher. Uma convidada da área jurídica apresentou aspectos que envolveram a elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha, assim como os detalhes e formas de violência que a Lei descreve.	O debate abordou algumas medidas para reduzir os danos entre aqueles que afrouxaram o isolamento; a diferenciação das drogas sejam elas lícitas ou ilícita. Também foram abordadas algumas substâncias que permeiam o cotidiano de grande parte das pessoas, como Tabaco, Álcool, Maconha e Açúcar. No segundo momento da oficina, uma das convidadas realizou uma prática de relaxamento.
Plataforma	Google Meet com Streaming para os facebooks do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.	Google Meet com Streaming para os facebooks do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.
Facebook	Sem informações	244 visualizações, 21 comentários, 32 reações, 7 compartilhamentos, 146 engajamentos e 515 pessoas alcançadas.
Atividades	Roda de Conversa Hiperconvivência e Pandemia 16 de setembro de 2020	Live Sonoridades do Cotidiano 23 de setembro de 2020
Descrição da atividade	A atividade teve por objetivo discutir como as pessoas estão se sentindo diante da diversidade de sons/sentimentos/atividades neste momento de hiperconvivência. Para a atividade foi usado como disparador um vídeo de sons que fazem parte de nosso dia a dia, para na sequência falar sobre o que foi sentido.	O objetivo dessa atividade foi abordar o tema dos sons e da paisagem sonora que permeiam o cotidiano de cada um na quarentena. Durante a atividade elaboramos alguns argumentos sobre a importância de estar consciente dos sons que nos cercam e como manuseá-los de forma saudável, além de aprender a instrumentalizar o que nos traz boas sensações.
Plataforma	Google Meet com Streaming para os facebooks do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.	Google Meet com Streaming para os facebooks do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.
Facebook	136 visualizações, 1 comentário, 13 reações, 1 compartilhamento, 67 engajamentos e 80 pessoas alcançadas.	145 visualizações, 17 comentários, 16 reações, 1 compartilhamento, 119 engajamentos e 116 pessoas alcançadas.
Atividades	Oficina de instrumentos artesanais 30 de setembro de 2020	Comunicação e Saúde mental: Usos e Abusos das/nas Redes Sociais 07 de outubro de 2020
Descrição da atividade	A oficina foi aberta para inscrições com sugestão prévia de materiais básicos e instrumentos, através da página do Conexão RD no Instagram. Depois de um breve resgate conceitual partimos para o passo-a-passo, guiado por Gabriel Costa, na confecção de dois instrumentos: o Apito de pato e o Bexigofone.	A live trouxe questionamentos como: há espaço para transformações positivas através da virtualidade? Como manejar as contradições de contexto? Existem formas mais conscientes e saudáveis de fazer uso das redes sociais e das tecnologias digitais? As convidadas foram Isabel Coronel da equipe técnica do CeCo Virtual e Ivana Bentes pró-reitora da PR5/UFRJ.
Plataforma	Google Meet com Streaming para os facebooks do Conexão RD e do Centro de Convivência Virtual.	Streamyard com Streaming para YouTube do Centro de Convivência Virtual e da Extensão UFRJ.
Facebook	Registramos 93 visualizações, 4 comentários, 8 reações, 0 compartilhamento, 27 engajamentos e 64 pessoas alcançadas.	Não temos dados quantitativos sobre o acesso ao vídeo, porém o post de divulgação foi um dos mais acessados em nossa página.

Figura 2
Quadro Descritivo das atividades da Oficina Redução de Danos e Cotidiano

Lista de transmissão

A partir da elaboração das atividades por via remota notou-se a necessidade de qualificar a divulgação das atividades da Agenda Conviver aos os conviventes do EC PROJAD , já que nem todos tinham acesso às postagens feitas no instagram e no facebook. . Como estratégia para esta demanda, criou-se uma lista de transmissão, via whatsapp, para divulgação de todas as atividade da Agenda Conviver para os usuários do EC PROJAD, dos quais dispúnhamos do contato telefônico. A lista de transmissão é um recurso de aplicativos de mensagem, neste caso, o whatsapp, que permite enviar uma mensagem para diversos contatos de uma só vez. Foram adicionados à nossa lista de transmissão todos os contatos dos conviventes do EC PROJAD, que a partir da segunda semana de atividades da agenda Conviver começaram a receber as mensagens de divulgação.

Reflexões sobre a prática

A seguir serão descritas com maiores detalhes algumas das atividades realizadas na Oficina Redução de Danos e Cotidiano.

Violência contra a mulher

Os encontros remotos possibilitaram aproximações e conversas acerca de variadas temáticas, entre elas, o tema de Violência contra a Mulher. Primeiramente foi realizada uma Roda de Conversa, fechada, ou seja, era necessário inscrição prévia, por se tratar de um tema delicado. O encontro foi realizado através da Plataforma Meet, sendo disponibilizadas 20 vagas, das quais houve 06 inscrições (sendo 05 mulheres do PROJAD e uma usuária da rede de saúde externa. Das 6 inscritas, 3 participaram. A não participação de todas as inscritas e o não preenchimento do total das vagas pode ser considerado um anali-

sador, que pode ter relação com a delicadeza do tema e talvez, o receio de algum tipo de exposição. Entre as participantes, uma delas fez uso total da fala, as demais fizeram uso do silêncio e do ouvir. A participante que falou trouxe quase todas as questões que atravessam a violência contra a mulher, inclusive sua própria experiência sobre violências sofridas. Nossa função ali, enquanto psicólogas do PROJAD, não era o de fazer intervenções, por se tratar de uma roda de conversa, porém sendo o conteúdo tão denso, foi preciso fazer algumas intervenções, com muita sutileza e cuidado, como psicólogas - mulheres, sendo essa a grande riqueza. Ao final, foi realizada uma atividade de relaxamento corporal guiado por uma das psicólogas, ficando visível a leveza que o acolhimento, a liberdade de fala e o relaxamento deixaram em cada mulher presente.

Direitos da mulher

Seguindo a temática da Violência contra a Mulher, como uma forma de instrumentalizar as mulheres sobre seus Direitos foi realizada uma live, que teve como tema Direitos Humanos x Direitos Fundamentais da Mulher. O objetivo da atividade foi abordar os Direitos da Mulher e as minúcias da Lei Maria da Penha, apresentada pela advogada Lívia Paiva, levando às mulheres, às profissionais de saúde e à sociedade em geral, informações pertinentes sobre direitos - e deveres, e provocar debates, reflexões e possíveis mudanças, inclusive no que concerne à invisibilidade da violência e do sofrimento causado pelo silêncio e a suposta solidão de quem sofre. Foram apresentados os aspectos que envolveram a elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha, assim como os detalhes e formas de violência que a Lei descreve. O formato *live* possibilitou a participação e acompanhamento de mulheres de diversas localidades, o que foi observado através dos comentários. A fala da convidada sem jargões técnicos e de fácil compreensão, explicitou o tema abordando

aspectos legais e práticos, instrumentalizando mulheres, fato percebido, mais uma vez, através dos comentários postados, onde se fez perceptível a apreciação pelas informações.

Saúde da população trans

Um evento particularmente marcante deu-se durante a terceira atividade organizada pela equipe da Oficina Redução de Danos e Cotidiano. Esse encontro teve como principal objetivo debater sobre a saúde e o direito à vida da população transexual, sob a perspectiva da Redução de Danos, através de uma roda de conversa virtual. O formato inicialmente proposto era o de uma sala virtual aberta e sem transmissão ao vivo, cujo link de acesso seria disponibilizado publicamente. Contudo, poucos minutos depois de iniciada a atividade, a sala virtual foi alvo de um ataque violento, sendo invadida por um grupo de ódio cuja única finalidade era o constrangimento e a intimidação dos participantes do encontro. Por cerca de um minuto, o grupo de invasores foi responsável pela exibição de imagens pornográficas, ruídos sonoros e ofensas generalizadas aos participantes. Passado o choque inicial, a equipe se viu diante da necessidade de rapidamente adaptar o formato da atividade. A sala virtual original foi prontamente excluída e foi decidido que o encontro se daria em sala fechada, sem divulgação de link e com transmissão ao vivo no Facebook.

O evento contou com convidadas atuantes na área da saúde da população trans, incluindo Paula Santos e Suzi Dornela (usuárias do CAPSad III Miriam Makeba), Lucimar da Silva Dantas (psicóloga no CAPSad III Miriam Makeba), Sonia Maria Ribas (reduzora de danos no CAPSad III Miriam Makeba), Fabi Andrade e Hanna Mendes (reduzoras de danos na Unidade de Acolhimento Adulto Metamorfose Ambulante) e Lorani Sabatelly (reduzora de danos). Lucimar e Fabi foram responsáveis por falar sobre as instituições em que atuam e explicar um pouco

a respeito de seu funcionamento. Paula, Suzi e Lorani foram as responsáveis por introduzir e aprofundar o assunto da violência institucional sofrida pela população trans, tal como as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a condição de marginalidade constante e o impacto na autoestima dessas pessoas. Além desses assuntos, Sônia e Hanna trouxeram também a questão das drogas e sua relação com a prostituição, sempre permeando a conversa com os saberes da Redução de Danos.

Esta invasão foi uma pequena amostra da violência sofrida cotidianamente pela população trans, exigindo manejo por parte da equipe executora e das convidadas para a continuidade da proposta. Não obstante, a conversa foi conduzida com grande êxito. Foram apresentadas e debatidas relevantes ações de atenção à saúde desta população vulnerável, a dura realidade de preconceito e marginalidade impostas a elas e as consequências dessa realidade no que tange ao acesso a direitos universais, além da relação da população trans com as drogas, sob a perspectiva da Redução de Danos.

Maconha terapêutica

Considerando as múltiplas relações que se dão no cotidiano e convivência com as estratégias de redução de danos, dentre os temas propostos para a oficina, abordou-se o uso da maconha com finalidades terapêuticas. A live denominada “Debate sobre o uso medicinal da Cannabis (Maconha)” teve como convidados para o debate Maira Baracho (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas), Rodrigo Mattei (Marcha da Maconha RJ) e Andrew Reed (Movimento pela legalização da Maconha e Apepi - Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal). A troca permitiu a ampliação do debate sobre o uso desta substância para além do uso recreativo e medicinal, uma vez que o uso terapêutico da maconha envolve a autonomia do indivíduo, como destacado pela convidada representan-

te da RENFA. O uso do termo “medicinal” tem implicações em relação à acessibilidade, à disputa de mercado e à criminalização do uso da maconha. Este encontro alcançou um público ampliado. Conforme observou-se nos comentários durante a transmissão, muitos espectadores acessaram esta discussão pela primeira vez através da atividade promovida pela Oficina Redução de Danos e Cotidiano.

Racismo

O racismo é uma temática indissociável no diálogo ampliado sobre as drogas. Para abordar este tema foram realizadas duas atividades, sendo a primeira no formato *live*, com convidadas (os) do Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo e do Coletivo Convivências (ambos vinculados ao Instituto de Psicologia da UFRJ) e a terapeuta ocupacional Adriane Henderson de Matos. Dialogou-se sobre a relação intrínseca entre o racismo estrutural, institucional e sistêmico presente na sociedade e sobre suas implicações na perpetuação da falida Guerra às Drogas, responsável pelo genocídio da população jovem, negra e periférica no Brasil. Para a segunda atividade, preparamos uma oficina de turbantes mediada pelas integrantes do Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, com a proposta de expressar e transmitir a potência e diversidade das ações culturais inerentes à população negra.

Hiperconvivência na pandemia, Sonoridades do cotidiano, Construção de instrumentos artesanais

As atividades sobre os temas Hiperconvivência na Pandemia, Sonoridades do Cotidiano e Construção de instrumentos artesanais tiveram como argumento as paisagens sonoras nas quais estamos consciente ou inconscientemente imersos e como elas podem gerar impacto no cotidiano de diferentes sujeitos, principalmente em tempos de isolamento social. Na pri-

meira oficina utilizamos um vídeo disparador sobre como a trilha sonora pode mudar a percepção sobre um acontecimento. Para tal foi utilizado uma mesma cena de um filme com duas trilhas sonoras completamente diversas. Na sequência discutiu-se sobre como a compreensão e reação ao que estava sendo visto naquela mesma cena se alterou a partir da mudança da trilha sonora.

Na segunda atividade, *Sonoridades do Cotidiano*, trabalhou-se os processos de conscientização sobre as sonoridades que cercam o cotidiano nos quais estamos inseridos, de como determinadas ruídos, som e músicas podem provocar calma ou irritação; o uso da voz como um instrumento melódico e de como a compreensão de uma mesma frase se altera completamente quando se mudam os parâmetros sonoros-musicais como altura, timbre, intensidade e andamento, dentre outros. A partir da atividades realizada percebe-se como a forma como interagimos por meio da voz pode alterar as reações emocionais e as percepções dos sujeitos nos contextos nos quais estamos inseridos.

Na terceira atividades, a partir de uma oficina de construção de instrumentos artesanais de sopro, trabalhou-se o aspecto lúdico, onde foram levantadas as questões que envolvem a importância da conscientização de nosso aparelho respiratório para que possamos fazer instrumentos musicais soarem, bem como a forma de como o uso dos pulmões em sua capacidade plena pode se útil no auxílio do controle das emoções.

Comunicação e saúde mental: usos e abusos das/nas redes sociais

Para o encerramento das atividades da oficina RD e Cotidiano no CVV convidamos a pró-reitora de Extensão da UFRJ Professora Ivana Bentes, para estar conosco em uma *live* com o

tema “Comunicação e saúde mental: usos e abusos das/nas redes sociais”. Nesta ocasião, Isabel Coronel, Designer Gráfica, especialista em mídias digitais, membro da equipe de coordenação do projeto Centro de Convivência Virtual e responsável pela equipe de suporte tecnológico da plataforma, esteve junto à equipe executora da atividade mediando e contribuindo para o debate. Iniciou-se a conversa com breve relato sobre o percurso de realização da Oficina Redução de Danos e Cotidiano dentro da agenda Conviver. Apresentaram-se reflexões da equipe executora sobre o nosso papel no universo virtual, especialmente no contexto da Pandemia. Destacamos sobre a oportunidade de mergulhar no universo virtual e experimentar as tecnologias digitais enquanto ferramentas de comunicação valiosas e potentes para o desenvolvimento de espaços virtuais de interação e convivência. Por outro lado, estas mesmas tecnologias podem impactar e interferir na percepção sobre o cotidiano e a realidade que nos cerca.

Isabel Coronel apresentou o projeto CeCo Virtual, as etapas de construção e os fluxos envolvidos no processo de construção desta plataforma digital de convivência, evidenciando a importância da integração e das práticas transdisciplinares entre profissionais do universo tecnológico digital e profissionais do campo da atenção psicossocial para que o trabalho pudesse ser concretizado.

A convidada Ivana Bentes enfatizou a importância das ferramentas digitais, de sua disseminação e apropriação nos processos de comunicação da sociedade. Pontuou que a acessibilidade é uma questão de extrema relevância, uma vez que sabemos que boa parte da população brasileira não tem acesso, não sabe manejar as ferramentas ou faz mau uso das mesmas, o que coloca também a necessidade de educação para que seja feito uso adequado das ferramentas digitais. De acordo com ela, a

falta de acessibilidade não deve ser uma barreira para a criação de novos canais de comunicação, interação e convivência digitais, mas sim um estímulo para a luta pela ampliação da acessibilidade. Foram enfatizados os pontos: a importância do papel social da universidade e da extensão universitária no contexto pandêmico e político adverso que atravessamos; a necessidade de estarmos atentos à compulsividade de conexão que as mídias sociais acarretam e que podem prejudicar a saúde mental.

Considerações Finais

A experiência da participação do Espaço de Convivência PRO-JAD e do projeto de extensão Conexão RD no Centro de Convivência Virtual com a realização da Oficina de Redução de Danos e Cotidiano foi um desafio, aqui entendido como uma provocação para que pudéssemos “ousar” pensar na possibilidade de compormos um Centro de Convivência, de um modo totalmente virtual, adequando as possibilidades e potencialidades deste dispositivo a partir da perspectiva do conceito de Clínica Ampliada com vistas a constituição futura de um híbrido viável de cuidado aos nossos usuários neste “novo normal” por meio da oferta de atividades coletivas que fomentam a convivência.

A partir da experiência relatada, considera-se que no mundo pós-pandemia vivenciaremos um futuro híbrido, com atividades presenciais e remotas compondo cotidianos. O dispositivo Centro de Convivência Virtual, constituído a partir da convocação de um usuário e dos esforços dos oito centros de convivência do Estado do Rio de Janeiro, nos permitiu acessar novas possibilidades de promoção do cuidado em saúde e de formação, no âmbito da extensão e da pós-graduação. Vislumbra-se um futuro onde os processos de cuidado e formação aconteçam a partir de vivências compartilhadas nos modos presencial e virtual, entendendo o virtual como um Ecossistema digi-

tal de ensino-aprendizagem, acolhimento e compartilhamento de processos, saberes e práticas de atenção psicossocial, por meio de atividades culturais, oficinas terapêuticas e rodas de conversa construídas na perspectiva da ética da Redução de Danos, onde as relações de troca entre os profissionais envolvidos e os conviventes venham a se constituir como novas formas de se poder ser e estar.

O engajamento da equipe executora da Oficina Redução de Danos e Cotidiano em manejar novas tecnologias foi fundamental para que a atividade acontecesse, ademais o trabalho inter e transdisciplinar proporcionou uma oportunidade ímpar no processo formativo dos extensionistas e dos especializandos. Além disso, o ambiente virtual possibilitou também a ampliação do público alvo tanto do Conexão RD quanto do EC PROJAD entre outros nichos na rede online, amigos, colegas, familiares, ex-usuários do serviço, e mais outros atores alcançados através das páginas. Entretanto há ainda limitações de acessibilidade e desigualdades econômicas que acabam por impedir muitos usuários de comporem as atividades no formato remoto.

Keronlay da Silva Machado

Mestre em educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz, Terapeuta Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora do Projeto de extensão Conexão RD e do Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria/UFRJ.

Beatriz de Freitas Salles

Docente do Instituto de Psiquiatria/Graduação em Musicoterapia da UFRJ, Doutora em Arte e Tecnologia pela Universidade de Brasília, Doutora em Performance e Pedagogia do Piano pela Escola Superior de Música de Munique-Alemanha, Musicoterapeuta supervisora do Programa de Estudos e Assistência ao uso Indevido de Drogas - PROJAD/IPUB/UFRJ.

Beatriz Aceti Lenz Cesar

Doutora em Psicossociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Psicóloga supervisora do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas.

Bruna de Oliveira Bizarro

Discente de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista bolsista do projeto Conexão RD

Pedro Fortes de Azevedo Rangel

Discente de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista bolsista do projeto Conexão RD

Ramires Milena Porto Costa

Discente de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista bolsista do projeto Conexão RD

Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez

Psicóloga, discente do Curso de Especialização em Assistência ao Uso Indevido de Drogas IPUB/UFRJ

Jalmes Silva Pereira dos Anjos

Enfermeiro, discente do Curso de Especialização em Assistência ao Uso Indevido de Drogas IPUB/UFRJ

Thaís Sâmela Castro de Moraes

Psicóloga, discente do Curso de Especialização em Assistência ao Uso Indevido de Drogas IPUB/UFRJ. Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ)

REFERÊNCIAS

Alvarez, A. P., Fernandes, J.B., Oliveira, M. I. Q., Silva, I.C.A., Castro, R. (2021). *Convivência Virtual: A arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial*. Revista GEMInIS, 11(3), 87-107. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/566>. Acesso em 2 de abril de 2021.

Barlacho, L. (2005) O que é resiliência humana? uma contribuição para a construção do conceito. Dissertação de mestrado em Psicologia Social - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 108pp. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062006->

[101545/publico/LiseteBarlach.pdf](#) . Acesso em 10 de abril de 2021.

Barlach, L; Limongi-Franca, A. C.; Malcezzi, S. (2008). O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(1), 101-112. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v42n1/v42n1a11.pdf>. Acesso em 20 de março de 2021.

Machado, K.. S. (2017). Insumos, arte e laço social no contexto das práticas contemporâneas em redução de danos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação Profissional em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 91pp. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20762>. Acesso em 15 de março de 2021.

Moreira, J. A. M.; Rigo, R. M. (2018). Definindo ecossistema de aprendizagem digital em rede: percepções de professores envolvidos em processos de formação. *Revista Debates em Educação*, 10 (22), 107-120. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5303/pdf> . Acesso em: 20 de março de 2021.

Mcluhan, M. (1974). Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix. (Originalmente publicado em 1964). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wFvBeU1jVwIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 7 de abril de 2021.

Passos, E. H., & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de " guerra às drogas". *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162.

Waller, M. A. (2001). Resilience in ecosystemic context: Evolution of the concept. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71(3), 290–297. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227699930_Resilience_in_Ecosystemic_Context_Evolution_of_the_Concept . Acesso em 3 de abril de 2021.

OFICINAS REMOTAS, ASSISTÊNCIA E FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NA COVID-19

Resumo

Relata-se a experiência das oficinas remotas de arteterapia e leitura do EC PROJAD no contexto de isolamento social da pandemia Covid-19. Objetiva apresentar e discutir métodos, desafios e efeitos percebidos em cada um desses dispositivos bem como novos contextos para a formação em serviço, para a assistência em saúde mental e para a convivência. Reflete-se sobre a criação de novas formas de promover atividades coletivas e invenção de outros modos de construção de vínculos e redes de apoio.

Palavras-Chave: COVID-19, Convivência Virtual, Capacitação de Recursos Humanos em Saúde

Introdução

A Covid-19 é considerada a síndrome respiratória mais severa, desde a ocorrência da pandemia de Influenza H1N1 em 1918 (Schmidt et al, 2020). A rápida disseminação da doença a nível global fez com que a Organização Mundial de Saúde a considerasse uma pandemia. Diante de um vírus pouco conhecido e que se espalha facilmente, gerando alta demanda de interna-

ção hospitalar, diversos países adotaram medidas de distanciamento e isolamento social, com o fechamento de escolas e universidades, bem como quarentena de toda a população como forma de conter o número crescente de casos e evitar o colapso do sistema de saúde.

Diante dessa grave situação sanitária, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bem como as demais universidades públicas, suspendeu todas as atividades acadêmicas presenciais e as atividades coletivas em seus dispositivos assistenciais. Localizado no IPUB (Instituto de Psiquiatria) da UFRJ, o PROJAD (Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas), desenvolve, desde 1996, atividades de ensino, assistência, pesquisa e extensão no campo/âmbito/no que concerne aos/ dos problemas relativos ao uso de substâncias psicoativas. O serviço trabalha na modalidade ambulatorial com a complexidade da questão do uso prejudicial de substâncias psicoativas e se utiliza de vários dispositivos assistenciais: grupos terapêuticos, atendimento a familiares, atendimento psicoterápico e psiquiátrico individual, e, quando necessário, encaminhamento para internação. Conta com um Espaço de Convivência (EC), inaugurado em 2006, a partir de parceria institucional entre o Ministério da Saúde (MS) e o IPUB, que possibilitou aporte financeiro para a sua construção. Inicialmente nomeado Centro de Convivência do PROJAD, foi rebatizado em 2021 como o nome Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira, em adequação à sua estrutura e em homenagem póstuma à psicóloga e professora que colaborou no projeto de implementação. Atualmente, a equipe de staffs é composta por uma terapeuta ocupacional, coordenadora do serviço, uma psicóloga e uma musicoterapeuta.

Por se tratar de um equipamento vinculado à UFRJ, as atividades do EC PROJAD são desenvolvidas pela equipe na perspectiva

da formação em serviço junto a estudantes pós graduandos do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas, estagiários e alunos vinculados à projetos de pesquisa e extensão. O planejamento, acompanhamento e a supervisão das atividades é realizado no formato de educação permanente pela equipe de staffs. Antes do isolamento social imposto pela pandemia, aconteciam no EC PROJAD dezenove atividades coletivas semanais que compunham os cotidianos dos conviventes, entre elas: mosaico, culinária, expressão e arte, jogos teatrais, fotografia, musicoterapia, yoga, arteterapia e leitura, entre outras.

A suspensão das atividades coletivas do EC PROJAD colocou um impasse à equipe: como mitigar o isolamento social aos quais nossos conviventes se viram submetidos? Como afirma Schmidt et al. (2020), o isolamento social causa importantes impactos na saúde mental, com destaque para sintomas de ansiedade, depressão e estresse. A situação é agravada no caso da população com transtornos mentais preexistentes, como é o caso dos frequentadores do EC PROJAD, muitos dos quais em situação de vulnerabilidade social, que se viram subitamente impedidos de participar das atividades coletivas que faziam parte de seu tratamento e cotidiano.

Mobilizados por este impasse, quando a UFRJ autorizou o retorno das atividades acadêmicas de forma remota em agosto de 2020, a equipe do EC Projad, a partir da experiência adquirida no trabalho desenvolvido no Centro de Convivência Virtual, iniciou trabalho junto aos estudantes para que as atividades coletivas, antes presenciais, pudessem acontecer no formato remoto. O objetivo do presente estudo é descrever e refletir sobre esta experiência, desde o processo de construção e idealização das oficinas para este público singular. Discorrer sobre os desafios e adaptações que se fizeram necessários,

ênfatizando as especificidades de um ambiente virtual, bem como sobre as múltiplas conexões que a tecnologia é capaz de engendrar.

Aspectos metodológicos

Os encontros semanais para criação e planejamento das atividades coletivas remotas destinadas aos usuários do EC PROJAD iniciaram-se em agosto de 2020. Discutiu-se sobre como promover espaços de trocas coletivas mediadas pelo fazer artístico e sobre a importância dos coordenadores das atividades terem afinidade com as mesmas, para que no espaço remoto houvesse envolvimento e promoção da circulação de afetos. O conhecimento e manejo de tecnologias para viabilização das oficinas pelos coordenadores e a promoção de acessibilidade aos usuários também foram temas abordados neste momento do processo. Neste trabalho serão abordadas duas oficinas fruto deste trabalho: Arteterapia e Leitura.

Oficina de Arteterapia

Em outubro de 2020, foi iniciada por meio remoto, a oficina de Arteterapia coordenada por uma comunicadora social, mestranda em Arteterapia da Universidade de Girona na Espanha (estagiária do Projad) e apoiada por duas psicólogas alunas do curso de especialização do PROJAD. A oficina propôs a realização de encontros online com os conviventes, onde seriam ofertadas práticas criativas, a fim de explorar as capacidades criadoras dos sujeitos. Além disso, o objetivo era oferecer a possibilidade de integração emocional das pessoas, por meio do fazer artístico. Foi elaborado um card e um texto de divulgação da atividade, atentando para a acessibilidade à tecnologia e a objetividade das informações.

As oficinas de Arteterapia começaram a ser divulgadas por lista de transmissão através do aplicativo Whatsapp. Tal estratégia foi pensada como uma forma de alcançar o maior número de indivíduos, uma vez que nesta lista constavam todos os conviventes do PROJAD. A administração da lista ficou sob responsabilidade de um enfermeiro, aluno do Curso de Especialização do PROJAD. A partir de um chip institucional ele encaminhava as mensagens que informavam sobre as atividades a serem realizadas, suas descrições, as instruções de como acessar as plataformas online para participar das ações ofertadas, bem como os dias e horários agendados. Além da lista de transmissão, foi criado um grupo de arteterapia no *Whatsapp* com os usuários interessados em participar da atividade a fim de facilitar a comunicação entre todos. Desta forma, caso algum convivente tivesse problemas em se conectar à plataforma, contaria com o auxílio das alunas para entrar na sala virtual.

A atividade de arteterapia é realizada semanalmente, todas às quartas-feiras, das 10h30 às 12h, pela plataforma Jitsi Meet, com a presença da arteterapeuta, duas psicólogas e de 1 a 5 conviventes. Inicialmente, questionou-se a viabilidade de realizar as oficinas por essa ferramenta online, tendo em vista as dificuldades de acesso que poderiam surgir. Mas optamos por utilizá-la, por ser a plataforma indicada pelo IPUB para atendimentos assistenciais e por ela permitir a possibilidade do acesso via ligação telefônica, uma vez que muitos conviventes têm acesso precário à internet.

Para a realização desta oficina são utilizados recursos audiovisuais, bem como materiais diversos para que os conviventes possam expandir sua criatividade, como lápis de cor, revistas, tesoura, papel e caneta. Além disso, o próprio corpo de cada participante representa uma possibilidade de ser “material” para expressão criativa. As atividades são planejadas pela arte-

terapeuta, que as apresenta aos participantes como sugestão. Após concluídas as atividades, os conviventes compartilham sua produção e as emoções relacionadas ao que foi elaborado.

A Arteterapia é uma disciplina que visa a integração emocional do indivíduo por meio de suas capacidades criadoras. Dentro do espaço do *brincar* relacionamos o que se move dentro de nós (emoções, desejos, medos, preferências, rejeições, etc.) com a realidade externa, gerando um vínculo criativo com o outro e fortalecendo, assim, as potencialidades de que cada um é portador.

“(…) é no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)” (Winnicott, 1971, pp. 79-80).

A proposta da oficina baseia-se em dois eixos: por um lado, trabalhar com materiais e linguagens artísticas e, por outro, com o vínculo progressivo criado entre arteterapeuta e convivente. O primeiro representa e sustenta essa estrutura, oferecendo abertura e disposição para permitir o desenvolvimento das capacidades criadoras do convivente. Busca-se criar no espaço virtual de Arteterapia um exemplo do conceito winnicottiano de *Espaço Potencial*, local onde o indivíduo segue no processo de construção de seu self ao relacionar-se com o outro – a mãe, primeiramente; mais tarde, o analista, o professor, o amigo – entrando, assim, em contato com diversas subjetividades por meio de manifestações culturais como a música, o texto, o diálogo, enfim, a presença humana, que o enriquece e complementa (Safrá, 2004).

Mas quais seriam as limitações, os desafios, particularidades e potencialidades do atendimento remoto em grupo na construção desse espaço potencial mediado por objetos e linguagens

artísticas? Na oficina virtual de Arteterapia do Projad, esse espaço potencial do brincar é marcado por desafios que convocam a equipe a pensar em estratégias e adaptações.

Na primeira semana em que a atividade aconteceu, L., um homem de meia idade, em tratamento no PROJAD por problemas relacionados ao uso de cocaína e álcool, demonstrou-se interessado em participar, mas por conta de suas dificuldades de acesso, precisou ser auxiliado por uma das coordenadoras ao telefone. Isso abriu um espaço para atitudes e mensagens inconvenientes, mas que também continham alta carga de sofrimento psíquico, fossem enviadas para as facilitadoras. O sofrimento do convivente se revelou cada vez mais intenso e após uma semana de contatos e tentativas de manejo via mensagem, ameaçou suicídio. O caso foi levado para o espaço de educação permanente onde compreendeu-se que L. estava em um momento de crise, sem acompanhamento psiquiátrico e psicológico e que naquele momento apresentava limitações para estar em espaços coletivos, como o da oficina de arteterapia, mesmo no formato remoto. Agendou-se consulta psiquiátrica presencial no IPUB e foi designado um psicólogo para atendê-lo individualmente e lhe foi comunicado que seu retorno aos espaços coletivos poderia se dar tão logo ele desejasse e apresentasse melhoras. Fica evidente aqui o quanto o meio remoto traz novos desafios de manejo e conduta terapêutica.

Por outro lado, o caso de M. é um exemplo significativo de como a internet e o atendimento remoto podem ser potencializadores do processo arteterapêutico de um convivente. Diagnosticada com depressão, M. é uma mulher de 44 anos que, segundo seus relatos, desenvolveu depressão após o nascimento de sua filha, chegando até mesmo a uma fobia. O espaço de Arteterapia virtual a possibilitou seguir com o tratamento apesar da distância e engendrar novos modos de troca e produção

de sociabilidade. Em uma sessão em que trabalhou-se com objetos pessoais de afeto, ela trouxe o celular e frisou o quanto a internet foi importante para ela conhecer o mundo e como essa ferramenta ampliou seus horizontes e suas relações. A convivente conta que teve uma infância carente, “mas do smartphone pra cá eu pude sonhar, comecei a enxergar o futuro, um mundo que não se enxergava”.

M. se diz semi-analfabeta, mas sua curiosidade e interesse por diversos assuntos vem sendo explicitados durante as sessões e ela expressa cada vez mais sonhos, lembranças e formas de ver o mundo de uma maneira singular. Além de suas narrativas de infância soltando pipa, jogando futebol, dançando em um grupo de dança da Maré e da descoberta do artesanato no grupo de mulheres do Projad que também frequenta, M. revela um interesse particular por filosofia contemporânea, por artistas renomados e um desejo de aprendizado e investigação que evidenciam um movimento de ir além dos sintomas de seu diagnóstico.

Outro caso que pode ser relevante para o estudo e as investigações das particularidades de um atendimento em Arteterapia grupal por via remota foi vivido por A., uma mulher negra de 38 anos com um percurso no mundo da arte. Participou de grupos de arte de rua e de exposições coletivas. A. sempre se demonstrou interessada e participativa nas oficinas, relatando ao mesmo tempo muito sofrimento pessoal e procrastinação. Antes do recesso de fim de ano, foi proposto um momento de reflexão sobre a oficina de Arteterapia junto aos participantes. Nesta ocasião, A. comentou sobre a relevância daquele espaço para ela, chegando a usar a palavra “vital”. Em outra ocasião, logo após a elaboração de uma produção artística, comentou após alguns minutos de muito choro, que não tinha entrado naquele espaço para mexer em aspectos profundos de si e que

estava surpreendida com sua própria emoção. Percebe-se nessa frase a potência da linguagem artística para a transposição de resistências e barreiras psíquicas de um convivente. Após uma sequência de sessões em que essas lágrimas estiveram bastante presentes, A. se desentendeu com outra participante, quando esta quis lhe dar um conselho e saiu da sessão abruptamente e logo depois do grupo do Whatsapp. Após a discussão do caso em supervisão, compreendeu-se que a convivente precisava de uma atenção mais individualizada e ela começou a ser acompanhada por uma das psicólogas especializadas da equipe de Arteterapia.

Após essa mudança no seu tratamento e mais alguns convites para que voltasse ao grupo, finalmente A. retornou à oficina. No entanto, durante mais duas sessões seguiu com um padrão de resistências e fugas, sendo que na última relatou muita raiva e angústia por não ter tido tempo para falar sobre sua obra. Apesar da convivente ter chegado atrasada e ter sido convidada a falar, sentiu-se injustiçada. Esses argumentos, no entanto, não foram transmitidos a ela naquele momento. O sugerido foi que realizasse uma produção a partir da raiva que sentia e que levasse o resultado na próxima sessão. Poderia ter sido um momento de colocar os limites da realidade para A., mas optou-se por apostar no que diz Winnicott, “este mundo real tem muito a oferecer, desde que a sua aceitação não signifique uma perda da realidade do mundo pessoal imaginativo ou interior.” (Winnicott, 1971). Após essa proposta, A. retornou na sessão seguinte no horário, voltou ao grupo de Whatsapp, não demonstrou mais raiva ou excessiva tristeza da maneira ruptiva como vinha fazendo e inclusive convidou a participante com quem teve um pequeno desentendimento para ir ao seu ateliê após a Pandemia.

Outro relato que destaca-se no contexto da oficina de Arteterapia refere-se ao caso de C., que desde sua entrada em dezem-

bro, nunca deixou de frisar o quanto esse espaço de escuta e fazer estava sendo importante para ele nesse período difícil de isolamento social. Ao questionar algumas propostas, foi notado seu desejo de ser incluído na elaboração do que seria trabalhado em sessão. Acatando essa demanda, uma música compartilhada por ele no grupo do Whatsapp foi o ponto de partida do trabalho arteterapêutico de um dos encontros. Com este pequeno ajuste, não só foi notada uma satisfação pessoal de C. por se sentir protagonista e pertencente ao grupo, mas também o quanto uma dinâmica de receber e recolher o que vem dos participantes enquanto imagem poética própria potencializa o vínculo terapêutico. Notou-se com essa adaptação o que seria a posição de “aprendiz da clínica” (Zenoni, 2000), que permite ao técnico do serviço, em vez de encarnar aquele que sabe sobre o sujeito, ocupar um lugar esvaziado de saber.

Atualmente, em cada sessão existe um planejamento prévio que pode ou não ser utilizado. À cada sessão, abrimos para um momento de escuta do que está ressoando enquanto criação, imagens, narrativas em cada um e deste diálogo surge a proposta da atividade para o dia. Transcorridos mais de seis meses de encontros é possível perceber que as dificuldades enfrentadas foram dando lugar a uma interação estimulante do grupo e a um constante interesse deles em seus processos criadores particulares. Nota-se em cada um desenrolar criativo pulsante e autêntico a cada encontro, além de pontualidade e frequência da maioria dos participantes.

M., por exemplo, compartilha seu desejo de colocar o conteúdo de seus sonhos em forma de vídeos de animação ou no formato de um livro e já começa a reunir fragmentos de desenhos de seu universo onírico. C. vai juntando em um quarto de visitas de sua casa os materiais artísticos que vai coletando em seu dia a dia, desde rolos de papel higiênico, tinta, cola,

objetos pessoais e sempre comenta sobre a elaboração de suas obras, brincando que inclusive já fala como um artista, pois “para ser artista basta fazer arte”. A. por sua vez, vem se desapegando das exigências e bloqueios relacionados ao sonho de ser “artista reconhecida” e começa a deixar fluir o fazer artístico com mais leveza, chegando em uma das últimas sessões a tocar uma música no violão, respeitando o fluxo de sua inspiração, sem tanta preocupação com o êxito reconhecido através olhar do outro.

Pouco a pouco cada um deles vai entrando no espaço do brincar, do criar, do narrar e do construir outras formas possíveis de ser, reforçando a ideia de que “para dominar o que está fora, você precisa fazer coisas, não apenas pensar ou desejar, e fazer as coisas leva tempo. Brincar é fazer” (Winnicott, 1971). Seja no mudo virtual ou no presencial percebemos que um espaço de Arteterapia nos leva a esse campo infinitamente potente e transformador do fazer criativo.

Oficina de Leitura

A oficina de leitura iniciou-se em janeiro de 2021 e foi elaborada por três alunos do curso de especialização do PROJAD, sendo dois psicólogos e um enfermeiro. Acontece às terças-feiras, das 15h às 16h e conta com a presença dos três coordenadores e em média dois a quatro conviventes. A plataforma escolhida para sua execução foi o Google Meet. Como sua concepção deu-se posteriormente ao início da oficina de arteterapia, valeu-se de aprendizado com as experiências vivenciadas pelas profissionais da oficina de arteterapia e compartilhadas em supervisão.

Para a divulgação de tal oficina, não foram executados os mesmos procedimentos da oficina de Arteterapia. Como houve di-

ficuldades relacionadas ao manejo de usuários em crise com a entrada por livre demanda via lista de transmissão, optou-se por divulgar a oficina através das referências terapêuticas dos conviventes. Os interessados são acolhidos individualmente por um dos coordenadores da oficina, antes de iniciarem a participação no espaço coletivo, recebem orientações sobre a dinâmica da atividade e acessibilidade à plataforma.

Em relação à operacionalização desta oficina, os participantes escolhem antecipadamente um texto a ser lido e no horário do encontro lêem o material em conjunto.

Os textos trabalhados, que são o ponto de partida para a atividade, apresentam-se com forma e natureza variadas: trechos de livros, letras de músicas, poemas, crônicas, etc. A proposta inicial era de que os conviventes participassem ativamente da escolha das leituras trabalhadas semanalmente. Apesar da proposta se manter e às vezes os conviventes escolherem a leitura, a maior parte do material continua sendo proposta pelos moderadores. De outro modo, é possível identificar grande interesse em se aprofundar ou conhecer mais sobre as obras e autores propostos.

O grupo de profissionais responsáveis em moderar a Oficina de Leitura foi composto por especializandos do primeiro ano do curso de especialização do PROJAD e que inicialmente não possuíam vínculo com os conviventes. Em um primeiro momento, houve o receio de que isto dificultasse o engajamento ou adesão dos participantes. Em contrapartida, a oficina não precisou passar por um processo de adaptação do modelo presencial para modelo remoto, já que foi criada para a modalidade virtual. No contexto da elaboração da Oficina de leitura, diversos aspectos foram discutidos. Desde sua identidade até a maneira de discutir os conteúdos abordados.

E nesse sentido, é importante considerar que uma reflexão foi fundamental para a construção dessa atividade, antes mesmo de sua criação: qual a função e potencial terapêutico que a atividade poderia ocupar na vida de seus participantes? É objetivo nosso possibilitar a produção de novas formas de vida, de expressão, e não apenas, uma atividade de ocupação de tempo (Azevedo & Miranda, 2011; Cedraz & Dimenstein, 2005). Dessa maneira, infere-se que a Oficina de Leitura busca o oficiar de uma perspectiva mais sutil. O simples recurso da atenção pode ser trabalhado como processo basal de construção: construção de subjetividade de maneira individual, construção de si com o outro, construção de uma experiência através da relação. A atenção é, acima de tudo, uma riqueza adquirida do trabalho coletivo e conjunto, intrinsecamente vinculado aos nossos processos de individuação (Citton, 2017).

No processo de promover o contato com a literatura, é possível um alcance diverso. Movimentar o subjetivo, encarar outras formas de habitar o mundo e com ele estabelecer relações, com o que está à volta. Torna-se elemento constituinte desta análise, a maneira como se consegue dar atenção à leitura do texto, à fala do indivíduo terapeuta, às falas dos demais participantes. Nesse processo, a atenção é a interface capaz de conectar o indivíduo a ele mesmo, ao mundo e aos outros, tendo um papel central na produção de subjetividade. (Citton, 2017)

Esta produção de subjetividade se fez evidente quando uma das conviventes contou que possuía um projeto adormecido de escrever um livro sobre sua história, mas que havia deixado a escrita de lado ao começar a esbarrar em alguns pontos sensíveis e delicados de se lembrar. Entretanto, relatou que após a participação semanal na oficina de leitura, começou a sentir um maior desejo pela leitura e lembrou deste antigo projeto, revisitando o desejo de escrever esta história. Ao final, disse

que procuraria entre as páginas escritas e guardadas algum trecho para compartilhar com o grupo e servir de material para um futuro encontro da oficina.

E além disso, por ser uma atividade em grupo, a oficina possui a característica de trabalho coletivo, promovendo o estabelecimento de vínculo, trocas de experiências e afetos, bem como a valorização da singularidade, expressão e do potencial criativo (Constantinidis et al., 2018; Dias, 2018). É uma preocupação, tornar o ambiente sempre propício a oferecer um espaço de fala, expressão e acolhimento, garantindo assim seu aspecto terapêutico (Azevedo & Miranda, 2011).

De forma geral, as oficinas em saúde mental são capazes de enriquecer os sujeitos, valorizando seu poder de expressão, e assim, possibilitando e ampliando suas possibilidades de ser (Mendonça, 2005). Nesse sentido, ao refletir sobre os ganhos pessoais, os papéis desempenhados e a dinâmica existente nas atividades desenvolvidas, é possível constatar a oficina de leitura como um espaço comum e igual de aprendizado, onde cada componente participa ativamente na construção de um saber comum. Existe uma partilha entre as singularidades que diferenciam cada um, e a humanidade, que nos iguala e torna tão rico e possível esse tipo de espaço e a capacidade de que seja usufruído, ainda que de maneira remota (Alvarez & Silva, 2016).

Uma característica presente nos encontros é o deslocamento das relações de saber-poder entre os profissionais e os conviventes do serviço. Nenhum dos moderadores possui uma formação que os coloque em um lugar de especialistas no campo de letras. Todavia, uma das conviventes já vivenciou a experiência acadêmica em literatura no passado e, por mais que relate estar um pouco afastada do mundo da leitura, muitas vezes é ela que possui algum conhecimento de antemão

sobre o material proposto. Em um de nossos encontros, por exemplo, ao nos depararmos com um poema assinado por Álvaro de Campos, foi esta convivente que explicou para todos o que era um “heterônimo” e falou sobre como o poeta em questão, Fernando Pessoa, se utilizava de diversos nomes e personagens para dar voz a diferentes personalidades.

Ainda sobre esse aspecto observou-se que durante o processo de leitura e discussão, era comum que as participantes demonstrassem interesses diversos sobre o texto trabalhado, como informações sobre o autor, outras obras, contexto em que escrevera o texto, entre outros. Ao observar essa característica, além de trazer os textos para leitura, passou-se a trazer uma breve contextualização sobre obra, autor e outras informações sobre o texto que pudessem enriquecer o encontro. Além de um espaço de catarse, de reflexão, de proposições e de readequação no mundo, esse rico aspecto da oficina mostra a sua potência também através do fomento à cultura.

É relevante destacar que ao trazer textos que são retirados de músicas, é possível identificar um bom interesse por parte das conviventes. Nos encontros em que foi realizada a apresentação da leitura no formato de música, através de recurso audiovisual, houve uma intensificação do diálogo entre as participantes. Lembranças e admiração pelo autor(a) da canção em questão, por exemplo, são assuntos recorrentes entre as integrantes da oficina. Memórias e emoções geralmente são evocadas, além de todo o contexto discutido. Picasso, Silva e Arantes (2020) corroboram com esse aspecto, ao indicarem que a utilização de música e arte como recurso terapêutico em contexto de atendimento grupal está envolvido com a oferta de maior mobilização de emoções e afetos, além de nutrir a relação entre os participantes do grupo.

Ainda sobre o formato, percebemos que o recurso audiovisual se mostrou um grande aliado, pois além de bem aceito pelas conviventes, também servia como forma de amplificar a acessibilidade para com o material escolhido. Em certa ocasião, após a leitura da poesia “Poema em Linha reta”, foi solicitado pela participante H. que fosse compartilhado o texto através de material audiovisual. Ao dispor esse conteúdo, obtivemos como resposta a melhor compreensão da leitura por ambas as participantes: “O vídeo do ator declamando facilitou minha concentração no que estava sendo dito” (H); “Com a interpretação do ator, fica mais fácil de entender” (T) “Consegui me concentrar mais no conteúdo do poema, e não exatamente na leitura” (H).

Embora não necessariamente o recurso audiovisual estivesse presente em todo encontro, passou-se a utilizá-lo como alternativa, sendo apresentado nos minutos finais ou até mesmo após o término da reunião através da disponibilização de link via whatsapp. Assim, a oficina passou a ser mista: leituras projetadas em tela para serem lidas em conjunto, projeção de material audiovisual, ou ambos.

Até a escrita deste trabalho, a oficina de leitura promoveu cerca de 14 encontros Talvez pelo motivo já mencionado anteriormente da falta de vínculo pré existente com os conviventes do IPUB – PROJAD, somados as possíveis dificuldades de acesso a tecnologia necessária para participar de encontros online, a Oficina de Leitura sempre contou com um número reduzido de participantes.

Apesar da lógica de atribuição de valor muitas vezes ser atrelada ao quantitativo das coisas, notou-se que havia também uma riqueza muito grande quando observamos o vínculo e adesão das conviventes que compareceram a todos os encontros e sempre foram bastante participativas. Sobre isso, Yalom e

Leszcz (2006) destacam que os fatores terapêuticos presentes nas interações que ocorrem entre os participantes de um grupo provocam transformações no contexto das relações pessoais grupais. Os autores denominam como fatores terapêuticos: a instilação de esperança, universalidade, compartilhamento das informações, altruísmo, desenvolvimento de técnicas de socialização, aprendizagem interpessoal, coesão grupal, catarse e fatores existenciais.

Com a finalidade de entender melhor qual a função deste espaço para as conviventes, solicitou-se que compartilhassem a percepção de cada uma sobre a experiência. Dentre as falas, algumas se fizeram mais recorrentes, como “todas as leituras têm ganchos com histórias nossas” e “adorando conhecer e ter contato com leituras e autores novos”. Além disso, as participantes manifestaram tanto o interesse em levar a oficina para o modelo presencial (quando possível), como também demonstraram um apreço pelo formato online e pelas facilidades e potencialidades que este apresenta, como o de unir pessoas que não poderiam se encontrar devido à distância ou dificuldade de locomoção.

Discussão

A partir do exposto, ficou evidente como a tecnologia é capaz de performar novas maneiras de ser e estar no mundo que não existiam antes. Por isso, novos manejos precisaram ser coletivamente pensados, e dois pontos merecem atenção especial neste estudo: o manejo da acessibilidade e da convivência. É importante destacar que não se trata apenas de transpor as atividades presenciais para uma modalidade remota. Pois como afirma Latour (1994), uma pessoa com um celular não é um sujeito com um objeto, mas uma nova entidade híbrida sujeito-celular. Trata-se de pensar, portanto, as especificidades desse novo híbrido, de uma relação totalmente inédita.

Neste relato de experiência foram descritas situações que exigiram não apenas adaptações pontuais, mas um olhar atento e constante por parte de toda a equipe envolvida. Pois como afirma Latour, não existe nada pronto, acabado, mas tudo está em constante construção/desconstrução/reconstrução. Todas as etapas do processo, desde a elaboração do texto e imagem de divulgação, até as dificuldades de acesso e de convivência que surgiram, convocaram a equipe a pensar nessas especificidades.

Se a Oficina de Leitura fosse realizada em um ambiente presencial, por exemplo, talvez não surgiria a ideia de mesclar leituras com vídeos, seja por falta de recursos materiais, praticidade ou simples comodidade. A situação relatada em que as conviventes conseguiram melhor usufruir do poema quando este foi projetado em um vídeo de declamação é um bom exemplo dessa abertura para a desconstrução e reconstrução durante o próprio fazer. Foi o olhar cuidadoso para este novo híbrido sujeito-celular que possibilitou a transformação de empecilhos e dificuldades de acessibilidade em potencialidade, implementando recursos tecnológicos que antes passariam despercebidos.

Uma especificidade que surge é: como facilitar o acesso dos participantes? Essa questão foi pensada o tempo todo, visto que nosso público-alvo se trata, em sua maioria, de pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, com acesso precário à internet e ao *smartphone*. Por isso pensamos na criação do grupo do Whatsapp, para que todas as informações pudessem ser transmitidas a todos os conviventes com facilidade, pois na modalidade presencial, bastava que um técnico marcasse no cartão do SUS daquele convivente a data e horário da oficina, que era realizada no Espaço de Convivência do Projad, um local já conhecido por todos os conviventes da instituição. Mas

por via remota, tornou-se necessário pensar como fazer esse contato, e também como instruir os conviventes a acessarem o link para a sala virtual. A criação do grupo de Whatsapp foi interessante nesse sentido, mas acabou por fornecer aos conviventes os números pessoais dos profissionais, abrindo brechas para contatos inconvenientes. Por isso podemos pensar que adaptações podem ser feitas no futuro para que isso não venha a se repetir: contactar individualmente cada convivente?

Além disso, vimos que o acesso à internet não era tão precário quanto pensávamos, pois a grande maioria dos conviventes possuem acesso a *smartphone* com internet. Apenas um convivente apresentou uma dificuldade mais grave, mas isso pôde ser contornado a partir do auxílio de uma das técnicas, que instruiu o mesmo por telefone.

O maior desafio foi o já comentado caso do convivente L., da oficina de Arteterapia. Esta situação é um bom exemplo dos desafios e das particularidades do atendimento feito por via remota a que muitos profissionais da Saúde Mental precisaram confrontar durante a pandemia. Fica evidente aqui o quanto o atendimento pelo celular e pela internet trazem ao mesmo tempo um distanciamento físico, mas também uma possibilidade de invasão e excessiva proximidade do espaço pessoal do profissional. Espaço que precisa ser bem demarcado, não somente com estratégias como as utilizadas pela instituição de fornecer um chip institucional para a facilitadora, mas também com regras claras e bem definidas de utilização desse recurso.

A partir daí precisamos pensar como selecionar os conviventes para a oficina. Pois na modalidade presencial, os conviventes precisavam ser encaminhados pelos profissionais, e por via remota basta clicar no link indicado. Com isso, passamos a tomar o cuidado de fornecer o link apenas depois de um acolhimento

com o convivente, para saber se há um técnico de referência ou se há necessidade de acompanhamento individualizado.

Um caso que ilustra bem o conceito de híbrido de Latour é o caso de M., que frisou o quanto o *smartphone* e a internet mudaram sua relação com o mundo. Latour questiona a separação radical efetuada pela modernidade entre mundo natural e mundo social, entre sujeitos e objetos, entre humanos e não-humanos. Para ele, sujeitos e objetos se juntam em um novo híbrido, e ambos se modificam nessa relação. Dessa forma os objetos – nesse caso, o *smartphone* – não são apenas mediadores das relações entre sujeitos, mas compõem esse coletivo de híbridos e performam novas relações. De acordo com Salgado (2018, p. 177):

(...)os objetos técnicos não são meras ferramentas, utensílios ou aparatos à serviço do humano, como meios para determinados fins ou objetivos intencionais, mas como mediadores, quer dizer, como atores que “fazem fazer” outros atores, transformando aquilo que é feito. A mediação que conta com objetos técnicos é aquela que os atrela aos humanos, isto é, aquela que diz respeito à associação híbrida.

Portanto, vemos que para M., assim como para todos os conviventes, o *smartphone* não é apenas um intermediário, mas um ator que modificou totalmente suas formas de ser e estar no mundo. Com isso, pessoa e *smartphone* juntam-se em um novo híbrido, e ambos transformam e são transformados por essa relação.

Nessa mesma linha, destaca-se também o caso de C. A partir de suas falas, podemos notar também que o *smartphone* não é apenas um mediador, mas algo que permitiu ressignificar sua relação com a quarentena e com o espaço da casa, que agora se tornou um terreno fértil para sua criatividade e imaginação.

Um desafio que se impôs a nós foi: como manejar as situações de conflito entre conviventes? Como relatado, em uma sessão uma das conviventes saiu da sala abruptamente após a colega dar uma sugestão, o que nos faz questionar se esse conflito e a nossa dificuldade de manejá-lo teve relação com o fato de ser um dispositivo remoto, pois nesse espaço não há os elementos que configuram um espaço compartilhado – a presença física, o olhar, o gesto, o momento do café – o que pode dificultar a formação de vínculos entre os conviventes, além de dificultar a comunicação. Nas atividades presenciais, os conflitos eram manejados no contexto da oficina, ou, quando extrapolava esse contexto, por profissional(is) mais vinculado(s) ao(s) convivente(s) em questão. Mas no dispositivo remoto, o convivente pode rapidamente fechar o aplicativo e sair da sala virtual.

Uma vez que as atividades presenciais no EC PROJAD faziam parte da vida dos conviventes, as oficinas de arteterapia e leitura, realizadas por meio remoto, foram de grande importância no contexto do isolamento social imposto pela pandemia.

Considerações finais

A partir deste relato de experiência evidencia-se a importância do uso de tecnologias como recurso para o cuidado em saúde mental dos conviventes do EC PROJAD. Destaca-se sua potência para a produção de novos agenciamentos e para a reinvenção do trabalho em saúde e permitindo a emergência de novas formas de cuidado antes impensadas.

A partir das reflexões provocadas pela experiência compreende-se a realização de oficinas por meio remoto como uma estratégia que amplia as possibilidades de se promover saúde e mediar a formação profissional. São uma oportunidade

de levar para o ambiente virtual um pouco da riqueza das oficinas que aconteciam presencialmente no EC PROJAD, antes da pandemia. Não se trata apenas de transformar atividades presenciais em remotas. É necessário refletir sobre as atividades que se manteriam potentes, mesmo após sofrer essa conversão. É importante considerar a possibilidade da aplicabilidade do grupo, o quanto essa atividade conseguiria alcançar os participantes, e até mesmo, sobre a possibilidade de inclusão dos conviventes.

Para o agenciamento do processo de construção das oficinas de arteterapia e leitura foi fundamental a experiência de participação prévia da equipe do EC PROJAD, desde abril de 2020, na composição do Centro de Convivência Virtual. Frente à interrupção das atividades dos CeCo's devido à Covid-19, um grupo de profissionais e usuários participantes do Fórum dos Centros de Convivência do Rio de Janeiro iniciou em abril de 2020 a construção do Centro de Convivência Virtual.

A partir do diálogo entre usuários-profissionais e militantes, foi criado o Centro de Convivência Virtual, uma ferramenta que surge como uma resposta ao problema do isolamento social enfrentado por toda a população, dadas as recomendações sanitárias para evitar o contágio pelo coronavírus. Segundo relatos que tivemos, o sofrimento advindo do isolamento imposto pela pandemia a toda população foi sentido acentuadamente por usuários da RAPS que ficaram privados de parte importante do cuidado em saúde mental que são as atividades coletivas. (Alvarez *et al*, 2021, p. 98)

A ideia se tornou um projeto que foi contemplado pelo Edital INOVA FIOCRUZ COVID-19. Enquanto componentes do Fórum dos CeCo's, o Espaço de Convivência do PROJAD e o Projeto de Extensão Conexão RD participaram da composição das

atividades da Agenda Conviver do Centro de Convivência Virtual (CVV) entre julho e outubro de 2019, a partir da proposição da Oficina Redução de Danos e Cotidiano. Compartilhar desta experiência pioneira e vanguardista junto a um coletivo implicado em reduzir os danos provocados pelo isolamento social no contexto da pandemia Covid-19 instrumentalizou a equipe do EC PROJAD para o desenvolvimento da experiência aqui descrita.

O vírus não só impôs o confinamento, como também impulsionou o maior uso de tecnologias digitais da história. A Covid-19, portanto, não se restringe ao campo da infectologia e virologia, mas constitui-se como um híbrido de ciência, tecnologia, política, economia, cultura, educação, etc, que exige como resposta a constituição de novos híbridos, que se associam para constituir e criar novos espaços de acolhimento, compartilhamento e ressignificação.

As experiências aqui relatadas convocam os profissionais a um processo constante de reflexão, planejamento, adaptações e também de aposta, visto que, apesar de todo esforço no sentido de garantir uma prática aperfeiçoada, o fato de ser algo pioneiro e vanguardista, torna a experiência um tanto imprevisível.

Destaca-se que a coordenação das oficinas de leitura e arte-terapia pelos alunos do curso de especialização do PROJAD é parte da carga horária prática do processo formativo que tem duração de dois anos e envolve outras atividades teóricas e práticas. Orientar e supervisionar a execução das oficinas de arte-terapia e leitura descritas neste trabalho foi um desafio para as profissionais envolvidas nesta tarefa. E também uma oportunidade de, junto aos alunos e usuários, apostar e inventar novas formas de construção de vínculos e redes de apoio.

Keronlay da Silva Machado

Mestre em educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz, Terapeuta Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora do Projeto de extensão Conexão RD e do Espaço de Convivência Salette Maria Barros Ferreira do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria/UFRJ.

Beatriz de Freitas Salles

Doutora em Arte e Tecnologia pela Universidade de Brasília, Musicoterapeuta supervisora do Programa de Estudos e Assistência ao uso Indevido de Drogas. Coordenadora Adjunta do Curso de Graduação em Musicoterapia da UFRJ.

Beatriz Aceti Lenz Cesar

Doutora em Psicossociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Psicóloga supervisora do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas.

Manoela Campos

Bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica-Rio, Mestranda em Arteterapia pela Universidade de Girona

Jamily Borges

Psicóloga, Discente do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas do PROJAD

Miriam Yumi Komoda

Psicóloga, Discente do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas do PROJAD

Jéssica Campelo

Psicóloga, Discente do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas do PROJAD

Lucas Cunha

Psicólogo, Discentes do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas do PROJAD

Jalmes Silva Pereira dos Anjos

Enfermeiro, Discente do Curso de Especialização em Assistência a Usuários de Álcool e outras Drogas do PROJAD

REFERÊNCIAS

Alvarez, A. P., Fernandes, J.B., Oliveira, M. I. Q., Silva, I.C.A., Castro, R. (2021). Convivência Virtual: A arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial. *Revista GEMInIS*, 11(3), 87-107. Disponível em: <<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/566>>. Acesso em 2 de abril de 2021.

Alvarez, A. P. E., da Silva, J. O., & de Moraes Oliveira, A. C. (2016). Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência. *ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 6(1), 5-19. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1859/1282>>. Acesso em 15 de março de 2021.

Azevedo, D. M. D., & Miranda, F. A. N. D. (2011). Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: percepção de familiares. *Escola Anna Nery*, 15(2), 339-345. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/KyzjNqgnCN9cFrL5dNStkRS/?lang=pt>>. Acesso em: 7 de março de 2021.

Cedraz, A., & Dimenstein, M. (2005). Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não? *Revista mal-estar e subjetividade*, (2), 300-327. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v5n2/06.pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

Citton, Y. (2017). *The ecology of attention*. John Wiley & Sons.

Constantinidis, T. C., Cid, M. F. B., Santana, L. M., & Renó, S. R. (2018). Concepções de profissionais de saúde mental acerca de atividades terapêuticas em CAPS. *Trends in Psychology*, 26(2), 911-926. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tpsy/a/PfLqJPLMXL6BxP6XpskCdYS/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 4 de abril de 2021.

Dias, J. D. S. (2018). Oficinas terapêuticas como estratégia para reinserção psicossocial e produção de vínculo. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas [Internet]*, 3(5), 129-145. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15933/13006>>. Acesso em 20 de abril de 2021.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Editora 34.

Mendonça, T. C. P. D. (2005). As oficinas na saúde mental: relato de uma experiência na internação. *Psicologia: ciência e profissão*, 25(4), 626-635. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/WHpVPbNc4msjmbZgccKrNBw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2021.

Picasso, R., Silva, E. A., & Arantes, D. J. (2020). Oficina Terapêutica, Psicologia e arte: experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial. *Revista do NUFEN*, 12(3), 87-102. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v12n3/a07.pdf>>. Acesso em 8 de maio de 2021.

Rio de Janeiro. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Lei nº 4.563, de 20 de dezembro de 2018. *Cria a política estadual dos centros de convivência da rede de atenção psicossocial no estado do Rio de Janeiro*. 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/6fe33ee2aaf668a1032583690053706e?OpenDocument>>. Acesso em 17 de março de 2021.

Salgado, T. B. P. (2018). A virada não humana na comunicação: contribuições da Teoria Ator-Rede e da Ontologia Orientada aos Objetos. *Revista ECO-Pós*, 21(2), 171-191. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/18146/11808>. Acesso em 28 de abril de 2021.

Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). *Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)*. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2021.

Safra, 2004. *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida, SP, Idéias e Letras.

Yalom, I. D., & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de grupo: teoria e prática*. Artmed Editora.

Winnicott, D. W. (1971). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

Zenoni, A. (2000). *Psicanálise e instituição: a segunda clínica de Lacan*. Belo Horizonte: Abrecampos.

PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CECOS COMO TECNOLOGIAS DO COMUM

Resumo

O texto analisa os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) a partir do encontro entre a psicologia social e as políticas públicas. Assim, entende que as transformações que o período da redemocratização suscitaram na psicologia social brasileira a situam como uma tecnologia dentro das políticas públicas, cujos efeitos oscilam entre a tutela e a produção do comum. A experiência dos CECOs é tomada como analisador desse processo e pensada como operador do caráter público e coletivo das políticas.

Palavras-chave: Psicologia social; Políticas públicas; CECOs.

1. Dos encontros entre a psicologia e o social

É relativamente pacífico, entre os autores da psicologia social, que esta se constitui como um campo atravessado por diversos embates teórico-metodológicos. Em seu já clássico “As raízes da psicologia social moderna”, Robert Farr (2013) alertava para a impossibilidade de definir uma psicologia social única e hegemônica; para o autor, a história deste campo é a história do desenvolvimento de inúmeras perspectivas conflitantes –

algumas com ênfase em aspectos psicológicos, outras que privilegiam uma dimensão sociológica – a respeito da subjetividade. Essa miríade de teorias originaria, por sua vez, uma multiplicidade de modos de compreender e intervir sobre os fenômenos psi: no limite, uma multiplicidade de perspectivas sobre o entendimento da própria psicologia.

No caso específico da América Latina – e, de maneira mais marcante, do Brasil –, tal processo ocorreu de modo absolutamente singular. Se desde sua regulamentação como profissão, em 1962, havia um predomínio da imagem de profissional liberal voltado para a clínica individual, movimentos como a Reforma Sanitária forçam a atenção da Psicologia para o conjunto de condições sociais, políticas e econômicas: a luta pela transformação na saúde era, antes de tudo, uma luta pela transformação social da realidade brasileira (Escorel, 1998). Paulatinamente, psicólogos e psicólogas assistiam à multiplicação de suas possibilidades de intervenção, participando da formulação de políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e de processos como a Reforma Psiquiátrica. Ao mesmo tempo, instalava-se uma crise paradigmática na psicologia social (Almeida, 2012; Lima, 2009): as formulações teóricas e as propostas de intervenção oriundas da psicologia social norte-americana, paradigma dominante na formação até então, pareciam não dar conta dos fenômenos vivenciados no país, o que levou a um questionamento profundo de suas bases epistemológicas e à busca por autores e saberes até então estranhos ao campo disciplinar da Psicologia.

No encontro entre a miríade de processos disparados pelo processo de redemocratização e a abertura da psicologia a ferramentas teórico-metodológicas oriundas de outros domínios do conhecimento, assistimos à emergência de um novo campo para a psicologia social. Tal novidade se sustenta sobre um du-

plo eixo: por um lado, ampliação das possibilidades de atuação profissional, com ênfase na abertura do campo das políticas públicas para a psicologia; por outro, multiplicação dos intercessores teóricos, fomentando a invenção de novos conceitos e dispositivos de análise e intervenção sobre os objetos da psicologia.

Num contexto em que o campo da psicologia social é inundado com referências teóricas e práticas até então desconhecidas, como o Movimento Institucionalista, a filosofia francesa do pós-guerra e a Psiquiatria Democrática Italiana, é a própria relação entre a “psicologia” e o “social” que parece se modificar. À medida em que o processo de redemocratização aumentava a efervescência imaginativa do Brasil – que país queremos ser, afinal? – uma psicologia até então limitada à normalização e à sustentação dos modos hegemônicos de subjetivação se via tensionada a examinar seu próprio lugar nesse exercício de transformação. O saber e a prática da psicologia deslocam-se, então, da elucidação técnico-científica da natureza humana para ferramentas que operam uma crítica genealógica (Foucault, 1998) sobre os processos de produção de subjetividade:

A genealogia da subjetivação toma essa compreensão individualizada, interiorizada, totalizada e psicologizada do que é ser humano como o campo de um problema histórico, não como a base para uma narrativa histórica. Uma tal genealogia tenta descrever uma série de caminhos pelos quais o regime moderno do self emerge não como produto de um processo gradual de esclarecimento, no qual os humanos, amparados pelos esforços da ciência, chegariam por fim a reconhecer a sua verdadeira natureza, mas sim como uma série de práticas e processos contingentes, sem dúvida não tão refinados e dignos (Rose, 2011a, p. 41).

Trocando em miúdos, a psicologia, mais do que uma ferramenta que explica o social, será pensada como produto e produtora

de práticas e processos nele implicados: ela passa a ser compreendida como uma tecnologia intimamente ligada ao exercício do poder nas democracias liberais. Como domínio que inventa um “*know-how* desse indivíduo autônomo em busca da autorrealização” (Rose, 2011, p. 33), ela produz modos de ser, perceber, sentir, pensar – em uma palavra, subjetividades.

Se há, portanto, um investimento sobre o campo social, é preciso avaliá-lo quanto a seus efeitos: a psicologia opera normalizações ou trabalha pela ampliação dos modos de existência? Ela contribui para a construção de um país plural e democrático ou funciona como esteio de um estado de coisas pouco afeito aos ventos da liberdade?

O olhar genealógico permite deslocar os termos da relação entre a psicologia e a sociedade brasileira. É examinando genealogicamente nossa história que conseguimos enxergar a dança e a contradança: interpelada pelas questões sociais candentes de um país que queria deixar os anos de chumbo para trás, a psicologia se modifica; e é exatamente nesse movimento de mudança que estabelece seu compromisso ético-político com aquela sociedade.

2. Dos encontros entre a psicologia e as políticas públicas

Um dos signos mais evidentes do reposicionamento da psicologia em relação ao campo social brasileiro pode ser vislumbrado na relação com as políticas públicas. A formulação de políticas públicas e a inscrição no bojo do arcabouço estatal de mecanismos de proteção e garantia de direitos e cidadania era um caminho natural depois de 21 anos em que o Estado só pode significar perseguição, abandono e morte. Assim, a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988 é marco de um

processo que se prolonga na invenção de outros dispositivos, como as leis que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e a lei da 10.216, de 2001, que redireciona o modelo de assistência em saúde mental na direção da desinstitucionalização da loucura. Esse processo, que se intensifica a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores ao Poder Executivo Federal em 2003, pode ser compreendido como uma abertura da máquina estatal aos diversos movimentos sociais atuantes no período da redemocratização.

O diagrama não é simples: autores e autoras como Benevides e Passos (2005), Barros e Pimentel (2012), Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006), entre outros e outras, levantam questionamentos importantes acerca dessa relação. A história demonstra que foi preciso, naquele momento de retomada e consolidação de bases democráticas mínimas, aproximar-se da máquina estatal para garantir e defender direitos básicos da população. Mas é também a história que ensina que tal movimento não está livre de riscos e contradições: como manter viva a força instituinte dos coletivos, sem abrir mão da formalização de direitos universais? Como equilibrar a relação entre um Estado com funções e deveres específicos e os direitos de seus cidadãos?

Essas indagações trazem à baila uma série de experimentações no que diz respeito ao exercício do poder. Autores como Michel Foucault, cada vez mais presente nas súmulas dos cursos de psicologia, vão ajudar a deslocar a compreensão do papel do Estado no exercício do poder. O conceito de governamentalidade sugere que a estrutura política é eivada de “instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas” (Foucault, 1998a, p. 291), mais do que centralizada no aparelho de Estado. Da mesma forma, os indivíduos e populações governadas

são eles mesmos pontos tensores de relações de poder que se espalham por todo tecido social. Assim, se é verdade que há um vetor de poder que se organiza em torno do Estado, ele também é tensionado pelos corpos e coletivos sobre os quais busca incidir.

É também Foucault quem nos mostra que o sujeito é, a um só tempo, objeto de processos de subjetivação e de assujeitamento. Ser um sujeito de direitos, portanto, implica não somente ter a garantia, fiada pelo Estado, de uma condição igual a de todos os cidadãos, mas a adesão a certas modelagens subjetivas para que tais garantias sejam efetivadas. A psicologia demonstrava aí sua plena ligação com o poder que Foucault denominou disciplinar. Na aurora do capitalismo industrial, inserir-se no maquinário social estabelecido, quer seja através do acesso à educação, quer seja no mundo do trabalho, implicava em deixar-se produzir como um indivíduo: um corpo politicamente dócil e economicamente produtivo (Foucault, 1999).

É nesse diapasão que somos convidados a reexaminar a função das políticas públicas em sua relação com a cidadania. Na história de um país que só pôde esboçar um Estado de bem-estar social graças ao esforço imaginativo e político de movimentos sociais, coletivos de trabalhadores e dos mais variados segmentos da sociedade civil, como conciliar esse plano inventivo com sua estabilização e interiorização na máquina estatal? Como manter aceso o ímpeto transformador sem fazê-lo arrefecer na burocracia, nos programas, nas diretrizes e nas normativas?

Há, portanto, uma distinção entre o estatal e o público: enquanto o primeiro designa o espaço de formalização de programas e políticas, o segundo indica a experiência concreta do plano do coletivo, no exercício pleno de sua autonomia: a reforma

psiquiátrica não começa na lei 10.216, mas na articulação de trabalhadores e trabalhadoras de saúde mental, na Carta de Bauru, na organização de usuários e familiares. Se essa experiência foi fundamental para fundar as bases de políticas públicas como as já citadas, ela também não pode ser reduzida a seu aspecto formalizado na máquina estatal. Há sempre um resto, que não se deixa tragar pela força centralizadora do Estado, e que empresta às políticas sua vivacidade e plasticidade: é uma relação limítrofe. Este resto, este limiar ancorado na experiência concreta do coletivo, é precisamente o caráter público das políticas (Benevides e Passos, 2005).

A inserção de profissionais da psicologia junto às mais diversas políticas públicas – de saúde, assistência social, educação – situa-se exatamente na tensão entre todos esses elementos. Pode a psicologia produzir outros movimentos que não os de controle e docilização? Pode-se operar, no limite da máquina estatal, políticas que efetivem o caráter público e comum da vida em sociedade, mais do que a formalização de mecanismos de tutela da população? Não seria exagero dizer que estamos aí no fio da navalha (Neves, 2004): por um lado, trata-se, de garantir a adesão da população a uma concepção de cidadania; por outro, trata-se de desdobrar e multiplicar os sentidos do que pode significar ser um sujeito de direitos, incitando a produção de modos de existência e processos de coletivização da vida.

Nunca é demais lembrar: esse duplo movimento de abertura da psicologia social – para novos campos de intervenção e para novas referências teóricas – não poderia se dar senão de maneira articulada: o contato com novas realidades de intervenção suscita questões antes inauditas, e os autores e conceitos oriundos de outros campos do saber permitem a construção de uma análise de fôlego inédito sobre essas questões. Veja-se, a título de exemplo, uma contribuição do campo da filosofia de

Gilles Deleuze e Félix Guattari: a partir da constatação de que toda política se efetiva por uma pressuposição recíproca das dimensões macropolítica e micropolítica (Deleuze e Guattari, 1996), a análise se complexifica. A efetivação do caráter público e comum das políticas não pode se limitar à produção de leis, portarias e normativas – situados na esfera macropolítica –, pois passa também por produzir desvios no plano da experiência concreta dos sujeitos, fomentando novas subjetividades. Afinal, como colocam Guattari e Rolnik (2005), “a questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante” (p. 133). A subjetividade passa a ser considerada como um artefato indissociável da política:

[...] para escaparmos da ilusão do Estado Democrático de Direito com suas práticas de resignação, a questão dos direitos deve ser colocada num “plano comum”: direitos construídos na experiência concreta dos homens, de suas lutas, e não do Homem idealizado, de direitos idealizados. [...] novos sujeitos implicados em práticas que engendram novos modos de subjetivação (Monteiro et al., 2006, p. 11).

É clara, portanto, a direção que se quer buscar na interface entre a psicologia e as políticas públicas: não qualquer política, mas uma comprometida com o acesso à dimensão pública da experiência do coletivo; não qualquer experiência do coletivo, mas uma comprometida com o plano do comum.

3. Os Centros de Convivência e Cultura como tecnologias do comum

Para além de conhecimento e experiência técnico-formais, o encontro da psicologia com as políticas públicas exige uma reflexão de natureza-ético-política constante, sempre renovada, na medida em que seu exercício se encontra sempre sobre o já mencionado fio da navalha. Assim, é sempre a partir de

um jogo de forças tenso e movediço que pode dar-se a análise e a intervenção psi no campo das políticas públicas – desdobrando inclusive o sentido e as possibilidades dos termos da relação –, já que “o fato de o SUS ter se constituído como um texto legal, sua dimensão “de direito”, não pode esgotar o que na experiência concreta se dá como o movimento constituinte e contínuo da reinvenção do próprio SUS” (Benevides e Passos, 2005, p. 570). Neste sentido, acreditamos que examinar o caso dos Centros de Convivência e Cultura (CECOs) permite vislumbrar alguns dos aspectos trabalhados até aqui, sobretudo no que diz respeito à tensão constituinte do trabalho da psicologia nas políticas públicas e a pistas para a afirmação e sustentação de uma sociedade plural e democrática.

O próprio estatuto dos CECOs enquanto política já um indicativo dessa relação limítrofe. Promulgada em 2005, a portaria 396, que institui os CECOs, foi revogada seis meses depois, em meio a uma troca de gestão do Ministério da Saúde. Instaurados como parte da rede substitutiva de saúde mental, com a oficialização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) a partir de 2011 passam a integrar a Atenção Básica. Além disso, o trabalho de Alvarez e Silva (2016) aponta que uma busca pelo termo “convivência” no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde encontra não só os CECOs, mas serviços com finalidades absolutamente divergentes, como instituições de longa permanência. Assim, sob o signo da convivência podem se abrigar diversas práticas.

A portaria 396 os define como “dispositivos públicos componentes da rede de atenção substitutiva em saúde mental, onde são oferecidos às pessoas com transtornos mentais espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade” (Brasil, 2005, s/p), mas a implementação destes equipamentos desde a década de 1980, começando no estado de São Paulo e

chegando a Belo Horizonte nos anos 2000, suscita debates sobre a natureza do trabalho. Os modelos variam: em São Paulo, deveriam ser o dispositivo de acolhimento e tratamento dos usuários; em Belo Horizonte, funcionariam numa articulação intersetorial entre saúde mental e assistência social. A revogação da portaria e a posterior integração dos CECOs à atenção básica amplificam a discussão: as atividades ali desenvolvidas devem necessariamente ter um caráter terapêutico?

Podemos afirmar, portanto, que os CECOs existem numa espécie de vácuo, que contribui, certamente, para sua precarização; afinal, não há fonte de financiamento claramente definida. Mas é justamente essa falta de definição precisa que empresta a estes equipamentos características que variam de município para município, “priorizando uma ou outra diretriz, e baseando os trabalhos em convicções que estão ligadas à história e à singularidade da rede de cada município” (Protasio, 2018, p. 43). Há, então, um espaço de invenção para os significados de “sociabilidade, produção e intervenção na cidade”, que só pode ser explorado a partir de uma perspectiva micropolítica: para cada rede, para cada território, suas possibilidades.

Nessa amplidão, há equipamentos que privilegiam o aspecto da capacitação dos usuários para atividades artísticas ou laborais, funcionando como espaço que oferece oficinas. Nestes casos, o nexos da convivência se limitaria ao convívio dos usuários em um mesmo espaço. Pode-se indagar se uma tal direção não acaba produzindo uma lógica em que a loucura é deslocada do manicômio, mas passa a habitar um lugar em que reverbera apenas a sua própria condição, refletidas nos demais usuários e naqueles cujo trabalho é lidar com a loucura.

Acreditamos que o sentido pleno da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica seja a afirmação de outros modos de

existência e a sustentação dessa diversidade no exercício da cidadania – na cidade, com a cidade. De modo que a questão mais importante não parece ser a definição do caráter terapêutico ou não do trabalho, mas seu funcionamento como um articulador de relações no cotidiano da cidade. Nesse sentido, a convivência não é aquilo que se faz entre iguais num espaço “seguro”, mas a exposição e o confronto com as diferenças que habitam a cidade. Vejamos alguns exemplos.

Alvarez e Silva (2016) descrevem uma visita dos usuários do CECO Trilhos do Engenho a um centro cultural da cidade do Rio de Janeiro, em que estudantes riem diante da presença da loucura nos espaços da cidade. Protasio (2018) conta de uma visita do CECO de Niterói à Feira de São Cristóvão, em que um usuário encosta propositalmente em uma mulher. Os técnicos do CECO impedem a reprimenda do segurança, explicando que se trata de um paciente psiquiátrico, e que ele seria devidamente informado da inadequação de seu comportamento, sob pena de não poder mais participar dos passeios. A situação, no entanto, gera uma discussão posterior: não seria o caso de deixar o segurança intervir – sem deixar de estar ao lado, de cuidar –, para que se possa entender que a convivência também implica em atritos e negociações diante da presença de outros corpos e da circulação nos espaços compartilhados?

Pode-se então dizer que há sentidos e efeitos múltiplos para a convivência, e que afirmá-la a partir de um compromisso ético-político com o caráter público das políticas e com as diretrizes da Luta Antimanicomial implica num trabalho que tenha como norte a construção de um plano comum. Comum, aqui, não significa a sustentação de um espaço em que só existe o mesmo, mas a sustentação tensa e sensível de diferenças singulares. Os episódios no centro cultural e na Feira de São Cristóvão poderiam ser tomados como oportunidades para reforçar a posi-

ção dos usuários como seres necessitados de proteção, cuja convivência deveria se limitar a um espaço em que não se confrontassem com os estigmas da loucura, ou como carentes de uma tutela para que não se comportem de maneira incongruente com as normas sociais. Mas eles também são dispositivos potentes para pensar e discutir o que significa, afinal, que a loucura esteja circulando na cidade, quais deslocamentos ela provoca na própria sociabilidade urbana e que negociações a convivência urbana exige.

O conceito de transversalidade, formulado por Félix Guattari, nos ajuda a compreender o vetor desse trabalho. Se a verticalidade implica numa comunicação hierárquica – o psiquiatra define o cotidiano do louco – e a horizontalidade opera uma comunicação entre iguais – a convivência se dá apenas entre os usuários –, a transversalidade indica “um grau de abertura à alteridade ou um quantum comunicacional que tende a ser máximo entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos intra e intergrupos” (Passos, 2019, p. 137).

O dispositivo dos CECOs está em uma posição singular para incidir sobre a relação entre loucura e cidade: não se trata apenas de viabilizar o acesso, fundamental e inegociável, a espaços antes interditados pelo confinamento manicomial, mas de incidir sobre a qualidade desse vínculo. A cidadania não se limita aqui aos decretos que garantem acesso e circulação em certos espaços e equipamentos; ela é construída na experiência concreta do cotidiano, da cidade, entendida como território do dissenso (Rancière, 1996). Direito à cidade, portanto, e não apenas o exercício de direitos na cidade (Tavolari, 2016).

Tal direção desloca o lugar da cidade como “construção funcional a serviço de necessidades sociais ou psicológicas” (Baptista, 1999, p. 122) para a afirmá-la como um artefato político. A

cidade não é um cenário sobre o qual desfilam existências consolidadas, mas o território vivo onde subjetividades se moldam e se desfazem. Se o recolhimento da loucura a instituições de sequestro foi fundamental na tentativa de realizar a “utopia da cidade perfeitamente governada” (Foucault, 1999, p. 164), este processo veio acompanhado de uma sobrevalorização de uma concepção privatizada de subjetividade. Combatê-la é também apostar na cidade como produtora de outros modos de vida.

Neste sentido, um dos debates candentes em torno dos CECOs diz respeito à função da mediação. Protasio (2018) demonstra que, no caso do CECO de Niterói, essa discussão foi sendo feita justamente a partir da precariedade do equipamento, por seu estatuto dúbio na formulação da política. Tendo nascido dentro de uma enfermaria do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba (HPJ) e depois passado a uma casa anexa ao HPJ, o CECO de Niterói passou por algumas mudanças de endereço e de estrutura física, passando a contar com uma sala administrativa e uma sala de atividades. Esse enxugamento da estrutura física e seu deslocamento para uma região central da cidade fez com que o CECO recebesse cada vez menos atividades internas – oficinas realizadas em suas dependências – e funcionasse mais como um dispositivo mediador das relações com outros equipamentos da cidade: “Assim, se aparece alguém com pedidos de aulas de pintura, por exemplo, a direção é procurar uma parceria de algum ateliê que já faz esse tipo de atividade” (Protasio, 2018, p. 63).

É curioso que Protasio (2018) coloque esse trabalho de mediação justamente sob o signo do limite, da fronteira: a mediação envolve passagens entre a tutela e o cuidado, entre o dispositivo da rede e a cidade, entre a autonomia e o controle. Uma atividade que só se faz no limite, tensionando e redesenhando os contornos deste limite, tal como havíamos situado o trabalho da psicologia junto às políticas públicas. É nesse limite que se joga

um sentido possível para a autonomia, em que ela não significa a ausência de dependência da alteridade, mas “a multiplicação das dependências do cidadão louco, em âmbito social [...] potencializando-se sua autonomia numa rede ampliada de dependências no tecido social (Quintella, Ferreira e Amaral, 2013, s/p).

Isso implica a inclusão de outros agentes de cuidado, e até mesmo a saída de cena momentânea dos técnicos do CECO. A mediação é, antes de mais nada, uma operação de diluição da circunscrição exclusiva a um “espaço de tratamento” e dissolução do quadro clínico como referência primeira, através da participação em outras coletividades e cenas urbanas. Em uma anedota contada por Franco Basaglia, um louco caminha por Trieste e pede a um taxista que o leve às ruínas gregas. O motorista dirige-se a um terreno com uma casa demolida, espera que o paciente contemple as ruínas e o leva de volta ao hospital. Luis Antonio Baptista comenta este episódio:

Dessa história, contada por Basaglia, sublinho os seguintes tópicos: o primeiro refere-se à não-exclusividade dos profissionais psi como protagonistas da reforma psiquiátrica. [...] a sua efetiva concretização requer o envolvimento de diferentes atores sociais comprometidos com a vida social das cidades. [...] Instrumentalizando as teses da desinstitucionalização no cotidiano, teríamos a possibilidade de dar visibilidade às singulares intervenções sobre o diverso, e dessa forma descoisificá-lo, desmanchar uma dura e mítica diferença, isto é, remeter a sua produção e sentido às práticas sociais e históricas plenas de conflitos (Baptista, 1999, p. 116).

4. À guisa de conclusão

Recuperar, ainda que num sobrevoo, o esforço imaginativo que culminou na formulação de alguns dos dispositivos mais inventivos de nossas políticas públicas pode parecer um exercício

inútil. Mirando no passado, não passaria de um saudosismo inútil, sem serventia aos desafios do presente. E eles não são poucos: o crescente conflito de interesses com o setor privado, sobretudo na saúde (Ferreira Neto e Araújo, 2014), a crescente ofensiva às garantias da Constituição de 1988 e o desmonte do Estado brasileiro nos coloca num quadro de absoluta instabilidade, que exige uma atenção constante sobre direitos já estabelecidos, a garantia da disponibilização de recursos técnicos, humanos e financeiros e a luta para a ampliação do alcance das referidas políticas. Tal precarização vem acompanhada, inegavelmente, de uma privatização, não só no sentido econômico: se a “produção de saúde torna-se indissociável da produção de subjetividades mais ativas, críticas, envolvidas e solidárias” (Brasil, 2006, p. 13), é inegável que vivemos um fortalecimento de uma lógica que incide sobre o plano do coletivo. A precarização que se manifesta na vida de cada um é também efeito de uma concepção privatizada e privatizante de subjetividade, onde os laços de solidariedade genérica parecem não ter lugar.

Neste quadro, “convivência” parece ser precisamente a impossibilidade que marca o nosso presente, em que a intolerância e a violência do fascismo buscam esconjurar das cidades brasileiras os indesejáveis que ameaçam, por sua mera existência, a estreiteza de um projeto de país que almeja escolher com quem conviver. E no entanto talvez não haja momento mais oportuno para esse exercício de rememoração, pois “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1985, p. 224). É preciso afirmar a força do que fomos capazes de inventar nas ruas, becos e vielas brasileiras. Que a fagulha dessa memória intempestiva incendeie as trevas num grito uníssono: manicômio nunca mais, ditadura nunca mais.

Gabriel Lacerda de Resende,

Dr. em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Professor do curso de psicologia da Faculdade Maria Thereza (Niterói/RJ) e professor substituto do curso de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Anna Karolina Lacerda,

Psicóloga (Faculdade Maria Thereza);

Camila Vieira Gama,

Psicóloga (Faculdade Maria Thereza);

Jade Soares Peixoto de Moraes,

Psicóloga (Faculdade Maria Thereza);

João Victor Cardoso Bizarro,

Psicólogo (Faculdade Maria Thereza);

Julia de Oliveira Caetano

Discente de Psicologia (Faculdade Maria Thereza);

Kézya Bárbara Soares,

Psicóloga (Faculdade Maria Thereza);

Luiza de Jesus Abdalla,

Discente de Psicologia (Faculdade Maria Thereza);

Marcella Nunes Lima,

Psicóloga (Faculdade Maria Thereza);

Mickael Fernandes Herwig

Discente de Psicologia (Faculdade Maria Thereza);

Rachel de Oliveira Serrano Coutinho,

Discente de Psicologia (Faculdade Maria Thereza);

Tiana Rodrigues Figueiredo Silva,

Discente de Psicologia (Faculdade Maria Thereza).

REFERÊNCIAS

Almeida, L. P. (2012). Para uma caracterização da Psicologia Social Brasileira. *Psicologia, ciência e profissão*, 32 (num. especial), 124-137.

Alvarez, A. P. E. & Silva, J. O. (2016). Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 6 (1), 5-19.

Baptista, L. A. S. (1999). *A Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus.

Barros, M. E. B. & Pimentel, E. H. C. (2012). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psique*, 2 (2), 3-22.

Benevides, R. & Passos, E. (2005). A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (3), 561-571.

Benjamin, W. (1985). Sobre o conceito de história. In W. Benjamin, *Obras escolhidas vol. 1* (pp. 222-232). São Paulo: Editora Brasiliense.

Brasil. (2006). Política Nacional de Promoção de Saúde. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em 15 de março de 2021.

Brasil. (2005). Portaria Nº 396, de 07 de julho de 2005. Dispõe sobre diretrizes para os Centros de Convivência e Cultura. Disponível em https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-396-2005_192226.html. Acesso em 17 de março de 2021.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol. 3*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Escorel, S. (1998). *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Farr, R. (2013). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.

Ferreira Neto, J. L. & Araújo, J. N. G. (2014). Gestão e subjetividade no SUS: o enfrentamento de impasses em tempos neoliberais. *Psicologia & Sociedade*, 26 (3), 675-684.

Foucault, M. (1998). Nietzsche, a genealogia e a história. In Machado, R. (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 15-37). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1998a). A governamentalidade. In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Guattari, F. & Rolnik, S. (2005). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Lima, R. (2009). A Psicologia Social. In C. Tourinho, & R. Lima (Org.), *Estudos em Psicologia: uma introdução* (pp. 161-180). Rio de Janeiro: Proclama Editora.

Monteiro, A., Coimbra, C. & Mendonça Filho, M. (2006). Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade*, 8 (2), 7-12.

Neves, C. A. B. (2004). Pensando o contemporâneo no fio da navalha. *Lugar Comum*, 19-20, 135-158.

Passos, E. (2019). Psicologia, pesquisa cartográfica e transversalidade. *Revista Polis e Psique*, número especial: 20 anos do PPGPSI/UFRGS, 128-139.

Protasio, F. V. (2018). Mediação entre loucura e cidade: olhares sobre uma experiência no Centro de Convivência e Cultura de Niterói. Dissertação de mestrado não publicada Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 137pp.

Quintella, R., Ferreira, M. & Amaral, E. (2013). *A Desinstitucionalização no século XXI: luta, utopia ou fundamento?* *CliniCAPS*, 7 (21), s/p. Disponível em https://clinicaps.com.br/clinicaps_revista_21_art_01.html. Acesso em 21 de março de 2021.

Rose, N. (2011). Introdução. In N. Rose, *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade* (pp. 11-37). Petrópolis: Vozes.

Rose, N. (2011a). Como fazer a história do self? In N. Rose, *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade* (pp. 39-64). Petrópolis: Vozes.

Tavolari, B. (2016). Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, 104, 93-109.

SOBRE-VIVÊNCIAS NA PANDEMIA: A VIDA CONVIDA A VIVER OUTRA VEZ

Resumo

A partir da memória de dois encontros virtuais de um centro de convivência, apresentamos três narrativas de atores diferentes desse serviço e fazemos uma análise de implicação que considera a dimensão estética e do conteúdo de cada uma em sua singularidade, indagando o que de comum entre elas sobrevive como forma de convivência no contexto da pandemia. Foi possível identificar, permeando as narrativas, o imaginário de um cuidado que favorece a elaboração da experiência e a reinvenção do cotidiano.

Palavras Chaves: Centro de Convivência, Pandemia, Cuidado.

1. Introdução

A vida convida a viver outra vez
Nas voltas do vento, voltar, cirandar
e toda alegria que canta me espera
a vida faz festa para quem sabe amar

Hermano Boari

Desde março de 2020, o Brasil vem enfrentando os impactos econômicos, políticos, sanitários e sociais provocados pela epidemia da Covid-19. Nesse contexto, a necessidade de distancia-

mento social se impôs como forma de preservação da vida. As atividades do cotidiano foram bruscamente interrompidas, afetando diretamente as instituições e as subjetividades. Os centros de convivência, espaços privilegiados de encontros e trocas, vêm buscando desenvolver uma série de ações que permitam garantir a continuidade do cuidado, apesar do distanciamento.

No mês em que a Lei 10.2016 (Brasil, 2001), que dispõe proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, completou 20 anos de existência, o Centro de Convivência Carlos Prates, um dos nove que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS) de Belo Horizonte, Minas Gerais, realizou duas rodas de samba e prosa online em parceria com os cursos de Medicina da Universidade de Afenas (Unifenas) e Psicologia da Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e com o musicoterapeuta Rodrigo Camargos Cordeiro do Centro de Referência em Saúde Mental Noroeste (CERSAM NO). Os eventos tiveram como objetivo principal o lançamento do álbum *A vida convida a viver outra vez*, gravado durante o período da pandemia por um artista que frequenta o serviço, Hermano Boari. Outros objetivos foram apresentar o serviço e discutir os efeitos da pandemia da Covid-19 nesse contexto.

Esses encontros tiveram em média 2 horas e 30 minutos de duração e contaram com a presença média de 50 pessoas de várias regiões do Brasil no primeiro dia e 40, no segundo, incluindo trabalhadores do Centro de Convivência Carlos Prates, professores universitários, alunos, usuários, amigos e familiares. Os encontros tiveram início com a apresentação do serviço pela gerente e seguiram com o relato do monitor sobre a oficina de Letras após a chegada da pandemia, do musicoterapeuta acerca de sua atividade no CERSAM NO e, finalmente, o

relato do artista encerrou a primeira parte. Na segunda parte do encontro, alternaram-se momentos de expressões artísticas e conversação entre os presentes. A gerente do serviço coordenou os encontros procurando garantir que a palavra pudesse circular, bem como que as produções de usuários presentes ganhassem visibilidade através de fotos, vídeos e música ao vivo. O receio de que a mediação dos encontros pela tecnologia da comunicação acarretaria certa artificialidade foi rapidamente desconstruído pelas manifestações afetivas de saudade, encantamento e gratidão que os permearam. Os eventos foram avaliados pelos participantes como um acontecimento que trouxe reflexões, trocas afetivas e sensação de leveza frente à dolorosa realidade de inseguranças e perdas.

Da memória desses encontros, serão destacadas, para este artigo, as falas dos três co-autores, os quais compõem o Centro de Convivência Carlos Prates: a gerente, o monitor da oficina de Letras e o artista. A partir da apresentação dessas narrativas, em que cada voz relata sua vivência neste serviço do SUS durante o período da pandemia da Covid-19, propomos uma leitura que considera tanto a dimensão estética quanto do conteúdo das narrativas. Por meio da análise de nossa implicação como sujeitos que atribuem sentidos às situações vividas (Nogueira, Barros, Araujo & Pimenta, 2017; Souza & Carreteiro, 2016), buscamos tecer comentários sobre a singularidade de cada uma dessas vozes na reinvenção do cotidiano, indagando o que em comum aos três sobrevive como forma de convivência.

2. Habitar a margem

Quero começar agradecendo a oportunidade do encontro, não presencial como gostaríamos, mas da forma como é possível nos dias atuais: à distância.

Meu nome é Daniela, sou terapeuta ocupacional, tenho mais de vinte anos de experiência em saúde mental e também tenho uma trajetória acadêmica de pesquisa sobre o trabalho nesse campo desde 2010. Estou na RAPS de Belo Horizonte desde 2012 e assumi a gerência deste centro de convivência em setembro do ano passado, no meio da pandemia. É desse lugar e dessa trajetória que eu quero falar com vocês aqui hoje.

Primeiramente, vou apresentar o centro de convivência como um lugar político. Em seguida, vou falar um pouco dos efeitos da pandemia neste lugar e, por fim, abrir a conversa sobre as invenções possíveis nesse momento.

Quando eu me propus a ser gerente de um centro de convivência, a primeira pergunta que eu me fiz foi: o que é convivência? O que eu encontrei foi que essa palavra deriva do verbo conviver que significa viver junto, ser próximo de alguém, ter uma vida em comum, relacionar-se. Pareceu-me uma palavra que define muito bem um dispositivo de cuidado onde se procura garantir espaços de sociabilidade e produtividade para as pessoas com experiência de sofrimento mental.

O eixo de sustentação desse serviço são as oficinas e atividades coletivas por possibilitarem ampliar a experimentação, a criação e favorecer as trocas materiais e afetivas, tal como nos orienta a reabilitação psicossocial (Saraceno, 2001). Mas qual a novidade? A prática de oficinas não é nova na história do tratamento psiquiátrico. O que diferencia essa proposta das antigas práticas laborterápicas do contexto manicomial? Penso que é a base territorial que fundamenta as oficinas no contexto dos centros de convivência o que permite que a convivência rompa os limites institucionais e ocupe espaços até então interditados, desconhecidos ou inacessíveis, por meio de intervenções em espaços públicos, passeios, mostras de arte e ar-

tesanato, festivais de música, torneio de jogos, viagens, festas comunitárias. Desse modo, o centro de convivência possibilita uma vinculação com uma atividade significativa e com um lugar social, o que pode produzir, ao mesmo tempo, outro olhar da sociedade sobre a diferença, desconstruindo antigas estruturas simbólicas que a aprisionaram, por longo tempo, no isolamento e na incapacidade.

Em Belo Horizonte, os centros de convivências se situam no campo da saúde, fazem parte de uma rede de serviços substitutivos em saúde mental, os quais se articulam e se destinam a atender necessidades diferentes em momentos distintos da trajetória de sujeitos que passam pela experiência do sofrimento mental. Essa rede inclui serviços de atenção psicossocial especializada (Centros de Referências em Saúde Mental, Serviço de Urgência Psiquiátrica); hospitalar (leitos psiquiátricos em hospital geral); serviços de base territorial e comunitária vinculados às Unidades Básicas de Saúde, tais como, Equipes de Saúde Mental, Equipe Complementar, Arte na Saúde, Consultório de Rua, Estratégia Saúde da Família; serviços de desinstitucionalização como os Serviços Residenciais Terapêuticos; serviços residenciais de caráter transitório como as Unidades de Acolhimento Transitório e estratégias de reabilitação psicossocial como a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários.

O centro de convivência tem uma peculiaridade que é ocupar nessa rede um lugar fronteiro que faz interface com o campo da arte, da cultura, da educação, esporte e lazer, das políticas de trabalho e geração de renda. A equipe é composta por artistas e artesãos, um educador físico da Academia da Cidade, professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo apenas o gerente um profissional da saúde mental. É um serviço que pode produzir efeitos terapêuticos, mas não tem uma proposta eminentemente clínica. A proposta é ser um operador do direi-

to à cidade. Entretanto, é um serviço que, mesmo com mais de trinta anos de experiências acumuladas no Brasil, até hoje, não possui um marco legal e uma política de financiamento estatal que garanta sua permanência e expansão.

Por suas peculiaridades, podemos dizer que o centro de convivência habita um lugar político marginal em uma sociedade neoliberal onde uma profusão de diagnósticos psiquiátricos favorece cada vez mais a medicalização da população. O que estou chamando de lugar político? Na perspectiva de Gayatri Spivak, lugares políticos seriam

...certos lugares [que] são revestidos de estatutos ontológicos legítimos - colocados como “central”, “modelo” e “neutro”, enquanto outros são marginalizados por diferentes processos: seja por invisibilização (como um lugar do não-lugar, próprio a sujeitos invisíveis, não existentes), seja como o “outro” (menor, inferior), seja até mesmo e simplesmente como “diferente” (o que só pode aparecer como tal com relação a um centro de gravidade que legitima certa zona de identificação como modelo) (Alt, 2019, p.40).

Habitar a margem não é confortável porque é o lugar de incerteza, da não obviedade, da estranheza, o que é, ao mesmo tempo, vulnerabilidade e potência. Vulnerabilidade porque quem habita a margem convive o tempo todo com a ameaça constante da exclusão e do descrédito. Por outro lado, produzir tensão em todos os campos com os quais faz fronteira aparece como potência de subverter a pretensa naturalidade dos saberes hegemônicos e transformar esses campos. Ao assumir o lugar marginal e falar a partir desse lugar, é possível deslocar os lugares centrais de poder. É importante ressaltar que esse lugar não é muito diferente daquele ocupado por muitos dos usuários que frequentam o nosso serviço.

Nesse sentido, embora seja o discurso da inclusão e da cidadania que norteia o funcionamento dos serviços substitutivos, é preciso sempre se perguntar se a palavra está de fato sendo franqueada a quem ela sempre foi recusada. Não se trata aqui de dar voz, mas de criar mecanismos através dos quais, um sujeito não só possa se articular para falar, mas para se fazer ouvir (Spivak, 2010).

Diferentemente da forma como chegam aos serviços ambulatoriais ou de urgência (a partir de uma queixa, de um sofrimento, um sintoma), o centro de convivência é o lugar onde se chega a partir de um desejo a ser construído. Nesta perspectiva, interessa menos o diagnóstico e mais a experiência. “Me conta um pouco de você! Onde vive? Como vive? O que faz no cotidiano, o que sabe fazer, o que gosta de fazer? Que atividade gostaria de experimentar no Centro de Convivência? Qual seu projeto de futuro?”: estas são algumas perguntas lançadas a quem chega ao serviço pela primeira vez.

Ao assumir para si a tarefa de construir pontes e conexões entre os diferentes campos sociais, o centro de convivência torna-se um agenciador de encontros e acontecimentos capazes de produzir novos sujeitos e novos lugares políticos, já que, por meio de sua atividade, o sujeito produz uma obra e a obra um sujeito.

E o que é um sujeito? Sujeito é aquele portador de uma história própria, singular, construída no encontro com um coletivo, em um determinado lugar e tempo, ou seja, há uma dimensão objetiva/material através da qual se vive, mas há também a dimensão subjetiva da experiência que se refere a como vive e como narra o vivido, como constrói sentido para os acontecimentos (Barros & Lopes, 2014).

Não existe experiência que não seja mediada pelos sistemas simbólicos que possibilitam a reconstrução e resignificação da vivência (Barros & Lopes, 2014). Nesse sentido, o centro de convivência oferece um leque de possibilidades, de múltiplas linguagens para que os acontecimentos não sejam apenas uma sequência de fatos arbitrários na vida de cada um.

A pandemia é um acontecimento, um dado objetivo da realidade que nos atravessa e nos afeta de alguma forma quando nos impõe o imperativo do distanciamento social. No caso do centro de convivência, dificulta-lhe ocupar o lugar que justifica sua existência, cumprir a função através da qual se estrutura como instituição que é justamente a de promover a convivência por meio de um fazer.

Tem sido um pouco esse o desafio que tem se colocado para mim como gestora. Desde que cheguei aqui, no meio da pandemia, me pergunto: como esse acontecimento impacta a vida do trabalhador e do usuário? Como manter o distanciamento que preserva a vida, sem incorrer no descuido e abandono? Como sustentar os vínculos? Como não permitir que esse serviço que sobrevive habitando a margem, deixe de existir?

Então, quando eu cheguei, eu pensava que dali a uns dois ou três meses já voltaríamos à “normalidade”. Não foi bem o que aconteceu. Eu pensava que era só aguardar passar o tempo para que o centro de convivência pudesse retomar o seu lugar de agenciar encontros, mas, à medida que o tempo foi passando, foi necessário perguntar o que seria possível fazer com esse tempo porque ele não iria passar tão rápido quanto eu gostaria.

E assim, o tempo de espera passou a ser tempo de reorganizar o espaço e se reapropriar dele, tempo de ressignificar a palavra

convivência, estando presente na vida dos usuários, sem estar, necessariamente, perto. Tempo para o centro de convivência se reinventar até que as atividades coletivas possam ser retomadas com segurança. Manter contato telefônico, garantir a porta aberta para o acolhimento, oferecer suporte material e afetivo para que algumas atividades possam ser desenvolvidas em casa, fortalecer a interlocução com a rede de cuidados, agendar atendimentos individuais ou de pequenos grupos, instituir e mediar a convivência em grupos de *whatsapp*, realizar eventos virtuais são exemplos de ações que têm buscado impedir que os vínculos se percam e as crises se reinstalem.

Há também invenções que nem sempre são mediadas por nós, mas que quando nos são endereçadas, acolhemos e assumimos como compromisso de fazer ver, fazer valer e fazer existir. Esse foi o caso do Hermano. Foi a partir da experiência de conseguir realizar o sonho de produzir seu primeiro *CD*, aos 73 anos de idade, em meio a esse contexto pandêmico, que surgiu a proposta desse encontro. Ele nos ensina como a vida sempre nos convida a viver apesar das adversidades, a inventar modos de ser no mundo a partir do vivido e do encontro com outro. E escolher viver é o que pode haver de mais subversivo quando estamos diante de uma política de morte.

3. Sobre-vivência: a oficina de Letras na pandemia

Os centros de convivência da Rede de Saúde Mental do SUS-BH trazem no nome o que podemos entender ser seu principal papel como serviço substitutivo ao manicômio: a convivência. Para os cidadãos e cidadãs em sofrimento mental, é preciso reencontrar o lugar na cidade, atar os laços sociais, refazer projetos de vida, os quais ficaram prejudicados seja em nome da razão ou de dificuldades decorrentes do adoecimento. Oficinas coletivas de arte e artesanato, passeios em museus e cinemas

são algumas das atividades desenvolvidas na nossa rotina de trabalho, todas elas perpassadas pelo convívio social. Tendo-o em vista, a oficina de Letras do Centro de Convivência Carlos Prates trabalha com a produção de textos, pela fala e a escrita, e a recepção deles, pela escuta e a leitura. Nossa rotina entre conviventes teve que ser interrompida pela Covid-19. Eu, Sandro, como monitor da oficina de Letras, tratarei agora sobre a vivência da unidade pela oficina nos meses que se seguiram à chegada da pandemia.

Março de 2020: a Covid-19, declarada pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde, alastra-se no Brasil. O novo coronavírus, patógeno dela, é de fácil contágio e, para seu enfrentamento, são recomendadas diversas medidas de higiene e o distanciamento social. Nada mais adverso a um serviço do SUS que cuida da saúde mental pela convivência: não podermos apertar as mãos, tocarmo-nos, é preciso manter distância! É divulgada Nota Técnica da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte sobre enfrentamento ao Covid-19 para os serviços do SUS-BH: as atividades coletivas dos centros de convivências ficariam suspensas por, no mínimo, 60 dias e parte da equipe ficaria em casa em teletrabalho. Recoelho os cadernos dos usuários, faço uma mala pesada para levar para casa o que da rotina ficou grafado no papel, nela também a incerteza de quando veria seus autores novamente.

Abril, Maio: com os cadernos de cada um, finalizo o trabalho que começamos de organização de textos para a publicação de livretos individuais de cada convivente da oficina. Encontro a solidão da escrita com a singularidade de cada um, digitando, prefaciando os escritos e fazendo revisões. Do nosso laço social, agora só são possíveis chamadas telefônicas. Alguns não atendem. Outros números estão desatualizados. Grande parte responde animada do outro lado da linha: agradecimentos pela “lembran-

ça”, pela “preocupação”. Pergunto sobre os cuidados na quarentena: “está ficando em casa? Usando máscara?” E ainda: “Está lendo, escrevendo? Vamos combinar de escrever para mim e ler na próxima ligação? Conta-me como está sendo passar por esse momento...” Na ligação seguinte, escuto: “Quando o centro de convivência volta a funcionar?” “Não aguentei, fui para o bar 24 horas”, “Quando o centro de convivência volta?” Nas ligações seguintes, acabamos de nos cumprimentar e o texto estava à mão esperando a chamada do monitor: “já posso ler?” Ouço, na linha, os traços de alguns. Por eles, mantemos a ligação. Vai passar. Por hora, vamos ficando em casa...

Junho: Aviso: “Tive que adiantar férias e vou ficar um tempo sem ligar. Na volta, já devo estar presencialmente no centro de convivência. Não poderemos ter oficina como antes. Ainda não sei como vai funcionar. Não deixe de escrever! Quando eu voltar, você lê para mim. Fique em casa!” E escuto: “Você está se cuidando também? Passando álcool gel? Comendo direitinho?” Respondo: “Sim, estou. Ah! Os centros de convivência estão fabricando máscaras! Se precisar, ligue agendando e dê uma passada lá, com cuidado, para pegar algumas...” Faço o relatório das conversas. Finalizo a primeira revisão dos livretos. Envio-os por *e-mail*. Fico em casa.

Julho, agosto, setembro: Retorno ao trabalho. Os colegas e a gerente, depois da fabricação de máscaras, passaram a auxiliar com a pesquisa do número dos *vouchers* para retirada de cestas básicas e com o cadastro para o auxílio emergencial. Ligo do centro de convivência aos usuários informando que estaria por lá às terças-feiras também para receber chamadas e que as oficinas, por hora, seriam individualmente, apenas para aqueles que estivessem muito ansiosos. Conto-lhes: “Fiz segunda revisão dos nossos livretos! Já estão na diagramação”. “Se puder, fique em casa!”.

Outubro: Escuto: “Está muito ruim fazer oficina sozinha, chama mais gente!” Penso o mesmo, mas respondo: “Não posso, por hora, ainda precisa ser individual, no máximo em dupla e vocês não podem se encontrar”. “E os nossos livrinhos?” “Estamos deixando-os prontos para quando pudermos lançar. Estão na impressão”. Os índices de transmissão vinham caindo na cidade. O comércio havia reaberto. Sai nova Nota Técnica para serviços com atividades coletivas: manter 2 metros de distância entre as pessoas, 7 m² para cada. Medimos os espaços. Marcamos as mesas. Definimos dois horários por turno, com intervalo para higienização e mudança das turmas. A convivente mencionada acima ficou feliz em ter novos colegas para conversas e leituras.

Novembro, dezembro: os 14 livretos aguardam o lançamento coletivo para a distribuição presencial. Apresento-os a cada autor(a) presente no centro de convivência que se admira da materialização do projeto. Guardo-os na esperança de um lançamento presencial.

2021 chega com a esperança da vacinação. Os votos para o novo ano são repletos de desejo por vacinas a toda população! Mas o passar do tempo contrasta o aceleração de infecções e número de mortes por complicações decorrentes da Covid-19 em relação ao percentual da população sendo vacinada a conta-gotas devido a entraves políticos. Desde janeiro com medidas de contenção do avanço do coronavírus acentuando-se ou flexibilizando-se, o funcionamento do serviço oscila entre atendimentos individuais, no máximo em duplas, e oficinas com grupos pequenos respeitando o limite de 7m² por pessoa e distanciamento de 2 metros. Em fevereiro, a equipe em trabalho presencial é vacinada.

Março 2021: É decretada onda roxa no estado de Minas Gerais: alerta máximo para conter o avanço de casos. Parte da equi-

pe continua presente na unidade para acolher os usuários que demandam estar presentes no serviço. Voltamos às restrições no atendimento com a orientação aos usuários de que procurem permanecer em casa: o risco de contágio aumentou e a rede de saúde não está conseguindo mais atender a demanda de internações e leitos em Unidade de Terapia intensiva (UTI). Recebemos notícias dos usuários idosos sendo vacinados.

S. está frequente nas oficinas e deu-me uma máscara de presente. R. e C. ligam-me todas as terças-feiras para lerem-me um poema ou cantar uma música ao telefone. H. gravou, lançou um disco e passa diariamente pelo centro de convivência. Outros chegaram agora no serviço. Escreveram. Leram para os colegas. Procuramos notícias na rede sobre os ausentes. Boa parte dos que estão hoje presencialmente na oficina de Letras esteve em contato pela chamada telefônica. Por ela, que, com cuidado, acertamos sobre o retorno presencial. Assim, da convivência se fez sobrevivência, nos difíceis dias de distanciamento social. Se pudermos, ainda temos que ficar em casa, é preciso ver caso a caso a urgência de cada um. Ainda não apertamos as mãos, mas podemos escutar as falas e textos dos colegas à distância de dois metros. A vivência das ligações no distanciamento mostra-nos que os laços sobrevivem se, um dia, já se deram na convivência e que novos podem se dar na medida do que dela sobrevive.

4. A vida convida a viver outra vez

Meu nome é Hermano Brandão Boari. Minhas primeiras composições foram feitas aos meus vinte anos, ou seja, há mais de 50 anos atrás. As composições, ou melhor dizendo, as inspirações surgem aos poucos. Uma música tem vários períodos de inspiração. “Adriana” levou aproximadamente vinte anos para ficar pronta. “Amor em pedaços”, apenas 8 minu-

tos. Fiquei um bom período longe da música. Aproximadamente há dez anos, eu tive um forte período depressivo. Após dois anos de tratamento no CERSAM fui encaminhado para o Centro de Convivência Carlos Prates, onde comecei a minha participação na oficina de música e, posteriormente, de Letras. Voltei a compor e fiz “Amor em Pedacos”, “Não quis o Carnaval”, “Bonita”, “Samba e Razão”, “A Vida te chama”. Participei de festivais com as músicas “Tamborim” e “Amor em Pedacos”. Foi aí que a assistente social, Liliane, me falou que no CERSAM poderia ter aula de violão. Conheci o Rodrigo e depois fui ser seu aluno em seu estúdio. Mostrei a ele minhas composições e manifestei meu desejo de gravar um *CD*. Ao ouvir a gravação, confesso que quis chorar de emoção. Como imaginar os caminhos de Deus, onde estive e onde cheguei? Muito bom ter gravado! Hoje vejo que um trabalho perdido pode ser lembrado. Não posso deixar de mandar um beijo e um abraço para Fátima, ex-assistente social do CERSAM e para Eliza, ex-gerente do Centro de Convivência e também dizer que a participação do Rodrigo foi fundamental, sem falar na dedicação amorosa da nossa querida Daniela. Agradeço de coração a oportunidade e o carinho de todos vocês.

É bom lembrar que esse bom sonho da minha vida foi gravado durante a pandemia. Penso que, se a vida morrer, o mundo apodrece. O isolamento social pode representar uma agressão ao amor. Razões devem haver para que tudo isso aconteça. Nada é em vão, o que não é benção, é lição. No entanto, é preciso viver, compartilhar. É bom se sentir amado. Sentir-se só é ir de mal a pior. Talvez o mundo nunca mais seja o mesmo. As pessoas se distanciaram, não se cumprimentam, não se abraçam, não se tocam, não se beijam. O que era afeto virou perigo de contágio. Não podemos deixar de acreditar que apesar de agredido, o amor é a força que nos conduz. Toda sabedoria nasce na filosofia do trabalho. O carinho e

o cuidado pedem socorro nos dias em que a terra parou. O amor e a fraternidade não podem parar. Alternativas haverá de aparecer. Ficar parado assim é que não pode ser. A luz que se apagou, há de encandecer e um canto de amor, então resplandecer. Devemos cuidar sim, sabendo, porém, até quando cuidar não seja um abandono. Faz falta a gente se ver. A vida não sabe parar, quisera fazer-te entender que agora o melhor é cantar. Na cor do amor, pintei meu coração e, na dor da ilusão, chorei a solidão. Como diria Augusto Cury (2002), algumas pessoas acreditavam que poderiam encontrar a felicidade isolando-se do mundo, «mas a felicidade sumiu e deixou-lhes um bilhete: eu aprecio o cheiro de gente e cresço em meio aos transtornos da vida» (p.8). Sem sonhos, a vida não tem brilho. Melhor errar por tentar do que errar por omitir. Não tenho medo dos tropeços da jornada. A vida convida a viver outra vez.

5. Sobre as narrativas: as vivências em suas singularidades e em convívio

A experiência dos encontros demonstra que o espaço virtual pode se configurar como um território ampliado do centro de convivência que favorece o diálogo e as trocas afetivas entre diferentes sujeitos, embora a acessibilidade digital ainda se constitua em uma barreira para a maioria dos usuários.

Dessa experiência, destacamos três narrativas que, em suas diferentes vozes, tentam traduzir a experiência de um tempo, um lugar e uma coletividade. Ao narrar e interpretar a realidade a partir de sua própria história, seus saberes, determinações e expectativas, cada sujeito, ainda que vivencie e confira sentido aos acontecimentos de forma singular, tece laços entre a linguagem e a vida (Nogueira et al., 2017).

Do ponto de vista estético, é possível observar que cada um fala em nome próprio, na primeira pessoa do singular, a partir do lugar que ocupa na dinâmica institucional. Em outros momentos, fala em nome de um coletivo, o que denota a ideia de pertencimento. Na primeira narrativa, amparada em fundamentos teóricos, a gerente, que chega em momento de funcionamento atípico do serviço (que inevitavelmente o fragiliza), busca situar seu lugar (o próprio e o do serviço), considerando o contexto da pandemia. Na segunda narrativa, o que se destaca é a descrição cronológica dos acontecimentos articulada à forma como, monitor e usuários puderam manter os laços de convivência a partir da memória de tudo que já havia sido produzido na experiência da oficina de Letras e da invenção de outros modos de dar continuidade ao trabalho coletivo, sobretudo, pela confecção de livretos, ligações telefônicas e reorganização do processo de trabalho. Na terceira, sobressai a dimensão poética e dos afetos que irrompe no entrelace da própria história de vida com esse território.

Se o conteúdo dos dois primeiros textos destaca o movimento de invenção de novas ações capazes de manter viva a convivência, há no conteúdo dessa última narrativa algo que denuncia que os esforços em contornar o distanciamento imposto pela pandemia podem se mostrar insuficientes quando o corpo não está presente. Frente à profusão de normas e restrições para o convívio, alerta que o excesso de distância, ainda que em nome de um cuidado, pode acarretar o abandono daqueles mais vulneráveis. Nesse sentido, é somente a partir da escuta das necessidades de cada um que a reinvenção do cotidiano vai, aos poucos, se mostrando possível.

É inegável que a pandemia confronta os sujeitos à ideia da finitude da vida, o que abala, inevitavelmente, a aparência de autonomia e controle. Conforme ressalta Carreteiro (2020),

emergem, nesse contexto, dois tipos de imaginário: da suficiência e do cuidado. O imaginário da suficiência ampara-se na mítica figura do herói. No cenário neoliberal, o herói ganha os contornos do empreendedor de si mesmo que nega a gravidade da pandemia e banaliza a morte ao defender que a vida econômica não pode ser interrompida. Já o imaginário do cuidado ressalta a fragilidade da vida e a necessidade do distanciamento social como compromisso coletivo de preservação de si e do outro. É possível identificar o imaginário do cuidado permeando as narrativas tanto no desejo de cuidar quanto do sentir-se cuidado.

O cuidado destaca-se como uma estratégia de atenção em saúde no âmbito do SUS que respeita à diferença, valoriza o protagonismo dos sujeitos e o diálogo. Pauta-se pelo acolhimento, o vínculo e a responsabilização (Ayres, 2004). Trata-se de um conceito complexo que envolve componentes técnicos, relacionais e políticos, que pretende desconstruir práticas autoritárias e opressoras, implicando os sujeitos na produção da própria saúde e, em última instância, promover deslocamentos nas estruturas de saber-poder que se desdobrem em transformações sociais.

Pela experiência de compor a rede de cuidado em saúde mental habitando a margem, sabemos da vulnerabilidade e potência desse lugar fronteiro. É nessa experiência que podemos apostar também para que nossos vínculos não se desfaçam e que novos possam se fazer, ali onde já se conhece o risco da exclusão e do que é estar fora de espaços hegemônicos. Sabemos que o afeto resiste à adversidade do distanciamento social em uma ligação telefônica, no endereçamento a quem se possa dirigir um convite. Sobre a potência da experiência do vivido, Ana Marta Lobosque (2020), no livro *Memórias: nós que atravessamos*, nos fala sobre “lembranças que não

se deixam esquecer” (p.21) na luta antimanicomial. Apontando diversas possibilidades de esquecimento, responde a elas com a força daqueles que atravessaram o combate aos manicômios. Ouvimos uma delas como uma orientação em que apostamos frente aos difíceis momentos que se seguem à pandemia: “E se esquecêssemos as dores de momentos adversos - penosos retrocessos, duros enfrentamentos travados contra outrem, ou contra nós mesmos, humanos, demasiadamente humanos que somos - ainda assim para além do homem, uma centelha ardente se alastraria, adentrando grandes sertões” (Lobosque, 2020, p. 23-24).

Há uma centelha ardente capaz de se alastrar como forma de sobrevivência. Ainda segundo a autora,

... se a morte não nos poupa, se já levou consigo alguns dos nossos, e a todos nos aguarda, ainda assim não fere nossa herança: ali onde Eduardo Araújo, César Campos, Rosimeire Silva, Marcus Matraga, entre tantos outros, cruzaram nosso mortal limite, delírio e lucidez, esperança e saudade se dão as mãos, para sempre mesclados, cidadãos de outros mundos possíveis por fazer (Lobosque, 2020, p. 24).

Por essas palavras, podemos pensar que, para nós que habitamos a margem, mesmo frente à morte, resta uma centelha ardente de um convite à vida, a outros mundos possíveis, outra vez.

6. Considerações Finais

E do comum da convivência, o que sobrevive? A pandemia da Covid-19, com a medida sanitária do distanciamento social, impactou os centros de convivência naquilo que trazem no nome como principal papel: a convivência. Cada ator dentro do serviço relatou o modo como, desde o início da pandemia,

vem tentando reinventar a si e o modo de fazer uso ou de trabalhar no serviço no momento em que as atividades coletivas foram suspensas, na retomada gradual das atividades, entre flexibilizações ou recrudescimentos das medidas sanitárias para enfrentamento à pandemia. Mas o que sobrevive do comum da convivência quando é preciso manter distância? Parece-nos que é o fio do cuidado a enlaçar quem cuida e quem é cuidado. É preciso mantê-lo e sustentá-lo fazendo-se endereço ou tendo a quem se endereçar. A gerente procurou a reorganização e reapropriação do espaço para que se mantenha como endereço daqueles que são cuidados e para que os vínculos não se desfaçam. Neste sentido, o monitor fez ligações telefônicas, concretizou o projeto dos livros anterior à pandemia e se dispôs ao endereçamento dos usuários, cada qual em sua forma de lidar com as adversidades do contexto da pandemia. Tendo a quem se endereçar, o artista pôde levar o convite da vida a viver outra vez e, a partir dele, foi possível realizarmos os encontros que produziram as narrativas aqui reunidas.

Desse modo, ainda que em um contexto adverso à convivência, ao promover encontros mediados pela palavra e pelas diversas linguagens artísticas, o centro de convivência favorece a elaboração da experiência e a invenção de modos de sobrevivência, se afirmando como um dispositivo fundamental na construção do cuidado em liberdade.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração de Rodrigo Camargos Cordeiro, Enio Rodrigues da Silva e Maria Helena Camargos Moreira, sem os quais os encontros não se realizariam.

Daniela Tonizza de Almeida,

Terapeuta Ocupacional, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Gerente do Centro de Convivência Carlos Prates/SMSA/PBH, Belo Horizonte/MG

Sandro Boaventura,

licenciado e bacharel em Letras pela UFMG, monitor do Centro de Convivência Carlos Prates e Oeste/SMSA/PBH, Belo Horizonte/MG, Psicanalista.

Hermano Boari,

artista frequentador do Centro de Convivência Carlos Prates/SMSA/PBH, Belo Horizonte/MG

REFERÊNCIAS

Alt, F. (2019). Da margem no centro: deslocamentos do sujeito no feminismo. *Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia*, 8 (2), 36-50. <<https://doi.org/10.12957/ek.2019.48370>>

Ayres, J.R.C.M. (2004). O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(3), 16-29. <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300003>>

Barros, V.B. & Lopes, F.T. (2014). Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: E.M. Souza. (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional*. (pp.41-64). Vitória: EDUFES.

Carreteiro, M.T. (2020). Pandemia: luta entre dois imaginários. *Caderno de Administração*, 28 (Ed.Esp.), 17-20. <<https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53952>>

Cury, A. (2002) *Você é insubstituível: este livro revela sua biografia*. Rio de Janeiro: Sextante.

Lobosque, A. M. (2020). *Intervenções em saúde mental: um percurso pela reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: Hucitec.

Lei 10.216, de 6 de abril de 2001(2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Diário Oficial da União.

Nogueira, M.L.M., Barros, V.A., Araujo, A.D.G., & Pimenta, D.A.O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 22 de abril de 2021, de.

Saraceno, B. (2001). *Libertando identidades: da Reabilitação Psicossocial à cidadania possível* (2ªed). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ Te Corá.

Spivak, G.C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte.

PROGRAMA ESPAÇO DA DIFERENÇA: NAS ONDAS DA RÁDIO E DA REDE

Resumo

O propósito deste artigo é compartilhar a experiência do Programa Espaço da Diferença da Rádio Revolução Web/FM, ligado ao Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, a partir das noções de rede e cogestão, como importantes conceitos para o desenvolvimento de uma convivência antimanicomial. Busca-se problematizar os lugares instituídos e quebrar com a dicotomia “nós” e “eles” através de práticas de cogestão na produção dos programas e na produção da escrita deste artigo. Foram criadas narrativas que expressam os efeitos da experiência do Programa para os diferentes lugares ocupados: produção, repórter, apresentador e convidada. Ao nos posicionarmos como conviventes e navegantes em diferenciação nas ondas da rádio e da rede, propomos desinstitucionalizar as práticas psis que promovem saúde.

Palavras-chave: Convivência, Cogestão, Rede.

1. Introdução nos territórios: Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, Rádio Revolução e Programa Espaço da Diferença

Ao nos perguntarmos de que lugar escrevemos, somos lançados aos territórios, aos espaços em que nos situamos e as im-

plicações e vínculos que tecemos com eles. Território compreendido como um espaço do acontecer, é onde a vida acontece (Santos, 2005). A autoria deste artigo está implicada com a luta antimanicomial e com o trabalho dos Centros de Convivência e Cultura (CECOs), que no contexto do Estado do Rio de Janeiro têm sido compreendidos como potentes “dispositivos inter-setoriais ligados à Rede de Atenção Psicossocial em que são oferecidos espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade” (Projeto de Lei n. 4.563/2018, Art. 1º). Escrevemos do lugar de quem trabalha, pesquisa e usa o CECO.

O CECO Trilhos do Engenho localiza-se no bairro do Engenho de Dentro na cidade do Rio de Janeiro e seu processo de construção iniciou-se em 2011, a partir de um desdobramento de um processo de desconstrução hospitalar ao qual o Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS) vinha atravessando. Nesse projeto, antigos espaços que abrigavam enfermarias de crise fechadas, passaram por (re)forma e a abrigar espaços de arte e cultura. Além do espaço físico, nesse projeto foi compreendido, como proposta de trabalho, a importância de criar vias que facilitassem uma sociabilidade comunitária onde as singularidades habitassem a cidade, facilitadas por meio de ações inclusivas em e com equipamentos de arte e cultura do território e parcerias diversas (Andrade, Pace & Mendonça, 2019). Dessa forma, o CECO Trilhos do Engenho funciona como um articulador com o território, apostando como direção de trabalho em facilitar outras possibilidades de produção de autonomia e exercício pleno de cidadania através de ações de cultura e da convivência.

Dentre as parcerias estabelecidas, uma foi e vem sendo construída com a Rádio Revolução, localizada no prédio do Centro Comunitário onde funciona o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Janet Clair, no espaço do IMNS. O Programa Espaço da Diferença (PED), que integra a

programação da web rádio comunitária Rádio Revolução FM, no IMNS, é fruto dessa parceria.

Em 1989 foram iniciadas oficinas de rádio por meio de parcerias. A Rádio Revolução foi criada em 1995, inicialmente apenas em circuito interno, e em 1999 inaugura com frequência radiofônica sob o slogan “a rádio que é louca por você”. Essa rádio integrou o Programa do Centro Comunitário, que defendia a desconstrução do modelo manicomial. O projeto da rádio tem como pré-requisito para os programas que haja prioritariamente a participação de usuários, pois tem como proposta fortalecer a autonomia e aos poucos desconstruir o estigma sobre os usuários, além de estabelecer comunicação entre profissionais, usuários e comunidade. Com os desafios de funcionar em baixa frequência e sem conseguir sucesso no pedido de outorga para concessão de rádio comunitária após fechamento por denúncia anônima, a Rádio Revolução passou a ser web rádio (Fortuna, 2013).

O PED é uma atividade que faz parte da agenda do CECO Trilhos do Engenho e integra a programação da Rádio Revolução Web FM. Teve sua primeira transmissão em outubro de 2015, com a proposta de criar um espaço favorável à luta contra a estigmatização, o preconceito e a segregação social, facilitar canais de expressões artísticas e culturais, e trazer visibilidade para usuários e dispositivos de saúde mental. Tinha como proposta inicial maior articulação com a comunidade, promovendo maior tensionamento com e no território. Desde o início do projeto, a oficina era construída e realizada pela equipe técnica da rádio, composta por profissionais, usuários e estagiários, e as atividades reuniam pesquisas, debates, entrevistas e reuniões de pauta. As gravações eram realizadas de forma semanal, com duração de 1 hora, nos Estúdios da Rádio Revolução, localizados no Centro Comunitário (Freitas, 2019).

A equipe do Programa é composta por repórteres, apresentadores, estagiários, produção, suporte técnico e convidados. O PED estrutura-se com os quadros: Informes (notícias que estão em evidência na mídia, divulgação de eventos), Você Pode (momento de compartilhamento do ouvinte), Dialogando (entrevista com convidado) e Boca Livre (piadas, músicas, poesias e o que mais surgir).

Apresentaremos narrativas de componentes do PED, com vistas a compartilhar a experiência de como as relações e o programa são produzidos a partir dos diferentes lugares ocupados. Para Ricceur (1997), a construção do modo narrativo busca superar a dicotomia entre compreender e explicar. Portanto, uma ação só pode ser narrada por estar inserida em uma práxis social. As narrativas se produziram enquanto ainda atravessávamos mundialmente a pandemia da Covid-19, e esse elemento explicita a maneira pela qual a equipe lidou e criou alternativas para a continuidade do programa neste contexto. As narrativas se conectam com os conceitos de rede e cogestão, assim como buscam provocar nos leitores a reflexão sobre as reverberações que um posicionamento que rompe com lugares instituídos da psicologia pode gerar no exercício da profissão em uma perspectiva convivente e antimanicomial.

2. Narrativas dos diferentes lugares

“Narrar é resistir” (Rosa, 2013).

2.1. Narrativas Produção

1) Em meados de março, após o decreto de *lockdown* em decorrência do avanço da pandemia de Covid-19, em um processo de reinvenção do formato da carga horária de trabalho em caráter de *home office*, recebi o convite da coordenadora do dispositivo para retornar o programa da rádio de forma

remota, a partir, também, de uma demanda da direção para possibilitarmos uma via de comunicação e informação sobre a Covid, especificamente sobre o adoecimento orgânico.

Em um primeiro momento aceitei a proposta, que ainda não tinha um formato, e comecei a estudar as ferramentas que poderiam ser utilizadas para realização da oficina a distância, garantindo a participação dos usuários. Foi necessário me despir da expectativa de que o programa fosse funcionar no mesmo formato que o presencial, com os mesmos atores e a mesma relação, frente ao desafio colocado pelo distanciamento das telas.

Em seguida, entrei em contato com dois integrantes do grupo, Alan e Wagner, que participavam do programa, comandando a programação previamente acordada em reunião de pauta. Apresentei a proposta recebida e começamos a construir as possibilidades e o desenho desse formato. Nem todos conheciam o manejo de videochamada. Eu e outro usuário ensinamos uns aos outros como participar. Foi possível identificar que o lugar didático poderia não ficar exclusivamente sob minha condução, mas que esse papel também poderia circular no grupo, em um exercício de valorização de saberes diversos e escuta.

Naquelas conversas iniciais, foram construídas coletivamente um contínuo despir de uma expectativa de que o programa funcionasse da mesma forma que a anterior, presencialmente, nos estúdios da Rádio Revolução, para que pudéssemos estar abertos à construção de um novo formato. Com cuidado mútuo, tendo em vista que para o trio, esse encontro com o novo estava produzindo angústias potentes e desejos. Como um primeiro acordo, foi pactuado que não iríamos incluir mais pessoas, porque o trio estava na responsabilidade de redesenhar o processo de construção do programa.

Apresentei a proposta que me foi feita pelas coordenações sobre o programa temático, num lugar que tirasse nossas dúvidas e dos ouvintes (que supúnhamos que tivéssemos) sobre a pandemia, tendo em vista que estávamos angustiados com os atravessamentos desta em nossas vidas e subjetividades. Iniciamos conversas tanto sobre como poderíamos construir o programa, a viabilidade de ir ao ar, as ferramentas

necessárias e ao mesmo tempo, como estávamos nos sentindo com a conjuntura. Com esses elementos, construímos um critério de temporalidade, estabelecendo uma data para um programa piloto e, ao mesmo tempo, cuidando para que não caíssemos em uma urgência de produção.

Nessa construção, entendendo um lugar que ocupava para a dupla de apresentadores do programa, forneci o conhecimento que tinha sobre algumas plataformas virtuais de reuniões e testamos a viabilidade de acesso de algumas. Diante das dificuldades iniciais desse encontro com as plataformas, optamos por fazer as entrevistas com convidados por videochamada pelo aplicativo do WhatsApp, assim como vínhamos fazendo as reuniões de desenho. Selecionamos então a temática para o programa virtual piloto.

Acionei uma rede virtual afetiva a qual tenho acesso para convidar uma pessoa que aceitasse ser entrevistada. Antes do dia da entrevista, marcamos uma reunião para conversarmos um pouco sobre o tema, pensar em algumas perguntas possíveis que pudessem fornecer elementos para o imprevisto na condução da primeira entrevista. Depois da entrevista, fizemos uma reunião de avaliação para pensar como organizar a edição do programa para ir ao ar no site da Rádio Revolução, dividindo as tarefas, pensando e construindo formas de fazer a transmissão em segurança, uma vez que, por questões tecnológicas, ainda era necessário que uma pessoa fizesse a transmissão presencialmente nos estúdios radiofônicos.

A partir disso, combinamos em fazer algumas entrevistas com o tema do coronavírus de forma ampliada, para além do adoecimento orgânico, entendendo os impactos do vírus na vida de diversas pessoas em diversos eixos. Ao mesmo tempo, em nossas reuniões, conversávamos sobre como o coronavírus estava impactando as nossas vidas. Dessa forma, promovemos o cuidado, o suporte e o fortalecimento de vínculos uns com os outros.

E assim seguiram-se as gravações do programa, onde tivemos um retorno positivo dos entrevistados que se impressionaram com a organização e condução da entrevista pelos usuários,

reconhecendo a potência do espaço. Além disso, passaram a integrar a rede da rádio, a partir do momento em que divulgavam o programa com sua participação, ampliando o alcance de ouvintes, chegando a lugares que antes não chegávamos.

Um ponto importante nesse processo da atividade, foi a construção de responsabilização de todos os integrantes da equipe do programa com o espaço da rádio, no que tange ao compromisso com os horários, a organização prévia do roteiro, a gravação, a edição e a transmissão, o cuidado um com o outro e com os ouvintes. Criando e possibilitando uma identificação com o espaço, foi possível distribuir as tarefas e circular protagonismos de liderança. Eu fui nomeada como produtora pelos apresentadores e cuidamos para que a função de gerência da oficina não fosse mais apenas sob minha responsabilidade: fazia parte do coletivo gerir esse espaço. A responsabilização também aparecia como um vetor terapêutico para todos.

Com o tempo e a vontade de que mais pessoas integrassem a equipe orgânica do programa, avaliamos, problematizamos e construímos vias para que de fato isso pudesse acontecer. Tendo em vista os limites de participações colocadas pela videochamada de *WhatsApp* (4 pessoas), iniciamos a busca por novas plataformas, aprendemos o manejo e passamos a fazer os encontros pelo *Google Meet*.

Ainda mantendo a perspectiva do cuidado com o coletivo, acordamos que esse movimento de convite e entrada de novos participantes ocorreria aos poucos, um de cada vez tendo tempo para ambientação do novo integrante e nossa. Com isso foi possível fazer o acolhimento de novos integrantes no grupo e criar coletivamente algumas regras de convivência no espaço do grupo do *WhatsApp*, a fim de fortalecer o espaço da reunião 'presencial' online, único momento em que nos encontrávamos para gravar e promover as discussões.

Assim se seguiram as reuniões de pauta e gravações e sempre que sentíamos que estávamos desafinados, nos reuníamos novamente para discutir o desenho da atividade, ainda que não fôssemos transmitir um programa inédito naquela semana, utilizando as reprises como um recurso. Entendíamos

que, para seguir, era preciso olhar para os incômodos, cuidar e recriar novas formas e acordos possíveis para o grupo.

Ainda nessa linha de reunião para fortalecimento e produção de emoções sentidos[AM1], recebemos uma proposta para uma *live* de final de ano do programa. Foi uma oportunidade de reconhecimento do nosso trabalho para nós da equipe e para os ouvintes depois de um ano difícil e de trabalho. Essa *live*, no entanto, nos apresentou alguns desafios quanto à conexão e ao acesso, nos apontando mais uma vez as desigualdades sociais no que tange ao acesso à internet.

Já tínhamos um quadro mais definido da equipe do programa, com funções mais desenhadas (repórteres, apresentadores e produção) e nomeamos de estagiários os novos integrantes que estavam iniciando a aproximação com o espaço do programa, que com o tempo, dentro de suas possibilidades, adquiria nova função na equipe. Contamos com a participação de uma professora pesquisadora que durante e após a pesquisa de campo, integra a equipe do programa, em uma proposta de aprendizado mútuo por meio dos encontros. Vimos também a necessidade de conversar sobre o acolhimento de novos participantes e a redistribuição das tarefas na rádio, uma vez que com mais pessoas na equipe, seria necessário circular a voz.

Um momento delicado nesse período de gravação do Programa foi o luto que vivenciamos. Uma pessoa importante na rádio, que apostava no programa Espaço da Diferença, veio a falecer de Covid-19. Conseguimos criar estratégias de acolhimento, falando, homenageando e cuidando coletivamente desse luto para restabelecer e encontrar novos sentidos para continuidade do programa. Foi muito potente esse cuidado coletivo, pois não somente nossa equipe do programa, como também dos demais programas da rádio puderam se reinventar e apostar em outros formatos de fazer programa virtualmente.

Outro desafio nesse período foi o manejo de crise quando, por conta da pandemia e rearranjo de atividades da rede de atenção primária, alguns participantes necessitaram de acompanhamento psicossocial. Para tanto, articulei e acionei uma rede de cuidado, com outros atores da saúde da atenção bá-

sica e da atenção psicossocial. O olhar e a escuta da psicologia me apontavam a necessidade de acolher e ampliar as redes de cuidado desses trabalhadores do programa.

Percebemos, cada um expressando à sua maneira, que falar sobre a temática da pandemia deslocava um pouco o sofrimento individual para um cuidado coletivo, ampliando as vivências sobre a pandemia e caracterizando um lugar político desta atividade. Havia também a produção de novos sentidos e identidades, quando se apresentavam em outros espaços nominalmente pela função que exercem na rádio e quando, no dia do radialista, se parabenizaram no grupo.

(Narrativa de Fabiane Dias de Mendonça, 18 de maio de 2021)

2) Gostaria de relatar minha experiência enquanto psicólogo e participante do programa de rádio 'Espaço da Diferença' neste período de pandemia. Quero voltar no tempo e resgatar em minha memória o processo que vivenciei. Estávamos no início de 2020, em nossos encontros semanais para reunião de pauta e gravação do programa, tudo seguia normal, nos informes divulgávamos nossas saídas culturais pela cidade, os preparativos do bloco 'Loucura Suburbana' e outras notícias de esporte, abordávamos diversos temas em nosso quadro 'Dialogando' e nos divertíamos muito no quadro 'Boca livre', com músicas e piadas. Nesta época, só nos cabia informar sobre o vírus, que tomava conta da China, causando muitas mortes e já alcançando países da Europa. Com o passar dos meses e do carnaval, como já diz um ditado brasileiro que 'o ano só inicia depois do carnaval', em um período muito curto, os casos de contaminação pelo coronavírus foram crescendo e se espalhando por todo o Brasil. Em alguns dias, só falávamos no tal vírus.

Diversas instituições fecharam, como escolas, museus, teatros e, por sermos um serviço de saúde não assistencial, entendemos a importância de pararmos com nossa programação presencial e começamos a pensar em propostas on-line. Iniciou-se um trabalho muito cuidadoso com os participantes que conseguiram ter acesso à internet e se comunicar virtu-

almente com a equipe do Trilhos. Focando no programa 'Espaço da Diferença', dois dos participantes, que já frequentavam o programa presencialmente, procuraram a equipe muito tomados pela vontade de continuar com o programa, mesmo sem saber como isso se daria, mas com o principal: o desejo de fazer. A partir desse desejo que os dois clientes, junto com a psicóloga do Trilhos, começaram a se encontrar por aplicativos de conversa on-line e pensaram como construir virtualmente este trabalho que sempre se deu presencialmente.

Fazendo uma reflexão, só foi possível pensar em iniciar este projeto, pois estes mesmos clientes já tinham contato e habilidade com celular e computador, o que difere da grande maioria dos frequentadores do programa, pelos mais diversos motivos. Com o passar dos encontros, o programa 'Espaço da diferença' virtual foi tomando forma e se tornou possível gravá-lo através de áudio, postando no site da Rádio Revolução e compartilhando no *Facebook* do Trilhos do Engenho. Foi neste momento que entrei novamente para esta equipe da rádio, mas agora nossos encontros eram virtuais. Nos encontramos duas vezes por semana e, em um destes encontros, conversávamos muito sobre alguns temas, construíamos perguntas sobre e pensávamos num possível entrevistado para participar, que se disponibilizaria a compartilhar como estava sua vida em meio à pandemia que estávamos enfrentando.

Naquela época, lembro-me que convidávamos pessoas próximas a nós, amigos, familiares, colegas de trabalho, amigos de amigos, quem quisesse bater um papo conosco e nos contar como vinha lidando com a pandemia.

Pausa para uma reflexão: este momento foi super importante porque enfrentávamos um período de muitas dúvidas, insegurança, medo de contaminação, porque além de todas as questões da pandemia, ainda estávamos aprendendo a fazer algo novo para todos e ao mesmo tempo, nos acolhendo e nos cuidando no coletivo.

As semanas iam passando, ganhávamos confiança com as novas tecnologias de trabalho e experiências nas gravações até

que, enfim, nossa equipe foi aumentando. Isso mesmo, para fazer um bom trabalho, é importante ter pessoas disponíveis ao seu lado e esta experiência com a equipe da rádio foi ótima.

Somaram-se à equipe mais três pessoas, uma de cada vez e chegaram trazendo o que tinham de melhor: Ana Cláudia, Rafaela e Alessandra. Mesmo com todas suas diferenças, tinham algo em comum: eram suas primeiras experiências em participar de uma rádio. E uma coisa é verdade: não é fácil. Com essas chegadas, o programa só cresceu, houve um enorme ganho quanto à articulação de novos entrevistados, para nos tirar dúvidas e nos esclarecer sobre os mais variados temas que surgiram ao longo de todo esse ano.

Ganhamos com muito empenho e disponibilidade de pesquisar conteúdos, que acrescentaram muito aos nossos informes, e também com inúmeros resgates de memórias afetivas a partir de lindas canções no Boca Livre.

Um fato marcante foi o comprometimento e empatia de uns com os outros. Todas as dúvidas, indisponibilidades e dificuldades individuais eram sempre acolhidas e levadas para serem pensadas e resolvidas em equipe, fator crucial para um fortalecimento dos vínculos e confiança no seu parceiro de trabalho.

Pausa para uma reflexão: em anos como profissional, poucas vezes vi um grupo tão envolvido com a proposta a ser desempenhada, dividindo tarefas, dando seu melhor em nome do coletivo. Me enriqueceu também como ser humano.

Com o passar dos encontros, somou-se a equipe, mais um participante super 'Antenado' e construímos uma relação de muita disponibilidade para ouvir nossos entrevistados e compartilhar em nossas mídias sociais o que mais estava se falando na atualidade, tentando esclarecer dúvidas e trazer muita informação, 'na medida certa'.

Concluo meu relato, tendo um olhar um pouco de fora deste processo, já que por uma mudança institucional, não consigo mais estar presente nos dias de gravação do programa, mas é imensamente gratificante observar o quanto esta equipe cresceu tecnicamente no fazer do programa.

Possibilitar que cada pessoa desenvolva o que gosta de fazer, dando espaço para que as diferenças apareçam, em um processo de união, inclusão, divisão de tarefas, troca de conhecimentos, aceitação, diversão e muito mais. Equipe, obrigado por esta oportunidade.

(Narrativa de Thiago Gonçalves Medeiros, 18 de maio de 2021)

2.2. Narrativa Apresentador

3) Vou contar pra vocês um pouco sobre a minha experiência no Programa Espaço da Diferença. Eu comecei em 2016, a Rádio Revolução havia completado 21 anos de existência, e eu conhecia o Programa através da Equipe do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho.

Tempos depois, fui efetivado a apresentador adjunto da atração, ao lado de Wagner Leite, e isso a cada dia mais me deixa muito feliz.

Participei das suas fases (2016-2017 e 2019-presente) e, nesse momento de pandemia, quando não se pode ir aos estúdios da Rádio Revolução pra fazer o programa, tem sido um desafio toda a semana fazer a apresentação do Programa Espaço da Diferença, mas ao mesmo tempo maravilhoso e satisfatório.

Fazer o Programa Espaço da Diferença é levar, através da comunicação, tudo o que os ouvintes e internautas precisam ter toda semana, boas doses de entretenimento e informação na medida certa, nocauteando a concorrência e fazendo o melhor sempre.

Eu posso dizer hoje com as minhas palavras: eu gosto muito de entrar no campo da comunicação e me sinto muito bem fazendo o que eu gosto de fazer, porque eu sei que fazendo o que se gosta, a satisfação é extremamente das melhores possíveis.

Quero dizer que o Programa Espaço da Diferença tem feito e faz parte de toda a minha trajetória, mesmo em tempos de pandemia.

Pra mim, poder levar através da comunicação tudo aquilo que o Ouvinte e o Internauta precisam é sempre um ato que não

pode ser deixado de lado, está enraizado dentro de mim e faz um sentido muito grande, até porque quem faz o melhor naquilo que faz [AM2] .

Eu estou muito feliz naquilo que faço e digo mais: é uma coisa que já vem de dentro e eu nunca tive essa oportunidade de poder fazer o que eu gosto, que é me comunicar com as pessoas. E a Rádio Revolução em parceria com o Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho acredita legal nesse trabalho, nesse empenho e nessa dedicação que essa equipe faz pra que tudo isso venha acontecer.

Não tenho receio do que faço, pois a cada dia mais, tenho um prazer de aprender, ainda mais nesse momento de pandemia, que é um período que tenho aprendido muito, coisas que eu nunca tinha visto e que fazem parte da nossa vida, que é se dar, fazer o melhor naquilo que pode, mesmo que, às vezes, aconteçam falhas, mas nunca deixar se levar por aquilo e através das experiências, ganhar forças para continuar fazendo o melhor todos os dias.

Por isso eu digo: fazer o Programa Espaço da Diferença é um desafio, mas ao mesmo tempo, é bom demais e me incentiva a cada dia mais continuar fazendo o que eu gosto e contribuir para que o Programa seja esse sucesso que é atualmente. Pois quem faz com amor, ganha a recompensa.

(Narrativa de Alan Ribeiro, 18 de maio de 2021)

2.3. Narrativas repórteres

4) Eu tenho 48 anos, sou cliente do Instituto Nise da Silveira, já estou nesta instituição há 2 anos. É uma instituição que gosto muito de participar e de interagir, também on-line, pelo *Google Meet*, que são feitos os encontros devido a essa pandemia que estamos enfrentando até chegar na tão esperada vacina, para assim voltarmos ser presenciais.

Estou aprendendo muito nessa Pandemia: se cuidar e também salvar vidas ficando em casa, para, assim, não termos problemas com o coronavírus.

A Nise da Silveira passou a ser on-line e estou sempre participando das atividades de lá. Que é feita pelo *WhatsApp*, que são grupos onde participo nesta Instituição. Estou no grupo do Trilhos do Engenho, que é formado pela Paula, Thiago, Alan, Rafaela e Alessandra.

Eu sempre converso com eles pelo zap do grupo, 'De Cuido Daqui[AM3]' e agora estou em outro grupo, que é o 'Espaço da Diferença', que é da Rádio Revolução, essa rádio que tanto adoro em participar e de informar aos internautas da rádio.

Esse segundo grupo do zap que foi Espaço da Diferença, eu participo nele. Tive uma grande satisfação em ter esse grupo comigo, pois daí me tornei até mesmo um estagiário, até chegar ao Repórter de Informes da rádio.

Tudo começou numa tarde, onde recebi um convite do Thiago que é do Trilhos do Engenho. Ele me envia áudio no meu zap, ele fala que fui convidado para participar da Rádio Revolução, onde fui chamado. Ele disse que meu nome foi falado numa dessas reuniões feitas pela rádio às sextas-feiras. Eu ouvi esse áudio e fiquei emocionado em receber esse convite inesperado naquela tarde.

Aceitei imediatamente participar da rádio e comecei a entrar nas atividades e me informar para saber o funcionamento dela também.

Thiago me avisa que a reunião da rádio era às sextas-feiras, onde se reuniam ele, Fabi, Alessandra, Rafaela, Wagner, Alan e Ana. Fabi já conhecia, pois ela foi minha professora de musicoterapia, que era umas das atividades presenciais lá, na Nise da Silveira, que eu participava. Eu já conhecia a rádio pessoalmente. A Rádio Revolução fica dentro do Instituto Nise da Silveira e também já conhecia o apresentador, Wagner, da rádio. Comecei, então, a participar da reunião da equipe às sextas-feiras e eles falaram passo a passo o funcionamento da rádio. Eles disseram que as gravações eram às quartas-feiras, às 10hs e as reuniões eram às sextas-feiras às 10hs também.

A função das reuniões era para montar as atas para preparo do programa da rádio, e a gravação da rádio era às quartas-

-feiras às 10hs. Numa dessas reuniões, eles fizeram uma votação para eu me tornar um estagiário na rádio. Alessandra, Fabi, Wagner, Thiago, Rafaela e Alan votaram para participar do grupo Espaço da Diferença pelo *WhatsApp*, além, também, de já ser um estagiário.

Esse momento foi maravilhoso, pois a equipe toda me aceitou na Rádio Revolução.

Se passaram 4 sextas-feiras, então fui nomeado pelo grupo. Fabi me chamou e falou pra mim, numa dessas reuniões na sexta-feira, que eu já podia ser Repórter, eu já não era mais um estagiário. Fui promovido para fazer Informes e dar entrevistas também na Rádio Revolução. Virei um verdadeiro Repórter. Fim.

(Narrativa de Wellington Antenado, 18 de maio de 2021)

5) Eu sou uma pessoa tímida. Quando recebi um convite pra participar do Programa Espaço da Diferença, à convite de Alan Ribeiro, pensei no seguinte: ‘O que uma pessoa tímida pode fazer na Rádio???’ Foi aí que eu comecei a ver como que é feito o Programa e depois disso, eu não saí mais. Antes, eu era uma mera ouvinte e agora eu sou Repórter do Programa Espaço da Diferença com muito orgulho. E hoje eu digo que a minha experiência no Programa Espaço da Diferença está sendo bem proveitosa para a minha vida pessoal e profissional. Posso dizer que o Programa faz parte da minha vida.

(Rafaela da Costa, 18 de maio de 2021)

6) Eu cheguei no Programa Espaço da Diferença consultando o site do Trilhos do Engenho. Minha função é ser repórter e dar um informe. Realizo a atividade porque escrevo numa folha de papel e depois fico usando minha memória. É muito importante a rádio pra mim porque eu acho que é um dever cumprido. Estamos enfrentando a pandemia sem contato com quase ninguém. Sem poder frequentar lugares. A rádio revolução deve ter começado através da Dra. Nise da Silveira.

(Narrativa de Alessandra Aguiar, 18 de maio de 2021)

2.4. Narrativa Convidada

7) Senti-me honrada em ser convidada para dar entrevista no Programa Espaço da Diferença. A equipe me deixou bastante à vontade e me pareceu organizada, fornecendo as informações necessárias para a entrevista com antecedência. Logo no início da entrevista, fui interrompida por uma situação doméstica, e lidamos muito bem com o fato de precisar reiniciar a entrevista, e me senti muito acolhida pelo repórter. Depois do recomeço, foi possível responder às perguntas, compartilhar as informações do projeto Centro de Convivência Virtual, que é parceiro da Rádio. Foi muito bom ter contribuído com a realização do programa, contar com o registro desses primeiros meses de ação do projeto e ter a oportunidade de divulgar essa ferramenta do SUS para os ouvintes da Rádio Revolução Web/FM. Tempos depois desta entrevista, o programa passou a ser transmitido ao vivo no canal do Centro de Convivência Virtual, o que fortaleceu ainda mais essa parceria.

(Narrativa de Ariadna Patricia Alvarez em 18 de maio de 2021)

3. A convivência em cogestão como caminho para produção de nós nas redes

Trazemos aqui a imagem de uma rede (Figura 1), um conceito polissêmico e amplamente utilizado no campo da saúde. Segundo Malvezzi & Nascimento (2020), há diversos modos pelos quais as redes podem ser pensadas: 1) Rede como técnica/objeto; 2) Rede como organismo; 3) Rede como emergência contemporânea; 4) Rede como ideia heurística; e 5) Rede como princípio ou modelo político. De modo geral, as redes visam integrar e conectar pessoas, objetos, ideias, pontos para descentralizar e estabelecer relações entre os elementos, como na figura abaixo.

Fonte: Teoria ator-rede. (27 de dezembro de 2020). In Wikipédia, a enciclopédia livre.

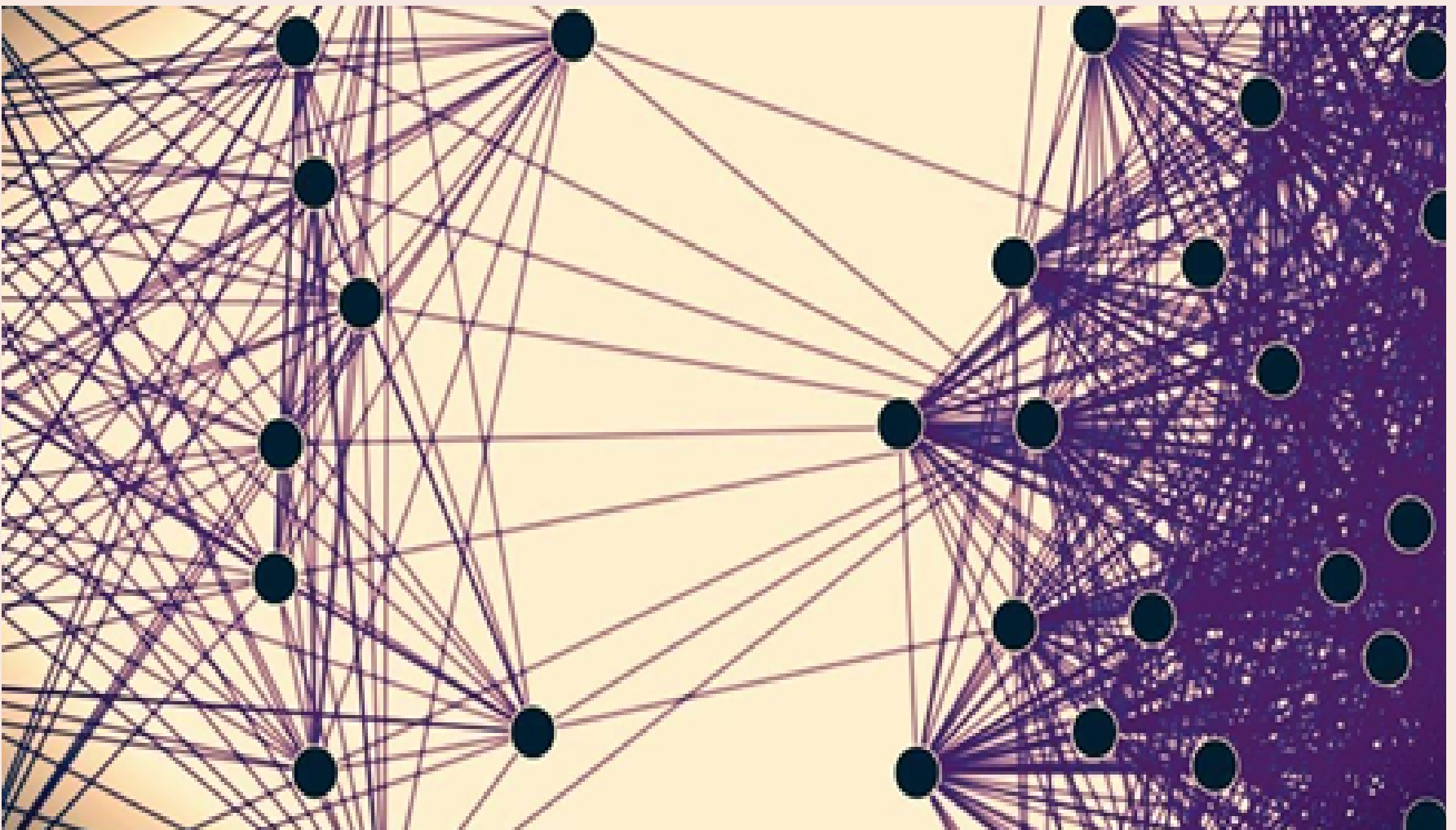


Figura 1: Um diagrama de rede social fictício. Consiste em 165 nós e 1851 arestas.

Apesar do Centro de Convivência e Cultura ser um dispositivo que leva a palavra “centro” no nome, consideramos que um CECO só poderá realizar seu propósito se ele for capaz de se descentralizar em suas ações e funcionar em redes. Haveria, então, um paradoxo colocado ao trabalho dos CECOs: o CECO habita um lugar excêntrico (Alvarez, 2020), isto é, mesmo que haja uma ‘com-centração’ (um centrar junto), seu funcionamento não deve se localizar em um centro, mas sim fora dele, na excentricidade, ou seja, funcionando em REDE.

O sociólogo Bruno Latour (Malvezzi & Nascimento, 2020), com sua Teoria Ator-Rede, nos ensina que cada nó representa conexões com outros nós, em uma perspectiva relacional e não unidirecional. Qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro em uma totalidade aberta, crescendo para todos os lados e direções. Deste modo, forma-se uma rede com uma pluralidade de possibilidades de conexões. A principal caracte-

rística dessa rede de formação ininterrupta é sua capacidade de transformação, estabelecendo novas alianças com novos e diversificados atores, humanos e não humanos (Freire, 2006). Assim como um nó da rede pode se conectar a qualquer outro nó, entendemos que, seja lá qual for o ponto ou lugar ocupado na rádio, é possível se ligar a outro quando há abertura para conexão. Por exemplo, a narrativa 6 demonstra que o acesso ao website funcionou como um nó na rede, possibilitando uma conexão com um outro que produziu como efeito a entrada de uma nova integrante na equipe do programa.

Para que as conexões aconteçam, entendemos que é preciso um modo de gerir a atividade que favoreça os encontros e a criação de redes de afeto nas quais as subjetividades se produzem. A concepção de cogestão que nos aliamos se refere a

(...) um modo de operar no cotidiano para gerar mudanças nos processos de subjetivação. (...) A instituição de espaços para análise e reflexão sobre o cotidiano, nos quais as equipes possam processar demandas e discutir ofertas que farão à comunidade, é de vital importância. (Campos & Campos, 2006, p. 686)

Nas narrativas número 3, 4 e 5 identificamos que as mudanças nos lugares ocupados na rádio e as de funções também constituem reposicionamentos subjetivos. Por exemplo, tornar-se apresentador, passar de estagiário para repórter ou deixar de ser “mera ouvinte” e virar repórter passa por um processo de contratação coletiva em que o gerir junto faz o trabalho de produzir o PED ganhar outros sentidos.

Essas mudanças nos processos de subjetivação também aparecem nas narrativas 1 e 2, em que mapeamos que a rádio não tem como proposta dar voz aos usuários, pois entendemos que todos ali já têm voz, apesar de, às vezes, ainda não ser va-

lorizada, mas sim estigmatizada ou silenciada na sociedade capitalista. O programa procura manter sua originalidade ao criar coletivamente uma organização que produz sentido para a equipe e integra a programação de uma rádio comunitária. A convivência em cogestão permite a ampliação de conexões e redes, como na situação em que novas parcerias de divulgação do PED se produzem.

Além da divulgação feita por entrevistados e amigos, a própria transmissão ao vivo do programa por canais de *YouTube* parceiros como o da Rádio e do Centro de Convivência Virtual, sinalizam essa ampliação das vias de comunicação, como explicitado na narrativa 7. Portanto, nós produzimos redes e nós somos produzidos em redes.

4. Reverberações em nós psicólogas nas ondas da rádio e da rede

Esse artigo é escrito, entre outros autores, por três psicólogas e um psicólogo. E como profissionais, ocupamos esse lugar para promover saúde, entendendo que ela é determinada socialmente. Saúde, para ser promovida, abrange uma área ampla de elementos para além do campo específico da saúde, incorporando elementos físicos, psicológicos e sociais (Buss, 2009). Ao mesmo tempo que ocupamos esse lugar da psicologia implicada com a promoção da saúde socialmente determinada, destacamos nossa vinculação com o movimento antimanicomial e afirmamos que nos cabe lutar contra toda e qualquer forma de opressão e discriminação. Como disse Basaglia (2005) sobre os técnicos:

Nós, técnicos, somos incumbidos de usar nosso saber e o poder implícito ao nosso papel como instrumentos de domínio. Em vez disto, devemos, cada um em seu próprio setor, usar

esse poder para explicitar os processos através dos quais se exercita esse domínio, a fim de que a classe que é objeto de opressão, em todos os níveis, se apodere desse conhecimento, torne-o seu e recuse seu mecanismo. (Basaglia, 2005, p. 236)

Tal inspiração Basagliana conduz a explicitar esses processos na experimentação de uma tecitura de rede na rádio em que somos “nós e nós”, e não “nós e eles”. Dizer “nós e nós” não é sinônimo de dizer que somos iguais. Não cabe aqui invisibilizar as diferenças e sim reconhecê-las como legítimas e potencializá-las a cada encontro. Alinhamo-nos também com a ideia de que é preciso lutar pela diferença quando a igualdade aniquila e lutar pela igualdade quando a diferença insulta, o que nos mostra que a diferença, assim como a igualdade, não está dada, não é natural, elas são contingenciais, são produções sociais, pois:

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (Santos, 2003, p. 56)

Quando afirmamos que somos nós e nós, afirmamos que quem ocupa o lugar de usuário dentro do sistema único de saúde também pode ser um agente de cuidado. Quando um repórter da rádio aciona sua rede convidando outras pessoas para fazerem parte, compreendemos este como um gesto de cuidado, um desejo de estar junto, que pode ser realizado por qualquer convivente. Para romper com o tradicional “eles” quando as falas se referem aos usuários – eles clientes, eles pacientes, eles que precisam de tratamento – é preciso desinstitucionalizar a ideia de loucura como doença, como objeto de estudo, como alvo de intervenção e de tratamento, seja psiquiátrico ou psicológico, e instituir a ideia de loucura como uma variação nos infinitos mo-

dos de viver a vida. Para isso, também é preciso romper com uma concepção de psicologia que pretende inferir verdades sobre o outro através de diagnósticos e categorias nosológicas.

É necessário fazermos uma desinstitucionalização nas próprias práticas e discursos que a psicologia produz, inclusive nos processos de escuta e de escrita, isto é, nas produções clínicas e acadêmicas. É urgente que os discursos e práticas psicológicas sejam favoráveis à afirmação da vida, de modos de vida antimanicomiais, e que nós psicólogas e psicólogos nos afastemos do tentador lugar de especialistas, do lugar de quem tem alguma verdade a dizer sobre o outro, sobre a saúde “deles”, sobre os sintomas “deles”, sobre a loucura “deles”. Esse deslocamento, que é mais do que um simples trânsito discursivo, mas implica em um reposicionamento ético-estético-político-afetivo, se faz necessário para reverter e não perpetuar uma sutil lógica manicomial que compreende o sofrimento como doença e não como condição da existência humana que pode ser cuidada em liberdade. Tal deslocamento se faz necessário para romper com a lógica da tutela e instaurar a cogestão de processos favoráveis à autonomia e à ampliação da vida. Compreendemos autonomia como produção de normas para a própria vida, em ser autor e autora de sua própria história, de sua própria narrativa. Práticas que possibilitam o exercício da autonomia possibilitam a promoção da saúde, uma vez que saúde também significa a capacidade de renormatização diante das variabilidades da vida (Canguilhem, 2007). Assim, autonomia e saúde só são possíveis de serem engendradas no plano coletivo, pois não é possível exercer autonomia no isolamento, uma vez que as subjetividades são incessantemente “fabricadas e modeladas no registro do social” (Guattari & Rolnik, 1993, p. 31).

Com a experiência de sermos conviventes comuns, navegantes nas ondas da rádio, nos agenciamos em rede, nos reco-

nhecemos como pontos em conexão uns com os outros, nem acima, nem abaixo: estamos com-vivendo. Com a partilha das narrativas do PED da Rádio Revolução buscamos nos libertar das hierarquias e regimes de poder verticalizados, bem como das homogeneizações identitárias horizontalizadas, para experimentar um espaço comunicacional falado e escrito em que as diferenças e as igualdades sejam desejadas e respeitadas, em um movimento transversal. Por fim, convidamos os leitores deste artigo a se tornarem também navegantes nas ondas da ampliação da capacidade de afetarmos e sermos afetados nos encontros em múltiplos espaços, até mesmo naqueles não-programados por nós e para nós.

Fabiane Dias de Mendonça,

equipe de produção do Programa Espaço da Diferença, psicóloga, sanitarista, CECO Trilhos do Engenho SMS-RJ.

Ariadna Patricia Estevez Alvarez,

psicóloga, doutora em psicologia, professora-pesquisadora, EPSJV/Fiocruz.

Thiago Gonçalves Medeiros,

equipe de produção do Programa Espaço da Diferença, psicólogo, CECO Trilhos do Engenho SMS-RJ.

Alan da Silva Ribeiro,

apresentador do Programa Espaço da Diferença, CECO Trilhos do Engenho SMS-RJ.

Alessandra Oliveira de Aguiar,

repórter do Programa Espaço da Diferença, CECO Trilhos do Engenho SMS-RJ.

Rafaela da Costa Pereira, psicóloga,

repórter do Programa Espaço da Diferença, CECO Trilhos do Engenho SMS-RJ.

Wellington Gomes da Silva Lutterbach,

repórter do Programa Espaço da Diferença, CECO Trilhos do Engenho SMS-RJ.

REFERÊNCIAS

Alvarez, A. P. E. (2020). *Convivência como atividade de produção do comum: Cartografias com Centros de Convivência* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Andrade, L. M., Pace, S., & Mendonça, F. D. (2019, nov.). Trilhos do Engenho: Potencializando vidas através da arte e da cultura em diálogo com o território. In Instituto Nise da Silveira, *Archivos contemporâneos do Engenho de Dentro: Histórias da desconstrução do manicômio*. *Encantarte*, 2(2), 163-177.

Basaglia, F. (2005). O circuito do controle: Do manicômio à descentralização psiquiátrica. Comunicação ao III Encontro da Rede Internacional de Alternativa à Psiquiatria, Trieste, 1977. In P. Amarante (Org.), *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica* (pp. 237-257). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Buss, P. M. (2009). Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Org.), *Promoção da saúde*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

Campos, R. T. O., & Campos, G. W. S. (2006). Co-construção de autonomia: O sujeito em questão. In G. W. S. Campos, M. C. S. Minayo, M. Akerman, J. M. Drumond, & Y. M. Carvalho (Orgs), *Tratado de Saúde Coletiva* (pp. 669-688). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

Canguilhem, G. (2007). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

Fortuna, D. B. S. (2013). *O papel do rádio no campo da saúde no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira: Estudo de caso da Webradio Revolução FM* (Dissertação de mestrado). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Freire, L. L. (2006). Seguindo Bruno Latour: Notas para uma antropologia simétrica. *Comum*, 11(26), 46-56.

Freitas, Y. P. (2019). *Vozes da diferença: Encontros entre programa de rádio e centro de convivência e cultura* (Trabalho de conclusão de estágio). Programa Acadêmico Bolsista SMS-RJ, Centro de Estudos do Instituto Municipal Nise da Silveira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1993). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Malvezzi, C. D., & Nascimento, J. L. (2020). A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersetorialidade nas políticas públicas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]*, 24. doi: <https://doi.org/10.1590/Interface.190341>.

Projeto de Lei nº 4. 563 de 2018. Cria a Política Estadual dos Centros de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial no Estado do Rio de Janeiro. Recuperado de <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/6fe33ee2aa-f668a1032583690053706e?OpenDocument>>

Ricœur, P. (1997). *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus.

Rosa, J. G. (2013). Entremeio - Com o vaqueiro Mariano. In *Estas histórias* (6ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Santos, B. de S. (2003). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Santos, M. (2005). O retorno do território. In *Observatório Social De América Latina* (v. 6, n. 16, pp. 251-261). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Teoria ator-rede. (2020, 27 de dezembro). In Wikipédia, a enciclopédia livre. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_ator-rede>.

SEÇÃO III

**EXPRESSÕES DA
CONVIVÊNCIA, ARTE,
CULTURA E TRABALHO
DOS CECOS DO RJ**

POLO EXPERIMENTAL CONVIVÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA

Endereço: Estrada Rodrigues Caldas, 3400 Colônia/
Jacarepaguá - RJ | Telefones: 966711222 ou 34322402

Inaugurado em 25/11/2011

Integrantes

Maria Raquel Pardo Lucas Fernandes

Alfredo Dias De Souza

Cleusoni Soares Dos Santos

Valéria Regina Pavão Mercadante

Josiane da Conceição Estevão Sant'Ana

Erotides Beata de Carvalho

Jorge Elias da Silva Nascimento

Carolina Oliveira De Souza

Isabella da Silva Araújo

Maria José dos Santos

Ricardo Resende

Maria Isabel da Silva Santos

Alex Mendes da Silva Motta

Isabelle Cristina Lima Da Costa

Hugo Lobato

Marcio Claudio da Silva Pereira

Isabella Schimidt Veloso Da Silva E Silva

Claudia Revoredo Estanislausilva

Rennan Elias Oliveira Carmo

Bruno da Silva Oliveira
Janaina Magalhães Angelo
Fernanda Santos da Silva
João Henrique Queiroz De Araujo
Margarete dos Santos Araujo
Diana Kolker Carneiro da Cunha
Bernardo dos Santos Ferreira
Cristina Correia Freitas De Oliveira
Danielle Cristina Isidoro
Walter Jose de Almeida
Renata Paula Zacharias
Claudia Maria Pereira De Oliveira
Leandro Nunes da Silva
Lennon Martins Pontes
Tereza Cristina B C Tavares
Sergio Murilo de Araujo Cruz
Nilza Theodoro da Silva
Silvanio Leonardo Silva

Redes Sociais do Ceco/ColetivoUniversitário

 www.museubispodorosario.com

 [/museubispodorosario](https://www.instagram.com/museubispodorosario)

 [/museubispodorosarioartecontemporanea](https://www.facebook.com/museubispodorosarioartecontemporanea)

 [/museubispodorosario](https://www.youtube.com/museubispodorosario)



A foto apresenta um integrante da oficina de Horta, ligada ao programa de Geração de Renda do mBrac. A mesma tem como intuito o estímulo à integração da comunidade, possibilitando a venda de insumos aos moradores da Colônia e pequenos empreendedores locais.



O Bistrô do Bispo é outra atividade ligada ao programa de geração de renda, colaborando também com a oficina de Horta obtendo seus insumos. O Bistrô atende a comunidade com pratos da culinária popular em valor acessível, estimulando a capacitação técnica dos integrantes.



A foto apresenta um encontro do programa de residência artística Casa B, que funde em ações os três pilares fundamentais do mBrac - Arte, Saúde e Educação - tratados como eixos transversais. Entende-se, portanto, o Polo Experimental, que pertence ao museu, como um Centro de Convivência.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA TRILHOS DO ENGENHO

Endereço: Rua Ramiro Magalhães, 521 – Engenho de Dentro

Equipe

Ana Carolina Roberta de Aquino da Silva

Ana Paula Damasceno Ferrão

Dorcas Alves

Fabiane Dias Mendonça

Lucia Maria Andrade

Nádia Soliz

Thiago Gonçalves Medeiros

Redes Sociais

 [/trilhosdoengenho](https://www.facebook.com/trilhosdoengenho)

 [/trilhosdoengenho](https://www.instagram.com/trilhosdoengenho)

 [/UC8Rh-TvjUcoXPNsj1zv-liw](https://www.youtube.com/channel/UC8Rh-TvjUcoXPNsj1zv-liw)

Foto: Pâmela Perez



Exercício cênico de releitura de Obras de Arte
"Funcionários De Lá Corte" - Jean Baptiste Debret



A oficina de Teatro e Atividades Lúdicas tem a proposta de buscar condições para a (re)criação de conceitos e papéis sociais dentro de um novo paradigma, através do lúdico e do imaginário com técnicas de dramatização, simbolismo e jogos de interação.



Encontro de Ideias é uma ferramenta que proporciona um espaço de (com)vivência, tendo como produção uma agenda de atividades externas mensais na cidade. Com participação popular, também são discutidas as questões pertinentes ao território e os desafios de (com)viver com as diferenças no coletivo.

A oficina de futebol que acontece na Vila Olímpica do Encantado, é um dispositivo que integra os usuários da Raps Zona Norte com a comunidade local e é extensivo a toda rede. Avizinhamo-nos deste equipamento esportivo do território como intuito de ampliar a rede de sociabilidade, fortalecendo laços.



Foto: Pâmela Perez

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA FAZENDO ARTE

Endereço: Estrada Rio do A, 220 - Campo Grande/RJ, Lona cultural Elza Osborne

Sobre o Centro

O Centro de Convivência não tem sede própria, realizamos nossas atividades desde março de 2014 dentro do da Lona Cultural Elza Osborne. Uma parceria que nasce nesse território tão precário de estruturas de saúde e de cultura.

Quando fundado em 2014 adotamos o nome de Centro de convivência e cultura da zona oeste . Nesse ano de 2021 rebatizamos o serviço com uma escolha coletiva do nome através de assembleia e votação nas nossas mídias sociais.

Realizamos atividade de graffiti, violão , teatro, artes visuais, xadrez. Além das oficinas realizamos atividade de cultura como o Sarau da diversidade que ocorre uma vez ao ano em agosto. bloco zona mental que sai uma semana antes do Carnaval , apresentações de teatro no fim de ano, circulando no território que é um trabalho de reconhecimento das atividades culturais da zona oeste.

Equipe

Coordenadora Janaina Barros Fernandes

Rodrigo de Castro (teatro)

Fagner Medeiros (graffiti)

Gustavo Prado (violão)

Adão Rosendo (xadrez)

Parceiros

Jonathan (Projeto Acaps Circo)

Christian Perini (Artes Visuais)

Ives Macena (Lona cultural Elza Osborne)

Aline Monteiro (Lona Cultural Elza Osborne)



Bloco zona mental



Oficina de xadrez: atividade ocorre nas praças públicas do bairro e seu encerramento em um clube de xadrez na região.



Circulando no território: passeio ao sítio Burle Marx Guaratiba



Oficina de graffiti. FAZENDO ARTE EM CENA - REVITALIZANDO ESPAÇOS PÚBLICOS.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA PAULA CERQUEIRA

Endereço: Centro Cultural Professor Jair Nunes Macuco -
Praça Princesa Isabel 92, Centro, CEP 8640-000, Carmo, RJ.

Implementado em maio de 2004.

Integrantes

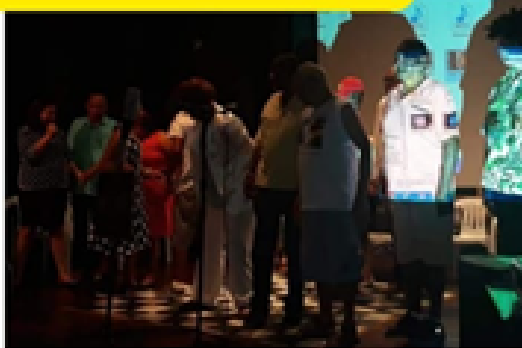
Catarina Guida,
Ângela Silva, Carla Laroca,
Mestre de Capoeira Costelinha.

Redes Sociais

 www.aufassamc.org.br/

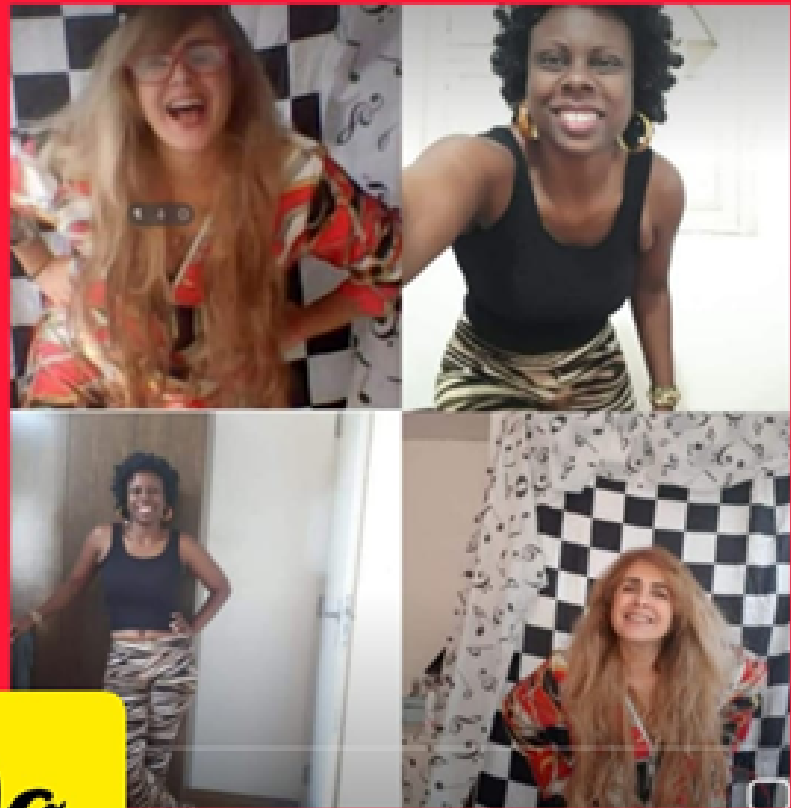
 [/Nesmentalcarumo](https://www.facebook.com/Nesmentalcarumo)

Festa de arromba

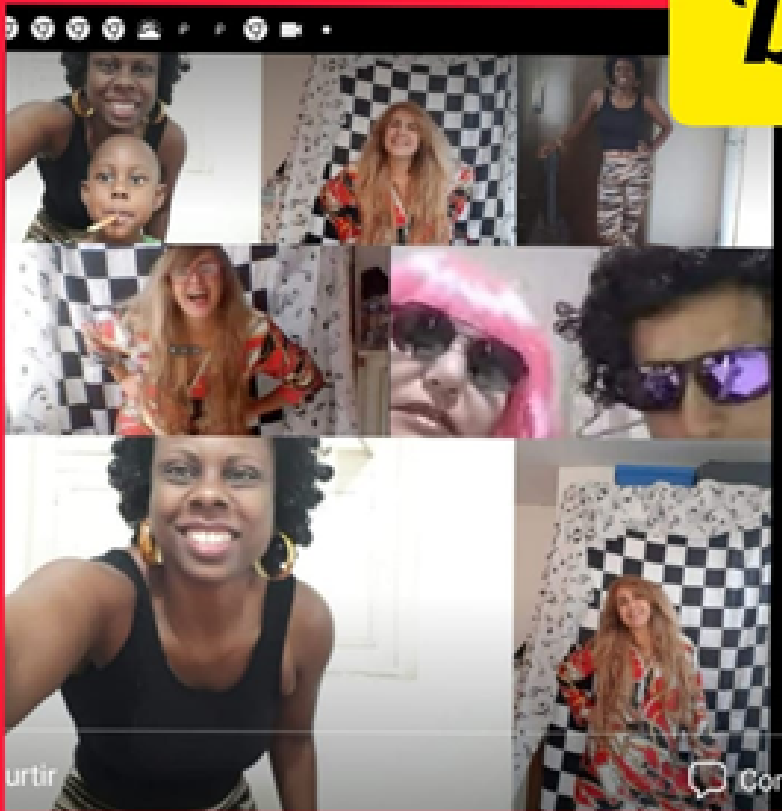


A festa de arromba foi um teatro, que começou pela predileção dos conviventes por essa década de 60 e suas músicas. Foi baseado no teatro da Wanderleia e adaptado pela professora de teatro Carla Laroca, trazendo para eles o resgate de algumas memórias e muitas histórias revividas por eles.

Festa



Do



Emocionômetro

A festa do emocionômetro surgiu no auge da pandemia como um resgate das emoções, incertezas e inseguranças dos conviventes, já que foi um momento difícil para todos. Na festa virtual trabalhamos as emoções através de dinâmicas, músicas e danças. Nessa festa eles conseguiram relaxar e esquecer por alguns instantes o efeito da pandemia sobre eles.



Teatro No escuridão do cinema



No escurinho do cinema foi feito baseado em uma conversa sobre filmes com os conviventes. Baseando-se nesses filmes e na lembrança de alguns sobre ir ao cinema, foi feita uma adaptação teatral pela professora Carla Laroca, em que produziram um musical através do resgate de memória.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA DE MACAÉ

Endereço: Rua Visconde de Quissamã, 482. Centro/ Macaé

Telefones: (22) 2762 0413/(22) 992212422 (ZAP)

Implantado em 2009

Equipe

André Luis Leigo Carneiro - musicoterapeuta

Débora Oliveira Barbosa Jeovani - terapeuta ocupacional

Luciana Aguilar da Costa Lago - fonoaudióloga



Projeto Contos e Cantos

Oficina realizada por Fonoaudióloga, cujos objetivos são higiene vocal para o canto, técnica vocal e convívio social através do canto em grupo. Onde é feita uma leitura sobre temas, compositores e/ou autores para apresentação da sua vida e obra de forma contada e cantada.



Oficinas de Violão

A oficina de violão para iniciantes tem como objetivo promover através de exercícios específicos, o aprendizado do instrumento respeitando o tempo e o processo de cada um. Cada usuário é estimulado a entrar em contato com sua musicalidade, criatividade e com a percepção do som que está produzindo.



Oficinas de Reciclagem e Arte

Espaço criado para oportunizar a transformação de materiais recicláveis em objetos para uso pessoal e decoração. Objetivando o desenvolvimento de habilidades, a valorização da auto-estima, e a construção de vínculos afetivos.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA DE NITERÓI

Endereço: Avenida Ernani do Amaral Peixoto N 169 - 9 andar - Sala 915 CEP: 24020-040 - Centro - Niterói.

Implementado em 13 Outubro 1996

Integrantes

Waldelânia da Silva Tomaz - Coordenadora do CCCN

Petrônio Vieira Ornellas - Coordenador Técnico

Kelly Batalha Siqueira - Supervisora do CCCN

Thereza Christina Accioly - Musicoterapeuta

Amanda Neves da Silva - Psicóloga

Waleska Cheibub - Psicóloga

Josiane de Alcântara Dantas - Oficineira

Maria Eduarda Rodrigues Rigueira Todorof - Oficinéira

Redes Sociais

✉ cccniteroi@gmail.com

 [/centrodeconvivencia](https://www.facebook.com/centrodeconvivencia) (Centro de Convivência e Cultura de Niterói)

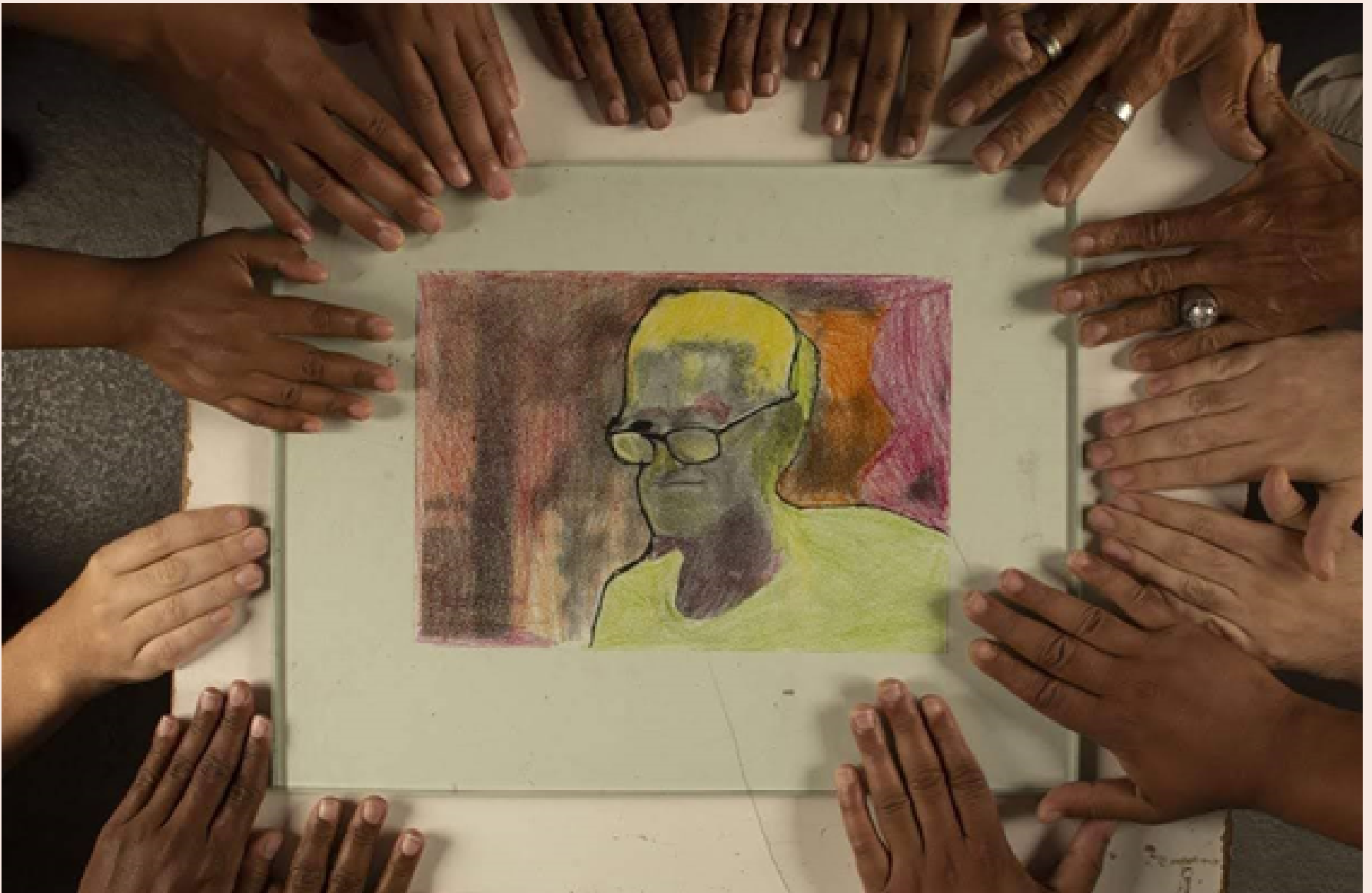
 [/cccn.niteroi](https://www.instagram.com/cccn.niteroi)



O Bloco Loucos Pela Vida é um projeto do CCCN que, há 18 anos, muda a paisagem das ruas no carnaval, dando voz aos conviventes para cantarem e contarem com muita irreverência histórias de luta e de reafirmação da vida, de cidadania e do cuidado em liberdade através da arte e da cultura. Desfile de 2020.



O Intervalo Musical é um projeto itinerante do CCCN, que está há dois anos ocupando os espaços da cidade, com o intuito de promover convivência pela via do fazer musical. De intervalo em intervalo, fazemos música, juntamos pessoas e tornamos visíveis artistas anônimos. Fórum dos Cecos 2019.



Projeto Construção de Memórias, resultado da parceria entre Centro de Convivência e Cultura de Niterói e Sociedade Fluminense de Fotografia, oficina de fotografia semanal, onde os usuários do CCCN e seus familiares podem expressar livremente suas subjetividades através da produção de imagens. Foto de 2019.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PROJAD

Endereço: Instituto de Psiquiatria - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Av. Venceslau Brás, 71 - Campus da Praia
Implementado em 2006

Integrantes

Keronlay da Silva Machado

Beatriz Aceti Lenz Cesar

Beatriz de Freitas Salles

Marcelo Santos Cruz

Telma Santos

Werônica Oliveira

Janete Abbud John

Viviane Tinoco Martins

Giselle Fleury

Leiliana Maria Rodrigues dos Santos

Verônica De Cicco

Carolina Costa

Paulo Barril

Leila Cristina Lopes Alves

Devaldo Oliveira

Pedro Fortes Rangel

Ramires Milena Porto Costa

Bruna de Oliveira Bizarro

Ana Clara Rebello de Faria Sampaio

Joyce Patarráz

Juliana Lima Nunes

Bruna Zanini Ferreira

Bruna Claro

Carolina Félix Régis

Lorena Souto Xavier

Marina Provençano Del Rei

Marina Fialdini

Luiza Vainfas

Rodrigo Ferreira

Miriam Yumi Komoda

Caroline de Fátima Abreu Silva Gabriela Siqueira

In Coeli Galvão

Julyana Marques de Souza

Vitória Carolina Alves Ricciardi

Felipe Peixoto Ribeiro

Juliana Agostino da Costa

Mariana Pereira dos Santos

Giselle Almeida de Queiroz



Visita guiada com os conviventes do Espaço de Convivência Projad ao Museu de Imagens do Inconsciente, fundado em 1952, como fruto da Seção Terapêutica Ocupacional criado pela psiquiatra Nise da Silveira no Centro Psiquiátrico Nacional, em 1946. Aconteceu após cine debate sobre o filme “Nise: O Coração da Loucura”.



1º Sarau organizado pelos convivente do Espaço de Convivência PRO-JAD. 2017. Na imagem, apresentação produzida na Oficina de Música.



Exposição da Oficina de Fotografia do Espaço de Convivência PROJAD no Sarau do CAPS AD Raul Seixas, 2017. Imagens produzidas pelos conviventes com câmeras pinhole. Receberam o público e apresentaram as etapas do processo, desde a construção da câmera até a revelação das fotografias em laboratório.

COLETIVO CONVIVÊNCIAS

Coletivo Universitário, vinculado ao Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Campus da Praia Vermelha, na Urca / Rio de Janeiro (RJ);

Endereço: Av. Pasteur, 250 - Instituto de Psicologia, URCA, Rio de Janeiro/RJ

Implementado em 15 de Junho de 2019

Integrantes

Thiago Melício - Coordenador

Victor Gabriel da Silva

Luiza Conde

Amanda Faria

Pamella Rothstein

João Vítor Gonçalves

Victória Pasqual

Peder de Faria Salles

Bruna Bizarro

Sofia Penido Duchateau

Maria Clara Teldeschi

Rayane Magalhães

Redes Sociais

 [/coletivoconvivencias](https://www.instagram.com/coletivoconvivencias)

 [/coletivoconvivencias](https://www.facebook.com/coletivoconvivencias)

 [/UC5C1f1XwgFhg5PM47v06OCw](https://www.youtube.com/UC5C1f1XwgFhg5PM47v06OCw)



COLETIVO CONVIVÊNCIAS

Durante a pandemia

 @coletivoconvivencias

 @coletivoconvivencias

 Coletivo Convivências



A Rádio ComVersar nasceu de uma iniciativa conjunta entre vários CeCos para o Centro de Convivência Virtual. Hoje, nós continuamos a produzir e versar nas redes!



A Tarde de Histórias nasceu da parceria com o CCC Trilhos do Engenho e o CECO Paula Cerqueira. Foi realizada entre julho e outubro de 2020 e a troca entre os conviventes partia de histórias, poesias e/ou músicas contadas em cada oficina.



Próxima parada,
Central **22** delirando territórios

A Oficina mais recente do Coletivo teve suas primeiras edições entre Maio e Junho de 2021. É uma brincadeira, uma maneira que encontramos de refletir sobre nossos territórios, físicos ou não. A partir dela percebemos as linhas que nos conectam, sejam elas cruzadas ou paralelas, e pudemos experienciar a produção de saúde de uma forma não tradicional



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Endereço: Rua Professor Carlos Wenceslau, Realengo, RJ
Implementado em Agosto de 2018

Equipe

Mauren Lopes de Carvalho;

Bruno Costa Poltronieri;

Matheus da Silva Ferreira;

Lilian Lima;

Júlia Leal

Redes Sociais

 [/inovadancaifrj/](https://www.instagram.com/inovadancaifrj/)

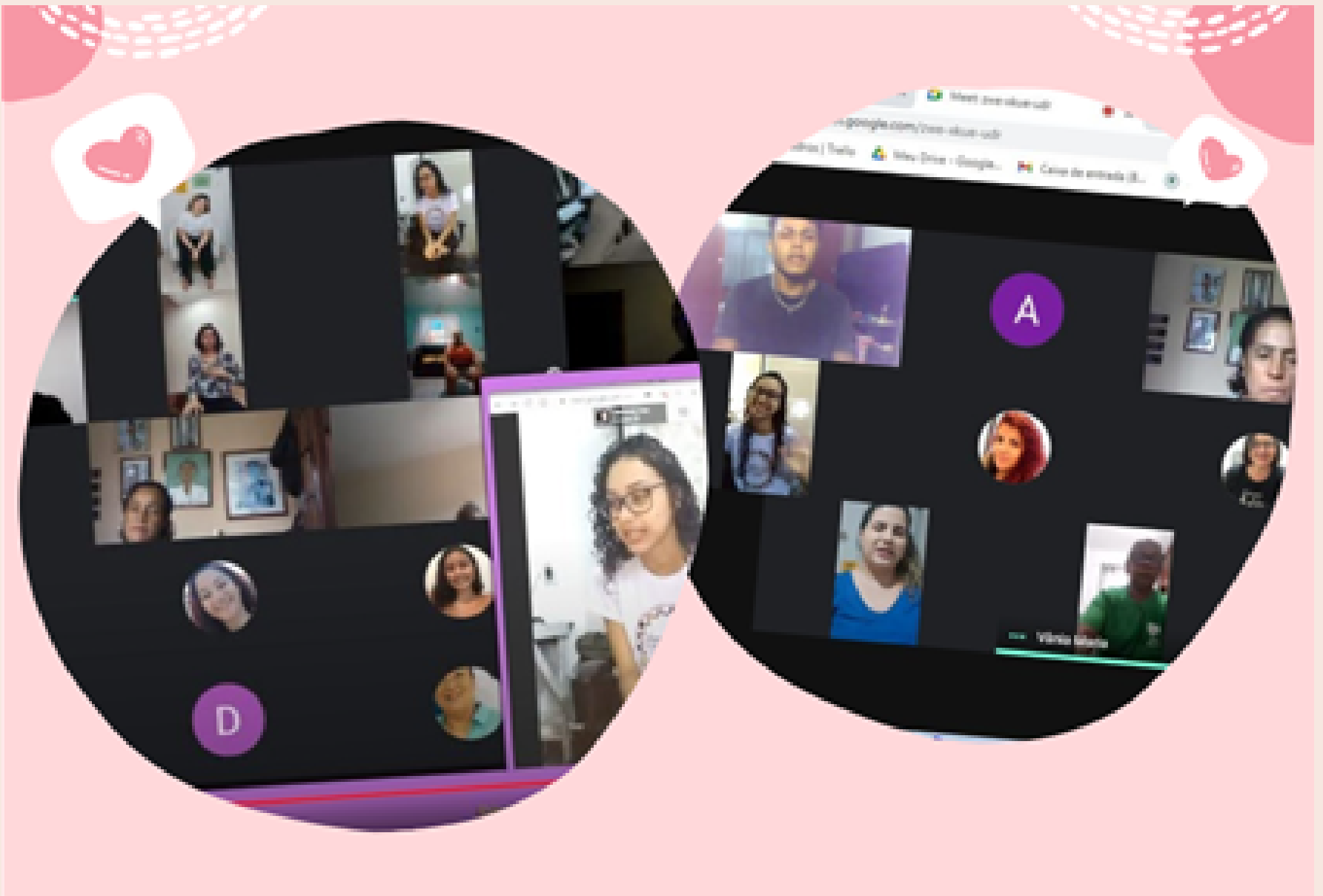
 [Playlist no canal do Centro de Convivência Virtual](#)



Uma história de amor e revolução: Tudo começa com uma ideia: nos reunirmos para dividir um conjunto de danças, dividir vivências e gerar novos laços comunitários. O projeto Dançando com o corpo, a mente e a cultura além de permitir interação social, busca através coreografias autorais (InovaDança) fomentar reflexões sobre pautas sociais importantes.



A união que faz a força: Embora inicialmente tenha sido desenvolvido e pensado para população idosa, aos poucos a iniciativa tem abraçado também pessoas de outras faixas etárias. O grupo entende que a interação intergeracional é um fator positivo para o desenvolvimento da harmonia e compreensão das peculiaridades e diversidades possíveis dentro de uma mesma cultura.



A história continua: E no contexto pandêmico, para onde foram essas interações? Com a pandemia do Covid-19 nossas atividades presenciais foram suspensas e a parceria com o CecosV forneceu uma possibilidade para diversas pessoas que outrora estavam distantes de contato. Nos encontramos através de câmeras e microfones ora ligados, ora desligados com nossas interações limitadas ao alcance de onde a internet pode alcançar, com novas dificuldades e novos aprendizados.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIRTUAL

Telefone: 21 98152-0532 | Implantado em 10/06/2020

Implantado através da aprovação no Edital do Programa Fiocruz de Fomento à Inovação - Covid-19 Encomendas Estratégicas (Vice-Presidência de Pesquisa e Inovação em Saúde - Fiocruz/RJ), em parceria com o Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ) e com o Fórum de Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro.

CECOs/ Coletivos/ Projetos integrantes

Centro de Convivência e Cultura de Niterói;

Centro de Convivência e Cultura Paula Cerqueira- Carmo;

Centro de Convivência e Cultura de Macaé;

Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho;

Centro de Convivência e Cultura da Zona Oeste;

Centro de Convivência do Museu Bispo do Rosário;

Núcleo Convivências / IFRJ;

Coletivo Convivências / UFRJ;

Centro de Convivência Projad / UFRJ;

Projeto Vidas em Rede;

Programa de Extensão Cuidado em Saúde na Atenção Primária / UFRJ.

Equipe

Ariadna Patricia Estevez Alvarez;

Bernardo dos Santos Ferreira;

Isabel Cristina Coronel Xavier;

Neli Maria de Castro Almeida;

Tereza Christina Accioly;
Deborah Trindade;
Thamires Rocha;
Maria Alice C. de L. Arizôt Aragão;
Bruna Bizarro;
Edvaldo da Silva Nabuco;
Carla Soares Alberigi da Silva;
Jessika de Oliveira Silva;
Nilo Sergio Fernandes de Oliveira;
Marise Ramôa;
Rita Felippo;
Waldelania Tomaz;
Felipe Paes;
Petrônio Ornellas;
Valéria Ferreira Romano;
Cristal Oliveira Moniz de Aragão;
Luan Limoeiro Silva Hermogenes do Amaral;
Priscilane da Silva Alves;
Priscilla da Silva Thomazio;
Juliane Silva da Cruz;
Maycon Luís do Nascimento Silva;
Juliana Akemi Nishi;
Ana Beatriz De Oliveira Rabello Duarte;
Marina Fialdini;
Claudia Osorio da Silva;
Thais Silva dos Santos;
Isabela Lopes Ferreira;
Isabella Cunha Alves da Silva;
Claudia Vieira da Rocha;
Débora Oliveira Barbosa Jeovani;
Luciana Aguilar da Costa Lago;

André Leigo Carneiro;
Paulo de Tarso Peixoto;
Alexandre Vasilenskias;
Manoel da Cruz Vieira;
Lucia Maria Andrade;
Fabiane Dias de Mendonça;
Ana Paula Damasceno Ferrão;
Thiago Gonçalves Medeiros;
Thaís Thomaz de Aquino da Silva;
Janaina de Barros Fernandes;
Fagner Medeiros;
Rodrigo Castro;
Gustavo Prado;
Jonathan Rodrigues da Silva;
Amanda Neves;
Maria Tereza Araújo;
Erica Victorio; Carla Laroca;
Catarina Guida;
Fabiana Almeida da Conceição Galdino;
Keronlay Machado;
Beatriz Salles;
Beatriz Lenz;
Victoria Gutierrez;
Pedro Fortes;
Ramires Milena;
Ana Clara Rebello;
Alden Brandão;
Jalmes dos Anjos;
Thaís Sâmela;
Bruno Costa Poltronieri;
Mauren Lopes de Carvalho;

Matheus da Silva Ferreira;
Julia Leal;
Lilian Lima da Silva;
Lilian Dias Bernardo;
Sabrina Souza de Oliveira Alvaro;
Samara Silva de Medeiros Moreira;
Tainá Maria Silva Deodoro;
Sabrina Souza de Oliveira Alvaro;
Soraya Tavares Labuto de Araújo;
Raquel Fernandes;
Margarete Araujo;
Diana Kolker;
Karoline Ruthes;
Walter Ferreira;
João Henrique Queiroz;
Eliahs di Jorge;
Bruno Oliveira;
Thiago Melicio;
Leonardo Velasco;
Juliana Veras;
Victor Gabriel Martins da Silva;
Pamela Rothstein;
Gabriela Pizzochero de Abreu;
Amanda Rego de Faria;
Rayane Stephany dos Santos Magalhães;
João Víctor Gonçalves;
Victória Benfica Marra Pasqual;
Peder de Faria Salles;
Sofia Penido Duchateau;
Maria Clara Germano Quintino Conforto Teldeschi;
Luiza Pereima Conde.

Redes Sociais

 www.centrodeconvivenciavirtual.com.br

 cecosvirtual@gmail.com

 [/centrodeconvivenciavirtual](https://www.facebook.com/centrodeconvivenciavirtual)

 [/centrodeconvivenciavirtual](https://www.instagram.com/centrodeconvivenciavirtual)

 [/centrosdeconvivenciavirtual](https://www.youtube.com/centrosdeconvivenciavirtual)



Imagem de capa do Facebook com conviventes e logo do Centro de Convivência Virtual. Arte gráfica de Isabel Coronel.



Charge da equipe fundadora do Centro de Convivência Virtual - Coletivo Dá pra fazer! (Chris, Neli, Bel, Paty, Bernardo, Deborah). Arte de Deborah Trindade.



Tela de Cards das atividades oferecidas na Agenda ConViver 2020/2021. Arte gráfica de Isabella Cunha.